
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O QUE DIZEM FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS SOBRE AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM A ESCOLA DE SEUS FILHOS: TENSÕES ENTRE ACEITAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO.

JOÃO GUILHERME DE CARVALHO GATTÁS TANNURI



Setembro - 2017

JOÃO GUILHERME DE CARVALHO GATTÁS TANNURI

**O QUE DIZEM FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS SOBRE AS RELAÇÕES
ESTABELECIDAS COM A ESCOLA DE SEUS FILHOS: TENSÕES ENTRE
ACEITAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências do *Campus* de Rio Claro, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação de Professores e Trabalho Docente

Orientadora: Profa. Marilda da Silva

**RIO CLARO - SP
2017**

303.6 Tannuri, João Guilherme de Carvalho Gattás
T167q O que dizem famílias homoparentais sobre as relações
estabelecidas com a escola de seus filhos: tensões entre
aceitação e discriminação / João Guilherme de Carvalho
Gattás Tannuri. - Rio Claro, 2017
193 f. : il., quadros

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Marilda da Silva

1. Violência - Aspectos sociológicos. 2. Homofobia. 3.
Família homoparental. I. Título.

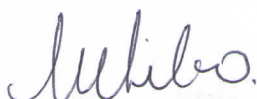
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O que dizem famílias homoparentais sobre as relações estabelecidas com a escola de seus filhos: aceitação ou discriminação?

AUTOR: JOÃO GUILHERME DE CARVALHO GATTÁS TANNURI

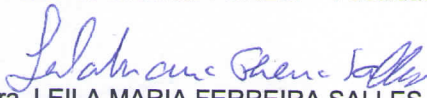
ORIENTADORA: MARILDA DA SILVA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:



Profa. Dra. MARILDA DA SILVA

Departamento de Didática / UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - SP



Profa. Dra. LEILA MARIA FERREIRA SALLES

Departamento de Educação / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Profa. Dra. ANNA PAULA UZIEL

Instituto de Psicologia / UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro / RJ

Rio Claro, 12 de setembro de 2017

Título alterado para: **O que dizem famílias homoparentais sobre as relações estabelecidas com a escola de seus filhos: tensões entre aceitação e discriminação.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço com todo o amor que tenho à minha mãe, Leda Maria de Carvalho Gattás, e minha avó, Celisa de Carvalho Gattás (*in memoriam*), pelos princípios, pelo carinho e pelo zelo que dedicaram à nossa relação familiar desde minha infância. A idealização deste mestrado, bem como de outros passos importantes de minha vida, foram somente possíveis a partir do espelhamento na força, na positividade e no amor que vocês emanam. Admiro-as incondicionalmente. Muito obrigado!

Agradeço à minha orientadora Marilda da Silva por todos os ensinamentos valiosos e enriquecedores, oferecidos desde minha Iniciação Científica. A partir de seus ensinamentos aprendi a importância do compromisso ético e respeitoso para com a pesquisa acadêmica. Muito obrigado por auxiliar na concretude desta pesquisa, bem como pela contribuição na luta contra o preconceito e contra a violência no ambiente educacional!

Agradeço, gentilmente, a participação das professoras Leila Maria Ferreira Salles e Anna Paula Uziel pelos direcionamentos quando no momento da Qualificação e da Defesa. Muito obrigado!

Ao meu namorado, Orlando Miranda Nepomuceno, pelo carinho, amor, amizade, companheirismo e incentivo que me oferece nesses anos de relação!

À minha tia Dirce Charara Monteiro pelos direcionamentos e pela torcida positiva em relação aos meus estudos acadêmicos!

À Isabella Vido pela correção do manuscrito!

A Lígia Freitas e Paulo Tetti pelo auxílio inicial na busca de meus participantes!

Agradeço aos membros da Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas, principalmente a Rogério Koscheck e Weykman Padinho pelo acolhimento!

Em especial aos amigos Hamilton Vieira, Eduarda Escila, Eva Carlindo, Isabela Sgobbi e Julia Diniz por me auxiliarem e acreditarem em minha pesquisa e em meu potencial!

A todos os amigos, recentes e de longa data, que estiveram positivamente ao meu lado durante a elaboração desta pesquisa!

Agradeço enormemente aos sujeitos participantes que contribuíram com seus relatos para que esta pesquisa pudesse ser realizada!

Dedico este estudo a todas as pessoas que lutam de alguma maneira contra as diferentes formas de preconceito vigentes em nossa sociedade. Dedico esta pesquisa, sobretudo, à minha mãe Leda e à minha avó Celisa por docemente terem me mostrado que o enfrentamento das situações adversas da vida deve existir sempre com força e amor.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa exploratória no âmbito da violência da/na escola contra a família homoparental de abordagem, majoritariamente, qualitativa. O objetivo é apreender o que dizem pais e mães homossexuais sobre as relações estabelecidas com funcionários, docentes e discentes das escolas de seus filhos/as; suas expectativas e avaliações gerais sobre as instituições são igualmente apreendidas. A revisão bibliográfica resultou em 54 obras: 35 artigos; sete pesquisas em âmbito nacional; seis dissertações; quatro livros e duas teses. As fontes são entrevistas semiestruturadas, realizadas com três mães e sete pais- representantes de dez famílias homoparentais das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Além das entrevistas, aplicou-se um instrumento denominado Ficha de Identificação que possibilitou dados socioeconômicos sobre os sujeitos. A coleta dos dados foi amparada por autores como Thompson (1992), Woods (1999) e Bourdieu (1999), em triangulação com os autores da revisão bibliográfica focada na temática Família Homoparental. A análise dos dados foi realizada por meio de uma aproximação à Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). A partir de Núcleos Informativos produzidos com as entrevistas, temos os seguintes resultados: 60% dos sujeitos afirmam não ter sofrido homofobia devido à homoparentalidade por parte de funcionários escolares. Todavia, identificamos situações de preconceito por uma criança portar necessidades especiais e um caso de *bullying*. Em 40% dos relatos encontramos as seguintes formas de violência: omissão de responsabilidade face possíveis casos de homofobia; inadmissão sobre a homoparentalidade em situações cadastrais; acusação da homoparentalidade como fator negativo na vivência de filhos em ambiente escolar. No que diz respeito à relação com docentes, 80% não evidenciou situações de preconceito, diferentemente de 20% expostos a violência como discordância sobre a homoparentalidade, ofensas devido à expressão sexual e rejeição em abordar a temática Família Homoparental em sala de aula. 70% não relatou violência cometida por amigos de escola. Já 20% sim, por razões como racismo e *bullying* homofóbico devido a um sobrenome e 10% sofreu violência por meio da expressão “sapatonas”. As expectativas e avaliações gerais dos/das participantes apontam a necessidade de diálogo sobre a Família Homoparental dentro das escolas. Em suma, existem tensões entre aceitação e discriminação para com a homoparentalidade em ambiente escolar, o que constata a realidade do preconceito ainda vigente sobre essa temática.

Palavras-chave: Violência. Homofobia. Família Homoparental. Escola.

ABSTRACT

It is an exploratory research in the scope of violence of/at school against the homoparental family of approach, mainly, qualitative. The objective of this research is to understand what homosexual parents say about the relationships established with employees, teachers and students in their children's schools; their expectations and general assessments of institutions are equally apprehended. The bibliographic review resulted in 54 works: 35 articles; seven national surveys; six dissertations; four books and two theses. The sources are semi-structured interviews, carried out with three mothers and seven fathers - representatives of ten homoparental families from the southeastern and center-western regions. In addition to the interviews, an instrument called Identification Card was applied to collect socioeconomic data of the subjects. The data collection was supported by authors such as Thompson (1992), Woods (1999) and Bourdieu (1999), in triangulation with the authors of the bibliographical review focused on the theme Homoparental Family. Data analysis was performed by means of a Content Analysis approach (BARDIN, 1977). From the Information Centers produced with the interviews, we have the following results: 60% of the subjects affirmed that they did not suffer homophobia due to homoparentality by school officials. However, we identified situations of prejudice against a child with special needs and a case of bullying. In 40% of the reports we found the following forms of violence: omission of responsibility against possible cases of homophobia; inadmissibility of homoparentality in registration situations; accusation of homoparentality as a negative factor in the experience of children in school environment. Regarding the relationship with teachers, 80% did not show situations of prejudice, differently from 20% exposed to violence such as disagreement about homoparentality, offenses due to sexual expression and rejection in addressing the Homoparental Family in the classroom. 70% did not report violence committed by school friends, but 20% suffered violence for reasons such as racism and homophobic bullying due to a surname and 10% were called "dykes". The expectations and general evaluations of the participants point to the need for dialogue on the Homoparental Family within the schools. In short, there are tensions between acceptance and discrimination towards homoparentality in the school environment, which confirms the reality of prejudice still prevailing on this theme.

Key-words: Violence. Homophobia. Homosexual Family. School.

LISTA DE QUADROS

Quadro A Levantamento bibliográfico em forma de artigos.....	20
Quadro B Levantamento bibliográfico em forma de Dissertações de Mestrado.....	24
Quadro C Levantamento bibliográfico em forma de Teses de Doutorado.....	25
Quadro D Levantamento bibliográfico em forma de Livros.....	25
Quadro E Levantamento bibliográfico de Pesquisas em âmbito nacional.....	26
Quadro F Apresentação das famílias conforme sua localização.....	105
Quadro G Apresentação dos pais e mães.....	106
Quadro H Apresentação dos filhos.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAFH – Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas
ADI – Ação Declaratória de Inconstitucionalidade
ADPF - Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
CAPES - Coordenação de Pessoal de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
DF-E – Desenhos de Famílias com Estórias
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
E.F. – Ensino Fundamental
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCLAr – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GGB – Grupo Gay da Bahia
GO – Goiás
I.C. – Iniciação Científica
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
LGBT – Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transexuais
MEC – Ministério da Educação
ONG – Organização Não Governamental
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
RJ – Rio de Janeiro
SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*
SINAN – Sistema de Informações de Agravos de Notificações
S.M. – Salário Mínimo
S. R. – Sem Rendimento
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
SP – São Paulo
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBa – Universidade Federal da Bahia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O QUE DIZEM PESQUISAS SOBRE A FAMÍLIA HOMOPARENTAL BRASILEIRA: 2009-2015.....	17
1.1 Localização e apresentação da revisão bibliográfica.....	18
1.2 Contextualizando a família homoparental.....	28
1.3 A união estável e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil.....	37
1.4 A adoção e a parentalidade das famílias homoafetivas.....	48
2 PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS E A FAMÍLIA HOMOPARENTAL: APONTAMENTOS DESABONADORES.....	60
2.1 O preconceito contra homossexuais.....	61
2.2 O preconceito contra as famílias homoparentais.....	70
2.3 A relação entre a escola e a família homoparental.....	76
3 A PRODUÇÃO DAS FONTES.....	84
3.1 A decisão sobre o tipo de entrevista a ser usada e sobre a respectiva abordagem.....	85
3.2 A realização das entrevistas.....	96
4 AS VOZES DOS REPRESENTANTES DE CADA FAMÍLIA.....	99
4.1 Um perfil dos sujeitos.....	102
4.2 As vozes dos sujeitos.....	110
4.2.1 A composição das famílias.....	110
4.2.2 A comunicação com os funcionários da escola.....	120
4.2.3 A comunicação com os professores e as expectativas dos pais e mães sobre a escola.....	134
4.2.4 A relação dos filhos com os colegas da escola e as avaliações gerais dos pais sobre as instituições que os filhos frequentam.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170

REFERÊNCIAS.....	174
APÊNDICES.....	184
Apêndice A – Ficha de Identificação.....	185
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	188
Apêndice C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	192

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o objetivo de apreender o que dizem pais e mães homossexuais sobre a escola de seus filhos, a fim de investigar se existem relações discriminatórias quando no contato entre família homoparental e instituições escolares. Esta pesquisa originou-se de questões levantadas no desenvolvimento de um trabalho de Iniciação Científica (I.C.) realizado na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, intitulado A violência em espaço escolar produzida no contexto francês: em pesquisas francesas (2009-2013). O estudo da I.C. foi financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) no âmbito PIBIC, processo nº 114847/2015-0, sob orientação da professora Marilda da Silva. Esse estudo esteve vinculado ao projeto da referida orientadora, intitulado: “Exposição de professores à violência na infância e juventude: analisando o reflexo dessa exposição na produção da cultura da violência em ambientes escolares”, financiado pela FAPESP, processo nº 2013/25836-4. As atividades desenvolvidas na Iniciação Científica consistiram em analisar documentos franceses como artigos, capítulos de livros e notícias em revistas *online*, cujo objeto investigativo fosse a violência em espaço escolar na França em um período recente, cinco anos (2009 a 2013).

A partir das leituras evidenciamos que nas escolas daquele país existem agressões entre alunos por conflitos de diversas naturezas e por diferentes razões. Em alguns casos as agressões estavam relacionadas a racismo, outros à religião e, ainda, em poucos casos haviam agressões vinculadas a questões de gênero e condição sexual. (RUBI, JARLÉGAN, 2013). Diretamente, nossas indagações direcionaram-se aos casos de agressões cujos motivos estavam relacionados à condição sexual e se estenderam às questões pertinentes à família homoparental. A partir disso levamos em conta que as fontes analisadas pouco se debruçaram sobre a família homoparental e sua relação com a escola. Então, fomos levados a refletir sobre como estariam sendo recebidos pais e mães homossexuais, bem como seus filhos, na e pela escola brasileira. Desse modo, duas problemáticas contribuíram para este interesse: a violência em espaço escolar brasileiro e o novo arranjo familiar que se apresenta institucionalmente à escola dos tempos atuais. Nesse sentido, discorreremos na presente dissertação sobre o processo de inserção de filhos de pessoas homoafetivas em ambiente escolar.

A abordagem que aqui se trata é, majoritariamente, qualitativa e isto posto nos valem de entrevistas semiestruturadas efetivadas com dez pais e mães homossexuais. Esta pesquisa tem caráter exploratório por ser a institucionalização da família homoparental muito recente no Brasil. No processo de coleta dos dados, as entrevistas semiestruturadas e a Ficha de Identificação, foram fundamentadas por meio das reflexões metodológicas dos seguintes autores: Paul Thompson (1992), Peter Woods (1999) e Pierre Bourdieu (1999). Para a análise dos dados aplicamos uma aproximação à Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) no que diz respeito a organização dos dados e as inferências que eles permitiram. As análises estabeleceram relação direta com os objetivos específicos desta pesquisa:

- Apreender o que dizem pais homossexuais- sejam eles solteiros ou que estejam em relações homoafetivas-, sobre os modos por meio dos quais as escolas os recebem em situações de caráter institucional, como: verificar se há vaga para seus filhos; matriculá-los; falar sobre a relação dos filhos com a escola, dialogar com gestores sobre diferentes assuntos e participar de reuniões de pais e mestres, etc.
- Constatar o que os referidos pais dizem sobre a forma por meio da qual o corpo docente dialoga com os mesmos, tendo em vista compreender se há, ou não, manifestação de preconceito por parte dos professores em relação à família homoparental.
- Apreender o que os pais dizem sobre a relação de seus filhos com os colegas da escola, tendo em vista verificar se ocorre, ou não, violência contra seus filhos advinda dos colegas.
- Verificar se os pais e seus filhos sentiram-se ameaçados/ofendidos/excluídos de alguma forma quando em contato com a escola.

No que concerne à realização das entrevistas, faz-se saber que elas ocorreram pessoalmente, bem como via *webcam*, com participantes residentes em diferentes cidades e estados brasileiros. As famílias entrevistadas são chefiadas por três mães e sete pais. A idade dos sujeitos é diversificada, a menor estabelece-se em 34 anos e a maior atinge os 47 anos. Quanto ao Estado Civil dos sujeitos, cinco deles declararam-se solteiros; três casados; apenas uma mãe declarou-se em união estável e outra mãe divorciada. No que diz respeito aos filhos dos participantes são 15

crianças/adolescentes, cujas idades variam entre dois e 15 anos. Os filhos de nossos entrevistados são estudantes em escolas privadas (11) e públicas (04) desde a Educação Infantil (03) até o 9º ano do Ensino Fundamental (12).

Tendo em consideração a revisão bibliográfica, utilizamos artigos, dissertações, teses e pesquisas em âmbito nacional, produzidas no Brasil dentre o período de 2009 a 2015. As pesquisas foram encontradas em repositórios *online* de pesquisas acadêmicas como *Scielo (Scientific Electronic Library Online)* e/ou de Programas de Pós-Graduações de Universidades Públicas e Particulares. Os descritores utilizados para localização dos documentos que fizeram parte das seções de revisão bibliográfica desta dissertação foram: família homoparental; filhos de família homoparental; escolas e filhos de homoafetivos, violência contra filhos de família homoparental na escola. No entanto, dada a recente institucionalização jurídica¹ dessa nova face da família contemporânea, foram encontradas poucas investigações que contemplassem a realidade de pais e mães homossexuais na escola em que seus filhos/as estudam. Ainda que tenhamos nos deparado com escassa produção no campo da Educação, localizamos valiosas pesquisas no âmbito do Direito e da Psicologia. A revisão bibliográfica em questão favoreceu nossa reflexão sobre a parentalidade e, igualmente, sobre a violência ocorrida em solo brasileiro contra pessoas LGBTs.

Outro dado que consideramos necessário esclarecimento desde já, diz respeito à terminologia que se refere ao tratamento da diversidade própria da sexualidade: “orientação sexual” ou “orientação afetivo-sexual”. Na leitura de Farias e Maia (2009), por exemplo, apresenta-se a primeira denominação como sendo uma expressão afetiva e sexual de uma pessoa à outra. Desse termo nascem as expressões ‘orientação homossexual’ ou ‘orientação heterossexual’ quando se trata de diferenciar a vertente do desejo entre o mesmo sexo e o sexo oposto, respectivamente. Por sua vez, o termo orientação afetivo-sexual apresenta características que não somente de natureza sexual, mas igualmente afetiva. Apesar das diferentes designações, trata-se de fenômenos idênticos, já que os indivíduos manifestam tanto afetiva como sexualmente a posição de homossexuais. No entanto, encontramos mais frequentemente a utilização do termo “orientação sexual” nas diferentes leituras que realizamos como, por exemplo, em

¹ Antecipamos ao leitor duas datas simbólicas e de vanguarda da justiça brasileira para com as pessoas homoafetivas no Brasil: 05 de maio de 2011, quando da decisão do STF sobre a equidade da união estável e do casamento civil; e 14 de maio de 2013, quando da decisão do CNJ sobre a obrigatoriedade dos cartórios nacionais realizarem as comemorações maritais entre pessoas LGBT- tanto em união estável quanto no casamento civil. Estamos denominando institucionalização da família homoparental em consonância com os marcos legais que asseguram direitos à essas famílias.

Roudinesco (2003), Cavadinha (2012) e Vecchiatti (2013). Tendo encontrado este termo na maioria das pesquisas e uma vez que compreendemos que a expressão contém, sintetizadas, sexualidade e afetividade, optamos por utilizá-la em nossa narrativa. O documento do Programa Nacional Brasil sem Homofobia (2004, p. 29), a nosso juízo, elucida a esse respeito:

Orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num *continuum* que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade.

Destarte, esta pesquisa está estruturada da seguinte forma:

A seção 1, intitulada “O que dizem pesquisas sobre família homoparental brasileira: 2009-2015” fraciona-se dessa maneira: no item 1.1 *Localização e apresentação da revisão bibliográfica*, apresentamos detalhadamente o trajeto percorrido para encontrar as pesquisas que fundamentam o campo teórico desta investigação. No item 1.2 *Contextualizando a família homoparental* contextualizamos a família homoparental na seara do casamento e da união estável a partir dos marcos legais e das discussões jurídicas a esse respeito. Em seguida, no item 1.3 *A união estável e o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil* apresentamos informações pertinentes às uniões entre homossexuais e os direitos dela derivados na sociedade brasileira. No último item dessa seção, o item 1.4 *A adoção e a parentalidade de famílias homoafetivas*, evidenciam-se fontes de extrema relevância para se compreender os processos de parentalidade que circundam a família homoparental. Assim, esta seção fundamenta-se como norteadora da revisão bibliográfica trazendo estudos teóricos e empíricos que compreendem as questões jurídicas e socioculturais pertinentes à família homoparental brasileira.

Na seção 2, intitulada “Preconceito contra homossexuais e a família homoparental: apontamentos desabonadores” apresentaremos com detalhamento o que as pesquisas fundamentais da revisão bibliográfica apontam sobre o fenômeno da violência contra pessoas homossexuais na sociedade brasileira. A seção 2 encontra-se subdividida em três partes: no item 2.1 *O preconceito contra homossexuais* trazemos à baila o resultado de pesquisas em âmbito nacional, realizadas por importantes institutos e grupos de pesquisa nacionais e internacionais, que buscam compreender o fenômeno da violência contra cidadãos LGBTs. No segundo item, 2.2 *O preconceito contra as*

famílias homoparentais são reveladas as pesquisas que trataram de situações violentas direcionadas a essas famílias. O último item, 2.3 *A relação entre a escola e a família homoparental* evidenciam-se pesquisas que abordam a relação da escola com essa nova face da família brasileira, buscando por situações de preconceito.

A seção 3 “A produção das fontes” traz o detalhamento dos procedimentos metodológicos que possibilitaram a coleta dos dados nesta pesquisa. No item 3.1 *A decisão sobre o tipo de entrevista a ser usada e sobre a respectiva abordagem*, ressaltamos quais os principais autores que nos ampararam para idealizar as entrevistas semiestruturadas, como Thompson (1992), Woods (1999) e Bourdieu (1999). Então, é traçado no item 3.2 *A realização das entrevistas* como sucederam-se as entrevistas propriamente ditas e como elas foram aplicadas aos sujeitos participantes.

Na seção 4, intitulada “As vozes dos representantes de cada família” apresentam-se os dados, a partir de uma aproximação à Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), por meio de núcleos informativos. Assim, a análise que deriva da voz dos sujeitos participantes organiza-se em dois itens: o primeiro, 4.1 *Um perfil dos sujeitos* trata de apresentar um perfil socioeconômico dos participantes a partir dos dados obtidos por meio da Ficha de Identificação. Neste item também é realizada a leitura dos sujeitos a partir de quadros: no primeiro, Quadro F, informa-se a localização dos sujeitos à época da entrevista. No Quadro G e no Quadro H, apresentam-se informações relacionadas aos pais/mães e filhos/as, respectivamente.

No segundo item, 4.2, da referida seção, intitulado *As vozes dos sujeitos*- são reveladas as informações igualmente extraídas das fontes consultadas: entrevistas semiestruturadas com 10 participantes. Este item é subdividido da seguinte maneira: 4.2.1 *A composição das famílias*- diz respeito aos processos de busca pela filiação, divisão da parentalidade e outras informações que compreendem a constituição subjetiva de cada família; 4.2.2² *A comunicação com os funcionários da escola*- compreende o fenômeno da violência ocorrido com os filhos dos sujeitos dentro do ambiente escolar; 4.2.3 *A comunicação com os professores e as expectativas dos pais e mães sobre a escola*- abordam-se as relações positivas e negativas com os professores a partir da voz dos sujeitos. Informações sobre as expectativas dos pais sobre as escolas dos filhos são igualmente evidenciadas; 4.2.4 *A relação dos filhos com os colegas da escola e as avaliações gerais dos pais sobre as instituições que os filhos frequentam*- nesta última

² A partir do item 4.2.2, os dados serão continuamente apresentados em dois grupos: dos sujeitos que sofreram e daqueles que não sofreram preconceito.

parte da seção 4 são apresentadas as avaliações finais sobre as escolas dos filhos divididas em relatos positivos e negativos. As evidências de relações homofóbicas por parte dos colegas dos filhos/as serão igualmente nesse momento informadas.

Ao finalizar esta pesquisa, sintetizamos nas Considerações finais o que resultou da análise dos dados. Então, a partir do que disse pais e mães homossexuais sobre a escola dos filhos/as pôde-se compreender quem mais sofre e quem menos sofre violência no espaço escolar. Também puderam se fazer reconhecer quem as comete e quais os tipos de violência que foram revelados pelos depoentes.

**1 O que dizem pesquisas sobre a família homoparental
brasileira: 2009 - 2015**

1 O QUE DIZEM PESQUISAS SOBRE A FAMÍLIA HOMOPARENTAL BRASILEIRA: 2009 - 2015

Apresentamos nesta seção a revisão bibliográfica que fundamentou as reflexões acerca da família homoparental, da união e dos casamentos entre homoafetivos, bem como sobre as questões legais da adoção e a paternagem/maternagem dessas famílias. Primeiramente, na subseção 1.1, deixamos claro o trajeto percorrido até a localização das respectivas fontes que contribuíram para as reflexões que apresentamos aqui. A seguir, em forma de quadros, expomos ao leitor as obras “mais conceituais”, assim como “pesquisas propriamente ditas”. Na subseção 1.2 esclarecemos como tais fontes contextualizam a família homoparental brasileira. Poderá o leitor encontrar importantes dados sobre a questão da união estável e do casamento civil entre pares homoafetivos no Brasil na subseção 1.3. Por fim, questões relevantes acerca da adoção e da parentalidade por homossexuais são encontradas no item 1.4.

1. 1 Localização e a apresentação da revisão bibliográfica

Apresentamos, previamente, o que dizem as pesquisas em suas diversas modalidades, justificando a escolha por elas. O acervo das obras escolhidas compilou-se de maneira que necessitamos separar as fases de buscas e leituras em três momentos distintos. Primeiramente, efetuamos um levantamento detalhado em sites específicos visando encontrar pesquisas que abordassem as possíveis situações de violência/preconceito entre família homoparental e escola; nesta etapa evidenciou-se a escassez de pesquisas sobre a referida relação. Contudo, a busca realizada até então se ateve a artigos. Tais leituras nos direcionaram a pesquisas de maior amplitude, que tratavam de contingentes mais expressivos e substanciosos, ou seja, pesquisas que evidenciavam o fenômeno do preconceito contra a homoafetividade em nível nacional. Assim, no segundo momento de busca, investiu-se em pesquisas acadêmicas: mestrado e doutorado. Ao reconhecermos tais estudos, encontramos indicações de obras mais conceituais e, então, formalizamos a partir de um último momento nossa busca por livros aclamados pela comunidade científica. Reiteramos que a busca pela bibliografia que fundamenta esta pesquisa aconteceu em bancos *online* de artigos, dissertações e teses como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Coordenação de Pessoal de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e bibliotecas virtuais de universidades brasileiras públicas e particulares.

Esclarecemos ainda que o recorte temporal da revisão bibliográfica foi o mesmo estabelecido na pesquisa de Iniciação Científica, como apresentado na Introdução, uma vez que estamos dando continuidade e aprofundamento na pesquisa de I.C. Àquela altura, estudávamos produções francesas realizadas entre os anos de 2009 e 2013, totalizando cinco anos de produção. A priori, tínhamos intenção de manter a mesma quantidade de anos para a pesquisa bibliográfica do mestrado, porém, ao identificarmos a recente institucionalização da família homoparental e a abrangente discussão promovida nas áreas do Direito e da Psicologia durante o ano de 2011- marco da união estável e do casamento civil no Brasil entre pessoas homoafetivas- decidimos por estender as buscas por mais dois anos. Portanto, as referências utilizadas nesta seção foram formuladas nos anos de 2009 a 2015³. Destacamos ainda, que os descritores utilizados para localização desses documentos foram: família homoparental; filhos de família homoparental; escola e filhos de homoafetivos; violência contra filhos de família homoparental na escola.

Ao todo, o leitor encontrará cinquenta e quatro obras que se dividem em cinco quadros abaixo arrolados. Tais quadros facilitam a localização das obras referenciadas de acordo com suas diversas modalidades e o ano de publicação. Contamos, portanto, com trinta e cinco artigos, seis dissertações, duas teses, quatro livros e sete pesquisas em âmbito nacional. Ainda a propósito da organização do grupo de fontes bibliográficas, partimos da leitura dos resumos e da introdução daquelas que os descritores abarcaram. À medida que compreendíamos que suas temáticas eram afins das que se tratam aqui – isto é, a homoafetividade, a homoparentalidade e suas relações com a escola e a sociedade em geral, bem como as situações de preconceito e violência sofridas pelas pessoas homoafetivas, o texto era incluído na revisão.

Os trinta e cinco artigos aos quais nos dedicamos, trazem um vasto panorama a respeito do reconhecimento legal sobre as famílias compostas de pais e mães *gays*, além de retratar de forma muito generosa os procedimentos legais que tornaram a família

³ À exceção do referido período, destacamos o livro intitulado *A família em desordem* (2003), de Elisabeth Roudinesco. A despeito de não coincidir com o recorte temporal dos demais materiais que selecionamos, trata-se de uma obra de enorme importância e cujos temas mantêm intensa relação com nossa pesquisa, razão pela qual decidimos incluí-lo na tabela de leituras. Ressaltamos, entretanto, que não alargamos o intervalo temporal até o ano de 2003 para quaisquer outras pesquisas que pudessem nos servir de referência.

homoparental equivalente às heterossexuais no âmbito jurídico. Tais artigos compreendem ainda certo número de pesquisas sobre a relação entre escolas e as famílias em questão. Os quatro livros apresentados no Quadro D versam sobre institucionalização da família de pais homoafetivos de forma profunda e complexa, sobretudo no que tange às questões relacionadas à adoção e às demais possibilidades parentais (inseminação artificial, barriga de aluguel, etc.) para homossexuais. As dissertações e teses, por sua vez, realçam a atualidade e a contextualização das questões relacionadas às famílias homoparentais na medida em que as abordam através de pesquisas de campo que indicam mais proximidade entre elas e os pesquisadores da área. Finalizando, as pesquisas em âmbito nacional- encontradas no Quadro E- denunciam de maneira contundente as formas de violência contemporaneamente instauradas contra homossexuais, transexuais e mulheres de nossa sociedade. Ademais, os dados levantados identificam agressores e vítimas.

A seguir, apresentamos os quadros A, B, C, D e E. A partir dos títulos das obras é possível concluir que nem todas as pesquisas abordam a questão da violência. Contudo, o leitor obterá a devida aproximação das pesquisas que evidenciam a violência contra pessoas homoafetivas com detalhamento nas próximas subseções.

Quadro A – Levantamento bibliográfico em forma de artigos

Ano	Título	Autor	Modalidade
2009	Homoafetividade na escola: a diferença emancipatória do direito.	Elias Mugrabi	Artigo
2009	A escola e os novos arranjos familiares.	Michel Mott; Adolfo Ignacio Calderón; Angélica A. Curvelo Alves; Ana Carolina de Lima	Artigo
2009	Homoparentalidade e escola: que conjugação é essa?	Noeli Gemelli Reali	Artigo
2009	A relação conjugal homoafetiva: revolução ou acomodação?	Murilo dos Santos Moscheta e Manoel Antonio dos Santos	Artigo

2009	A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil	Luiz Mello; Miriam Grossi; Anna Paula Uziel	Artigo
2010	Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade.	Mariana de Oliveira Farias	Artigo
2010	Desconstruindo preconceitos sobre a homoparentalidade	Jorge Gato; Anne Marie Fontaine	Artigo
2010	A família homoafetiva e seu legal reconhecimento.	Priscila Uchoa Martins	Artigo
2010	Novos desafios e demandas à comunidade escolar: a escola e a educação de crianças adotadas por famílias gays.	Adolfo Ignacio Calderón; Michel Mott; Angélica A. Curvelo Alves; Ana Carolina de Lima	Artigo
2010	Diversidades familiares e relação entre família e escola no contexto da educação básica.	Giovane Martins da Costa; Paulo Fossati; João Alves da Silva Neto	Artigo
2010	Famílias enredadas.	Cyntia Andersen Sarti	Artigo
2011	O tema da homofobia em dissertações e teses.	Paulo César Possamai; Anderson da Cruz Nunes	Artigo
2011	Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência.	Nilson Fernandes Dinis	Artigo
2011	A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina.	Ana Laura Moraes Martinez; Valéria Barbieri	Artigo

2011	Impacto da orientação sexual e do gênero na parentalidade: uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais.	Jorge Gato; Anne Marie Fontaine	Artigo
2011	“Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo.	Carla Lisbôa Grespan; Silvana Vilodre Goellner	Artigo
2011	União homoafetiva, ADPF 132 e ADI 4277: reflexos no casamento civil.	Marianna Chaves	Artigo
2011	Adoção por casais homossexuais.	Marina Eirado Pereira	Artigo
2012	Da realização do projeto homoparental em face a vulnerabilidade das crianças envolvidas.	Valéria Silva Galdino Cardin; Leticia Carla Baptista Rosa	Artigo
2012	Homofobia dos dois lados do Atlântico: atitudes negativas face à lésbicas e a gays em Portugal e no Brasil.	Jorge Gato	Artigo
2012	A reprodução assistida heteróloga nas uniões homoafetivas.	Maria Berenice Dias; Thiele L. Reinheimer	Artigo
2012	Os sentidos e significados produzidos pela escola em relação à família homoparental: um estudo de caso.	Vandernúbia Gomes Cadete; Sandra Patrícia Ataíde Ferreira; Dayse Bivar da Silva	Artigo
2012	Discutindo valores na escola: homoparentalidade e novos conceitos de família.	Luiz Ricardo Mesquita de Freitas; Rosangela Lopes	Artigo

		Dias	
2013	ADI N. 4.277 - Constitucionalidade e relevância da decisão sobre união homoafetiva: o STF como instituição contramajoritária no reconhecimento de uma concepção plural de família.	Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia; Paulo Roberto Iotti Vecchiatti	Artigo
2013	Não há obstáculo legal para o casamento gay.	Maria Berenice Dias	Artigo
2013	A resolução n. 175 do CNJ e os requisitos para a celebração do casamento.	Urbanete de Angiolis Silva; Valmir César Pozzetti	Artigo
2014	O respeito à diversidade e a formação social do indivíduo: uma análise do bullying sofrido por crianças advindas de famílias homoafetivas.	Jackelline Fraga Pessanha; Marcelo Sant'Anna Vieira Gomes	Artigo
2014	Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura.	Jorge Gato; Anne Marie Fontaine	Artigo
2014	Escola e homoparentalidade: a relação entre escola e famílias homoafetivas com filhos.	Priscila Oliveira da Cruz; Lais Helena Malaco	Artigo
2014	Famílias homoparentais e escola: entre vigilância e a transformação.	Jimena de Garay Hernandez; Anna Paula Uziel	Artigo
2015	Um Estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos.	Brunella Carla Rodriguez; Laura Fernandes Merli; Isabel Cristina Gomes	Artigo
2015	Homofobia e heterossexismo nas	Ednildon Ramalho	Artigo

	escolas: propostas pedagógicas inclusivas.	Fideles Júnior	
2015	Ensaio teórico sobre conceito de família na Constituição Federal de 1988 e suas implicações nas famílias LGBT.	Tayla Nayara Barbosa; Fernando Augusto de Souza Guimarães	Artigo
2015	As relações entre famílias homoparentais ou homoafetivas e escola: uma revisão de literatura.	Luciana Kornatzki; Paula Regina Costa Ribeiro	Artigo
2015	Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades.	Mariana de Oliveira Farias	Artigo

Fonte: Elaboração própria.

Quadro B – Levantamento bibliográfico em forma de Dissertações de Mestrado

Ano	Título	Autor	Modalidade
2009	Família e escola no processo educacional de filhos e filhas de pais homossexuais.	Selma Reis Magalhães	Dissertação
2011	Homoparentalidade: estudo psicanalítico sobre papéis e funções parentais em casais homossexuais com filhos.	Ricardo de Souza Vieira	Dissertação
2012	A representação parental de casais homossexuais masculinos.	Brunella Carla Rodriguez	Dissertação
2012	Relação Escola e famílias homoafetivas: visão de discentes de licenciatura em pedagogia.	Carmedite Moreira Santos Silva	Dissertação
2013	Filhas de famílias homoparentais: processos, confrontos e pluralidades.	Jimena de Garay Hernández	Dissertação
2014	Desvelando a família homoparental: um estudo sobre os relatos de casais homossexuais	Mário Augusto Tombolato	Dissertação

	com filhos.		
--	-------------	--	--

Fonte: Elaboração própria.

Quadro C – Levantamento bibliográfico em forma de Teses de Doutorado

Ano	Título	Autor	Modalidade
2012	Duas mães? Mulheres lésbicas na maternidade.	Edu Turte Cavadinha ⁴	Tese
2012	Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo: um estudo de caso.	Mauricio Ribeiro de Almeida	Tese

Fonte: Elaboração própria.

Quadro D – Levantamento bibliográfico em forma de Livros

Ano	Título	Autor	Modalidade
2003	A família em desordem.	Elisabeth Roudinesco	Livro
2009	A adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica.	Mariana de oliveira Farias e Ana Cláudia Bortolozzi Maia	Livro
2010	Homofobia: história e crítica de um preconceito.	Daniel Borrillo	Livro
2013	Manual da homoafetividade: da possibilidade jurídica do casamento civil, união estável e da adoção por casais homoafetivos.	Paulo Roberto Iotti Vecchiatti	Livro

Fonte: Elaboração própria.

⁴ Poderá encontrar o leitor a versão *online* dessa tese com o antigo nome e sobrenome do pesquisador em questão. Todavia, optamos por referenciá-lo já em congruência com sua nova designação, no masculino.

Quadro E – Levantamento bibliográfico de Pesquisas em âmbito nacional

Ano	Título	Autor	Modalidade
2009	Projeto de Estudos sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual: relatório final.	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE); Ministério da educação (MEC); Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP)	Pesquisa em âmbito nacional
2009	Diversidade sexual e homofobia no Brasil- Intolerância e respeito às diferenças sexuais.	Fundação Perseu Abramo (FPA); Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS)	Pesquisa em âmbito nacional
2013	Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	Pesquisa em âmbito nacional
2015	Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014.	Grupo Gay da Bahia (GGB)	Pesquisa em âmbito nacional
2014	Estatística do Registro Civil.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Pesquisa em âmbito nacional
2015	Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.	Julio Jacobo Waiselfisz	Pesquisa em âmbito nacional

2016	Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2013.	Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	Pesquisa em âmbito nacional
------	--	--	-----------------------------

Fonte: Elaboração própria.

As pesquisas apresentadas nos Quadros acima são analisadas nesta e na próxima seção. Lançaremos mão dos resultados da bibliografia estudada também na seção de Análise dos Dados como finalidade comparativa dos dados nelas revelados aos por nós construídos.

1. 2 Contextualizando a família homoparental

Parte significativa dos autores que fundamentam esta pesquisa tratam de questões que estão direta ou indiretamente relacionadas à sexualidade humana e aos preconceitos relacionados à sua diversidade (FARIAS; MAIA, 2009; GATO; FONTAINE, 2011; POSSAMAI; NUNES, 2011; CAVADINHA, 2012; BARBOSA; GUIMARÃES, 2015). Entretanto, antes de tudo, nos parece razoável apresentar ao leitor a origem de termos que serão frequentes de agora em diante- homossexualidade, heterossexualidade e homoparentalidade.

Em 1869 o termo homossexualidade foi criado com finalidade clínica pelo médico húngaro Karoli Maria Kertbeny. O prefixo hom(o) do grego, *homós*, designa semelhança ou igualdade e, quando empregado em referência à sexualidade de um indivíduo, designa a prática de relações amorosas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A palavra “homossexualidade” antecede “heterossexualidade” que, reconhecida somente em 1888, passou a ser empregada para se contrapor ao termo anteriormente cunhado por Kertbeny. De raízes também gregas, o prefixo *héteros* significa diferente e, portanto, quando associado à sexualidade humana, define a atração ou desejo sexual por pessoas de sexos opostos. Por sua vez, o termo homoparentalidade foi criado em 1996 pela Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicos (APGL), em Paris- França. Representando o anseio pela função parental entre pessoas homossexuais, esse termo disseminou-se intensamente no mundo ocidental desde então. Porém, ressalta Roudinesco (2003), que a despeito da rápida adesão ao vocábulo, o universo anglófono não o aceita em virtude de seu caráter notoriamente psiquiátrico, preferindo adotar os termos menos formais, a exemplo *lesbians and gays parenthood* ou *lesbians and gay families*⁵. Desde sua criação, tornou-se convencional empregar os termos homossexualidade, heterossexualidade e homoparentalidade e, a partir do processo de expansão da língua inglesa pelo mundo no século XIX, promoveu-se também a denominação de homens homossexuais pela palavra *gay* que tem por tradução feliz/alegre. A partir da mesma época, no que condiz à homossexualidade feminina houve a retomada do termo *lesbian* “[...] em referência a Safo, a poetisa grega da ilha de Lesbos” (ROUDINESCO, 2003, p. 182).

⁵ Tradução nossa: paternidade lésbica e *gay*; famílias *gay* e lésbicas, respectivamente.

De todas as instituições vigentes na sociedade ocidental contemporânea, a família é a que mais tem importância na formação de indivíduos. A socialização primária de uma pessoa tende a acontecer primeiramente com os membros de sua família – pais, mães e irmãos, que farão parte de seu convívio ao longo da vida. A eles, significados e sentimentos são atribuídos a partir dos graus e normas de filiação e parentesco que se estabelecem desde a primeira infância. Os graus e normas estabelecidos mudam conforme as heranças culturais e os hábitos sociais de determinado povo. A historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco (2003), ao analisar a trajetória da família ocidental contemporânea, defendeu que ao longo de quarenta anos houve um processo de diminuição das tradições relacionadas aos gêneros. Assim, o discurso conservador e hierárquico muito presente nas relações amorosas tradicionais passou a ser contestado, trazendo à família reformulações mais igualitárias no que concerne aos papéis e às funções de seus membros. Igualmente, assistimos no Brasil à flexibilização dos moldes tradicionais da família, conservadora, nuclear e/ou patriarcal, de maneira que essa instituição, passando por importantes transformações, pôde se configurar diversamente, com novas formações que não somente pais, mães e filhos.

Na década de 1990, as mudanças nos padrões familiares dos brasileiros ganharam novo estímulo com o processo de identificação da paternidade por meio do exame de DNA. Tornaram-se menos comuns casos de incerteza sobre a paternidade, cuja veracidade somente poderia ser garantida através do discurso e da confiabilidade do cidadão requerente à filiação. Se antes os meios jurídicos de exigir responsabilidades paternas eram falhos – o que levava as mulheres a prejuízos financeiros e psicológicos por administrarem sozinhas a filiação rejeitada pelo pai biológico –, o referido exame possibilitou que a histórica atitude de irresponsabilidade masculina frente à prole fosse interrompida. Assegurou-se assim a obrigatoriedade de deveres para com os filhos de modo que as mães obtiveram mais segurança na medida em que não se viam tão desamparadas quanto à criação de seus filhos, beneficiando-os também com o respaldo dos pais em todos os aspectos legais.

Paralelamente, mudanças no plano jurídico alteraram questões relevantes sobre a instituição familiar em nosso país. Antes que fosse promulgada a Constituição de 1988, o Estado, sob o regimento do Código Civil de 1916, reconhecia enquanto família somente aqueles componentes de núcleos em que os cidadãos fossem oficialmente casados. Fundamentado em valores altamente conservadores, o Código referido

estabelecia leis para o processo de divórcio que o tornava penoso e desagradável para ambas as partes. O discurso patrimonialista, heteroparental, hierárquico e biológico diluiu-se enfim 72 anos mais tarde, na Carta Constitucional, em que o conceito de família ampliou-se para que pudesse zelar pela “[...] igualdade entre os cônjuges e outros tipos de relações, como a união estável e a família monoparental (com apenas um dos pais)” (BARBOSA; GUIMARÃES, 2015, p. 124). Na chamada “Constituição Cidadã”, o direito das famílias regeu-se pelo Artigo nº1, que assegura o princípio da dignidade humana, bem como por outras inovações jurídicas, tais como a igualdade entre homens e mulheres, a igualitária proteção a ambos e a seus filhos, fossem estes oriundos da união ou de adoção. Enquanto isso, também o casamento civil pôde ser desfeito de forma mais simples do que a anterior.

Dialogando sobre os aspectos legais que influíram para a construção da família contemporânea, Sarti (2010, p. 34) reitera que

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 instituiu duas profundas alterações no que se refere à família: 1. a quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher; 2. o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, que os define como ‘sujeitos de direitos’.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) constitui-se de um conjunto de normas e regras dispostas em forma de lei, que estruturam os direitos humanos para crianças e adolescentes⁶. A criação do Estatuto inspirou-se em normativas internacionais importantes como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que, proposta em 1989 pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), tornou-se conhecida por assegurar através de dez princípios o direito de toda criança a brincar, estudar e ter respeitados sua liberdade e seu convívio social. A formulação do ECA contou ainda com influências das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude. As também denominadas “Regras de Pequim” foram fruto da Assembleia Geral de 1985 em que a Organização das Nações Unidas (ONU) debateu questões sobre o tratamento de jovens infratores. Elaborar o ECA requereu afinal que se compreendessem também as discussões que, em 1988, viabilizaram as Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência

⁶ Responsável por regulamentar o Estatuto, a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 entende por crianças aquelas com faixa etária de até doze anos incompletos. Quanto aos adolescentes, assim são considerados aqueles com idade entre doze e dezoito anos, sendo que, em casos excepcionais, a referida lei pode ampliar seus recursos a pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Juvenil, as Diretrizes de Riad, cujas resoluções previam a necessidade de esforços para que crianças e jovens tenham acesso à educação de qualidade, afastando-os da delinquência e do crime. Diante disso, fica claro que o Estatuto contribuiu para o desenvolvimento de leis que sustentam a importância do convívio da criança e do adolescente em uma estrutura familiar sadia e próspera. Caso a convivência familiar seja abusiva e ultrapasse os direitos da dignidade humana sobre a criança ou adolescente, desrespeitando-os como sujeitos de direitos, “o ECA dessacraliza a família a ponto de introduzir a ideia da necessidade de se proteger legalmente qualquer criança contra seus próprios familiares [...]” (SARTI, 2010, p. 35).

As recentes mudanças e revisões da família brasileira também dizem respeito à polarização da homossexualidade e da homoparentalidade. Ou seja, se num dos extremos constrói-se a aceitação social, noutra legitima-se a discriminação. Em face da ignorância social que promove o país à posição de uma das maiores lideranças no mundo no que concerne aos índices de assassinatos ocasionados por crimes de homofobia, a função educacional propõe de forma cada vez mais ativa o diálogo sobre a homofobia (DINIS, 2011). Debates sobre aspectos que depreciam pessoas homoafetivas vêm acontecendo frequentemente em escolas de níveis fundamental, médio e igualmente em universidades. No mesmo sentido, é importante enfatizar que avanços tecnológicos recentes facilitaram a promoção de discussões acerca da bi, homo e transexualidade. Conseqüentemente, as questões acerca da sexualidade humana ganharam um tom mais popular, ou seja, saíram das discussões do universo acadêmico para integrar o imaginário da sociedade em suas diversas esferas.

A despeito dos avanços quanto à igualdade de gêneros em âmbito de direito e do número crescente de debates sobre essa e demais questões, a sociedade brasileira mantém-se ainda machista e conservadora (GRESPLAN; GOELLNER, 2011). Diante disso, as organizações em prol dos direitos igualitários da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) ganham relevo, uma vez que oferecem resistência ao conservadorismo existente. Essas organizações mobilizam pessoas a manifestarem-se por políticas públicas que ainda não asseguram princípios constitucionais isonômicos. Assim, a comunidade LGBT busca visibilidade para que toda a população revise os conceitos de gênero e reconheça as recentes ampliações da família. Igualmente, busca refletir a heterossexualidade enquanto padrão normativo a segregar as inúmeras outras expressões da sexualidade humana como não corretas e não “naturais”. Uma forma de representação simbólica da crescente visibilidade dessa comunidade e de seus esforços

são as paradas-gays. Ocorrendo anualmente em inúmeras cidades brasileiras desde o final da década de 1990, aliam atividades acadêmicas – palestras e congressos – à famosa passeata com a intenção de que todos os cidadãos tenham acesso às reflexões acerca das condições de preconceito e violência contra os indivíduos pertencentes a esse grupo. Destarte, o diálogo proporcionado por esses movimentos chega à sociedade civil de forma a atenuar o estranhamento social, ainda muito presente contra a homoafetividade.

Embora a institucionalização da família homoparental seja recente, núcleos compostos por pais e mães homossexuais existem há muito tempo no Brasil. Contudo, muitas famílias viviam às sombras da sociedade devido à falta do justo amparo legal à composição homoafetiva de seus membros. Exemplo disso é que se postergava o desejo de constituir família e filhos em razão dos demais impasses culturais contra os quais os homossexuais lutavam (Farias; Maia, 2009). Entre as décadas de 1990 e 2000, porém, surgiram importantes movimentos sociais que priorizaram o debate e a promoção sobre questões relacionando gênero e famílias chefiadas por pessoas LGBTs. Agitada por setores da mídia que, entre os anos 2000 até o presente momento, expressaram-se nesse sentido, a sociedade vem se esforçando a reconhecer novas formas de famílias que não as oriundas do modelo tradicional. No cenário internacional, ao contrário, o reconhecimento da homossexualidade como orientação sexual deu-se em meados de 1969, quando uma batida policial em um bar nova-iorquino chamado *Stonewall Inn* levou os clientes a se defenderem da abordagem dos policiais: segundo Farias (2010), os homossexuais reagiram agressivamente, ao atirarem, garrafas enquanto cantavam hinos da causa *gay*. Desde o dia que se tornou conhecido por “Dia do Orgulho Gay”, tamanha sua importância histórica, o Movimento de Liberação Gay, sensibilizou milhares de pessoas quanto à causa da visibilidade homoafetiva. É necessário lembrarmos, porém, que mesmo antes do episódio pelo qual o bar gay tornou-se famoso, o fortalecimento de lutas em defesa de homoafetivos deveu seu arranque ao movimento feminista. Dada a mobilização de homens para servir ao exército durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), intensificou-se a inserção de mulheres no mercado de trabalho. Elas, que mal podiam votar, organizaram-se em movimentos encarregados de discutir o papel e a importância feminina na sociedade contemporânea. Durante a década de 1960, o feminismo europeu e o estadunidense tornaram-se expressivos na medida em que incentivavam protestos em inúmeras partes do mundo.

Estudos que tratam da contextualização de famílias homoparentais, como os de Roudinesco (2003), Farias (2010) e/ou Barbosa e Guimarães (2015), apresentaram-nos discussões sobre o conceito de família nuclear/tradicional. Segundo eles, a família nuclear pode ser compreendida como um modelo de fundamentação ideológica atrelada à ideia de natureza; ou seja, há familiaridade quando os membros carregam os genes um do outro. O modelo tradicional de família estrutura-se a partir das relações heterossexuais monogâmicas. Como se sabe, aqueles que defendem este modelo de família como o correto por excelência, oferecem resistência aos diferentes enredos familiares agora existentes, sobretudo quando se trata de bissexuais, famílias com pais/mães transgêneros e/ou homossexuais. Contudo, o conceito mais conservador de família – isto é, aquela constituída de pais, mães e filhos – já não comporta a complexidade das relações contemporâneas. A experimentação da família homoparental, recentemente institucionalizada, põe-nos, pois, a refletir acerca do dinamismo das relações em nossa sociedade. A esse respeito, Pessanha e Gomes (2014, p. 66) buscam esclarecer que a família contemporânea já não comporta

[...] somente a união entre homem e mulher com o objetivo de constituir prole. Família [...] se une através de laços afetivos e são esses laços que garantem que um casal homossexual possa adotar crianças, constituir família e levarem uma vida normal aos padrões atuais.

Para Elisabeth Roudinesco (2003), os pontos de vista da história e da psicanálise permitem dividir a evolução da família ocidental segundo três distintos períodos. Primeiramente, os séculos XVI, XVII e XVIII compreendem a família dita “tradicional”, “nuclear” ou “restrita”, cuja ordem tranquilizava o mundo imutável submetido à autoridade patriarcal. À diferença das estruturas familiares de outrora, essa espécie de família admitiu tão somente o parentesco: sem que fosse possível incluir criados, amigos, parentes ou pessoas próximas, o conceito de família restringia-se aos pais, mães e filhos. Nesse período, os casamentos eram forjados pelos pais de forma que assegurassem a vida sexual e afetiva do casal para procriação e não pelo real desejo das partes. Adiante, demonstra a autora que as evoluções sociais ocorridas de meados do século XVIII ao século XX traduziram a realidade da família que se pode chamar “moderna”. A pertença da autoridade educacional que rege o momento histórico dessa família fez-se em constantes divisões entre os pais e as mães, de um lado, e entre o Estado e os pais, de outro. A família moderna fundamentou-se no amor romântico seguindo o modelo da lógica afetiva que admite a correspondência dos sentimentos e

dos desejos carnavais unicamente mediados pelo casamento. Ao cabo, Roudinesco conclui que a família “contemporânea” ou “pós-moderna” surgiu a partir dos anos 1960, sendo seus padrões diversos dos dois modelos anteriores na medida em que viabilizou considerar, de maneira ainda sutil, a união entre duas pessoas cujas relações íntimas visavam à realização sexual. Àquela época, o anseio por mudanças no que concerniu às propostas do feminismo e da luta de homossexuais contribuiu para que a família contemporânea ganhasse legitimidade tanto para as uniões quanto para as separações. Assim, Roudinesco assinala que a transmissão de autoridade nas relações da família contemporânea fez-se complexa, já que as recomposições conjugais tornaram as relações de parentesco extensas e muitas vezes de difícil compreensão.

Em vista das mudanças ocorridas na trajetória da família ocidental, Roudinesco (2003) e Farias; Maia (2009) sugerem que o incesto é peça chave para os diferentes estudos que analisam a instituição familiar. Com exceção de algumas tribos indígenas em tempos remotos, pouquíssimas sociedades admitiram ou naturalizaram a prática incestuosa como manifestação normalizadora da cultura sexual e amorosa entre os cidadãos. Nesse sentido, as famílias hétero e homoparentais não romperam com o maior dos paradigmas psicanalíticos – o incesto – a reger a contemporaneidade. Assim, os rebeldes homossexuais do final do século passado, que ridicularizavam as estruturas familiares como românticas e decadentes, lutam hoje pelo direito de participação e contribuição para com a instituição familiar, desta vez considerada por eles socializadora, formativa e educadora. Compreende-se então que a grande importância e o apreço à idealização do núcleo familiar no mundo contemporâneo deveu-se às noções de que a família estabelece vínculos importantes entre as pessoas, cujas histórias de vida permanecerão como uma espécie de legado para as futuras gerações. Resumindo, Roudinesco (2003, p. 18) sintetiza que

num sentido amplo, a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendendo uns aos outros: um *genos*, uma linhagem, uma raça, uma dinastia, uma casa etc.

As discussões acerca do modelo tradicional de família não traduzem somente o tópico da sexualidade dos membros familiares, mas aludem a novas formas de se relacionar e viver diferentes experiências no que diz respeito ao amor e à parentalidade⁷. Há, por exemplo, formas do exercício de ser pai e mãe que destoam do modelo

⁷ “Parentalidade” justifica-se à medida que compreende, a um só tempo, os termos paternalidade e maternalidade (RODRIGUEZ, 2012; RODRIGUEZ; MERLI; GOMES, 2015).

conservador: a pluriparentalidade, quando pais em novas uniões estabelecem vínculos de seus filhos com novos pais afetivos/adotivos; a coparentalidade, quando casais amigos decidem dividir a filiação não em uma relação amorosa, mas amistosa; a monoparentalidade, quando pais e/ou mães optam pela filiação estando solteiros. Ao lado dessas novas configurações familiares, a homoparentalidade existe quando a condição afetivo-sexual dos pais e/ou mães se dá por pessoas do mesmo sexo.

Sabe-se que a idealização de uma família monogâmica constituída apenas por pais, mães e filhos(as) justifica-se em razão de condições históricas que naturalizaram as funções sociais desses membros. É ilustrativo, nesse caso, que a mulher contemporânea tenha, além das obrigações externas ao lar, o compromisso de cuidar da prole e das funções domésticas, enquanto sobre o homem recai a responsabilidade de garantir o sustento e a pressão social de representar autoridade máxima do lar. O Mapa da violência 2015 (WALSEIFSZ, 2015), que analisa a violência contra mulheres em todo território nacional, ajuda-nos a compreender que a cristalização das figuras familiares- a partir das diferenças sexuais- desprivilegiou mulheres, quando comparadas com os homens, no passado. Nesse sentido, os apontamentos de Martinez e Barbieri (2011) endossam ainda que a falta de discussão sobre as diferenças entre homens e mulheres é capaz de criar um ambiente cultural que não apenas estabelece, mas incentiva o machismo na sociedade brasileira. Ademais, sendo histórico o posicionamento machista, são necessários debates mais esclarecedores sobre suas raízes, bem como sobre seus prejuízos ao limitar mulheres a determinadas funções, invalidando-as para outras. É, porém, justo reconhecermos evoluções quando se fala da alçada jurídica que possibilitou a disseminação de tais discussões, com programas ideológicos de certo modo atenuantes das diferenças entre gêneros e das violências contra mulheres e homossexuais.

A esse respeito, pesquisas evidenciam que as famílias contemporâneas, sobretudo aquelas chefiadas por pessoas homoafetivas, têm se formado com mais flexibilidade, já que permitem aos seus membros transitar mais livremente entre o masculino e o feminino (GATO; FONTAINE, 2011; FARIAS, 2010). Assim, embora haja preconceito contra mulheres, pessoas homo, bi e transexuais, as marcadas divisões entre os sexos começam, timidamente, a se entrelaçar caracterizando a modernização das funções domésticas e paternas entre casais. Em oposição a todo o mal-estar causado pelas diferenças sexuais e pelos grupos que as defendem em tom definitivo e não questionável, a questão da parentalidade tange algo crucial em nossa discussão: a

capacidade dos homens de cuidarem tão bem de crianças pequenas sem mulheres e de saberem gerir a casa sem a necessidade de companheiras e vice-versa. Autores como Rodriguez, Merli e Gomes (2015, p. 753), atentando à temática da parentalidade na sociedade contemporânea brasileira, afirmam que

A parentalidade vem sendo construída de forma diferenciada, marcada por relações mais flexíveis e dialogadas de gênero, a função de cuidar está mais relacionada com a personalidade do indivíduo do que à sua sexualidade ou gênero.

Apesar dos desafios e responsabilidades que enfrentam os/as chefes de família, pessoas homossexuais almejam cada vez mais a função de liderança familiar, na qual possam se organizar como mães e pais. Segundo Roudinesco (2003) e Rodriguez, Merli e Gomes (2015) o desejo de chefiar uma família está relacionado ao sentimento de pertencimento à sociedade. Ou seja, uma vez que a parentalidade define-se enquanto prática valorizada e aceita em todas as culturas- compartilhá-la equivaleria a integrar-se com igualdade aos pares heterossexuais. Os mesmos estudiosos indicam também que os anseios de LGBTs por exercerem a função de pai e mãe em uma sociedade em que educar filhos é desafiador e oneroso devem-se ao atributo de transmitir às novas gerações o patrimônio cultural herdado de seus antepassados, mantendo viva a história e memória de suas origens. Já que o desejo de constituir família tem naturezas semelhantes quando se trata de pessoas hétero e homossexuais, é possível acreditarmos que a composição de uma família

[...] independe da forma como foi constituída, quer seja oriunda do casamento, da união estável, monoparental, com ou sem filhos biológicos ou adotivos, bastando que para tanto haja afinidade entre as pessoas que a constituam e que estas se considerem parentes, ainda que por vínculos unicamente de afeto (POZZETTI; SILVA, 2013, p. 110).

1.3 A união estável e o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

O excerto acima constitui o 4º parágrafo do 3º artigo da Constituição Federativa do Brasil do ano de 1988. No referido artigo, conhecido por consagrar os direitos fundamentais à dignidade humana, podemos notar que o Estado se compromete a garantir uma sociedade distante de discriminações de diversas naturezas, incluindo as que tenham natureza sexual e homofóbica. Em nossa próxima seção, será possível verificar detalhadamente questões que dizem respeito ao preconceito contra pessoas homoafetivas. Entretanto, detemo-nos por ora no fato de que as discriminações contra pessoas LGBT são recorrentes e atingem altos contingentes na sociedade brasileira. É certo que as leis brasileiras anteriores ao ano de 2013 guardavam desrespeitosas diferenças sobre os direitos de LGBTs, já que sequer reconhecia constitucionalmente a união homoafetiva, marginalizando-a. Desde a última reformulação da Constituição, houve garantias para o livre exercício da afetividade entre os cidadãos brasileiros, o que abriu espaços para uma melhor compreensão sobre a união de casais homoafetivos. Nesse sentido, algumas leituras do âmbito do Direito como as de Silva e Pozzetti (2013) e igualmente Bahia e Vecchiatti (2013), indicam o amor como o princípio essencial de relações que originam tanto famílias heterossexuais quanto homossexuais. Tais autores citam que sem amor, dificilmente as relações humanas resultam em união ou casamento, pois, é claro, pessoas que não sintam amor uma pelas outras não teriam a livre vontade de comungar interesses de vida, divisa de bens e responsabilidades conjugais objetivando a construção de uma família. Ainda que o Direito não seja responsável por conceituar os sentimentos humanos, este ramo do conhecimento determinou que a expressão deles merece proteção jurídica do Estado quando se trata da união de interesses em uma vida plena, contínua e duradoura (VECCHIATTI, 2013).

Em estudos como de Chaves (2011) e Dias (2013), sobre união estável e casamento civil entre homossexuais, encontramos discursos positivos sobre sentimentos que dão razão a essas uniões. Ainda, conforme Pessanha e Gomes (2014), o afeto é que une as pessoas e constrói os sentimentos essenciais à formação da família. Tais autoras compreendem que o afeto constitui-se elemento basilar da família contemporânea, já que é responsável por conferir a estabilidade e a segurança nas e das relações familiares.

Certas de que o afeto e o amor constroem o respeito pela diversidade, bem como a formação social do indivíduo, as autoras comentam que

o princípio do afeto é um princípio constitucional implícito, decorrente da dignidade da pessoa humana e da busca pela felicidade plena, seja pelo princípio da liberdade de orientação sexual, da igualdade e do respeito às diferenças ou, ainda, da própria união estável, que tem nele o principal elemento para o reconhecimento do “status” às famílias ancoradas em laços afetivos, como as famílias homoafetivas (PESSANHA; GOMES, 2014, p. 62).

A exemplo do que sustentam Pessanha e Gomes, Elisabeth Roudinesco (2003) compreende que a legitimidade da família contemporânea não se faz como outrora, isto é, por meio de vínculos e interesses econômicos entre as famílias, nem tampouco se finda no valor consanguíneo e hereditário. Ao contrário, os vínculos familiares estabelecidos pelas famílias de agora se estabelecem sobretudo por companheirismo, afeto, amor e amizade.⁸ Contudo, para que o entendimento das leis abarcassem as famílias homoafetivas foi necessário um grande enfrentamento que proporcionasse a necessária visibilidade dos grupos LGBTs. Antes mesmo dos anos 1980, quando se intensificou a luta por reconhecimento de homossexuais como portadores de direitos iguais, as uniões entre pessoas do mesmo sexo já aconteciam no Brasil (SILVA; POZZETTI, 2013). Porém, a ausência de respaldo na Constituição durante décadas impediu que essas famílias tivessem o direito de formalizar e gozar dos mesmos direitos que as pessoas heterossexuais (FARIAS; MAIA 2009). Em vista das responsabilidades do Estado de garantir direitos às uniões homoafetivas, expomos dois marcos importantes que promoveram o cessar das diferenças legais e buscaram assegurar isonomia entre essas pessoas: a união estável e o casamento civil, deferidos pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, a partir de duas ações específicas que nivelaram lacunas existentes, e a partir de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2013.

Em artigo que investiga as implicações jurídicas das relações homoafetivas, Silva e Pozzetti (2013) afirmam que as convivências familiares pautaram-se mais pelo desejo inconsciente e livre do que pelo formal modelo de casamento exigido pelas leis brasileiras. Em face de muitos casos de relações em regime marital não formalizada juridicamente, surgiu a união estável com objetivo de garantir a entidade familiar

⁸ Todavia, há outros entendimentos sobre as relações matrimoniais, como é o caso do autor Pierre Bourdieu (2012). Neste momento, não abriremos interlocução entre os autores no que diz respeito à constituição familiar contemporânea de modo geral, pois nosso interesse está diretamente voltado para a justificativa da constituição familiar de autores que investigam a família no âmbito do grupo LGBT.

formada a partir da convivência pública, duradoura e contínua entre homem e mulher com intuito de constituir família. A união estável abstém os cônjuges da necessidade de formalização do casamento, pois ela garante e assegura a relação conforme previsto em seus ordenamentos legais, permitindo aos cidadãos gozarem plenamente seus direitos e deveres frente às leis. A fim de esclarecer os efeitos da união estável, trazemos um excerto do texto da Constituição cujo enfoque é nos direitos fundamentais e na supremacia da dignidade humana, conforme o artigo 226:

§ 3º. Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (BRASIL, 1988).

Ao proporcionar tal facilidade aos casais que se encontravam em débito com as antigas leis brasileiras e àqueles que desejavam regulamentar suas uniões, a justiça brasileira promoveu a união estável à entidade familiar, possibilitando ainda facilidade de conversão para o casamento civil nesses casos. Isso porque, antigamente, as relações não formalizadas nos termos legais sofriam discriminação social, sendo vulgarmente denominadas como “juntadas”, “amigadas” ou “amasiadas” e padeciam tanto aos olhos de uma parcela da sociedade como aos olhos da lei. Ou seja, aqueles que não oficializavam suas relações amorosas por quaisquer motivos, sobretudo por não poderem arcar com os custos de um casamento, apenas recentemente receberam atenção das leis que asseguram direitos aos cônjuges que estejam em união estável (SILVA; POZZETTI, 2013). O conceito de união estável estabeleceu-se em 1996, quando disciplinado pelo artigo 1º da Lei nº 9.278/96, segundo o qual

Art. 1º. É reconhecida como entidade familiar à convivência duradoura, pública e contínua de um homem e uma mulher, estabelecida com o objetivo de constituição de família (BRASIL, 1996).

Como é possível perceber, os trechos do documento legal fazem menção unicamente a homens e mulheres, abarcando, pois, as relações heterossexuais. Contudo, ao versar sobre a compreensão da união estável por gays e lésbicas brasileiros, Marianna Chaves (2011) revela que nem a Constituição Federal nem tampouco o Código Civil brasileiro definem de fato que a união estável e o casamento civil devam ser efetivados unicamente entre um homem e uma mulher. Para a autora, ambos os documentos não explicitam que a diferença dos sexos se faz necessária para a legitimação dessas celebrações. A seu ver, a Constituição determina que os direitos e deveres concernentes à união marital devem ser exercidos em equidade tanto para

homens como para mulheres. O Código civil, por sua vez, apresenta denominações mais sexistas sobre os direitos e deveres dos cônjuges em união estável ou casamento. No entanto, é verdade que diferentes avaliações da letra da lei podem ser feitas, donde se torna possível refutar a obrigatoriedade da distinção de sexos quando se trata de formalizar uniões conjugais. Em acordo com Chaves (2011), os estudiosos do Direito Constitucional, Alexandre Bahia e Paulo Vecchatti (2013), afirmam em artigo sobre a celebração do casamento homoafetivo que o texto constitucional não é categórico sobre a limitação dos gêneros. Melhor dizendo, para eles, o reconhecimento da união estável entre um homem e uma mulher não equivale a dizer que será reconhecida apenas quando se tratar da relação entre um homem e uma mulher. Partindo daí, os autores defendem a igualdade dessas relações com as uniões homoafetivas e, do mesmo modo, acreditam que devem ser resguardados os direitos daí derivados, pois

[...] não está escrito na Constituição ou na lei que a união estável existiria “apenas/somente/unicamente” entre homem e mulher, bem como que não se afirma que a expressão “homem e mulher” abarca a união homoafetiva, mas que ela regulamenta a união heteroafetiva sem proibir a homoafetiva, caracterizando lacuna normativa colmatável por analogia” (BAHIA; VECCHIATTI, 2013, p. 88).

Chaves (2011) argumenta também que o Supremo Tribunal Federal brasileiro se deu conta, no ano de 2011, que a união homoafetiva equivale à entidade familiar, em benefício da qual o Estado deve assegurar, garantir e exigir direitos igualitários como os previstos para a união estável entre homem e mulher. Explicita a autora que não poderia continuar a justiça brasileira a ignorar a realidade de tais uniões, visto que a contar das últimas décadas foram inúmeras as manifestações da população LGBT e os debates então suscitados na sociedade civil. Chaves (idem) complementa sugerindo que o Estado já não poderia permitir avaliações parciais resultantes de lacunas na lei, cujos avanços ou retrocessos dependeriam da personalidade de intérpretes de nossa legislação. Isso porque não seria razoável que os poderes Judiciário e Legislativo, ignorantes dos demais sentidos do texto constitucional, renegassem direitos a um grupo digno e que milita pelas causas de seu interesse. Cientes de que fazê-lo seria incoerente, em maio de 2011 todos os dez ministros encarregados de nossa Suprema Corte manifestaram-se favoráveis às uniões homoafetivas. Diante da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, a ADI nº 4277, e da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF nº 132, que discorriam sobre os prejuízos de nossa antiga lei aos homoafetivos, os ministros do STF decidiram beneficiá-los ao aprovar o mesmo regime

reservado à união estável de heterossexuais. Vale dizer, direitos e deveres – tais como pensão, assistência médica ou herança – passaram a valer igualmente para outras espécies de uniões antes estranhas ao texto da lei⁹.

Consequentemente, a decisão que concordou com a equiparação da união estável trouxe o direito da conversão em casamento civil. Todavia, os casais que visavam a conversão necessitavam recorrer à justiça caso quisessem efetivá-la e tal fato tornava o processo oneroso e relativamente longo, pois era preciso aguardar todos os trâmites legais e o aval de um juiz. Assim, já no ano de 2011, houve a primeira conversão de união estável em casamento civil homoafetivo na cidade de Jacareí, interior do Estado de São Paulo. Em pouco tempo, as comarcas do distrito Federal e de Pernambuco fizeram história ao atribuir mesmo *status* aos casamentos registrados em cartório das certidões de casamento, tal qual era costumeiro fazer para pares heterossexuais (CHAVES, 2011). Adiante, outros casos dariam lugar para que os envolvidos nesses processos de conversão ou mesmo nos processos de entrada na união estável se sentissem amparados e legitimados como nunca antes em nosso país.

Entretanto, até o ano de 2013 os cartórios que assim desejassem poderiam recusar-se a celebrar a união de pessoas homoafetivas. Do mesmo modo, teriam poder de furtar-se aos procedimentos requeridos para converter as uniões estáveis em casamento civil. Prevendo as falhas advindas de obrigações dos órgãos competentes da união estável, o ministro Joaquim Barbosa, na época, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), vetou a recusa de autoridades competentes em habilitar e celebrar o casamento civil, bem como converter a união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo. A Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, foi decisão de um órgão do Poder Judiciário, cuja função é, dentre mais, regulamentar atos cartorários. Portanto, ao promulgar tal resolução, o CNJ interveio com seu poder regulamentar para aplicar a norma constitucional e acabar, finalmente, com os resquícios de desigualdade baseados na identidade sexual (SILVA; POZZETTI, 2013).

Para Bahia e Vecchiatti (2013), não existem impedimentos na hermenêutica jurídica sobre a conclusão do CNJ: não existem barreiras semânticas no texto constitucional que sustentem a afirmação de que o casamento civil é ato consumado estritamente por um homem e uma mulher, em relacionamento heteroafetivo reconhecido por juiz de paz. O recurso de análise textual seja por interpretação

⁹ É válido frisar, como reconhecem Rodrigues, Merli e Gomes (2015), que a jurisprudência brasileira considera união estável quando comprovada relação do casal por período mínimo de dois anos.

extensiva (quando se entende decisão idêntica à família conjugal hetero e homossexual) ou por analogia (donde concluir-se-ia que a despeito de se tratar de famílias compostas de pessoas de mesmo sexo, o que as diferenciam de famílias heterossexuais, ambas são de mesma natureza em seu caráter mais essencial: trata-se de uniões conjugais), endossa a não exclusividade das relações heterossexuais no que se refere à consumação do casamento. A equidade entre as relações de pessoas hetero ou homossexuais deve existir conforme a interpretação das leis, visto que ambas consolidam uma família conjugal – esta, uma partícula da sociedade valorativamente protegida pelos regimes jurídicos de união estável e casamento civil. Os autores argumentam ainda que o texto jurídico não dispõe quaisquer óbices à efetivação da resolução assinada pelo ministro do CNJ, pois a união estável e o casamento civil entre pessoas homoafetivas devem amparar-se igualmente da proteção oferecida à família conjugal. Sendo assim, não haveria quaisquer afrontas do profissional do Direito que, mesmo antes dos aparatos legais supracitados, contestasse o casamento como direito exclusivo das relações heterossexuais. Quer dizer, para os estudiosos de que agora falamos, não poderia haver diferenças nas interpretações da lei, pois, de todo modo, famílias conjugais em geral são legalmente asseguradas no que concerne à união estável e ao casamento civil, uma vez que se baseiam no amor familiar e visam à comunhão plena de vida e interesses de forma pública, duradoura e contínua. Nesse sentido, as interpretações devem valer-se positivamente do texto constitucional ao reconhecerem que o amor familiar é o justificador e o protetor do direito das famílias à união, independentemente da condição sexual de seus membros.

Ao contrário, se a interpretação do conteúdo normativo que diz respeito ao casamento civil e à união estável entre pessoas de mesmo sexo é restritiva ou discriminatória, ela fere o princípio isonômico de nossa Constituição: segundo Bahia e Vecchiatti (2013), tratar-se-á de discriminação arbitrária, desprovida de fundamentação lógica sustentável. Igualmente, a procriação– como se sabe, uma questão crucial aos defensores dos regimes maritais exclusivos aos heterossexuais– não é argumento juridicamente válido, posto que não é um diferenciador de direitos. Ou seja, se a capacidade procriativa dos cidadãos brasileiros não é requisito aos regimes jurídicos de casamento e de união, pois não se pode impedir que uma pessoa heterossexual firme união ou casamento com outrem em caso de esterilidade biológica, também não é algo que possa ser levado em conta a fim de vetar tais regimes a homoafetivos. A interpretação contrária da que vimos nesta subseção – isto é, a que impediria as relações

formalizadas por nossa justiça para pessoas de mesmo sexo – é afronta, portanto, ao princípio da dignidade da pessoa humana na medida em que deprecia cidadãos homossexuais

[...] ao declarar que eles não seriam dignos dos regimes jurídicos do casamento civil e da união estável, instrumentalizando a pessoa humana em prol de um ideal heterossexista de sociedade (que só aceita a união heteroafetiva como “válida” e “digna” de regulamentação jurídica mesmo sem texto normativo que consagre tal discriminação – e que seria inconstitucional se existisse), donde a *interpretação sistemática* demanda pelo reconhecimento do casamento civil e da união estável a casais homoafetivos por interpretação extensiva e analogia (BAHIA; VECCHIATTI, 2013, p. 77, grifos dos autores).

Dadas as elucidações legais a resguardar atualmente o reconhecimento do casamento civil e da união estável de pessoas de mesmo sexo, vejamos agora dados sobre essas relações no Brasil. Primeiramente, devemos observar que no documento intitulado “Nupcialidade, Fecundidade e Migração”, do Censo Demográfico de 2010, o órgão responsável pela pesquisa, a saber, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), demonstrou ter ampliado seu entendimento sobre famílias. Desta vez, questionaram aos responsáveis pelos domicílios entrevistados de todas as grandes regiões brasileiras se viviam eles em uma relação homoafetiva. A partir de um questionário básico aplicado a 20.635.472 (vinte milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e duas) pessoas pertencentes a 6.192.332 (seis milhões, cento e noventa e dois mil, trezentos e trinta e duas) famílias, o Censo Demográfico de 2010 divulgou a existência de cerca de 58.000 (cinquenta e oito mil) famílias homoafetivas¹⁰ no Brasil. Sendo novos os debates sobre a homoparentalidade e sobre as famílias compostas por pessoas de mesmo sexo em nosso país, podemos afirmar que, apesar de tal contingente corresponder somente a 0,1% da totalidade de unidades domésticas pesquisadas, sua importância ultrapassa a questão quantitativa: na verdade, o número dá espaço para compreensões mais libertárias, admitindo diferentes núcleos familiares contemporâneos que não o tradicional. Ademais, a análise do referido documento expõe questões relacionadas às famílias homoafetivas por gênero (homens e mulheres), nível educacional, religião, estado civil e distribuição conforme as grandes regiões.

Segundo os dados, os responsáveis domiciliares que estão em união homoafetiva compõem-se do equivalente a 53,8% de mulheres e 46,2% de homens. No que diz

¹⁰Explicitamos ao leitor que o referido documento considerou famílias homoafetivas aquelas cujos entrevistados declararam ter um companheiro(a) de mesmo sexo, sem haver necessidade de filiação conjunta.

respeito ao nível educacional dos entrevistados, há que se dizer que o documento mostra-se falho, pois apenas apresenta os dados referentes àqueles que possuem nível superior, isto é, 25,8% dos homoafetivos entrevistados, assim considerados caso ainda estudem ou sejam portadores de títulos de graduação, mestrado, doutorado ou demais especializações em nível superior. Quanto à religiosidade, as informações coletadas pelo instituto revelam que em famílias homoparentais há predominância do catolicismo (47,4% dos lares, seguidos de 20,4% de pessoas sem religião). Como se vê, é lamentável que o documento apresente lacunas a respeito da orientação religiosa dos outros 32,2% de lares homoafetivos. Seguindo a análise, verificamos que 82,0% das pessoas homossexuais entrevistadas estavam solteiras no período da pesquisa, ao passo que pessoas casadas compilavam 13,0%; no entanto, não há quaisquer informações sobre o estado civil dos 5,0% restantes de participantes homossexuais. Nesse sentido, a pesquisa “Nupcialidade, Fecundidade e Migração” (IBGE, 2012) indicou que a natureza da união entre pessoas homoafetivas definia-se majoritariamente enquanto união consensual (99,6%). Foram assim consideradas as pessoas que não se vinculavam por casamento civil ou religioso, mas sim por união estável registrada em cartório. É válido frisar que até a data de publicação da pesquisa, os homossexuais tinham enorme dificuldade em regulamentar suas uniões devido às falhas da lei para o casamento civil.

Dois anos após a publicação do documento supracitado, mas ainda compondo o Censo Demográfico do IBGE, lançaram-se em 2014 as “Estatísticas do Registro Civil”. O documento compila registros da população brasileira no que concerne a nascimentos, óbitos, casamentos e divórcios. A princípio, é válido compreendermos as uniões entre pessoas heterossexuais (homens e mulheres); daí em diante, poderemos nos debruçar sobre a questão dos casamentos entre pessoas homoafetivas. O total de uniões ocorridas no ano de 2014 no Brasil foi de 1.106.440 (um milhão cento e seis mil quatrocentos e quarenta). A quase totalidade dessas uniões foi registrada entre cônjuges heterossexuais, contabilizando 1.101.586 (um milhão cento e um mil quinhentos e oitenta e seis) uniões. Ordenadas de acordo com as grandes regiões brasileiras, tais uniões se deram de modo crescente no Norte (7,2%), no Centro-Oeste (8,4%), no Sul (12,5%), no Nordeste (23,5%) e, por fim, na região do Sudeste, que atingiu o maior índice do país com 533.006 (quinhentos e trinta e três mil e seis) casamentos, ou seja, 48,4% deles. No que concerne às nossas unidades federativas, o menor percentual de registro de casamentos em 2014 deu-se no Amapá, totalizando 2,6% de casamentos, a seguir em Roraima com 3,2%, e no Sergipe com 3,4%. Ao contrário, a maior parte das uniões então registradas

ocorreu no Pará (40,6%), em Goiás (46,5%) e, com porcentagem quase idêntica, no Paraná (46,6%), sendo que o estado de São Paulo liderou o número de registros dessa ordem, somando 55,4% deles.

O estado civil de pessoas homossexuais anteriormente à efetivação de suas uniões aparece na pesquisa, chamando atenção para o fato de que, em 2013, 82,3% dos homens homossexuais eram solteiros. Os divorciados totalizavam 1,5%, sendo que, somados aos solteiros antes referidos, eram 12,5% do total de entrevistados. 34,4% deles, portanto, contariam com outros estados civis, não explicitos no texto analisado. No ano de 2014, declararam-se solteiros 80,1% dos homens entrevistados e divorciados, o mesmo número do ano anterior, 1,5%. Desta vez, solteiros e divorciados compunham, juntos, os estados civis de 12,4% dos entrevistados, sendo vagamente designados como “outros” o estado civil de 6,0% desses homens. Por sua vez, dentre as mulheres lésbicas entrevistadas no ano de 2013, 75,5% eram solteiras, enquanto 1,4% eram divorciadas. 17,4% das mulheres totalizavam o rol de solteiras e divorciadas e 5,5% compunham a categoria “outros”. Em 2014, não houve alteração de dados que dizem respeito às mulheres lésbicas solteiras, apesar de ter havido pequeno aumento do número de divorciadas (1,9%). Juntas, solteiras e divorciadas somaram 17,7% das mulheres lésbicas, cujo estado civil também se denominou “outros” em 4,9% dos casos.

Frente às estatísticas, podemos concluir que em 2013 e 2014 a maioria dos cônjuges masculinos (82,3% e 80,1%, respectivamente) e femininos (75,5%, nos dois anos analisados) declarou-se solteiro(a) antes que pudessem formalizar seus casamentos. O documento informa que a junção das categorias “divorciados”, “solteiro com divorciado” e “outros” abrangem os casos de “recasamentos” desses sujeitos, tendo em vista que, em ambas, apresentam-se pessoas que estavam em diferentes relações anteriormente. Portanto, o número dos recasamentos de mulheres foi de 24,3%, em 2013, e de 24,5%, em 2014; os homens analisados contaram 17,4% de recasamentos em 2013, número aumentado para 19,9% em 2014. Ainda sobre o ano de 2014 os dados que dizem respeito às mulheres lésbicas solteiras é o mesmo (75,5%); houve um ligeiro aumento nas categorias de divorciadas (1,9%) e solteiras com divorciadas (17,7%); já a categoria “outros” diminuiu para 4,9%.

É também digno de nota que os registros de casamentos entre cônjuges do mesmo sexo no Brasil totalizaram 4.854 (quatro mil oitocentos e cinquenta e quatro). 50,3% desses casamentos ocorreram entre cônjuges femininos e 49,7% deles com cônjuges de sexo masculino. O documento revelou que, entre os anos de 2013 e 2014,

ocorreram 1.153 (um mil cento e cinquenta e três) uniões a mais entre homossexuais, o que implicou o aumento de 31,2% no número de registros formais de relações dessa parcela da população. Constatamos que a distribuição percentual dessas uniões em relação às grandes regiões bateu os 3,4% no Norte; 6,9% no Centro-Oeste; 13,6% no Nordeste; 15,4% no Sul, seguidos de um número bem maior desses casos que se concentraram na Região Sudeste, 60,7%. Quando se compreende os casamentos homoafetivos em relação às unidades da Federação, temos a maior concentração percentual em São Paulo, contando com o total de 69,6% das uniões registradas na região do Sudeste; sendo que em Santa Catarina houve 45,7% do total dos registros do Sul; no Centro-Oeste, 39,0% dos casamentos ocorreram em Goiás e outros 38,7% no Distrito Federal; e no Norte, 34,7% dos casamentos foram registrados no Pará.

Os dados são interessantes e trazem à tona uma realidade crucial quanto a proporção dos casamentos segundo as macrorregiões brasileiras. O Estado de São Paulo, na verdade a Região Sudeste como um todo, trazem contingentes significativos da união entre as pessoas de mesmo sexo no Brasil. Talvez esse fato ocorra visto que a população dessa região esteja mais atenta para as questões LGBTs, quando comparadas às demais regiões do Brasil. Ainda assim, não é possível julgarmos que o Sudeste brasileiro concentre baixos índices de violência contra homossexuais ou que homoafetivos se casam menos em outras regiões devido ao medo de represália social, por exemplo. É válido lembrar que a Região Sudeste conta com grande influência de mídias sociais e culturais de maior propagação da temática em questão, bem como essa Região conta com um histórico de maiores concessões de casamento entre as pessoas homoafetivas. Tais reflexões podem nos ajudar parcialmente a entender as razões pelas quais há dados tão díspares quando comparados diferentes estados e regiões brasileiros. No entanto, somando nova falha à pesquisa em questão, nela são tratados os dados meramente, sem quaisquer considerações acerca de problemáticas sociais implícitas nas diferenças no número de casamentos de região a região. Quer dizer, outras pesquisas quantitativas e reflexivas são necessárias para compreendermos o fenômeno do casamento homoafetivo em grandes porções da população brasileira. Apesar dos resultados lacunares quando se trata da população homoafetiva, as recentes pesquisas buscam novas informações para que possam “fornecer à sociedade dados mais ajustados à realidade da dinâmica social brasileira” (IBGE, 2014, p. 49).

Em guisa de conclusão, as pesquisas estudadas apontam que o conceito de família foi ampliado a partir da Constituição de 1988. O reconhecimento da união

estável a partir do julgamento da ADI e da ADPF pelo Supremo Tribunal Federal, em 2011, bem como da Resolução nº 175 do CNJ, em 2013, transformou o preceito constitucional que passou a abarcar os direitos da sociedade civil sem distinção das uniões maritais entre pessoas do mesmo sexo, facilitando ainda conversão de união estável para casamento civil se assim for anseio dos cônjuges. Uma vez que a sociedade brasileira constitui-se em pluralidade e dinamismo de raças, religiões e credos e múltiplas formas de vivência da sexualidade, as leis e as diferentes expressões sociais devem estar em congruência, ou melhor, devem atendê-la com igualdade. Por exemplo, ao comentar o Direito das Famílias, a jurista Maria Berenice Dias (2013, p. 171), assinala fatos importantes sobre as reviravoltas do mundo jurídico brasileiro no que toca aos direitos conferidos aos homossexuais depois de 2011.

A decisão do Supremo, com certeza, é um marco da nossa sociedade, mostra que a Justiça, de fato, não é cega. Ela aplicou a Constituição, ela foi chamada a julgar em face de uma omissão do nosso legislador. E fez o que tinha que ser feito: dizer que vivemos numa sociedade livre, igual, que respeita a dignidade da pessoa e o amor delas.

Dessa forma, assentou-se a família brasileira em uma nova era de direitos cívicos correspondentes à pluralidade que lhe é própria e aos arranjos com os quais convive. Afastados os antigos determinantes de sua legitimação – a desigualdade de gêneros e a consanguinidade –, os membros da família contemporânea relacionam-se não apenas por laços biológicos, mas também afetivos, tendo em vista o que é essencial ao bom relacionamento familiar: o amor e a felicidade (BAHIA; VECCHIATTI, 2013; PESSANHA; GOMES, 2014). Destarte, as uniões homoafetivas são agora iguais àsquelas de casais heterossexuais aos olhos do Direito da Família, para o qual

[...] qualquer que seja a forma de constituição de entidade familiar – quer seja através do casamento civil, religioso, união estável, família monoparental ou união homoafetiva – cabe ao Estado proteger a cada um de seus membros, assegurando-lhes a fruição de igualdade de direitos e deveres, em virtude do compromisso constitucional de garantir isonomia no tratamento de todos os cidadãos brasileiros (POZZETTI; SILVA, 2013, p. 112).

1. 4 A adoção e a parentalidade das famílias homoafetivas

A palavra adoção origina do latim *adoptare* que significa tomar por filho, escolher, cuidar, perfilhar. Desde as mais antigas sociedades são constatados relatos de adoção que evidenciam as relações entre parentes por laços afetivos. No Código de Hamurabi, datado de cerca de XVIII a.C, encontram-se normas e regras da sociedade da região da Mesopotâmia a fim de esclarecer as obrigações e deveres ao se acolher uma criança adotiva. Os deveres para que se possa adotar uma criança mudam conforme as regiões e o tempo histórico em que se localizam, contudo as formas legais de se obter parentalidade e filiação podem ser encontradas já nos primórdios do Direito enquanto estudo regulador das relações sociais (FARIAS; MAIA, 2009). Isso porque, a adoção tem grande importância ao efetivar socialmente a parentalidade quando se trata de pessoas que não poderiam procriar de forma biológica ou simplesmente de pessoas que pretendem criar vínculos familiares com crianças e/ou adolescentes sem possuírem ligação genética. Aos jovens e crianças que esperam pelo convívio em um lar, por sua vez, a adoção resguarda a possibilidade de um futuro melhor, dignidade e proteção.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 extinguiu as diferenças entre filiação legítima e filiação adotiva, assegurando a todos os filhos a igualitária manipulação dos direitos de descendentes de suas famílias. Concomitantemente a tais alterações em nossa Constituição, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) legitimaram a filiação adotiva ao prever a criação de novo registro de nascimento à criança adotada, em que constariam os nomes de seus pais adotivos, anulando pois, o registro antigo de nascimento. Diante do desconforto causado a todos os envolvidos no processo de adoção em razão dos nomes e da pertença constantes à antiga família nos documentos de outrora, as famílias com crianças adotivas passaram pelos dissabores causados pelo preconceito que punha em xeque sua legitimidade e pela estigmatização quanto à criação dos filhos. À medida que a nossa constituição permitiu o esquecimento de um passado muitas vezes rejeitado pelos envolvidos, legitimou-se a existência dessas famílias sem a necessidade de lidar com sentimentos desconfortáveis quando fosse necessário apresentar documentos, tais como a certidão de nascimento. Isso pois, à diferença do que ocorre com lares de crianças concebidas de pais biológicos, as crianças adotivas constroem sua ligação com a família por intermédio das relações afetivas desenvolvidas com o passar do tempo e do ambiente proporcionado para que tais vínculos possam se dar.

O tema da adoção, portanto, ainda gera discussões e polêmicas quando se fala do bem-estar da criança envolvida. Exemplo disso são os inúmeros mitos daí surgidos e especialmente reforçados quando os pais são homossexuais. Conceitos preconceituosos, visões estereotipadas e patologizadoras sobre a homossexualidade contribuem para o rebaixamento da formação familiar diversa dos modelos tradicionais de heteronormatividade, monogamia e consanguinidade. Assim, discursos em que a hereditariedade genética configura o elo principal entre pais e filhos, mesmo que menos frequentes desde a promulgação de nossa última constituição, permanecem presentes no imaginário social e imprimem à adoção certa desvalorização em comparação à filiação biológica. É válido ressaltar que em outros tempos muitas famílias escondiam de seus filhos e da sociedade a adoção como forma de prevenir um sofrimento de ambas as partes- pais ou filhos. Os preconceitos criados a este respeito podem ser explicados pela falta de proximidade com famílias adotivas, bem como por prevalecer durante muito tempo a construção cultural de que as relações de parentesco são baseadas estreitamente na herança consanguínea. Assim com a falta de compreensão pelo parentesco sem a hereditariedade biológica, outro equívoco da população em geral é crer que as relações com filhos adotivos se fragilizam mais facilmente do que as relações com filhos biológicos. Como lembram Farias e Maia (2009, p. 97)

[...] mesmo tendo um filho biológico, é necessário “adotá-lo” no sentido de que ele será diferente do que foi idealizado e é necessário aceitar seu modo de ser particular. O mesmo ocorre com o filho biológico em relação aos pais, aquele deve “adotar” estes, ou seja, aceitar os pais que tem, os quais, em algum momento, serão diferentes do que se idealizou.

As autoras afirmam que até o ano de 2009 havia em São Paulo 200.000 (duzentas mil) crianças sem lar e somente 6.100 (seis mil e cem) famílias requerentes à adoção. Tais números tornam-se mais assustadores ao nos lembrarmos de que a maioria dos adotantes privilegia crianças brancas e cujas idades estejam entre zero e dois anos: a realidade das Casas de Abrigo, ao contrário, é a de que a maior parte das crianças é negra e maior do que dois anos de idade. Assim, o número de crianças que poderão viver em abrigos ou orfanatos até atingirem a maioridade deverá ser grande, pois a proporção de adoção para crianças maiores de 10 anos é de 66 para cada candidato adotante. Seria possível explicá-lo, por exemplo, caso a adoção de crianças mais velhas requeresse de seus adotantes maiores obrigações ou se fosse característico dos trâmites de seu processo, que fossem demorados. No entanto, os requisitos para o processo de adoção partem do princípio de que o candidato adotante deve vivenciar plenamente o

exercício da maternidade/paternidade, sendo indiferente a faixa etária da criança/adolescente. Além do compromisso integral dos pais, a adoção deve oferecer vantagens reais ao adotado, inserindo-o em um ambiente familiar em que possa desenvolver-se física e psiquicamente de forma saudável. Só se considera a diferença de idades do adotado na medida em que crianças maiores de 12 anos de idade devem dar seu consentimento diante de um juiz para que o processo de adoção seja concluído, conforme consta no § 2º do art. 45 do ECA. Ainda segundo os artigos 28 e 168 do mesmo Estatuto, crianças menores de 12 anos que tenham plena condição de expressar sua opinião deverão ser ouvidas pelo juiz antes de sua decisão final.

Os adotantes passam por um rigoroso processo de avaliação social e psicológico com profissionais do Estado a fim de garantir que a adoção não trará malefícios ao adotado. Dentre os requisitos que competem às pessoas que desejam assumir a parentalidade através de adoção, realçam-se, por exemplo, que devem ser maiores de 18 anos de idade e no mínimo 16 anos mais velhos que o adotando; do mesmo modo, devem estar cientes dos direitos sucessórios que caberão ao adotado, bem como a seus descendentes, quando finalizado o processo. Além disso, quando em concubinato¹¹, em união estável ou em condição de casados, ambos devem adotar conjuntamente, sendo que casos de separação judicial dos dispostos a pais, viabilizam a adoção desde que a convivência da criança ou jovem tenha se iniciado antes da separação, devendo os pais acordarem sobre a guarda e as visitas. Conforme o ECA em seu artigo 42, a adoção não se faz discriminatória para um homem ou para uma mulher, havendo ou não enlace matrimonial, sendo a adoção realizada conjuntamente ou não. Nessa direção, ainda que no Brasil não haja “nenhum impedimento para que uma pessoa homossexual adote uma criança, considerando-se exclusivamente sua orientação sexual” (FARIAS, MAIA, 2009, p. 108), a interpretação das leis tomam sentidos dúbios e peculiares conforme determinados casos.

As últimas autoras citadas esclarecem três exemplos ocorridos no Brasil que marcam as diferenças de análise na lei enquanto a adoção por pessoas homoafetivas. Relatam elas, como primeiro exemplo, o caso de um casal masculino que vivia em união há mais de 10 anos na cidade de Catanduva, interior do estado de São Paulo, no ano de 2004. Esse caso se fez inédito no país pelo fato dos pais terem feito o pedido de adoção enquanto casal homossexual e não como pais homossexuais solteiros

¹¹ O concubinato diz respeito a uniões que não são legalmente reconhecidas.

separadamente. Após passarem pelas avaliações com psicólogos e assistentes sociais, em 2005 teve o casal parecer favorável do juiz que concedeu a adoção de uma garota. O promotor e o juiz, em pronunciamento fundamentaram-se na Resolução 0001/99 do Conselho Federal de Psicologia que define que a homossexualidade não pode ser classificada como doença ou um desvio comportamental, sendo vedada a possibilidade de tratamento de conversão ou cura da homossexualidade por profissionais da área da psicologia¹².

Contrariamente ao primeiro e bem sucedido caso, o segundo aconteceu na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul. Um casal de mulheres, que viviam juntas há mais de oito anos, teve seu pedido de adoção de duas crianças indeferido pelo Ministério Público ao entender que a adoção por casais em união estável seria somente possível quando se tratasse do relacionamento entre um homem e uma mulher. A postura preconceituosa e retrógrada do órgão foi contrariada pelo juiz que analisava o caso. Primeiramente, ele definiu a união do casal baseando-se no interesse e objetivo de que ambas as mulheres tinham em formar uma família, o que foi facilmente resolvido pela comprovação de convivência contínua e durável das duas. Posteriormente, em postura definitiva e contrária ao órgão que antes rejeitou a adoção de forma tolhedora e ofensiva, o juiz concedeu o direito de adoção a ambas como mães. O último caso apresentado pelas autoras sucedeu-se em 2006, na cidade do Rio de Janeiro. Um casal de lésbicas que viviam juntas havia dois anos participava de um trâmite de adoção de uma criança com problemas sérios de saúde. O anseio por se tornarem mães aumentou e ambas buscaram inúmeras formas legais de incluírem o nome da outra companheira no processo. Contudo, o promotor da comarca e o juiz negavam todos os pedidos de guarda provisória que o casal propunha. O direito da adoção das duas mulheres como mães da criança veio somente a acontecer após muito tempo de luta na justiça com o auxílio da Defensoria Pública local. Ao apresentarmos tais casos de adoção por pessoas homoafetivas, propomos que o Direito- enquanto área do conhecimento em que são possíveis inúmeras interpretações- pode oferecer dinamismo às vezes contrário às igualdades de pais e mães homossexuais.

A homoparentalidade e a representação dos casais homoafetivos na dinâmica familiar apareceram em nosso levantamento bibliográfico, sobretudo em pesquisas

¹² No Brasil, anteriormente à referida Resolução do Conselho Federal de Psicologia- promulgada em 1999, o Conselho Federal de Medicina já não mais considerava a homossexualidade como doença ou distúrbio desde 1985 (GATO, 2012).

realizadas na área da psicologia. Mário Tombolato (2014) investigou em sua dissertação cinco casais homoafetivos do sexo masculino e feminino, com filhos biológicos e adotivos. Seu objetivo principal foi reconhecer a partir do relato dos pais e mães homossexuais, a vivência deles com as famílias de origem e na sociedade como um todo. A partir de entrevistas semiestruturadas, o autor identificou que os cinco casais, sem exceção, enfrentaram dificuldades similares quando assumiram a homossexualidade para suas famílias de origem. Como explica Farias e Maia (2009), assumir a homoafetividade ou transexualidade em nossa sociedade torna-se um processo doloroso para quem o enfrenta. O preconceito oferecido por familiares próximos ainda é comum e prejudicial a quem se assume, pois muitas vezes para não sofrerem ou não se sentirem motivo de vergonha, essas pessoas recorrem ao desligamento afetivo com seus familiares, dada a rejeição que enfrentam durante o processo de assunção. Diferentemente de casos mais trágicos, em que a distância entre filhos gays e pais se perpetua, os participantes da pesquisa de Tombolato (2014) explanaram que o processo de aceitação da família se modificou com a convivência, solidificando a aceitação dos familiares a partir do convívio com filhos enquanto sujeitos homossexualmente assumidos. Quando investigada a vontade e intenção dos casais de serem pais e mães, os sujeitos participantes (com exceção de um casal que possuía uma filha oriunda de uma relação heterossexual anterior) revelaram-se desejosos da paternidade/maternidade em acordo com seus cônjuges, por escolha intencionada conjuntamente. É sugerível, nesse caso, que a parentalidade homossexual costuma ser planejada, pois ao contrário do que pode ocorrer com pares heterossexuais, não costuma ser produto de uma gestação inesperada por erros de métodos contraceptivos. As pesquisas analisadas apontaram que a parentalidade homossexual foi desejada e ansiada pelos participantes, levando, pois, a um processo de satisfação muito grande – mesmo quando os filhos são frutos de relações heterossexuais anteriores (ALMEIDA, 2012; CAVADINHA, 2012; TOMBOLATO, 2014).

A questão da chegada dos filhos na família de origem dos casais avaliados por Tombolato (2014) foi relatada pelos entrevistados como positiva uma vez que os vínculos entre os familiares, principalmente com os avós das crianças, foram fortalecidos. Os pais explicitaram que a aproximação entre as gerações dos avós e dos netos permitiu com que sentimentos amistosos fossem restaurados entre os familiares. Os pais narram que a chegada dos netos trouxe benefícios como a ampliação da família, formando um elo conectivo e de transmissão cultural entre as gerações dos sujeitos. A

questão da adoção dos filhos dos participantes dessa pesquisa aparece com um fato interessante: o autor evidencia que anteriormente à adoção propriamente dita, eles cogitaram que mulheres grávidas, provavelmente em situação de miséria e impossibilidade de criação dos filhos, os entregassem a prole sem quaisquer providências legais. Apelar a este método foi cogitado pelos pares analisados quando manifestaram que o processo de adoção poderia se tornar lento e burocrático- tendendo ao fracasso. A desistência de recorrer a esse processo aconteceu devido às inúmeras tentativas frustradas que tiveram durante esse trajeto. Farias e Maia (2009) nos explica que requerentes à adoção, independentemente da orientação sexual, por acreditarem que terão muitas dificuldades por meio do procedimento legal, tentam recorrer a métodos informais. Contudo, recorrer a diferentes formas de adoção que não por vias da justiça, faz-se prática ilícita e criminosa à medida que omite dos órgãos competentes a verdadeira origem de uma criança, igualmente por tolher a possibilidade de no futuro o cidadão adotado buscar conhecimento sobre suas origens familiares biológicas caso desejado.

Assim como na dissertação exposta, Almeida (2012) apresenta em tese um estudo de caso de adoção por um casal de homens homossexuais que viviam em união estável há mais de doze anos no estado de São Paulo. O casal acolheu, para fins de adoção, dois meninos- irmãos biológicos- com um ano e meio e três anos de idade, respectivamente. O objetivo da pesquisa em questão foi assimilar os processos subjetivos da adoção pertinentes a uma família homoafetiva. Nesse sentido os resultados da tese apresentam ricos dados sobre como se relativiza a questão do assumir-se homossexual. Tal qual a dissertação de Tombolato (2014), a tese de Almeida (2012) apresenta a relação dos entrevistados frente esse fato. Torna-se instigante como o discurso dos entrevistados sugere a patologização da homossexualidade. No excerto abaixo, o autor compreende a dualidade, bem como a dificuldade do casal em explicar qual a origem da homossexualidade na essência humana:

A homossexualidade é explicada pelos entrevistados com argumentos essencialistas e biologizantes. Um concebe que se nasce com desejo por pessoas do mesmo sexo, ideia também reforçado pelo grupo familiar; outro que há características físicas e psíquicas que definem o sujeito como homossexual (ALMEIDA, 2012, p. 130).

Ainda que não seja intuito desta pesquisa abordar com profundidade as origens da homossexualidade, é cabível aqui admitir que as discussões que suportam esse tema são complexas e divide opiniões por estudiosos de inúmeras áreas. Na tese em

exposição o autor não evidencia a importância somente de uma área do conhecimento como plausível para embasar essa discussão, contudo ele contesta a fala simplista de seus entrevistados, vejamos:

A necessidade de explicar a homossexualidade faz com que os adotantes incorporem, sem maior reflexão, conceitos do senso comum, que se apoiam apenas em fatores físicos e orgânicos. De forma geral, eles deixam de salientar os elementos sociais e históricos que também fazem parte da sexualidade humana (ALMEIDA, 2012, p. 131).

Apesar do casal analisado conviver em harmonia com suas famílias de origem, assim como os entrevistados por Tombolato (2014), eles viveram problemas semelhantes quando da aceitação dentro de casa. Na história do casal, a relação problemática dentro do lar de origem de um dos cônjuges foi decisiva para que o outro o acolhesse, possibilitando uma relação duradoura que culminou na paternidade de duas crianças. Todavia, o motivo de vergonha levantado pelos entrevistados de Tombolato (2014), coincide com os de Almeida (2012). O último pesquisador relata que a dor de seus participantes ao serem recusados quando se assumiram para as famílias de origem foi grande. Contudo, comparando com a leitura da dissertação de Tombolato (2014), a chegada dos filhos auxiliou para que houvesse um resgate dos laços familiares. Ao passo que um participante do casal analisado na tese de doutorado enfrentou grande recusa por parte de seus avós, foi a necessidade subjetiva de desculpa que fez aproximar os avós dos netos e, conseqüentemente dos filhos.

A tese de Almeida (2012) merece destaque quando faz referência ao fato do casal participante não demonstrar afeto entre ambos quando estão em frente aos filhos. A crítica do autor se instaura não pelo fato de os pais não manterem carícias na frente da prole, mas por tal atitude representar a preservação da homossexualidade, como se implicitamente houvesse algo negativo na homoafetividade. O fato de reservar a verdade dos filhos é, na verdade, máxima de uma moralidade conservadora para a qual as crianças devem estar distantes da influência/espelhamento da homossexualidade dos pais. A problemática dessa família, no sentido do desconhecimento dos filhos sobre a natureza sexual de seus pais, intensifica-se ao causar nas crianças uma construção ambígua e contraditória. A atitude de omissão impõe difíceis questões que terão que ser revistas quando os filhos forem maiores e já tiverem enraizado os padrões heteronormativos impostos sobre as relações e a afetividade sexual. As crianças vão crescer em convívio com casais em outros espaços, dotados de afetos, carinhos e intimidades pertinentes a uma relação amorosa, mas tendendo a assumirem que a

relação conjugal de seus pais se estabelece “[...] apenas por um sentimento de amizade fraternal” (ALMEIDA, 2012, p. 201).

Quanto a isso, Gato e Fontaine (2014) realizaram um valioso levantamento que abordou a homoparentalidade masculina entre os anos de 1979 a 2011. Nesse estudo, sugerem que a revelação da sexualidade dos pais aos filhos, quando proposta com naturalidade e livre de preconceitos por parte dos pais, tende a criar conforto e segurança para que as crianças fortaleçam o sentimento de pertença à família e criem laços sentimentais saudáveis com seus pais- tais compreensões vão ao encontro das ideias propostas no livro de Roudinesco (2003). Ademais, os autores sustentam a importância de os pais se revelarem homoafetivos às crianças quando elas ainda são novas, pois é comum acontecer na infância as primeiras indagações sobre as formações familiares, sobre as composições, funções e papéis de cada membro. A partir da vasta leitura que fizeram sobre pesquisas com casais homossexuais masculinos, os autores abordam que o esclarecimento entre os pais e seus filhos deve acontecer de forma transparente:

A revelação da identidade sexual aos filhos parece ser uma experiência com efeitos positivos na relação pai/filho, particularmente quando as crianças são mais novas (GATO; FONTAINE, 2014, p. 316).

No artigo dos autores acima citados, a revisão feita ainda nos fornece importantes informações sobre o reconhecimento das famílias homoparentais. Ao avaliarem a identidade sexual como categoria das pesquisas que estudaram famílias de homens gays, os autores concluíram que tanto a identidade sexual, quanto a identidade parental são construídas pelos pais e filhos em contato com a sociedade num movimento de descoberta do que é válido ou não para cada sujeito individualmente. O estudo ainda revela que os homens gays tendem a menor probabilidade de ter filhos em relação às mulheres lésbicas. As respostas para tal fato se mostram à medida que existem delineamentos cerceadores quanto à paternidade masculina em geral na sociedade contemporânea. Por exemplo, é comum que o cuidado de filhos, sobretudo de recém-nascidos, seja associado ao universo feminino. Assim, a ideia de que homens não seriam tão competentes para realizar as funções ditas exclusivamente maternas, provoca o adiamento do desejo de exercer a paternidade em ambiente dos homens que aspiram a tal condição, sejam eles hetero ou homossexuais.

Em seu estudo de mestrado, Rodriguez (2012), analisou cinco casais homoafetivos sem filhos que se encontravam em regime de união estável por um

período mínimo de dois anos. Com o objetivo de reconhecer as representações parentais, a autora lançou mão da técnica de entrevistas semi-dirigidas, bem como pelo instrumento de coleta chamado Desenhos de Famílias com Estórias (DF-E). Ao final das entrevistas pedia-se para que os casais representassem a família que gostariam de ter em um único desenho. Os casais analisados viviam um processo construtivo da conjugalidade paralelamente à elaboração da identidade homossexual e ao processo de aceitação da homoafetividade, ou seja, esses casais se encontravam em fase de reflexões ainda singulares para enfrentar os dilemas da parentalidade. Tal como nas pesquisas de Tombolato (2014) e Almeida (2014), os participantes passaram igualmente por questões dolorosas com suas famílias de origem no processo de aceitação.

A falta de receptividade dentro de casa aparece como motivo determinante para a união dos casais participantes da pesquisa de Rodriguez (2012), que buscam no apoio do cônjuge o reconhecimento que não recebem plenamente da família de origem. Apesar dos problemas de aceitação dos parentes próximos, os cinco casais resgataram as uniões familiares com o passar dos anos, o que gerou um processo de apego emocional subjetivo impedindo-os de se desligarem dos laços afetivos restaurados e assumirem funções paternas. Os entrevistados apresentam dificuldade de construção de uma autoimagem paterna, cuja está atrelada a não resolução de entraves psíquicos resultados de conflitos passados com seus próprios pais. Assim, não conseguem desocupar o papel de filhos e idealizar o papel social de pais. Os casais homossexuais que ansiaram a paternidade em algum momento durante a participação na pesquisa relatada, explica a autora que esse desejo transforma-se em uma parentalidade reparatória à medida que visa suprir as falhas de seus pais por meio da possível futura experiência paternal. Em conclusão, o estudo apresentado ressalta que apesar dos casais não estarem preparados para a paternidade no momento em que participaram da pesquisa, existe a possibilidade do amadurecimento da ampliação de suas famílias com filhos. Contudo, para que isso ocorra, o afastamento de idealização do modelo familiar tradicional- relativizado a partir dos relatos dos participantes sobre suas famílias de origem- deverá acontecer para que questionem a égide do biológico e prosperem a familiaridade como processo das relações afetivas e emocionais, o que constitui a maioria das famílias homoparentais, e não a partir dos laços consanguíneos e genéticos.

Cavadinha (2012) buscou em sua tese compreender a concepção sobre a parentalidade de doze mulheres lésbicas que viviam na cidade de São Paulo e que se encontravam em estado civil de união estável, separadas ou solteiras. A limitação de

suas contribuintes deu-se por mulheres que buscaram a gravidez unicamente por meio da doação de sêmen de homens desconhecidos. Ainda que seja um método de alto custo, a busca pela inseminação artificial tem sido recorrente para a maternidade/paternidade de pessoas homoafetivas. Todavia, muitas pessoas recorrem a métodos caseiros, como sexo casual com amigos ou conhecidos objetivando a fecundação. Algumas mulheres recorrem à auto inseminação ou inseminação caseira, cuja mulher coleta o esperma injetando nela mesma com uma seringa facilmente encontrada em farmácias. O método caseiro pode trazer inúmeros riscos à saúde da mulher visto que, na maioria das vezes, não são feitos exames adequados quanto à saúde do homem, bem como quanto à assepsia necessária no processo de fecundação. Além dos possíveis problemas de saúde quando se recorre a tal método, as mulheres lésbicas que o desejam lidam com a desvantagem da lei brasileira que outorga o reconhecimento da parentalidade somente ao pai e à mãe biológicos, dessa forma a mãe não-biológica é impedida dos plenos direitos quanto sua maternidade. Revela Cavadinha (2012) que o sêmen coletado pode ser doado por algum amigo do casal ou da mulher solteira que visa à gravidez, como também pode ser encontrado clandestinamente em sites onde homens desconhecidos doam ou até mesmo vendem- ilegalmente- seu esperma. Os riscos que levam mulheres lésbicas recorrerem a essas opções não seguras de fecundação estão associados, como anteriormente dito, ao alto custo desses procedimentos clínicos, contudo soma-se esse fato ao preconceito que lhes é oferecido por hospitais públicos, uma vez que:

[...] a inseminação assistida pelo SUS para essas mulheres ainda não é realizada, pois, a maioria dos hospitais que realizam tal serviço, exige que a mulher esteja em um relacionamento estável heterossexual (CAVADINHA, 2012, p. 36).

Existem leis brasileiras que regularizam as técnicas de Reprodução Assistida, e da Barriga de Aluguel no Brasil. Apesar das participantes da pesquisa de Cavadinha (2012) não terem lançado mão desse último método, compreende-se que a barriga de aluguel é mais recorrente em casais homoafetivos masculinos por não poderem biologicamente gestar um embrião (MAIA; FARIA, 2009; CAVADINHA, 2012). Uma importante lei que aborda assuntos reprodutivos no Brasil é a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que releva em seu 2º artigo a concepção de planejamento familiar como um “conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal”

(BRASIL, 1996). Destarte, essa lei obriga a todos os setores do Sistema Único de Saúde (SUS) a garantir integral atenção à saúde de homens e mulheres quanto à concepção e contracepção em todos os ciclos da vida. No que diz respeito às pessoas homossexuais, o Conselho Federal de Medicina, a partir da resolução nº 2.121 de 24 de setembro de 2015, acrescenta em seu texto- em concordância com a ADI 4277 e com a ADPF 132- a realidade da utilização de técnicas de reprodução assistida por essas pessoas. Contudo, conforme argumenta a autora da tese que expomos, a prática dos recursos de fecundação tecnológica é falha no sistema público de saúde. São raros os hospitais que oferecem tais serviços gratuitamente à população e quando o fazem estipulam, em maioria, que o tratamento seja feito a casais heterossexuais- compostos por homens e mulheres- com união estável comprovada de pelo menos dois anos. Denuncia-se então, além do descaso sexista contra mulheres lésbicas e/ou solteiras que visam à fertilização medicamente assistida, a procurarem clínicas particulares. A restrição a casais heterossexuais trazem à tona não somente o preconceito contra essas mulheres, mas também revela o preconceito de ordem socioeconômica, excluindo quem necessita do procedimento mas não pode pagá-lo “pois os tratamentos de reprodução assistidas oferecidos pelas clínicas particulares tem um custo altíssimo, apesar de não apresentarem taxas de sucesso convincentes” (CAVADINHA, 2012, p. 194).

As mulheres entrevistadas por Cavadinha (2012) explicitaram que a vontade de ter filhos vem desde a mais tenra infância. Exceto uma participante que relatou que a experiência maternal foi efetivada para dar um neto à sua mãe e também por pressão social, o desejo pela maternidade foi encontrado no relato de todas as participantes. Apesar do desejo da maternidade ser constatado na maioria delas, houve uma diferenciação entre esse desejo: mulheres que desejaram ser mães como um projeto de vida; mulheres que relataram apenas o desejo de terem filhos. Para a autora, as mulheres que se identificaram com a maternidade enquanto projeto de vida invocam o papel social de ser mãe fortemente. Essas se posicionam claramente na questão do parentesco, das funções de serem mães. As que quiseram filhos porém não se viam no papel maternal não tiveram modelos binários extremos como pai-mãe, mulher-homem, não se enxergando assim com funções sociais completamente definidas e embasadas pelo romantismo de ser mãe. Assim, defende a autora que a maternidade não é um evento biológico mas sim “[...] um vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica, que relaciona a prestação de cuidados e envolvimento afetivo” (CAVADINHA, 2012, p.

80). Percebemos a partir das leituras das obras citadas que o desejo de ser pai e mãe é tão recorrente para pessoas homossexuais como o é para pessoas heterossexuais.

Ao cabo, fazemos saber que o desejo pelo projeto de vida homoparental aparece em todos os estudos que compõe esta primeira seção da revisão bibliográfica. Esses estudos compreendem as mudanças nas leis, na forma como o brasileiro tem enfrentado jurídica e culturalmente a questão da homoafetividade. A partir das reflexões que as obras compiladas forneceram, enfatizamos que o discurso sobre a homoparentalidade, no momento em que a sociedade brasileira se encontra, galga espaços para políticas isonômicas que disseminam a liberdade e a autoafirmação dessas famílias como dignas de respeito e de direitos como quaisquer outras. É válido lembrar que no que concerne as dificuldades das famílias homoparentais analisadas em nossa bibliografia fundamental, evidenciamos que elas não se diferem daquelas enfrentadas no exercício da parentalidade de pessoas heterossexuais. Observamos ainda que a dinâmica familiar homoparental passa pelos mesmos dilemas quando comparadas às famílias heteroafetivas, desde a intenção, ou não, de efetivar a função parental seguindo aos dispositivos de autoridade como pais/mães. A importância da relação com a família de origem foi destacada como importante para a saúde do lar homoparental, pois quando as relações entre pais e mães e gays e lésbicas se cultivam longe do preconceito, mais aceitação e confiança existirá para a lida com as novas gerações. Destarte, enfatizamos que o projeto homoparental foi idealizado e previamente planejado nas pesquisas estudadas- a não ser pelos participantes de Rodriguez (2012) que apenas discutiram a parentalidade, sem ainda exercê-la. Reiteramos que a homoparentalidade assume um compromisso social digno por meio de pesquisas importantes e fidedignas quanto ao trato dos dados produzidos. Dessa forma as pesquisas de Almeida (2012), Rodriguez (2012) e Tombolato (2014) apontam que pais e mães solteiros, bem como casais homossexuais têm plena capacidade de efetivarem um exercício parental saudável e digno aos seus filhos (as).

No entanto, diferentemente dos pares heterossexuais, mães e pais homoafetivos têm que lidar com o preconceito homofóbico ainda vigente na sociedade brasileira. Nessa direção, tendo em vista a ordem de grandeza da problemática violência contra pessoas homossexuais, bem como a recorrência desse tema nas pesquisas examinadas e a relação direta com o objetivo desta pesquisa, apresentamos a próxima seção.

**2 PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS E A
FAMÍLIA HOMOPARENTAL: APONTAMENTOS
DESABONADORES**

2 PRECONCEITO CONTRA HOMOSSEXUAIS E A FAMÍLIA HOMOPARENTAL: APONTAMENTOS DESABONADORES

Primeiramente, anunciamos que a produção desta seção valeu-se igualmente das pesquisas que fazem parte da seção 1. Reitera-se que optamos por organizar a particularidade “preconceito” porque o objetivo fundamental desta investigação dirige-se para o referido tema. Todavia, informamos o leitor que as pesquisas que serão apresentadas não necessariamente tratam a temática violência contra homossexuais e suas famílias como objetivos norteadores, mas discutem esse tema linearmente. Nessa direção, encontram-se na subseção 2.1 questões acerca do preconceito contra pessoas homoafetivas; já na subseção 2.2 sintetizamos o conteúdo das pesquisas que relatam o preconceito contra as famílias homoparentais e por fim, na subseção 2.3, evidenciamos como se estabelecem as relações entre escola e família homoparental, indicando ainda se pais homossexuais e seus filhos sofrem violência.

2.1 O preconceito contra homossexuais

É fato que vivemos em um país de inúmeras contradições e mazelas sociais. A violência permeia diferentes parcelas da população, ocupando espaços públicos e privados. No Brasil, os casos de violência contra mulheres, homossexuais e travestis atingem níveis de liderança mundial (GGB, 2014). A construção ideológica dos gêneros e, principalmente, a segregação deles como forma de dominação do masculino traz à tona um problema crônico na contemporaneidade. Encontramos recorrentemente nos estudos por nós analisados, a questão do machismo como um problema social que demanda auxílio das políticas públicas para diminuí-lo enquanto ideologia que segrega e oprime as mulheres na sociedade brasileira (GRESPLAN; GOELLNER, 2011; CAVADINHA, 2012) A barreira do respeito à diversidade é rompida pela cultura da intolerância que ignora o que vem sendo assegurado no âmbito dos direitos humanos: a igualdade frente à pluralidade da sexualidade humana.

Não obstante, apresentamos dados do Mapa da Violência de 2015, que explicita os contingentes colhidos pelo Sinan (Sistema de Informações de Agravos de Notificações) no ano de 2013. A fim de compreender o feminicídio no Brasil, Julio Waiselfisz- pesquisador responsável, calculou a estimativa de registros nas bases do Sinan compreendendo a violência doméstica e familiar. Assim, é exposto no documento

que ao longo do ano de 2013, 4.762 (quatro mil, setecentos e sessenta e duas) mulheres foram assassinadas no território brasileiro. Do total apresentado, 2.394 (dois mil, trezentos e noventa e quatro) assassinatos, ou seja, 50,3% foram realizados por pais, mães, padrastos, madrastas, irmãos ou filhos das vítimas. Das mais de quatro mil mulheres assassinadas no referido ano, 1.583 (um mil, quinhentos e oitenta e três) morreram por crimes cometidos pelos parceiros ou ex-parceiros; assim, os crimes passionais representaram 33,2% das mortes. Os dados expostos são assustadores por contabilizar sete mulheres mortas por crimes familiares e quatro por crimes passionais diariamente. Em 2014, a partir de boletins de ocorrência policial de todos os estados, foi possível verificar que a estimativa de homicídio de mulheres prosseguiu aumentando para 4.918 (quatro mil, novecentos e dezoito) mortes. Com dados tão desanimadores no que concerne a violência contra a mulher, a pesquisa ainda aponta que o Brasil ocupa a 5º posição de país que mais mata mulheres no mundo, antecedido somente por El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa.

Dessa forma nos indagamos se a sociedade que desrespeita as mulheres pela sua condição é a mesma que associa homoafetivos masculinos à feminilidade e, portanto, sobrepõe o intuito machista que resulta em segregação, preconceito e/ou violência contra LGBTs? Em busca de respostas para tal questão, expomos os resultados da pesquisa intitulada Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013¹³. A pesquisa estabeleceu suas análises de violência contra pessoas homossexuais devido ao Disque Direitos Humanos, mais conhecido como Disque 100. Trata-se de número cujas pessoas LGBTs podem ligar e detalhar a agressão sofrida dada sua condição sexual. Segundo o Relatório, durante o ano de 2013 apresentou-se um total de 3.031 (três mil e trinta e uma) denúncias de cunho homofóbico. Houve um aumento preocupante quando comparado com o ano anterior, 2012, cujas denúncias totalizaram 1.695 (um mil, seiscentos e noventa e cinco). Por se tratar de denúncias feitas via telefone, muitas vezes o denunciante não informa o ocorrido com clareza; pode-se inferir que a falta de esclarecimento nas ligações sobre o infortúnio da agressão/situação preconceituosa aconteça, pois a vítima ainda se recupera do trauma, lhe escapando informações importantes; ou mesmo pois quem faz a denúncia pode não ser a própria vítima. Nesse

¹³ Explicitamos que essa pesquisa tem como data de publicação o ano de 2016, estando fora do prazo estabelecido de nossa bibliografia fundamental: 2009-2015. Contudo, para que o leitor obtenha um comparativo importante do ano de 2013 face aos dados apresentados de violência contra as mulheres e, igualmente, por termos aguardado a publicação dessa investigação, realizada tardiamente, decidimos por mantê-la e expor seus valiosos dados.

sentido, a pesquisa expõe contingente considerável de dados que não são informados por aqueles que denunciam.

Considerando que as denúncias podem ser realizadas por qualquer pessoa que a auxilie caso seja a vítima impedida por algum motivo, o documento avalia a relação entre a vítima e o denunciante: em 32,8% dos casos os denunciantes não conheciam a vítima antes de prestar solidariedade. Quando do conhecimento anterior entre denunciante e vítima, 1,9%, são amigos, companheiros, cunhados, irmãos, filhos, sobrinhos e vizinhos. Em apenas 9,1% dos casos quem faz a denúncia é a própria vítima. Já em 53,8% das ligações não há identificação do denunciante. O Relatório nos informa que 73,9% das vítimas são do sexo masculino e, 12,8%, são do sexo feminino. Em 10,2% das ligações não foram informados os sexos das vítimas; já em relação aos 3,1% restantes guarda o documento falhas por não fazer menção a esse respeito. Quando do relato sobre o caso de homofobia, indaga-se à vítima qual sua identidade sexual. Dessas conclusões 46,8% não informaram, 24,5% denominaram-se *gays*, 11,9% travestis, 8,6% lésbicas, 5,9% transexuais e 2,3% bissexuais. Ainda compreendendo o perfil das vítimas, agora quanto à raça/cor, 39,9% são pretos e pardos; vítimas de cor branca compilam 27,5%; ao passo que vítimas amarelas e indígenas totalizam 3,0% cada uma. Tal informação foi omitida em 32,0% das ligações.

No ano de 2013, 54,9% daqueles que sofreram violência homofóbica tinham entre 15 e 30 anos. O mesmo documento ao comparar os dados publicados no ano anterior, 2012, relata que 61,16% da população que sofreu esse tipo de violência estavam entre os 15 e 29 anos. Em 2012 e 2013 o contingente de pessoas que não concederam a informação sobre a faixa etária foi 10,3% e 15,9%, respectivamente. As vítimas de homofobia que estavam entre 31 e 60 anos em 2013 somadas, totalizam 28,6% das ligações. No mesmo ano, os dados que incluem pessoas acima de 60 anos são mínimos, 0,3%. Apesar de serem as vítimas em grande maioria compostas por pessoas jovens, cabe mencionar que pessoas mais novas detêm maior conhecimento tecnológico e portanto não há como se mensurar exatamente a violência homofóbica sofrida pelas pessoas com mais de 60 anos de idade. Caso estes tivessem “mais acesso as redes sociais e a informações sobre os canais de denúncia do poder público” (BRASIL, 2016, p. 18), talvez se contabilizassem mais denúncias.

Esclarecidas as informações que dizem respeito ao perfil das vítimas, apresentamos os únicos dados explícitos no documento que remetem ao perfil dos suspeitos: faixa etária e a relação com as vítimas. Assim sendo, no que concerne a faixa

etária dos suspeitos, em 44,6% das ligações não se esclareceu tal questão; pessoas entre 12 e 17 anos compreendem 3,0%; suspeitos entre 18 e 30 compõem 17,0%; aqueles na faixa dos 31 e 40 anos de idade concretizam 15,8%; enquanto 17,2% têm entre 41 e 60 anos. Em proporções menores, 2,1% desses sujeitos têm idade entre 61 e 70 anos; já 0,3%, foram identificados com mais de 70 anos. Por conseguinte, sobre a relação entre suspeito-vítima, o documento torna claro que em 32,1% das ligações recebidas ambos se conheciam. Em 32,0% dos casos, os denunciantes informaram que os suspeitos não mantinham relação de qualquer natureza com as vítimas. Todavia, a pesquisa aponta que quando vítima e agressor se conheciam, as relações estabeleciam-se nos seguintes graus: amiga/o (2,0%); cunhada (2,2%); empregador (1,4%); irmão/o (5,9%); mãe (2,5%); pai (1,8%); tia/o (2,4%); vizinha/o (13,8%); outras (8,3%). Aqueles que não informaram tal questão completam 27,7%.

Dada a relevância das apresentações que compreendem quem são as vítimas e os suspeitos, ambos com porcentagens válidas de ocorrência na faixa média da vida- 15 a 40 anos, compreenderemos agora como se dão essas violações dos direitos humanos em caráter homofóbico por local onde acontecem, seja em espaço público ou privado. Ao que se constata sobre as violações dentro de casa, expomos que 25,7% se passam na casa da vítima; em 6,0% na casa dos suspeitos e em 4,4% na casa de ambos ou de terceiros. As violações que acontecem na rua foram contabilizadas em 26,8%. A categoria “outros locais” totalizou 37,5% das denúncias apresentadas nos seguintes espaços: local de trabalho (5,8%); escola (1,9%); igreja (1,4%); hospital (1,3%); delegacia de polícia (1,0%) e ainda 25,7% das denúncias ocorreram em locais não especificados. O relatório estudado proporciona ainda preciosos dados sobre os tipos de violações ocorridas no ano de 2013 no Brasil. Essas violações apresentam-se de acordo com as seguintes categorias: Violência psicológica (40,1%); Discriminação (36,4%); Violência Física (14,4%); Negligência (3,6%) e Outros (5,5%).

Informamos que os tipos de violência acima apresentados possuem nuances e subtipificações importantes. Tais nuances quando representadas por vítimas que sofreram Violências Psicológicas temos por humilhação (36,4%), hostilização (32,3%), ameaça (16,2%), calúnia/injúria/difamação (7,6%), perseguição (3,6%), chantagem (0,9%), infantilização (0,4%) e outros (26,0%). Revelamos que a categoria Discriminação é compreendida pelos denunciantes em subtipos como orientação sexual (77,1%), identidade de gênero (15,1%), gênero (3,3%), racial (2,3%). Os subtipos da categoria Discriminação são ainda apresentados como: pessoas com deficiência,

religiosa, de origem, social e outros totalizando 2,1 %. Identificamos que os subtipos da categoria Violência Física dispõem-se da seguinte maneira: lesão corporal (52,5%); maus tratos (36,6%); tentativa de homicídio (4,1%); homicídio (3,8%) e cárcere privado (1,8%). São também analisados como subtipos da categoria Violência Física: auto agressão/latrocínio/sequestros/outras que somados completam 1,2%. Além das violências citadas, as pessoas homossexuais ainda são vítimas de Violência Sexual. Essa categoria tem como subtipos o abuso sexual (43,2%), o estupro (36,5%), a exploração sexual (9,5%), o turismo sexual (1,4%) e outros (9,5%).

O estudo apresentado indica que devemos relacionar a violência sexual sofrida por pessoas homossexuais à dois fatores. O primeiro condiz à percepção incorreta de uma parcela da população nacional que identifica os LGBTs, particularmente os que vivem em situação de prostituição, como não merecedores de direitos plenos; o segundo vale-se da transfobia como preconceito oferecido a pessoas transexuais e/ou travestis. A transfobia que ainda é muito recorrente em nossa sociedade, impulsiona pessoas trans e travestis a recorrerem unicamente à prostituição de rua como meio de sobrevivência. Ainda, o relatório chama atenção para uma forma de punição cruel que é relatada nos tempos atuais:

[...] Em relação às lésbicas, transexuais e travestis, deve-se mencionar a criminosa prática do estupro corretivo, infelizmente ainda presente na sociedade brasileira (BRASIL, 2016, p. 28).

Neste sentido, o estudo apresentado nos traz lamentáveis referências sobre a violência cometida contra a parcela da população LGBT que disponibilizou informações ao Disque 100. Compreendemos por hora que esse canal de ligações faz-se extremamente importante para que seus dados sejam estudados e apresentados de forma íntegra. Todavia, nos parece oportuno refletir que quem recorre a essa forma de denúncia não efetiva completamente o papel de denunciante, pois a porcentagem de não informações apresentadas no texto é grande- principalmente naquelas que identificam o local, o perfil da vítima e do suspeito. Se as taxas de não informações compilhassem números ínfimos, poderíamos compreender de forma menos fragmentada como se dão os casos de violência contra homossexuais no Brasil. Compreendendo a importância desse estudo no cenário brasileiro, faz-se lamentável que os dados sejam fornecidos unicamente em porcentagem. A não quantificação em algarismos tanto das ligações, quanto dos envolvimento nos traria informações menos fragmentadas do relatório em questão.

Entretanto, compreendemos que o perfil da comunidade LGBT que mais sofre com as violações de direitos humanos são jovens (54,9%), de cor/raça pretos ou pardos (39,9%), do sexo masculino (73,0%), gays (24,5%) e travestis/transsexuais (17,8%). Os agressores/suspeitos envolvidos em casos de violência homofóbica estão na mesma faixa etária que suas vítimas- 15 e 40 anos- o que nos leva a crer que eles têm mais acesso às redes tecnológicas, mais contato com pessoas e meios de conhecimento. Ou seja, são capazes de refletir sobre seus atos, planejar suas ações e as implicações delas oriundas. Assim, concluímos que os casos de violência apresentados não se fazem impensados ou inconsequentes. Todavia, os dados apresentados no relatório de 2013 correspondem somente às denúncias captadas pelo Disque 100 e não dão conta de compreender a totalidade da violência oferecida diariamente contra as pessoas LGBTs na sociedade brasileira.

A fim de enriquecer nossa discussão, apresentamos dados complementares, extraídos de uma pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), um dos mais antigos grupos de estudo sobre violência contra homossexuais no Brasil. Liderado pelo antropólogo e pesquisador Luiz Mott da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Grupo apresenta anualmente um relatório com importantes características sobre os assassinatos, bem como sobre o perfil das vítimas. A metodologia utilizada no relatório intitulado *Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: relatório 2014* é construída a partir de dados hemerográficos, ou seja, baseados em notícias veiculadas pela imprensa nacional. O *Relatório da violência homofóbica no Brasil: ano de 2013* (BRASIL, 2016), apresentado há pouco, tem sua segunda parte fundamentada totalmente nos dados hemerográficos do Grupo Gay da Bahia. Por se tratar de um estudo relevante no mapeamento da violência em âmbito nacional e por contar com sua referência em estudos de grande porte como o apresentado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, lançaremos mão dos dados hemerográficos publicados pelo referido Grupo. Contudo, diferentemente do relatório elaborado pelo Ministério que utiliza como referência o estudo do GGB publicado no ano de 2011, nesta pesquisa utilizaremos o mais recente, publicado pelo referido Grupo no ano de 2015, contendo informações pertinentes sobre o ano de 2014.

Notícias de jornais, revistas, blogs de notícias, redes sociais, rádio e televisão são alguns dos meios de comunicação dos quais se utiliza o GGB para a construção dos relatórios anuais. Segundo a referida pesquisa 326 pessoas morreram no ano de 2014

por violência homofóbica no Brasil. Sobre o perfil das vítimas identificamos que dentro do segmento LGBT a população assassinada distribuiu-se da seguinte maneira: 163 pessoas eram gays (50%), 134 travestis (41%), 14 eram lésbicas (4%), 3 pessoas bissexuais (1%) e 7 mortos eram amantes de travestis (2%), cujo relatório se refere por *T-Lovers*. Pessoas heterossexuais também são contabilizadas como vítimas nessa pesquisa, compondo cinco pessoas, 2% da população. O documento não faz qualquer ressalva do motivo das pessoas heterossexuais estarem envolvidas em questões que dizem respeito às mortes por homofobia. Contudo, respeitamos a possibilidade de em crimes homofóbicos pessoas heterossexuais terem sido assassinadas. Podem ter sido elas confundidas com pessoas homossexuais pelos seus assassinos; podem ter sido mortas em defesa às pessoas homossexuais; ou mesmo em trocas de tiros ou luta com armas brancas em quaisquer outras circunstâncias no momento da ocorrência dos crimes. O documento neste sentido guarda falhas, pois propõe boa margem de erros interpretativos de quem o examina. Afinal, as hipóteses sobre a morte de pessoas heterossexuais em crimes de homofobia são muitas e não caberia ao leitor formulá-las de maneira subjetiva.

O relatório identifica que a população LGBT morta no ano de 2014 não teve sua faixa etária informada em 19% das notícias, sendo 61 pessoas não identificadas nesse sentido. Em ordem decrescente, informamos a idade das vítimas: 1% encontrava-se com idade entre 71 a 80 anos- 1 pessoa; nove pessoas possuíam entre 61 e 70 anos- 3% do total; 4% dos assassinados, 13 em números absolutos, permanecia com idades entre 51 a 60 anos; 14%, precisamente 46 pessoas, estavam na faixa etária de 41 a 50 anos; já em números mais significativos, 76 sujeitos compuseram 23% daqueles/as entre 31 a 40 anos. A grande maioria dos assassinatos homofóbicos no Brasil é composta por vítimas jovens: 28% desfrutavam de faixa etária entre 19 a 30 anos, fatidicamente 90 pessoas; e por fim, 30 jovens compondo os 30% restantes não contavam com a idade máxima de 18 anos. Quando analisada a distribuição geográfica dessas vítimas no território brasileiro, anunciamos que a maioria delas ocorreu no Nordeste do país com 123 mortes (38%), seguida da Região Sudeste que contou com 109 casos (33%). Observa-se a Região Centro-Oeste com 45 assassinatos (14%) e a Região Norte com 26 pessoas mortas (8%). Na Região Sul apresenta-se o menor índice de casos, com 22 mortes (7%). O Relatório denuncia que apenas uma do total dessas mortes em 2014 ocorreu no exterior, contudo nenhuma informação é oferecida para compreender em qual país isso se sucedeu e em quais condições.

As notícias publicadas contendo informações sobre a população LGBT assassinada no ano de 2014 não comunicaram em 30% a composição racial dos assassinados. Contudo 3,5% são apresentados como pretos seguidos de 28,7% como pardos e a maioria, 37,8%, de brancos. Os dados apresentam a crueldade dos assassinatos quanto à *causa mortis* das vítimas: a maioria dos assassinatos ocorreu com armas de fogo, totalizando 107 casos. Num contingente pouco maior os casos ocorreram com armas brancas- 105. Ainda no ano de 2014 morreram 27 pessoas por espancamento, seguidas de 24 por asfixia/enforcamento. Essas lamentáveis informações seguem números pouco menores como 12 mortes por pauladas, 10 por apedrejamento e oito por suicídio. Foram ainda quatro pessoas carbonizadas, três envenenadas, uma morte ocorreu por overdose e outra por esmagamento. Não foram apresentadas informações sobre a *causa mortis* das vítimas em 24 das notícias analisadas pelo GGB.

O relatório de 2014 apresenta rapidamente, a partir também de dados hemerográficos, a conclusão do Relatório anual do GGB referente ao ano de 2013 e 2012. Assim, foi concluído que 186 pessoas gays; 108 trans; 14 lésbicas; dois bissexuais e duas pessoas heterossexuais morreram em decorrência de homofobia no Brasil naquele ano. Não foram localizadas em notícias de crimes homofóbicos mortes de T-Lovers. Assim, no ano de 2013 foram totalizadas 312 mortes. Já no ano de 2012, apresenta-se um contingente de mortes pouco maior: 188 gays, 128 transexuais e 19 lésbicas aparecem no referido relatório. Apenas a quantidade de dois bissexuais e um heterossexual são evidenciadas. Sobre o ano de 2012 também não há referências sobre morte de amantes de travestis (*T-Lovers*). Deduzimos assim, que no ano de 2012, 338 brasileiros/as morreram em decorrência de crimes de natureza homofóbica. O relatório em questão apresenta que em relação às profissões dos LGBTs mortos no ano de 2014, as vítimas exerciam 20 diferentes, contudo as que mais apareceram foram travestis profissionais do sexo (37); professores (13); estudantes (8); cabeleireiros (6). Em um contingente alto de 64 pessoas o relatório estabelece a denominação categórica de “outros”, visto a diversificação das profissões. Sobre aquelas de cunho religioso expomos que três pais de santo e um padre foram assassinados; em seguida temos um expoente de duas mortes para as seguintes profissões: aposentados, ativista LGBT, atores, empresários, e jornalistas. Em sequência relatamos que as seguintes profissões apareceram com uma proporção de uma para cada pessoa: presidente de ONG, sargento da Polícia Militar e tenente da Polícia Militar. A partir da análise hemerográfica, o

relatório não contou com informações precisas sobre as profissões da quantidade restante, 183 vítimas.

Apesar dos contingentes levantados pelo GGB se mostrarem imensamente inferiores aos da pesquisa da Secretaria, faz-se lembrar de que os dados hemerográficos do último relatório exposto trabalha com mortes consumadas, ao passo que a pesquisa anterior compreende não somente mortes, mas também outros tipos de violência informados pelo Disque 100. Ainda que os dados por nós apresentados não totalizem o número real de homicídios de caráter homofóbico, tendo em vista que muitos podem não ser contabilizados nesse sentido, pelos menos foi dada importância ao volume de notícias apresentadas pela mídia brasileira a este respeito.

Os dados contidos nas pesquisas por nós analisadas trazem a realidade da violência contra pessoas homossexuais, embora a imagem que se venda da sexualidade dos brasileiros seja a de liberdade. Nossa cultura chama atenção pela diversidade de seu povo aos olhos do mundo todo, porém a liberdade da expressão sexual vendida para o exterior tem um preço alto para as minorias que aqui vivem- nesse caso os homossexuais. Muitas vezes, a primeira barreira de preconceito a ser enfrentada é no próprio lar do cidadão LGBT. Conforme as pesquisas por nós estudadas de Almeida (2012), Cavadinha (2012) e Tombolato (2014), avalia-se a questão a partir do caso de seus sujeitos, quais sofreram preconceito inicialmente dentro de casa, por seus familiares próximos, antes mesmo de experimentarem tais reações em outros ambientes sociais. Embora o número de mortes reais faça-se ínfimo perante a quantidade de homossexuais que se casaram nos últimos anos, ou mesmo que efetivaram a união estável, ser gay, lésbica, bissexual ou travesti/transgênero no Brasil contemporâneo ainda torna-se um grande problema face à realidade do preconceito homofóbico existente (FARIAS; MAIA, 2009).

Nesta direção, o preconceito oferecido às pessoas homossexuais se estende com a ampliação de suas famílias. O que nos leva à necessidade de um debate sobre a violência oferecida especificamente contra a família homoparental em nossa sociedade. Tais reflexões poderão ser encontradas na próxima subseção.

2.2 O preconceito contra as famílias homoparentais

A dissertação de Tombolato (2014) nos revela que vários de seus participantes sofreram violência no contato com a sociedade como um todo. Felizmente, em sua pesquisa não foram relatados casos de violência física, porém todos os participantes citam ter vivenciado situações cuja questão de sua homossexualidade foi recebida com estranhamento, através de falas e olhares desconfiados, por parte das pessoas que os cercavam em diferentes espaços sociais. Um casal de lésbicas entrevistado pelo autor explicitou a humilhante situação de ter que recorrer à justiça de sua cidade para serem reconhecidas como sócias conjuntas de um clube e também para terem sua união estável reconhecida pelo convênio médico qual se desejava obter. Lamentavelmente essas situações continuam a existir ainda depois do reconhecimento legal sobre as uniões homoafetivas. Esse autor ainda identificou situações preconceituosas vivenciadas por um casal feminino que passou por intensa exposição midiática. O casal sofreu forte retaliação em comentários preconceituosos pela internet quanto à exposição de seu casamento civil. As cônjuges relataram que os comentários de pessoas desconhecidas causaram sofrimento a ambas, pois além de ofensivos, eram raivosos e, muitas vezes, tinham como sustentação a máxima religiosa que Deus não compreenderia o casamento das duas. Por conta da exposição na mídia, comentários indesejados alcançaram os ambientes de trabalho das esposas, que sofreram novamente situações preconceituosas, culminando à mudança de cidade de uma das duas para se estabelecer dignamente em outro emprego a fim de que o preconceito se findasse. Todavia, casos de muita exposição na mídia podem apresentar uma visão diferente: um casal de homens entrevistado por Tombolato (2014) relatou um tratamento positivo em todos os lugares que frequentavam quando na época da adoção. As pessoas ofereciam preferência nas filas de estabelecimentos comerciais, eles ganhavam presentes com frequência, bem como sempre alguém estava disposto a saber sobre o bem estar de sua família, mesmo se tratando de sujeitos desconhecidos. Contudo, a partir da análise contida no estudo, a ausência de preconceito em relação a esse casal se dá não pelo fato deles serem gays e admirados pela condição de sua família homoparental, mas sim pelo fato de terem ficado famosos a partir da incessante exposição da mídia local.

Situações preconceituosas são igualmente encontradas na tese de Cavadinha (2012). A autora afirma que as participantes de sua pesquisa sofreram forte vigilância social pelo fato de serem mães lésbicas. As mulheres demonstraram uma relação de

medo sobre a criação de seus filhos pois estariam todos atentos caso algum “passo em falso” acontecesse ou alguma atitude delas fosse tomada como errada. Sentimentos dessa natureza são também encontrados nos relatos das famílias analisadas por Tombolato (2014) que, assim como as mães analisadas por Cavadinha (2012), identificam ser a vigilância social sobre a parentalidade homossexual ainda mais acirrada e punitiva quando em comparação àquela de pares heterossexuais. Deste modo, as pesquisas expostas nos levam a crer que o motivo da forte pressão social com pais e mães LGBTs tem origem no cultivo de crenças, tais como crescer em ambientes com pais e mães homoafetivos é prejudicial ao desenvolvimento psicológico da criança ou opiniões que dizem que a convivência com pais homoafetivos trará diversos empecilhos quando a criança envelhecer. Essas crenças sociais com tonalidade negativa são denominadas na literatura acadêmica como mitos sobre a homoparentalidade.

Nesse sentido, trazemos para nossa discussão importantes fatos analisados no livro de Farias e Maia (2009): o preconceito contra a homoparentalidade na sociedade brasileira. Em uma complexa síntese sobre os preconceitos que pairam no imaginário social sobre as funções parentais de pessoas homossexuais, as autoras explicam que todos os anos de vigência do patriarcado e do machismo em nosso país ajudaram a construir o pensamento de nossa sociedade sobre questões relacionadas à família, ao sexo, às liberdades restritas da mulher, bem como ao interdito das homossexualidades e transexualidades de forma conservadora- construindo relutância a integração das diferenças dessas facetas da sexualidade humana. Elucidando as formas de violência contra a homoparentalidade mais comuns, apresentamos sete mitos revelados pelas autoras. A exposição dessas formas de preconceitos ainda presentes no Brasil contemporâneo será seguida de esclarecimentos a partir da literatura que analisam em seu livro. Sobre os mitos as autoras Farias e Maia (2009, p. 87-88) expõem:

- a) “O homossexuais são pessoas desajustadas ou sofrem de distúrbios e por isso não poderiam criar uma criança”. Apresenta-se no livro que desde a década de 1970 deixou de ser a homossexualidade julgada como distúrbio ou doença em países norte-americanos. As autoras invalidam esse mito afirmando que pessoas heterossexuais podem igualmente apresentar distúrbios sem que esses tenham qualquer ligação com a orientação sexual dos indivíduos portadores de doenças ou distúrbios.
- b) “Os homossexuais tendem a abusar sexualmente das crianças”. Segundo as acadêmicas não existe qualquer indício de que essa afirmação seja realmente

verídica. Não se encontra na vasta literatura nacional e internacional analisada por elas, indícios de que pessoas LGBTs abusem mais de crianças que pessoas com orientação heterossexual.

- c) “Se a criança for criada por homossexuais ela também será homossexual”. Esse mito é muito famoso e utilizado tanto por pessoas que são contra o direito de igualdade das famílias homoparentais, bem como por leigos nas questões da sexualidade humana. Segundo as escritoras não existe relação direta sobre a homo, bi e transexualidade dos pais com a orientação sexual que os filhos terão na vida adulta. Podemos ainda inferir que a grande maioria das pessoas homossexuais brasileiras adultas não cresceu em lares homoparentais e ainda assim essas pessoas tiveram como bem definidas sua sexualidade.
- d) “A criança perderá a noção de diferença entre os sexos por ser criada por dois pais ou duas mães”. Tal afirmativa é descaracterizada pois não se compreende na ciência da Psicologia a construção das figuras femininas e masculinas unicamente a partir do arquétipo de pais e mães. A criança construirá também suas noções sobre a diferença dos sexos no contato com a sociedade em geral.
- e) “É prejudicial para o desenvolvimento da criança o contato exclusivo com apenas um tipo de papel sexual: paterno ou materno”. Enfatiza-se que os papéis sexuais excedem as figuras de pais e mães: “os papéis sexuais maternos ou paternos independem de sexo biológico e podem ser assumidos tanto por homens quanto por mulheres na sociedade em geral” (FARIAS; MAIA, 2009, p. 88).
- f) “As crianças vão ter problemas em seu desenvolvimento”. Não existem diferenças relevantes quanto ao desenvolvimento psicossocial e físico de filhos de LGBTs. As diferenças encontradas pelas autoras nas obras analisadas não dizem respeito à homossexualidade dos pais, mas sim questões diversas e cotidianas como sociais, econômicas, educacionais, etc.; diferenças essas igualmente encontradas nos lares heterossexuais.
- g) O último mito apresentado no referido livro vale-se da seguinte afirmativa: “As crianças criadas por casais homossexuais irão sofrer mais por terem que lidar sempre com a questão do preconceito social”. Apresentam as autoras que não se faz estigmatizante essa colocação pelo fato que crianças sofrem

preconceitos em nossa sociedade por diferentes fatores: étnico, racial, econômico, deficiências, etc. Ou seja, o preconceito e a discriminação social que sofrem as crianças não se restringem unicamente à questão da orientação sexual de seus pais.

A esse propósito não concordamos plenamente com o último mito, pois levando em conta que o Brasil é o país onde há maior violência contra homossexuais, a probabilidade de filho/as de famílias homoparentais sofrer mais violência que filhos/as de famílias heteroafetivas, é muito alta. Nessa medida, parece-nos que isso não é mito. Todavia, os mitos criados pela população em geral revelam não somente a postura preconceituosa sobre a homossexualidade e sua dinâmica familiar. Tais mitos, como explana Farias (2010) em um artigo sobre preconceitos contra a homoparentalidade, evidenciam a recusa cega de se admitir novas formas de viver a experiência parental, renegando essa experiência à pessoas homoafetivas. Àqueles que são contra os ideais libertários de sexualidade e que não admitem novas formas de famílias, parece mais importante lidar com argumentos frágeis e datados em vez de reconhecer a veracidade das famílias homoparentais e, sobretudo, reconhecer a paternidade e a maternidade dessas pessoas sem distinção na criação de seus filhos. Assim,

Percebe-se que a ideia de seguir o modelo ideal heterossexual reflete-se nos mitos em relação à homoparentalidade e nos medos de que a homossexualidade dos pais interfira no modelo de educação e socialização padronizada atual (FARIAS, 2010, p. 112).

Contudo, os preconceitos e mitos contra a homossexualidade e, respectivamente, contra a homoparentalidade, não são exclusivos na/da sociedade brasileira. Os pesquisadores portugueses Gato e Fontaine (2010) revisaram em um artigo a literatura psicológica que aborda o desenvolvimento de crianças educadas por famílias de pais e mães homossexuais. Eles também expõem as crenças retrógradas que resistem ao passar do tempo sobre tal temática. No que concerne tal leitura, direcionaremos nosso olhar sobre a desconstrução dos preconceitos e mitos sobre a homoparentalidade. Por se tratar de um artigo que compila inúmeras pesquisas de diferentes países, lamentavelmente não são apresentados os dados pertinentes a cada pesquisa¹⁴. Ainda que assim os fossem, não poderíamos cá apresentá-los por se tratar de um contingente deveras exacerbado.

¹⁴ Os autores não apresentam a quantidade de estudos analisados. As informações limitam-se ao tempo de recorte desses estudos: 40 anos. Ou seja, foram avaliadas investigações publicadas desde a década de 1970 até o ano de publicação do artigo, 2010.

Tratemos então da apresentação factível que consta no referido artigo, sistematizando as informações necessárias apresentadas pelos autores.

Apona-se no referido estudo que as investigações por eles organizadas debruçaram-se sobre aspectos do desenvolvimento como: sexualidade, desenvolvimento psicossocial geral, relações sociais e possibilidade de discriminação. Sobre o desenvolvimento psicosexual dos filhos/as de pais homossexuais, indica-se no texto que 85% das pesquisas analisadas encontram uma proporção igualitária de filhos/as homossexuais. Ou seja, encontra-se entre 0 a 10% a estatística de filhos *gays* e *lésbicas* tanto nas famílias homoafetivas, como nas famílias compostas por pais heterossexuais. Afirmam os autores que as pesquisas não encontraram identidades de gêneros diferenciadas ao sexo biológico. Quanto ao desenvolvimento psicossocial, os autores afirmam não existir diferenças substanciais entre crianças e jovens oriundos de lares homoparentais em comparação àqueles oriundos de lares heteroparentais. Já no que toca as relações sociais e a possibilidade de discriminação, Gato e Fontaine (2010) evidenciam que estudos verificados em França, Bélgica e Espanha não apresentam unanimidade e as diferentes nuances da discriminação nesses locais se deve ao “contexto social, mais ou menos liberal ou discriminatório, em que as investigações foram conduzidas” (GATO; FONTAINE, 2010, p. 17).

Concluem os autores que as pesquisas analisadas apresentam um olhar heterossexista da parentalidade, ou seja, há uma tendência prioritária de situações onde se coloca mais importância na parentalidade heterossexual. Neste sentido, encontraram eles atitudes negativas no que diz respeito à homoparentalidade que são compreendidas nos seguintes descritores: pertença ao gênero masculino; crença no fato de ser a homossexualidade uma opção; nível elevado de religiosidade; maior adesão a estereótipos sobre a homossexualidade masculina e índices mais elevados de homofobia. Ainda em Portugal inferem eles existir dificuldades de acesso a informações científicas sobre a temática da homossexualidade e sobre a homoparentalidade, acentuando a manutenção de pensamentos antiquados e/ou preconceituosos.

Por intermédio dessas leituras pudemos apreender que a violência e o preconceito contra as famílias homoparentais são recorrentes tanto no Brasil, como em diferentes países. Ainda que a justiça brasileira legalize e legitime as uniões estáveis e os casamentos entre pessoas homoafetivas, levará certo tempo para que a sociedade amplie a visão tradicionalista homem-mulher e compreenda novas formas de família. Por mais que continuem havendo diferenças e distâncias entre as pessoas no que toca tal

questão, que se façam valer leis punitivas para aqueles que infiram na vida pessoal de pessoas LGBTs, atentando contra sua segurança, liberdade e dignidade.

2.3 A relação entre a escola e a família homoparental

Neste momento, apresentamos pesquisas que compreendem a relação da escola e da família homoparental. Estudos teóricos/conceituais e investigações de campo que verificam a relação de violência homofóbica dentro do espaço escolar serão também trazidos à baila. Nessa direção, iniciamos nossa discussão expondo uma pesquisa comparativa realizada por Gato (2012) entre Brasil e Portugal, onde se discutiu os quesitos “homopatologização”- que diz respeito a juízos patologizadores e morais sobre a homossexualidade- e “heterossexismo moderno”- que diz respeito a questões contemporâneas do preconceito contra pessoas LGBT, como por exemplo os temas família homoparental e orgulho de ser homossexual. Assim, foram avaliados 844 (oitocentos e quarenta e quatro) estudantes entre dezessete e sessenta anos de idade, de cursos de Graduação como Medicina; Direito; Ciências Sociais/Sociologia; Engenharia Mecânica; Pedagogia/Ciências da Educação. A pesquisa foi realizada em quatro grandes universidades públicas portuguesas e uma brasileira, com 454 (quatrocentos e cinquenta e quatro) estudantes mulheres e 390 (trezentos e noventa) estudantes homens. Apresentamos, no excerto abaixo, as três hipóteses investigativas que o autor levantou ao início da pesquisa:

Hipótese 1: Não se antecipam diferenças entre Brasil e Portugal nas duas expressões do preconceito.

Hipótese 2: Os participantes evidenciarão níveis mais elevados da expressão mais contemporânea do preconceito do que da sua expressão tradicional.

Hipótese 3: Os participantes do sexo masculino apresentarão níveis mais elevados de preconceito do que as suas congêneres do sexo feminino (GATO, 2012, p. 113).

Aplicados os questionários aos estudantes, o autor concluiu sobre a primeira hipótese levantada que não existiram diferenças substanciais entre os dois países nas duas variáveis analisadas: homopatologização e heterossexismo moderno. Constatou-se ainda que os níveis de preconceito na homopatologização são relativamente baixos, isto pois, trabalhou-se com uma parcela de cidadãos mais distantes de meios sociais conservadores. Todavia, os estudantes de ambos os países apresentaram índices mais elevados do preconceito em sua expressão mais moderna. Tal fato se dá porque considerar abertamente a homossexualidade como patologia, seria impedido pelas normas sociais da cultura luso-brasileira- o que confirma a segunda hipótese. No entanto, os níveis mais elevados que tocam o preconceito contemporâneo condizem, como anteriormente dito, com as expressões mais recentes da homossexualidade.

Apesar dos estudantes distinguirem que a homossexualidade não se constitui uma perturbação psicológica, eles apresentam relações concordantes sobre as diferenças entre parentalidade e casamento- diferenciando pessoas homossexuais de heterossexuais. Segundo o autor, o desconforto dos entrevistados no que diz respeito a essas diferenças pode ser representado pela frase: “a homossexualidade não é uma doença, mas o que é diferente deve ser tratado de forma diferente” (GATO, 2012, p. 116). Ao cabo, confirmando a terceira hipótese, apresentou-se que os homens atingiram índices mais elevados que mulheres tanto no quesito da Homopatologização, quanto no Heterossexismo moderno. Assim, a oferta de preconceito por homens é maior do que por mulheres, pois homens costumam apresentar posturas menos flexíveis quanto às diferenças normativas dos gêneros do que as mulheres nos países analisados.

Para enriquecermos a compreensão da homofobia na sociedade brasileira, trazemos os dados expostos na pesquisa intitulada Diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais. Publicada no ano de 2009, pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a Fundação alemã Rosa Luxemburgo Stiftung, investigaram-se a partir de uma amostragem realizada com 2.014 (duas mil e quatorze) pessoas, em 150 cidades das cinco regiões brasileiras-, as relações de preconceito contra pessoas homoafetivas em nossa sociedade. Do total de entrevistados, 93% acredita que existe preconceito contra travestis; 91% contra transexuais; 92% contra gays e 92% contra lésbicas; ao passo que 90% afirmaram que existe preconceito contra pessoas bissexuais. Todavia, apenas 26% dos participantes assumiram ter preconceito contra gays; 27% contra bissexuais e lésbicas; 28% contra transexuais e 29% afirmaram preconceito por travestis. Os pesquisadores envolvidos nessa pesquisa investigaram não somente o preconceito assumido dos sujeitos, mas também o preconceito velado. Assim, a partir de testes hipotéticos de proximidade com gays e lésbicas, levantados em graus de concordância e/ou discordância de máximas do senso comum como “a homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada” ou instigações como “se soubesse que sua melhor amiga é lésbica” chegou-se às seguintes conclusões: apenas 1% não demonstrou qualquer forma de preconceito sobre as variáveis de relacionamento social com gays e lésbicas; 54% apresentaram grau leve; 39% demonstraram grau mediano de homofobia; e 6% foram classificados no grupo de pessoas com forte preconceito contra LGBTs.

A pesquisa tratou também de apreender a colaboração da religiosidade para a intolerância contra essas pessoas. Reforçando famosas epígrafes brasileiras de cunho

religioso, os autores apontaram que 92% dos participantes acreditam que “Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filho”; 66% concordam que “a homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus”. Não se fez intuito na pesquisa exposta deslegitimar a fé das pessoas, todavia, concluiu-se que a religiosidade quando desconexa às evoluções contemporâneas contribui para a homofobia em solo brasileiro. Nesta direção, cabe aqui uma indagação: as formas de intolerância à diversidade sexual estariam adentrando os muros escolares e atingindo alunos e/ou filhos de pessoas bissexuais, homossexuais, travestis e transgêneros? Para compreendermos o fenômeno da violência relacionada às escolas, é necessário refletir sobre três diferentes expressões de violência que tocam o âmbito escolar segundo Bernard Charlot (2002; 2005). Para esse autor, a violência pode se manifestar nas seguintes variáveis: violência na escola; violência à escola; violência da escola.

A categoria “violência na escola” é apreendida por situações que ocorrem dentro dos muros escolares. Não necessariamente, essa forma de violência está vinculada a pessoas que convivem no ambiente da escola. Essa manifestação pode acontecer, por exemplo, “quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são do bairro” (CHARLOT, 2002, p. 434). O que faz da escola, em determinados casos, apenas um local de encontro para promoção da violência- o que poderia ocorrer em qualquer outro espaço público ou privado. No entanto, a violência na escola pode também ser efetivada por alguém que tenha vínculo com a instituição, se manifestando, a exemplo, por meio de “ameaças para que o colega deixe colar na prova ou insultos ao professor” (CHARLOT, 2005, p. 20). Já a “violência à escola” tem como alvo o patrimônio público, ou seja, o prédio físico, as instalações escolares, bem como os funcionários que nela trabalham- professorado, coordenação, direção, profissionais da limpeza, etc. Essa categoria deve ser analisada conjuntamente com a “violência da escola”, pois ações de controle e percepções de ações violentas podem ocorrer mais facilmente. Contudo, essa última categoria assume as características que são depositadas tanto institucionalmente pela escola, como pelas ações de seus funcionários. São formas dessa violência “modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas...” (CHARLOT, 2002, p. 435).

As classificações do referido autor são válidas para compreender que a violência atravessa a escola em diferentes sentidos, assumindo inúmeras formas a partir de ações de diferentes atores. Nessa direção, pra reconhecemos o fenômeno da violência na

escola com maior proximidade, expomos os dados da pesquisa quantitativa realizada em âmbito nacional pelos institutos de pesquisa FIPE e INEP, em parceria com o MEC, no ano de 2009. O objetivo principal foi compreender as ações discriminatórias em sete diferentes temáticas, como: étnico-racial; gênero; geracional; territorial; necessidades especiais (deficiência); socioeconômico e orientação sexual. Todavia, para a discussão que por ora apresenta-se, faremos unicamente a leitura dos dados referentes às ações discriminatórias sobre gênero e orientação sexual. Foram aplicados questionários a 18.599 (dezoito mil, quinhentos e noventa e nove) pessoas envolvidas em 501 (quinhentos e uma) escolas de 27 (vinte e sete) estados brasileiros. O total de participantes é apresentado na seguinte ordem: 15.087 (quinze mil e oitenta e sete) estudantes; 1.004 (um mil e quatro) professores (as); 501 (quinhentos e um) diretores (as); 1.005 (um mil e cinco) profissionais de educação; 1.002 (um mil e dois) pais, mães e/ou responsáveis.

A discriminação e o preconceito foram identificados como fenômenos lineares que afetam a diferentes grupos sociais incluídos no ambiente educacional. Assim, a abrangência de atitudes preconceituosas deu-se em 93,5% contra gênero e 87,3% contra a orientação sexual. Não obstante, a intensidade de atitude preconceituosa foi medida com maior índice no que toca as diferenças de gênero (38,2%), seguido pela orientação sexual (26,1%). O preconceito oferecido contra homossexuais, especificamente, também foi medido dentro do ambiente escolar e trouxe à tona a realidade das vítimas na seguinte disposição: 17,4% são alunos; 8,1% são professores e em menor percentual, 5,2%, são funcionários. A pesquisa destacou os alunos como os atores com maiores índices de ações discriminatórias no que toca as questões de gênero e orientação sexual. Revelou-se ainda que, do total de discentes entrevistados, 86,2% apresentaram preconceito contra gênero e 89,1% contra orientação sexual. Conclui-se na pesquisa apresentada que a violência contra pessoas LGBTs está presente dentro das escolas brasileiras. Ainda que a violência revelada tenha sido praticada no campo ideológico e não de forma propriamente agressiva, faz-se compreender que a instituição escolar se transforma num espaço propício para o ostracismo social desses cidadãos. A pesquisa também chama atenção para a necessidade de discussão sobre as diferenças sexuais dentro do ambiente escolar, visando prevenir ações discriminatórias devido às questões de gênero e de orientação sexual.

Quando se trata da violência em pesquisas acadêmicas que fundamentam nossa revisão bibliográfica, em forma de teses e dissertações, nota-se que nenhuma delas teve

como objetivo investigar a violência oriunda das relações entre família homoparental e escola. Essa temática aparece linearmente, seja no trato dos dados ou nas explicações teóricas acerca das relações entre componentes de famílias homoparentais e a sociedade em geral, também a escola. Nesse seguimento, apresentamos a pesquisa de Hernández (2013) cujo objetivo foi reconhecer as relações, os processos e confrontos de filhas de mães lésbicas, de diferenciadas idades, com instituições escolares. A autora relata que a relação da assunção de seus participantes para a escola é dotada de desmitificações. Isto, pois muitas vezes o conhecimento apreendido sobre a família homoparental inicia-se a partir da realidade vivida com as famílias já quando se integram ao ambiente escolar. Evidencia-se tal fato como positivo, pois se proporciona à escola que espaços de transformações culturais sejam oportunizados.

É comum que famílias tanto heteroparentais, como homoparentais, indiquem instituições escolares com as quais viveram experiências positivas para amigos/as com filhos/as também em idade escolar. Todavia, como é caso de algumas participantes da referida pesquisa, as famílias de pais e mães homossexuais nem sempre chegam às escolas intermediadas por outras famílias homoparentais que foram bem acolhidas. Essas indicações partem do pressuposto de que serão prevenidas as situações preconceituosas por parte da equipe de funcionários, visto o bom relacionamento já ofertado a quem indicou. No entanto, as relações preconceituosas podem ser cometidas não somente pela equipe de funcionários, mas também pelos colegas dos filhos/as. Assim, duas das participantes relataram preconceito advindo dos amigos de escola, que se referiram às mães lésbicas como “sapatonas”. Hernández (2013) relata também o caso de uma participante que se sentia amedrontada de levar amigas de colégio para casa, devido ao fato de ser integrante de uma família homoparental. Nota-se que neste caso o preconceito social fez com que uma criança sinta vergonha da formação de sua família e, conseqüentemente, de ser quem se é. O fato de não levar amigos para sua casa devido o medo de preconceito advinda dos amigos, demonstra que o fator da assunção assombra não somente os homossexuais brasileiros, mas também componentes de famílias homoparentais.

A autora ainda compreende que as escolas oferecem resistência para abordar a temática Homoparentalidade, assunto também abordado por Farias (2010). Essa resistência deve-se a pressão do patriarcado que normatiza as relações familiares como corretas unicamente quando compostas por núcleos de pais e mães. O poder normatizador que, muitas vezes, atravessa a educação, direciona a não assunção de pais

e mães homoafetivos sobre a condição/composição de suas famílias. Um risco da não exposição da realidade homoparental é o de que a filiação

“[...] se veja esmagada entre a destruição identitária decorrente do segredo de suas origens e o assédio moral e psicológico derivado da homofobia dirigida a seus pais e mães” (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009, p. 172)

Magalhães (2009) investigou a relação das escolas com nove famílias homoparentais. A autora reconheceu em sua dissertação, tal como Cavadinha (2012), Rodriguez (2012) e Tombolato (2014), os impasses e enfrentamentos da família homoparental enquanto instituição social. Todavia, as relações de vivência parental dos participantes da referida autora estiveram em maior exposição de preconceito pelo fato de que na época da realização dessa pesquisa, no ano de 2009, a justiça brasileira ainda não reconhecia plenamente a homoparentalidade como dotada de direitos e deveres quando em comparação a pares heterossexuais. Magalhães (2009) entrevistou também alguns gestores e educadores escolares que trabalhavam nas escolas onde os filhos dos participantes homossexuais estudavam. A partir dos relatos desses funcionários, a pesquisadora compreendeu que existe discriminação dentro do espaço escolar, sobretudo cometida por colegas contra alunos advindos de lares homoparentais. Todavia, situações de preconceito nesse sentido não foram esclarecidas por quem possivelmente as sofreu, ou seja, os pais homossexuais e seus filhos. No entanto, as relações violentas que possam derivar das tensões entre escola e família homoparental são expostas pela autora como forma de prevenção.

Ao buscar compreender as relações entre escola e família homoparental, Silva (2012) analisou a visão de cinco estudantes de Pedagogia- todos com experiência docente- de uma universidade pública do interior baiano. A partir dos resultados, evidenciou-se que os formandos não reconheciam a Família Homoparental como temática, pois ao longo de toda a graduação eles informaram que nada sobre esse tema havia sido abordado. Os professores/estudantes analisados apresentaram ainda falta de conhecimento sobre programas nacionais de relevância no combate à homofobia. Eles revelaram também que nunca tiveram contato em ambiente acadêmico sobre as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que evidenciam a diversidade da sexualidade humana em forma de Temas Transversais, a serem trazidos para a sala de aula e debatidos com alunos em diferentes etapas da educação. Esses dados proporcionam a reflexão de que em outras realidades acadêmicas também possa existir a escassez de discussões aliando famílias e as diferentes expressões da sexualidade

humana, o que contribui ainda mais para a invisibilidade das famílias compostas por pares de mesmo sexo. Todavia, ainda que esses formandos não tenham conhecido a temática durante os anos de faculdade, o fato de debaterem tal questão durante a participação na pesquisa, motivou-os a desejarem se aprofundar neste conhecimento e ansiar que a família homoparental entre como tema na grade curricular de cursos que formam professores. Foi unânime a visão dos discentes de que a relação entre escola e família homoparental é “[...] baseada no preconceito e na convicção de que a escola está despreparada para lidar com essas famílias, negando a questão, através da invisibilidade dada ao tema” (SILVA, 2012, p. 89).

Em suma, a escassa presença de pesquisas que abordem as relações entre escola e família homoparental não nos permitiu quantificar com exatidão o preconceito tensionado no convívio entre essas instituições. Ao que as pesquisas analisadas indicam, a escola tem sido historicamente um local de preservação da desigualdade sexista, contribuindo para que as divisões clássicas sobre família nuclear mantenham-se, tornando invisíveis as diferentes famílias contemporâneas. As pesquisas também apontam que a escola, apesar do preconceito instaurado em seu interior, começa a esclarecer as mudanças que acontecem na família brasileira e, assim, tendem a aceitar com mais facilidade a preservação da liberdade sexual individual dos cidadãos que nela encontram-se. Assim sendo, as pesquisas revelaram que existem situações violentas contra pessoas homossexuais e também seus filhos/as dentro dos limites escolares; porém, demonstrou-se igualmente que família homoparental e escola buscam manter um equilíbrio relacional através de um diálogo respeitoso. Por fim, é válido enfatizar o que é unânime aos teóricos estudados: ao mesmo tempo em que a escola reproduz atitudes preconceituosas contra famílias compostas por pais de mesmo sexo, ela se revela um valioso espaço para a transformação, bem como para prevenção de atitudes preconceituosas (MAGALHÃES, 2009; SILVA, 2012; HERNÁNDEZ, 2013).

Deve-se levar em consideração que todos os agentes envolvidos no ambiente escolar- comunidade, funcionários, gestores, professores ou alunos- estão passíveis a praticar violência na escola, independente das sexualidades desses cidadãos. No entanto, os limites dessas relações devem ser impostos pelos preceitos constitucionais de respeito e de tratamento igualitário. Tematizar as diferenças a partir de um currículo dinâmico e que abarque as novas formas de constituir família é o que esperam os teóricos estudados. Afinal,

Quando a escola tematiza estas questões e problematiza preconceitos, transforma-se em um importante ator na promoção do respeito à diversidade sexual. Assim fazendo, a escola também contribui para a construção de uma sociedade democrática, da qual todas as pessoas e famílias podem fazer parte (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009, p.177).

3 A PRODUÇÃO DAS FONTES

3 A PRODUÇÃO DAS FONTES

Neste capítulo agrupamos informações pertinentes à coleta de dados que foi operacionalizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 10 pais e mães homossexuais. Em seguida, apresentamos em detalhes os sujeitos participantes que concederam seus relatos e tornamos claro quais passos foram dados até a realização dessas entrevistas.

3.1 A decisão sobre o tipo de entrevista a ser usada e sobre a respectiva abordagem

Neste momento, revelamos ao leitor a voz dos pais e mães homossexuais entrevistados (as). Apresentamos o preparo da ficha de identificação- documento preenchido pelos sujeitos participantes para obtenção de dados gerais sobre suas respectivas famílias- componente inicial da entrevista. Igualmente, apresentamos a organização e realização das entrevistas semiestruturadas. Em concomitância à explanação sobre os documentos citados, dialogamos com a fundamentação teórica que embasou a organização e aplicação/realização dos instrumentos no processo de coleta dos dados. Assim, iniciamos a exposição dos procedimentos metodológicos desta seção com o respaldo teórico de Peter Woods (1999), Paul Thompson (1992) e Pierre Bourdieu (1999). A aplicação da Ficha de Identificação, assim como as entrevistas foi realizada com dez participantes- três mães e sete pais. A respeito da fundamentação teórica que compõe também esta seção, reiteramos que há diálogo com autores e obras citadas e/ou referenciadas anteriormente, portanto, propomos novas reflexões sobre diferentes aspectos da problemática apresentada na pesquisa.

Ao examinar a vida das coisas, Peter Woods (1999) enuncia ser a pesquisa acadêmica construída de matéria consistente, contudo moldável e delineável. A flexibilidade dessa matéria surge a partir da dúvida pelo conhecimento que se busca. A dúvida deve ser constante em todas as etapas da pesquisa, pois através de sua motivação se asseguram a verificação, a validade e a fidedignidade do processo investigativo e, conseqüentemente, textual. Durante todo o processo de elaboração desta pesquisa nossas inquietações fomentaram a ambição pelo conhecimento do campo de estudo no qual escolhemos adentrar e, da mesma forma, fomentaram a vontade de dar voz a pessoas que vivem a homoparentalidade. A busca pela verdade de nossos participantes, tal como nosso olhar atento à discriminação e violência dentro do ambiente escolar,

conduziram a motivação para a realização desta investigação. Nesse sentido, optamos pelo recurso metodológico das entrevistas, pois reconhecemos que o corpus empírico somente se consolidaria a partir do testemunho dos sujeitos participantes. Assim, a utilização da entrevista semiestruturada como recurso metodológico fundamentou decisivamente nossa pesquisa, pois, no ato de entrevistar, são registrados os diferentes sentimentos, impressões, lembranças e vivências que dão sentido único e enriquecedor ao procedimento da investigação (THOMPSON, 1992). A realização de entrevistas em uma pesquisa tem como representatividade metodológica a preservação e manutenção da história e memória de diferentes grupos sociais. Pode-se também representar, a partir desse recurso, os diferentes aspectos e heranças culturais por intermédio da voz de cidadãos que refletem o seu tempo, afinal “a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (THOMPSON, 1992, p. 17). Inferimos ainda, que por se tratar de um método sólido para a produção de pesquisas acadêmicas, sua utilização é vastamente encontrada em áreas do conhecimento como a Psicologia, Antropologia, Sociologia e Educação.

Ressaltamos a importante contribuição da entrevista semiestruturada como recurso metodológico que mantém um roteiro maleável. Ou seja, não se restringe a possibilidade de novas interrogações e respostas ao longo da entrevista; há liberdade de um roteiro com questões abertas, estabelecendo diálogo mais expansivo entre entrevistador e entrevistado. A este respeito, a comunicação estabelecida na entrevista semiestruturada tende a uma conversa em nível mais descontraído, próxima de um diálogo informal, contudo não menos respeitoso, educado e controlado no que toca a sequência previamente estruturada. Na preparação desse tipo de entrevista não deve o entrevistador se esquivar de rigoroso planejamento, cautela ao abordar os temas e, sobretudo, não se pode distanciar dos valores éticos fundamentais que une participante e pesquisador em tal situação. Faz-se, assim, fundamental refletir sobre a postura mediadora do pesquisador durante o processo da entrevista. Nesse sentido, Thompson (1992, p. 254) frisa que compete ao profissional que entrevista, quando frente ao entrevistado, a “capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar”. A postura do pesquisador, frente às minúcias e detalhes que aparecem de forma não evidentes na fala do entrevistado, recebe atenção de Bourdieu (1999, p. 10) quando infere que são

[...] as condições sociais e os condicionamentos, dos quais o autor do discurso é o produto, sua trajetória, sua formação, suas experiências profissionais, tudo o que se dissimula e se passa ao mesmo tempo no discurso

transcrito, mas também na pronúncia e na entonação, apagadas pela transcrição, como toda a linguagem do corpo, gestos, postura, mímicas, olhares, e também nos silêncios, nos subentendidos e nos lapsos.

Desse modo, para que a experiência de se trabalhar com entrevistas seja enobrecedora, há de se utilizar a sensibilidade quando no contato pesquisador-participante; devem-se explorar sentimentos e emoções que fluem naturalmente no decorrer do relato; há também de se respeitar a subjetividade da pessoa que se investiga. Woods (1999) também ressalta que a produção da ciência, a construção de (re)conhecimento sobre um objeto de estudo pode ser feita a partir da liberdade artística, explorando de forma poética o íntimo dos pensamentos, dos sentimentos e das verdadeiras expressões humanas. Salientamos, em vista disso, que buscando realidade e fidedignidade para nossas inquietações investigativas, sentimos necessidade em assimilar a complexidade da violência da escola a partir da experiência e do relato de quem possivelmente a vivencia. Desta forma, a partir dos depoimentos dos pais e mães homossexuais entrevistados, pudemos apreender se a instituição escolar contribui para a categoria da “violência da escola” (CHARLOT, 2002) ou não.

Ao compreender a importância da contribuição do sujeito investigado nesta pesquisa, inferimos sobre a importância da expressão oral na contemporaneidade. Deparamo-nos o tempo todo com o universo virtual possibilitando e oferecendo recursos para que a oralidade se estabeleça cada vez mais nas relações interpessoais. Não obstante, fazemos parte de uma civilização midiática e constituída essencialmente pela fala (SILVA; ROLKOUSKI, 2003). Dessa maneira, ao apropriar-se de um aparelho gravador durante a entrevista, capta-se a emoção e as diferentes expressões do depoente. A realidade da entonação, das pausas e expressões sentimentais enriquece contemplativamente qualquer tipo de comunicação, sobretudo quando o relato de outrem se constitui em objeto de estudo. Entretanto, durante o processo de transcrição das entrevistas, a gravação dos depoimentos permite ao entrevistador reviver e aprofundar a comoção e a verdade dos sujeitos, elaborando uma leitura sensível e, simultaneamente, sistemática. Ainda, a técnica da entrevista possibilita o mergulho na percepção coletiva e subjetiva do sujeito sobre o mundo, compreendendo sua realidade e histórico de vida de forma a contemplar a natureza das emoções. A realidade social onde o sujeito está inserido é por vezes “complexa e multifacetada” (THOMPSON, 1992) o que exige no processo de condução da entrevista maior paciência, atenção e flexibilidade por parte do entrevistador.

É válido ressaltar que lançar mão das entrevistas na pesquisa científica é também possibilitar diálogo com os desconhecidos, esquecidos e desprezados em determinados nichos sociais. A entrevista transforma os objetos de estudo em sujeitos, recriando a partir de diferentes considerações a pluralidade contextual e analítica sobre determinados fatos (BOURDIEU, 1999). No caso de nossa pesquisa, o recurso metodológico em voga possibilitou o reconhecimento de famílias ainda pouco exploradas na sociedade brasileira. Como expusemos em seções anteriores, a família homoparental foi recentemente institucionalizada, o que faz de sua constituição ser ainda desconhecida para grande parcela da população brasileira. Faz-se, então, necessário relatar ao leitor que a princípio nossa pesquisa não seria empírica, ou seja, não tínhamos o objetivo de realizar entrevistas e construir um mapeamento da problemática sobre a violência da escola contra a família homoafetiva em campo, *in loco*. A priori, pretendíamos na fase do mestrado, contribuir para o campo educacional estruturando uma pesquisa estritamente bibliográfica, visando explorar o que a academia brasileira produziu em período recente de dez anos a respeito da violência em questão.

Desde o início da organização para esta pesquisa o objeto de estudo nos foi claro: reconhecer a possibilidade da violência por parte da escola contra as famílias homoparentais. Contudo, na fase que compôs o primeiro levantamento e mapeamento bibliográfico fundamental, nos deparamos com a escassez de pesquisas relacionando violência, escola e família homoparental. Encontramos pesquisas que abordam a nova face da família brasileira em diferentes aspectos como casamento de pessoas homoafetivas e os processos de adoção por homossexuais. Também foram encontradas pesquisas que expõem a realização do projeto parental e de vida dessas famílias e por fim a relação com parentes e amigos. Como dito anteriormente, as pesquisas encontradas são oriundas de diferentes áreas do conhecimento, sobretudo no âmbito do Direito e da Psicologia. Percebemos ainda no processo inicial de levantamento bibliográfico, que o campo educacional contempla pouquíssimas pesquisas que abordam a relação entre escola e família de homossexuais. Em vista disso, a evidência de não estar o campo da educação produzindo reflexões sobre a relação entre família homoafetiva e escola, nos levou à necessidade de obtermos dados advindos de pessoas que constituíssem famílias homoparentais. Assim, os autores que nos fundamentaram teórica e metodologicamente indicando-nos a entrevista semiestruturada como sendo a mais adequada para um estudo como este- a exemplo Thompson (1992), Woods (1999)

e Bourdieu (1999), para irmos a campo recorremos a outros autores que nos alertaram sobre as dificuldades que poderíamos encontrar nesse processo. Nesta direção, Romanelli (2003) esclarece que a interação/relação humana implica consequências de natureza comportamental, afetiva e subjetiva entre os sujeitos. Assim, representar na escrita a realidade de uma fala é concretizar a veracidade de sujeitos reais e, por tal motivo, faz-se necessário no processo de interrogação o que Woods (1999) entende por “compreensão empática”. Ao proporcionar sintonia e identificação por aquilo que se escuta, tem-se “o objetivo de conjurar o próprio sentimento das experiências das pessoas, recriar atmosferas e transmitir o espírito característico” (WOODS, 1999, p. 102). Desse modo, nos esforçamos para criar desde o primeiro momento no contato com as famílias, um ambiente empático e confortável para que se no processo de entrevista emergissem fatos ou relações de violências, isso causasse o mínimo de desconforto. Acreditamos ser no conforto da recepção ao relato de outrem que se estabelece a empatia, que

[...] conduz a um tipo de interação em que as relações de poder e a distância social entre os dois polos favoreça a produção de discursos que condigam de forma mais ampla com a realidade e as experiências apontadas na fala de quem faz parte do estudo (MARTINS, 2013, p. 19).

No momento da formulação do roteiro das entrevistas, nossa atenção se voltou ao que poderia ou não ser dito ao entrevistado. Como afirma Bourdieu (1999, p. 694), “a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas”. Contudo, sabemos que, ao adentrar o campo das relações subjetivas e íntimas da vida do sujeito, alguns equívocos podem acontecer. Tal reflexão nos levou a uma minuciosa formulação das perguntas para as entrevistas. A comunicação, os diferentes sotaques, o nível social, a cultura e até mesmo a utilização da língua e do discurso do entrevistado foram respeitados. Tentamos evitar qualquer forma de contato que oferecesse resistência e demonstrasse diferenças, sempre tendo em vista a possibilidade de não reproduzirmos atitudes violentas em nível simbólico enquanto pesquisadores (BOURDIEU, 1999).

O mesmo sentido ético e respeitoso para com os depoentes embasou a construção da Ficha de Identificação¹⁵. O documento contém parte das informações necessárias, respondidas de forma assinalada, a fim de identificarmos o perfil das famílias. Foram compiladas inúmeras informações para a composição do documento:

¹⁵ O documento integral encontra-se disponível no Apêndice A.

primeiramente, os entrevistados assinalaram questões de ordem pessoal como estado civil, nacionalidade, definição de cor e sexo, além de quantificar se possuem filhos adotivos ou biológicos. Em uma segunda parte, o documento buscou informações a respeito da escolarização, profissão e faixa salarial dos pais/mães. Reitera-se que no processo de coleta dos dados, a ficha de identificação sustentou um fator quantitativo para nossa pesquisa, ainda que a abordagem realizada seja, majoritariamente, qualitativa. Pudemos levantar dados sobre quantas pessoas constituem as famílias entrevistadas (pais, mães e filhos), distinguindo a partir de suas informações sobre o sexo (masculino e feminino). Identificamos igualmente quantos desses pais e mães eram solteiros ou casados, quantas dessas famílias têm filhos adotivos ou biológicos e como esses pais se autodeclaram em relação à cor/raça¹⁶ e nacionalidade. Obtivemos informações sobre o número de filhos, a idade das crianças, bem como se a instituição em que estudam é privada ou pública. Questões sobre a seriação que cursam os filhos foram também levantadas.

Por conseguinte, podemos inferir que se optou nesta pesquisa por uma abordagem majoritariamente qualitativa. É fato não contarmos com grande número de participantes para construir análise quantitativa em gênero extensa e profunda. Contudo, a pluralidade e consistência da pesquisa não permite sua avaliação somente por um viés-quantitativo ou qualitativo. Definir a metodologia por única percepção é não ter habilidade para dialogar o objeto com amparo de ambas as maneiras, “portanto, os antagonismos quantitativo/qualitativo, assim como micro/macrossocial são improcedentes” (BRANDÃO, 2000, p. 173). Nesse sentido, esclarecemos ser esta pesquisa dinâmica na análise do objeto estudado, a qual ganha, evidentemente, maior destaque pela análise qualitativa. Não obstante, guarda-se relevância, com enfoque um tanto menor, para a análise quantitativa, pois informações importantes sobre o sujeito pesquisado são dela derivadas.

A pesquisa quantitativa possui relevância por trabalhar em sua síntese na extração e evidenciação de contingentes expressivamente numéricos. Os dados são coletados, organizados e tabulados, sendo depois submetidos a técnicas de verificação, organização e classificação. Tais técnicas garantem, a partir de experimentos estatísticos, que os dados se decodifiquem em informações que serão analisadas e discutidas a partir dos referenciais teóricos previamente escolhidos- em nosso caso a

¹⁶ Esclarece-se, nesse sentido, que seguimos as nomenclaturas de cor/raça segundo o IBGE: preta, branca, amarela, parda ou indígena.

Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Ainda que nesta pesquisa a abordagem seja realizada, majoritariamente, por dados qualitativos, faz-se necessário apresentar definições sobre a pesquisa quantitativa e, igualmente, evidenciar a fusão necessária-quali/quantitativa- ao leitor. Assim, como define Fonseca (2002, p. 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Sobre a pesquisa qualitativa esclarecemos sua relevância pelo vínculo intersubjetivo entre participantes e pesquisador e, igualmente, por proporcionar uma visão detalhada, abrangente, contemplativa, compreensiva e interpretativa da realidade e do fenômeno a se estudar (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). É importante salientar que a investigação qualitativa dispõe algumas características: a relevância do pesquisador sobre o processo de investigação como um todo e não somente sobre os resultados obtidos; a riqueza descritiva dos dados; e a importância atribuída à experiência vivida por cada participante (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Ao encontro desses autores, Flick (2009) ainda destaca que a pesquisa qualitativa visa entender, descrever e explicar como as pessoas constroem sua visão sobre o mundo, o que permite o detalhamento e o aprofundamento dos fenômenos de natureza social. Como define Minayo (2010, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização.

Compreendendo ser o caráter metodológico que dá suporte à esta pesquisa hegemonicamente qualitativo, contudo com um ínfimo contingente quantitativo, torna-se necessário esclarecer que o planejamento das entrevistas ocorreu de forma a buscar uma narrativa natural, simples e liberta. Conforme evidenciam Boni e Quaresma (2005) tentamos proporcionar ao máximo um acolhimento ético aos depoimentos, permitindo espontaneidade, sinceridade e profundidade por parte do entrevistado. Prestamos atenção à máxima de que “o sociólogo [deve ser] capaz de se colocar em seu lugar [do

entrevistado] em pensamento” (BOURDIEU, grifos do autor, 1999, p. 699). Colocar-se no lugar do entrevistado permite que o trabalho investigativo se torne justo e sensível às dores e complexidade dos relatos. A empatia sugerida por este último autor ajudou a criar um ambiente distante das diferenças hierárquicas e sociais entre nós e os participantes. Assim, oferecemos a partir de uma “escuta ativa e metódica” (idem, p. 695) liberdade, sinceridade e possibilidade de interferência do entrevistado em qualquer momento, respeitando seu direito à fala, bem como seu direito a recusas em responder quando sentisse necessidade. A esse respeito, para que fosse de conhecimento do participante sobre seus direitos e deveres ao longo da participação na pesquisa, lemos ao começo de toda entrevista o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹⁷.

As perguntas por nós compiladas induziam, a todo tempo, excitação para que o sujeito explorasse com calma e tranquilidade suas memórias, relatando em minúcia e detalhes as vivências importantes no contato com a instituição escolar de seus filhos. Proporcionar calma e solicitude em ouvir, transforma o discurso do depoente em desabafo e permite, muitas vezes, que a entrevista tome vulto terapêutico e relaxante. As perguntas têm o poder de tocar o sentimento das pessoas: “Toda pergunta é uma intromissão. Onde ela é aplicada como um instrumento de poder, a pergunta corta feito faca a carne do interrogado” (CANETTI, 1995, p. 285). Logo, devido à complexidade da temática que tratamos, pensamos ser importante uma estruturação em linguagem simples e objetiva, evitando complicações desnecessárias e sentido duplo e/ou ambíguo das e nas indagações a serem feitas (THOMPSON, 1992). Assim, organizamos o Roteiro de Entrevista¹⁸ em forma de núcleos. Esses núcleos são cinco, estando quatro deles intimamente ligados aos objetivos específicos da pesquisa e o primeiro núcleo vinculado a informações gerais sobre a família, aludindo e complementando questões antes levantadas na Ficha de Identificação. A importância pelo uso do roteiro se faz em seguir ordem e sequência lógica dos assuntos, categorizando relevâncias e complexidades. O roteiro serve de apoio e guia para o entrevistador planejar previamente sua atuação durante a realização da entrevista. Todavia, não pode ele se tornar refém do roteiro no momento em que as entrevistas acontecem, pois, tende assim, a se estabelecer monotonia e/ou controle excessivo, culminando em experiência

¹⁷ Trata-se de um Termo que expõe os interesses da pesquisa e esclarece pontos importantes no que tange a participação e anuência do entrevistado. O referido documento seguiu as exigências do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos e encontra-se acessível no Apêndice B.

¹⁸ O roteiro que guiou as entrevistas realizadas com pais e mães autodeclarados homossexuais encontra-se no Apêndice C.

fracassada onde a liberdade e a espontaneidade do diálogo são mutiladas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Como dito anteriormente, reservamos um núcleo específico para questões em nível de conhecimento das famílias e de seus membros. Por começarmos a entrevista após a aplicação da Ficha de Identificação, foi necessário organizar questões de ordem geral sobre o relacionamento e o histórico das famílias. Assim, esse núcleo se estrutura como o primeiro da série de cinco que compõem o corpo da entrevista: indagamos quantas pessoas compõem a família e se os pais moram juntos ou separados; perguntamos aos entrevistados como funciona o dinamismo da relação com o seus filhos: quem cuida e como são divididas as tarefas entre os membros. Aos pais e mães solteiros indagamos se eles têm companheiros (as) que auxiliem nas tarefas parentais. O tema da adoção ou concepção dos filhos surge nesse instante da entrevista. Fez-se importante investigar como a família passou pelo processo até chegar à composição em que se encontrava na época da entrevista. Lembrando que existe em ambiente escolar o processo cíclico da cultura da violência (CARDIA, 2012; SILVA, 2013), circundamos o tema com os pais questionando se eles já teriam sofrido violência por sua condição homoafetiva quando frequentavam a escola. As questões a esse respeito levantaram dúvidas se os pais assumem para a escola de seus filhos a condição de sua homossexualidade ou não. Neste momento, esclarecemos ao leitor que entrevistamos pais e mães que são homossexualmente assumidos em outros nichos sociais, mas preferem preservar tal informação para a instituição em que os filhos estudam.

Identificados os sujeitos, a estrutura de suas famílias e a exposição, ou não, de sua condição homoafetiva, apresentamos o segundo núcleo do roteiro da entrevista com base em nosso primeiro objetivo específico: Apreender o que dizem pais homossexuais- sejam eles solteiros ou que estejam em relações homoafetivas-, sobre os modos por meio dos quais as escolas os recebem em situações de caráter institucional, como: verificar se há vaga para seus filhos; matriculá-los; falar sobre a relação de seus filhos com a escola, dialogar com gestores sobre diferentes assuntos e participar de reuniões de pais e mestres, etc. O segundo núcleo compreende a comunicação com funcionários em diversos setores, traduzindo a escola como um todo. Abordamos os pais sobre qual o caminho percorrido para chegar até a instituição que seus filhos estavam matriculados no momento da entrevista. Também buscamos informações sobre instituições anteriores, onde seus filhos já possam ter estudado e caso eles tivessem lá vivido experiências negativas, que nos contassem como elas se sucederam. Trabalhamos a

possibilidade de pessoas que fazem parte da instituição- exceto professores que contam com núcleo específico na entrevista- pudessem oferecer situações preconceituosas e/ou ofensivas para com eles. Ainda investigamos nesse momento da entrevista as expectativas dos pais sobre a escola de seus filhos.

Compreendendo a importância do professor para a vida de uma criança em fase escolar, somada a fatos como a relevância de sua atuação profissional no cenário da educação e contribuição para o sadio funcionamento da escola constituímos, no que concerne ao professorado, o terceiro núcleo exclusivo às relações entre eles e as famílias. Questões importantes foram abertas para apreender se os docentes tinham conhecimentos sobre serem seus alunos filhos pais e mães homossexuais. Sondamos com os pais se os filhos já se manifestaram por ouvir de seus professores comentários ou questionamentos sobre a condição de suas famílias. Este núcleo foi composto a partir do seguinte objetivo: Apreender o que os referidos pais dizem sobre a forma por meio da qual o corpo docente dialoga com os mesmos, tendo em vista compreender se há, ou não, manifestação de preconceito por parte dos professores em relação à família homoparental.

O quarto momento da entrevista arquitetou-se por meio de informações pertinentes à relação entre os colegas da escola e os filhos dos depoentes. Averiguamos, pela voz dos pais, se os amigos da escola são agentes de preconceito e bullying contra seus filhos. Por intermédio do seguinte objetivo: Apreender o que os pais dizem sobre a relação de seus filhos com os colegas da escola, tendo em vista verificar se ocorre, ou não, violência contra seus filhos advinda dos colegas; pudemos reconhecer o tratamento das outras crianças nesse sentido. Por fim, o quinto e último momento da entrevista indagamos aos pais e mães sobre como eles avaliam a relação com a escola.

Durante o ano de 2015, ou seja, no primeiro ano vigente da pesquisa, entramos em contato com alguns profissionais da educação por meio das escolas em que trabalhavam. Esses profissionais quando abordados dentro de seu ambiente de trabalho- a escola- se recusavam a indicar famílias homoafetivas alegando que lá não havia crianças oriundas do modelo familiar qual procurávamos e, dessa maneira, lamentavam não poder contribuir. Sentimos que as recusas aconteciam por nossa pesquisa tratar de temática espinhosa: a violência da escola e do professor contra os alunos e suas famílias. Todavia, em vez de procurarmos a escola propriamente dita, nos dispusemos a encontrar os participantes de forma menos institucionalizada. Passamos então, a contatar amigos e pessoas próximas sobre o conhecimento de famílias de homossexuais

que tinham filhos em idade escolar. Dessa maneira, reconhecemos que não encontraríamos tantos impedimentos para contatar nossos participantes.

Assim, a partir das indicações de amigos militantes da causa homoafetiva, diferentes sujeitos eram apontados e alcançávamos cada vez mais contribuintes para a pesquisa. Conseguimos por meio dessas pessoas o contato de instituições do município da cidade de Araraquara, Rio de Janeiro e São Paulo que têm ligações com famílias homoparentais. Tais instituições são em maioria secretarias da diversidade do gênero e, também, entidades filantrópicas de luta contra a homo-lesbo-transfobia¹⁹. Ao serem os primeiros contatos realizados obtivemos receptividade de absolutamente todas as pessoas homoafetivas. Todos se solidarizaram para com a nossa temática oferecendo pronta participação. A resistência que sofremos por parte da escola e de alguns profissionais, foi compensada pela disponibilidade de amigos e pessoas simpatizantes aos estudos da área da sexualidade e do gênero. Conferimos, então, no processo de busca pelos sujeitos que “a proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação ‘não violenta’” (BOURDIEU, 1999, p. 697, grifos do autor), pois no contato em expediente descontraído criamos um vínculo amistoso e positivo com os participantes.

¹⁹ O termo se refere à aversão/fobia por homossexuais, lésbicas e transexuais, respectivamente.

3.2 A realização das entrevistas

As entrevistas aconteceram coerentemente a todos os preceitos explicitados no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Todos os entrevistados concordaram com os requisitos dispostos no referido documento e decidiram participar desta pesquisa concedendo sua anuência para publicação. Foi frisado em todos os momentos possíveis que seriam resguardados o anonimato dos integrantes de suas famílias, bem como os nomes da escola e dos profissionais que por ventura foram destacados nas falas. As entrevistas foram iniciadas com a leitura do TCLE conjuntamente a cada participante, neste sentido não houve distinção daquelas que se realizaram pessoalmente ou via *webcam*. A utilização dessa ferramenta *online* como coletora dos dados ampliou nossos horizontes e permitiu que solidificássemos uma diversidade de participantes em diferentes estados brasileiros, o que não poderia ser obtido caso fosse estipulado que as entrevistas se cumpririam somente face a face. É comum que existam mais famílias homoafetivas em cidades grandes ou em capitais do que no interior, portanto lançar mão de uma plataforma *online* para obtermos nosso material de análise fez-se imprescindível nesta investigação.

De maneira complementar a leitura do TCLE, ao início das entrevistas fornecemos explicações sobre a Ficha de Identificação aos participantes. Contudo, o pedido de preenchimento da Ficha de Identificação antes de iniciar o diálogo aconteceu somente com os participantes cujas entrevistas ocorreram pessoalmente. O contato com os participantes de outras cidades ainda que saudável e amistoso, tomava o tom das grandes cidades. Ou seja, sempre estavam eles apressados com muitas tarefas a fazer, preocupados com a dinâmica de suas casas e dos cuidados com os filhos. A realidade dessas atribuições todas era compreendida durante as entrevistas, pois enquanto um pai ou uma mãe concedia a palavra ao entrevistador, logo algum integrante da família interrompia precisando de algo. Não podemos dizer que as entrevistas foram realizadas em ambiente caótico, mas que elas foram feitas na casa dos participantes que muito gentilmente abriram sua rotina da forma mais simples possível, como se lá estivéssemos realmente.

Os “participantes *online*”²⁰, pelo fato de não estarem alocados na mesma cidade do pesquisador, ofereceram resistência para devolver os documentos devidamente

²⁰ Criamos esse termo para identificar os sujeitos cujas entrevistas foram realizadas via *webcam* e não pessoalmente.

preenchidos e assinados. Reiteramos que tal fato não aconteceu por desleixo ou por qualquer falta de ética e compromisso por parte deles. Mas sim, devido a rotina de seus dias oferecer pouco tempo para a digitalização e o encaminhamento por e-mail ou mesmo para deslocarem-se aos Correios e enviarem os documentos ao devido endereço. No que concerne a espera por esse documento, relatamos que foi causado um mal-estar ao desenvolvimento da pesquisa como um todo, pois apesar de já terem sido realizadas as entrevistas, faltava a anuência e a veracidade da participação dos sujeitos que já havíamos entrevistado. Todavia, os participantes demonstraram a todo instante interesse para finalizarem sua contribuição na pesquisa. Visto a receptividade calorosa de todos os sujeitos para participarem da pesquisa, não poderíamos de forma alguma oferecer uma comunicação fragmentada ou mesmo indiferente para com eles no processo de pesquisa. Dessa forma nosso diálogo continuou a acontecer via telefone, redes sociais e/ou mensagens em aplicativos de conversas rápidas como *WhatsApp*²¹. Assim, àqueles que se esqueciam de algo ou necessitavam de auxílio, cedíamos as informações de maneira amistosa até que os documentos em atraso fossem enviados.

Em todas as entrevistas não houve qualquer situação que proporcionasse desagrado por parte dos participantes, tão pouco por parte do interrogador. Caso houvesse desagrado sentiríamos a partir de expressões negativas, expressões de estranhamento ou mesmo recusas em responder determinadas questões. Felizmente tais situações não se passaram conosco ao longo de todo o processo. O diálogo estabelecido fez-se proveitoso tanto para quem relatava como para quem escutava, estabelecendo assim uma relação de mútuo interesse e respeito.

Ainda sobre as entrevistas efetivadas via *webcam*, não podemos omitir que ocorreram pequenos infortúnios quando no contato com alguns participantes *online*. Infelizmente algumas vezes, dependendo da qualidade da conexão via internet, algumas das entrevistas contaram com interrupções e queda do sinal. Essas quedas aconteceram com pouca frequência e ora existiam por falha de sinal, ora por pequenos problemas na plataforma *online* que utilizamos. Tivemos que interromper uma entrevista que se encontrava ainda no começo por conta do péssimo sinal da pessoa que nos concedia a fala. A entrevista foi remarcada para acontecer poucos dias depois em local que o participante assegurou não ocorrer novamente falhas no sinal de sua internet. Apesar desses problemas técnicos devido a conexão dos sujeitos participantes, nenhum trecho

²¹ O WhatsApp é um aplicativo para celulares que tem como intuito estabelecer conversas instantâneas via internet.

dos depoimentos foi perdido ou mesmo desperdiçado por essas pequenas falhas. O interrogador tomou todo cuidado possível para retomar a conversa ao ponto dos interrogados refazerem suas falas e continuarem a sequência de pensamento e/ou explicação. Entretanto, apesar dos pequenos deslizes tecnológicos relatamos que a experiência de utilização da entrevista como método de coleta dos dados foi satisfatória e positiva. Devido ao contato estabelecido anteriormente com os participantes, nós sentimos facilidade em conduzir a conversação ao longo das entrevistas. As conversas aconteceram em duração mínima de 30 minutos e máxima de 1 hora e 10 minutos.

Outro fato importante de expormos remete à plataforma pela qual realizamos as entrevistas. Assim como o afiliação dos participantes aconteceu de forma simpática via *FaceBook*, nós preferimos realizar as entrevistas através da mesma rede social. Essa atitude levou em conta que o fato da distância que nos separava de nossos participantes poderia ser motivo para, com o passar dos dias e das atividades das famílias, nós perdêssemos rapidamente o contato até nos adicionarmos em outra rede *online* que permitisse chamada de vídeo. Assim, visto que já tínhamos feito contato via aquela plataforma, decidimos que seria mais cômodo a essas famílias que continuássemos a nos contatar naquele mesmo espaço. Frisamos que em nenhum momento os sujeitos participantes deixaram de oferecer fidedignidade ou mesmo de dar credo à nossa pesquisa visto a utilização desse site para nossos encontros. Pelo contrário, nossos participantes ficavam entusiasmados pelo fato de uma pesquisa acadêmica quebrar as barreiras e limites da impessoalidade entre pesquisador-pesquisado e unirem-se por uma rede de amizade findando o acordo de contribuição para esta pesquisa.

As entrevistas foram todas coletadas entre os meses de setembro a dezembro do ano de 2016. Fazemos saber que, a partir do consentimento dos participantes, as entrevistas foram gravadas em um aparelho gravador. Finalizada a entrevista, transcrevíamos seu conteúdo e enviávamos para a devida anuência dos sujeitos participantes. Esse processo aconteceu com cada participante e em pouco tempo recebíamos o retorno sobre a transcrição do relato oral. Dessa forma prosseguíamos com a realização de outras entrevistas e com o contato com o participante via internet, até que suas ações contributivas se findassem. Nesta direção, poderá agora o leitor conhecer nossos participantes e apreciar a análise dos dados obtidos.

**4 AS VOZES DOS REPRESENTANTES DE CADA
FAMÍLIA**

4. AS VOZES DOS REPRESENTANTES DE CADA FAMÍLIA

Nesta seção encontrará o leitor informações pertinentes à análise dos dados advinda das entrevistas realizadas com os participantes. Em um primeiro momento, trazemos a trajetória de localização dos pais e mães colaboradores e, a fim de compor um perfil dos sujeitos, agrupamos informações de caráter quanti-qualitativo dessas pessoas na forma de três quadros: o primeiro, Quadro F, evidencia a cidade em que habitam; no Quadro G, nomeamos as famílias, os pais e as mães entrevistados²²; por fim, no Quadro H, informações pertinentes aos filhos/as dos participantes são esclarecidas. Em um segundo momento encontrará o leitor a voz dos representantes de cada família que foram organizadas a partir de uma aproximação à Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (1977). Nesse sentido, o agrupamento e análise dos dados, de certa forma, seguiram os passos da Análise de Conteúdo. Vale ressaltar que a Análise de Conteúdo segundo a respectiva fonte é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42)

Essa autora dispõe que a técnica utilizada deve-se valer em regras de aplicação: a descrição analítica e a inferência. A descrição analítica diz respeito ao funcionamento da primeira parte do procedimento de análise do conteúdo, ou seja, a exposição do conteúdo segue a regras de fragmentação, neste caso, de entrevistas para que se validem como a fonte da inferência. As referidas regras constituem-se na seguinte disposição:

- homogêneas: pode-ser-ia dizer que “não se misturam alhos com bugalhos”;
- exaustivas: esgotar a totalidade do “texto”;
- exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo, não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes;
- objetivas: codificadores diferentes, devem chegar a resultados iguais;
- adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objetivo. (BARDIN, 1977, p. 36, grifo do autor).

A propósito da descrição analítica optou-se por informações adequadas e pertinentes que estabeleceram relação direta com o objetivo implícito no enunciado das perguntas. A inferência, conforme elucida a autora, consiste na análise que será revelada a partir do tratamento dos dados. Nesse sentido, deduções lógicas serão trabalhadas a partir das informações encontradas nas fontes resultando a produção textual final. Sendo

²² Vale ressaltar que a nomeação destinada às famílias, aos participantes e seus filhos/as é fictícia.

assim, a inferência faz-se uma “[...] operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, 1977, p. 39). Neste caso, a inferência deu-se por meio da quantidade e qualidade de informações presentes e recorrentes no texto analítico descritivo, que por sua vez cumpriu com os objetivos desta pesquisa.

A primeira exploração das informações foi efetivada pela leitura flutuante, a qual compreendeu a extração das informações que foram agrupadas em Núcleos Específicos. Assim, procedeu-se de modo a atender, em certa medida, a Análise de Conteúdo como um todo:

“[...] um tipo de Análise do Conteúdo que procura considerar a totalidade de um texto, passando pela classificação e o recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 1977, p. 37).

Relembramos que a estrutura das entrevistas realizadas foi pensada em forma de núcleos, vide Apêndice C, de forma intencional para que a inferência fosse feita dentro e entre o que estamos denominando Núcleos Específicos de Informação. Sendo eles: 1) A composição das famílias; 2) A comunicação com os funcionários da escola; 3) A comunicação com os professores e as expectativas dos pais e mães sobre a escola; 4) A relação dos filhos com os colegas da escola e as avaliações gerais dos pais sobre as instituições que os filhos frequentam. No que se refere ao primeiro item, tornamos claro como são compostas as famílias participantes: como se deram os casos de adoção, fertilização *in vitro* e/ou paternagem biológica. Após, evidenciamos as relações entre pais, mães e filhos com os/as funcionários/as das escolas e as possíveis relações de preconceito daí derivadas. Depois de tais informações, serão apreendidas como nossos participantes passaram por questões de violência devido à homoparentalidade quando no contato com professores das escolas. Também serão apresentadas as expectativas dos pais e mães sobre as escolas dos filhos/as. Ainda, oferecemos a descrição analítica dos relatos que dizem respeito à relação das crianças com os colegas da escola. Por fim, apresentam-se as avaliações e percepções gerais dos sujeitos sobre as instituições escolares das crianças. Adianta-se que a inferência foi operada no âmbito da descrição analítica simultaneamente.

Vale dizer que embora a palavra violência não esteja presente no título dos referidos núcleos, ela constitui um elemento estrutural desta investigação. A questão da violência é intrínseca a toda a análise dos dados, pois como exposto no início deste

trabalho, nosso objetivo principal é, a partir das vozes de pais e mães homossexuais, apreender se existem ou não atitudes preconceituosas e violentas sendo efetivadas por instituições escolares contra eles e seus filhos (as). É válido também ressaltar que as entrevistas por serem semiestruturadas dão chance dos entrevistados abordarem os temas com maior liberdade e, necessariamente, isso implica ações ao entrevistador, tendo em vista assegurar a maior produtividade possível das entrevistas. Assim, em alguns excertos das falas de nossos sujeitos é possível que seja encontrada entre colchetes a interlocução do pesquisador. Além dos autores expostos em seções anteriores nesta pesquisa, novos autores serão chamados para embasar as reflexões/discussões/inferências a serem realizadas.

4.1 Um perfil dos sujeitos

A busca pelos sujeitos participantes desta pesquisa sucedeu-se conforme as seguintes circunstâncias: primeiramente o pesquisador recorreu a alguns professores que conheceu quando realizou estágios obrigatórios enquanto aluno do curso de Pedagogia na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr)- UNESP. Esses professores pouco puderam ajudar, pois indicaram que não havia em suas turmas alunos cujos pais eram homossexuais. Quando indagados se conheciam colegas de profissão que poderiam conceder informações de como chegar aos pais homossexuais, nós percebíamos um certo estranhamento. Esse estranhamento não era carregado de preconceito ou recusa, mas valia-se de um “poupar esforços” em questionar com seus colegas se eles conheciam famílias homoparentais nas escolas em que lecionavam. Não podemos afirmar que esse primeiro contato, ligeiramente frustrante, tenha se findado na má intenção por parte dos professores. Sendo a institucionalização da família homoparental recente no Brasil e valendo-se também de que a cidade de Araraquara- onde ocorreram as buscas e as entrevistas feitas pessoalmente- é uma cidade relativamente pequena e interiorana, é bem provável que os professores inicialmente procurados realmente não conhecessem os sujeitos que buscávamos.

Identificamos então que seria difícil encontrar nossos participantes por intermédio da escola e assim escolhemos seguir por outro caminho. Ainda na cidade de Araraquara, o pesquisador entrou em contato com a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular/Assessoria da Diversidade Sexual. Fizemos contato inúmeras vezes com o Coordenador e a Gerente de Programas por telefone, até nos encontrarmos

pessoalmente. Quando expusemos nossa pesquisa em reunião já na sede da Assessoria, sentimos que o acolhimento não poderia ter sido melhor. Ambos os profissionais nos ajudou conversando com vários de seus contatos para saber quem se interessava em participar da pesquisa. Como resultado desse contato solícito e prestativo dois sujeitos participantes, residentes da cidade de Araraquara e Catanduva, aceitaram participar. Outros haviam sido indicados, contudo alguns estavam ainda em processo de adoção- o que resultou na não participação pois ainda não tinham contato diário com as escolas dos adotantes. A priori, outras duas famílias indicadas pelos profissionais da Assessoria aceitaram participar, porém acabaram perdendo contato e não retornando as mensagens enviadas.

Além dos dois participantes indicados pela Secretaria, por conhecer o universo cultural das pessoas homossexuais de sua cidade natal, Araraquara-SP, o pesquisador recrutou mais dois conhecidos que aceitaram relatar suas percepções sobre a escola dos filhos. Contudo, ainda que já tivéssemos completado quase metade do número de sujeitos que havíamos inicialmente proposto, ainda faltava compor metade e deduzimos a necessidade de fazer contato com instituições que cuidam da diversidade sexual e do gênero de outras localidades. Neste momento descobrimos, em uma página do *Facebook*, a Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas (ABRAFH), com sede física na cidade do Rio de Janeiro. A ABRAFH tem por intuito fazer uma rede de discussões e encontros de pais e mães LGBTs que tenham filhos. O primeiro contato foi realizado por intermédio de uma postagem na página da associação. Essa postagem aconteceu com o perfil pessoal do pesquisador, aproximando a relação pesquisador e participante de forma que nada ficasse implícito sobre os vínculos acadêmicos daquele que expunha sua pesquisa e recrutava participantes. Neste sentido, informamos que a página da referida plataforma permite que você exponha seus vínculos acadêmicos e profissionais.

Realizamos um encontro com o Presidente da ABRAFH e seu marido²³ via *webcam*. Eles nos receberam de forma muito acolhedora, amistosa e alegre e nos indicaram o contato de mais pais e mães associados. Fizemos contato com todos os

²³ Observe o leitor que a denominação entre os cônjuges em uma relação homoafetiva é a mesma dos cônjuges de uma relação heteroafetiva. Isso pode parecer, além da limitação da própria língua, um esforço em buscar aceitação e naturalização das famílias homoparentais por meio de referências de relações heterossexuais. Seria isso? Essa pergunta pode até não fazer sentido para diferentes autores do âmbito das questões do gênero humano. Contudo, do ponto de vista ontológico da família homoparental parece que há ainda muito a investigar.

indicados, algumas vezes esse contato ocorreu via *Facebook*, outras por meio de chamadas/mensagens via *Whatsapp* e também por meio de ligações telefônicas. Felizmente obtivemos um retorno positivo de absolutamente todas as indicações dos idealizadores da ABRAFH, bem como das pessoas que nos retornaram na postagem inicial. Tivemos contato nessa fase com mais de 25 famílias homoafetivas, em relacionamento conjugal ou não, que tinham filhos em idade escolar. As com perfis incompatíveis por diferentes motivos eram descartadas com educação e as devidas explicações eram dadas. Essas famílias se encontravam em situações cujas adoções ainda não haviam sido concretizadas ou os filhos estavam em idade mais avançada-Ensino Superior, cujo contato dos pais com a escola já não se fazia frequente. Decidimos não incluí-las pois deduzimos que sem o contato diário com os profissionais das escolas onde seus filhos estudam, pouco poderiam informar sobre as possíveis relações de preconceito dentro do ambiente escolar. Assim, seis participantes indicados pelos membros da referida associação fizeram parte de nossa pesquisa, compondo eles as famílias C, D, E, H, I e J.

Informamos ainda que algumas famílias foram retiradas da participação de nossa pesquisa, ainda em fase de contato inicial por relatarem informações muito próximas ou quase iguais de relatos de outros participantes. Dessa forma, constatamos que alguns casais que estavam prestes a nos conceder depoimentos haviam seus filhos matriculados nas mesmas instituições que alguns dos sujeitos que já eram participantes. Então, por princípios éticos nós excluímos a participação desses casais prevendo não ser sadio nem para o reconhecimento dos próprios sujeitos posteriormente, nem mesmo para com o trato dos dados quando em análise. Julgamos que a conduta única das escolas nos forneceria material redundante para analisar. Por conseguinte, não podemos afirmar que situações expressas nos depoimentos de alguns entrevistados coincidem com falas de outros candidatos, porém tomamos todo cuidado para que a natureza dessas evidências não partisse do fato de estudarem os filhos dos participantes nas mesmas escolas.

Assim sendo, mantivemos contato com os pais e mães até a realização das entrevistas e conforme elas aconteciam reduzíamos o contato com os outros participantes até atingirmos o contingente idealizado: 10 famílias homoparentais. Os participantes sempre retornaram nosso contato da forma mais interessada o possível, o que facilitou o processo de coleta dos dados. Ainda fazemos saber que a voz dos participantes que se encontravam em relação conjugal a dois foi representada unicamente por um dos cônjuges. Tal fato sucedeu-se não por indicação do pesquisador,

mas sim porque não estavam os participantes encontrando tempo hábil para unirem-se e efetivarem as entrevistas. Assim, informamos aos casais que a vivência com a escola por parte do outro cônjuge não seria descartada caso somente um deles estivesse presente no momento da conversa. Nós os informamos que as perguntas formuladas conduziriam o entrevistado a lembrar de algum fato ou postura do parceiro (a) mediante alguma situação relatada e que também lhes seria oferecido ocasião de incluírem algo importante posteriormente a realização das entrevistas, ou seja, quando a transcrição lhes fosse enviada para anuência.

Em consequência das inúmeras informações que a apresentação dos sujeitos participantes gerou, fez-se necessário a apresentação de três quadros. O primeiro deles, exposto abaixo, diz respeito à localização dos participantes desta pesquisa. Verifica-se que 05 participantes residem na cidade do Rio de Janeiro (RJ), 03 na cidade de Araraquara (SP), 01 na cidade de Catanduva (SP) e 01 em Goiânia (GO).

Quadro F – Apresentação das famílias conforme sua localização

Famílias	Cidades/Estados
Família A	Araraquara/SP
Família B	Araraquara/SP
Família C	Rio de Janeiro/RJ
Família D	Rio de Janeiro/RJ
Família E	Rio de Janeiro/RJ
Família F	Araraquara/SP
Família G	Catanduva/SP
Família H	Rio de Janeiro/RJ
Família I	Rio de Janeiro/RJ
Família J	Goiânia/GO

Fonte: Elaboração própria.

Dadas as devidas informações, apresentamos o Quadro G que esclarece informações sobre as famílias e os entrevistados/as. Fazemos saber que os nomes das famílias são fictícios e seguiram escolha do pesquisador responsável e não dos sujeitos participantes. Preferimos utilizar a nomenclatura em forma de letras “A, B, C, D, E, F, G, H, I, J” para as famílias e para que se facilite a memorização das mesmas o nome dos pais e mães segue a mesma ordem, ou seja, a mãe da Família A, se chama Adélia, o pai da Família B leva o nome de Boris e assim por diante. Preferimos esse tipo de nominação para que o leitor tenha facilidade de encontrar os diálogos quando na análise dos dados. Por se tratar de um contingente de dez famílias corríamos o risco de

confusão quanto aos possíveis nomes fictícios e dessa forma, compreender as famílias em letras acreditamos ser facilmente identificáveis. Aproveitamos a explanação prévia dos sujeitos para informar que quatro deles, Boris (Família B), Daniel (Família D), Fabiano (Família F) e Hilda (Família H), não assumiram sua condição homoafetiva para a escola em que seus filhos estudam. Além da omissão para as escolas dois deles, Daniel e Fabiano, não haviam relatado sua condição homossexual para os filhos. A omissão para com os filhos nos foi oferecida somente durante a entrevista e a participação desses sujeitos se justifica pela riqueza dos relatos obtidos, ainda que a escola não soubesse de sua sexualidade por meio de suas próprias vozes.

Quadro G – Apresentação dos pais e mães

Família	Pai/Mãe	Idade	Raça/Cor	Estado Civil	Escolarização	Profissão	Renda
Família A	Adélia	36	Branca	Divorciada	Especialização	<i>Web Designer</i>	2 a 3 S.M.
Família B	Boris	38	Parda	Solteiro	Especialização	Psicólogo	2 a 3 S.M.
Família C	César	34	Parda	Casado	Ensino Superior Incompleto	Empresário	Mais de 30 S. M.
Família D	Daniel	44	Parda	Solteiro	Ensino Superior Incompleto	Administrador	1 a 2 S.M.
Família E	Emílio	38	Branca	Casado	Mestre	Desempregado	S. R.
Família F	Fabiano	39	Parda	Solteiro	Ensino Superior Incompleto	Líder de vendas	2 a 3 S.M.
Família G	Gilson	45	Branca	Casado	Ensino Superior Incompleto	Cabelereiro	5 a 10 S. M.
Família H	Hilda	38	Parda	Solteira	Ensino Superior Incompleto	Estudante	2 a 3 S.M.
Família I	Inácio	38	Preta	Solteiro	Ensino Superior Completo	Empresário	10 a 15 S. M.
Família J	Julia	47	Branca	União Estável	Especialização	Administradora	5 a 10 S.M.

Fonte: Elaboração própria.

Observamos no Quadro G, a partir de informações extraídas da Ficha de Identificação, que a maioria dos participantes é da Cor/Raça parda (5), pouco menos da

metade são brancos/as (4) e apenas um pai é de Cor/Raça preta. A faixa etária dos convidados permanece entre 34 e 47 anos de idade. No que diz respeito ao Estado Civil esclarecemos que cinco pessoas encontravam-se solteiros/as no momento da entrevista, três participantes estavam casados e duas mães encontravam-se, respectivamente, uma em união estável e outra divorciada. Sobre a análise desse Quadro podemos ainda observar que os pais e mães têm variados níveis de escolarização: um participante informou-se como Mestre e outro com Ensino Superior Completo. Em um contingente pouco maior- três pais e mães- apresentaram-se Pós-Graduados em nível de Especialização. A maioria deles informou não ter concluído cursos universitários, enquadrando-se na categoria de Ensino Superior Incompleto. É possível distinguir também as distintas profissões dos pais e mães: dois pais são empresários; um pai e uma mãe são administradores; uma mãe é *web designer*; três pais informaram suas profissões como cabeleireiro, líder de vendas e psicólogo, distribuídos respectivamente um por profissão. Uma mãe declarou-se ainda estudante e um pai estava desempregado no momento da coleta dos dados. A renda mensal das famílias foi baseada na quantidade de salários mínimos²⁴. Apenas uma família identificou sua renda mensal como sendo de um a dois salários mínimos. A maioria das famílias, quatro, informou uma renda mensal entre dois a três salários mínimos; porém, duas famílias arrecadam de cinco a dez; apenas uma indicou a quantia mensal de 10 a 15 e, unicamente, outra família relatou mais de 30 salários mínimos por mês. Apenas a Família E não informou sua renda devido ao pai Emílio estar desempregado no momento da entrevista.

Visto a quantidade de sujeitos que esta investigação abordou, seria impossível apresentá-los todos de uma vez. Dessa forma, concluída a apresentação dos sujeitos pais e mães, expomos no Quadro H informações pertinentes aos filhos e filhas dos sujeitos participantes:

Quadro H – Apresentação dos filhos

Família	Pai/ Mãe	Filhos	Forma de Filiação	Sexo	Idade	Instituição Escolar	Seriação
Família A	Adélia	Alisson	Adotivo	Masculino	07	Privada	2º ano E. F.
		Adriana	Adotivo	Feminino	11	Privada	5º ano E. F.
Família B	Boris	Bruno	Adotivo	Masculino	13	Pública	8º ano E. F.
Família C	César	Caio	Biológico	Masculino	02	Privada	Maternal
		Cássia	Biológico	Feminino	02	Privada	Maternal

²⁴ Relatamos que o valor nacional do Salário Mínimo à época da entrevista era R\$ 880,00 reais.

Família D	Daniel	Diego	Biológico	Masculino	15	Pública	9º ano E. F.
Família E	Emílio	Eric	Adotivo	Masculino	08	Privada	1º ano E. F.
		Elias	Adotivo	Masculino	11	Privada	3º ano E. F.
		Enzo	Adotivo	Masculino	13	Privada	3º ano E. F.
Família F	Fabiano	Felipe	Biológico	Masculino	08	Pública	3º ano E. F.
Família G	Gilson	Gabriela	Adotivo	Feminino	06	Privada	Pré-Escola
		Giovana	Adotivo	Feminino	15	Privada	9º ano E. F.
Família H	Hilda	Hugo	Biológico	Masculino	14	Pública	9º ano E. F.
Família I	Inácio	Isac	Adotivo	Masculino	11	Privada	4º ano E. F.
Família J	Julia	Jorge	Adotivo	Masculino	08	Privada	2º ano E. F.

Fonte: Elaboração própria.

Com propósito de facilitar a leitura do Quadro H expomos a origem dos filhos/as a partir de suas Famílias e Pais/Mães. Por exemplo, a Família A é composta por uma mãe (Adélia) e dois filhos (Alisson e Adriana) sendo as informações seguintes- Forma de Filiação, Sexo, Idade, Instituição Escolar e Seriação- pertinentes a cada filho/a das Famílias. Estipulamos a mesma sequência nominal de famílias, pais, mães e filhos/as em todos os quadros que dizem respeito aos sujeitos desta pesquisa, por exemplo, os filhos componentes da Família C (Caio e Cássia) são filhos de César- todos com a mesma letra para que se facilite a compreensão dos sujeitos participantes e seus filhos e/ou filhas. Sendo assim, a análise do Quadro H nos permite esclarecer que 10 filhos/as uniram-se às suas famílias por meio da adoção, enquanto cinco são filhos biológicos dos pais e mães. Vale ressaltar que do contingente referido de filhos biológicos, as duas crianças da Família C são gêmeas e foram inseminadas em uma barriga de aluguel em um país norte-americano. Os pais cederam material genético um para cada criança, portanto, preferimos enquadrá-las em uma única categoria- Filhos Biológicos- em vez de discriminar a forma de concepção dos bebês. Seguindo a leitura do Quadro H, no que toca às idades dos filhos, elas variam entre 02 e 15 anos- sendo a maioria do sexo masculino (11) e a minoria do sexo feminino (04). Em um total de 15 filhos/as, 11 estudam em escolas privadas e quatro em escolas públicas. Vê-se ainda que a seriação das crianças e adolescentes se estende desde a Educação Infantil até o último ano do Ensino Fundamental. Composto a Educação Infantil temos com precisão duas crianças no Maternal e uma na Pré-escola. Na primeira etapa do Ensino Fundamental apenas uma criança estava no 1º ano e duas no 2º ano; três dos filhos (as) dos sujeitos

encontravam-se matriculados no 3º ano ao passo que apenas uma pertencia ao 4º ano e outra ao 5º ano. Quatro dos filhos/as dos participantes pertenciam à segunda etapa do Ensino Fundamental, distribuídos apenas um no 8º ano e três no 9º ano.

4.2 As vozes dos sujeitos

Apreciará agora o leitor a análise feita sobre os dados obtidos a partir de procedimentos de organização e análise advindos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), como já informamos. Nesse sentido, os dados foram agrupados de acordo com o enunciado das perguntas propostas nas entrevistas. Assim estruturamos os seguintes Núcleos Específicos de Informação: 4.2.1- a composição das famílias; 4.2.2- a comunicação com os funcionários da escola; 4.2.3- a comunicação com os professores e as expectativas dos pais e mães sobre a escola; 4.2.4- a relação dos filhos com os colegas da escola e as avaliações gerais dos pais sobre as instituições que os filhos frequentam. A seguir detalharemos cada um dos núcleos com o objetivo de extrair as informações que os mesmos possibilitaram²⁵.

4.2.1 A composição das famílias

Exporemos, inicialmente, a composição de cada família de forma individualizada²⁶. Tomamos essa decisão para que o leitor compreenda, ainda que brevemente, como procedeu a constituição das famílias e dos/as participantes desta pesquisa no que se referem às questões que condizem aos processos de busca e adoção de seus filhos (as), divisão da parentalidade, guarda e divórcio, bem como outras informações dessa natureza.

A primeira família²⁷ que entrevistamos é composta por duas mães separadas e por um casal de filhos. Elas vivem em cidades distintas e cada uma mantém a guarda de um filho. Adélia, voz representante da Família A é web-designer e reside na cidade de Araraquara com sua filha mais velha, Adriana, de onze anos; enquanto sua ex-companheira e Alisson, o caçula de sete anos, moram numa cidade em outro estado brasileiro. Adélia nos informou que namorava outra mulher à época da entrevista, contudo sua namorada não compartilhava a maternagem de Adriana. As crianças cursavam, respectivamente, o 2º e 5º ano do Ensino Fundamental em uma escola

²⁵ Adotaremos três asteriscos para separar a descrição analítica de cada família. Com esse procedimento, esperamos facilitar a leitura do texto.

²⁶ Aplicaremos a mesma sequência que foi utilizada nos Quadros que compõem o item 4.1.

²⁷ As informações que serão apresentadas não terão equidade quantitativa, pois dependeu do que cada entrevistado se dispôs a falar. Portanto, há famílias com mais e menos informações sobre o processo de composição das mesmas.

privada na cidade de Araraquara²⁸. Nesse sentido, Adélia se referiu sempre à experiência vivida nessa cidade, uma vez que seu filho mais novo já não mais morava nela. No que diz respeito ao processo de adoção a mãe informou que as mães- ela e sua ex-esposa-, entraram com o processo de adoção como casal, um ano após terem institucionalizado a união. No começo do ano de 2014 elas deram entrada ao processo de adoção e em meados do mesmo ano as crianças já residiam em sua casa. Contudo Adélia reclamou do tempo de legalização do processo:

Assim, para eles virem para casa foi rápido [referindo-se aos filhos], o que foi lento foi a burocratização, pois o documento foi sair só agora a pouco. O documento definitivo.

Podemos nos recordar neste momento quando na primeira seção abordamos o fato de famílias, não somente as homoparentais, reclamarem sobre a demora do processo de adoção e optarem por meios ilegais para obterem filiação. Ainda que a participante Adélia e sua ex-companheira não tenham cogitado a utilização de formas ilegais para conseguirem a adoção, é válido dizer que o longo trâmite jurídico contribuiu para a ilegalidade em alguns casos (FARIAS; MAIA, 2009). Assim, lembrando que a entrevista foi concedida no final de 2015, o processo de chegada do documento demorou mais de um ano para estar com as mães.

* * *

Sobre a próxima família, a Família B, informamos que ela é composta por três pessoas: Boris, um psicólogo de trinta e oito anos e seu filho Bruno de treze anos- ambos residentes em Araraquara. Também participa da composição dessa família o namorado de Boris com quem morou durante dois anos e dividia a paternagem de Bruno no tempo de convivência. Contudo o namorado teve de sair da cidade devido seus estudos. Enquanto residiam juntos o namorado assumia esporadicamente algumas funções em relação à criança, como levar à catequese e também à escola. Sobre a adoção de Bruno o pai nos relatou que participou de um curso de adoção obrigatório para quem busca por filiação adotiva. O depoente ainda informou que, em princípio, em seu cadastro como adotante ele havia permitido a busca por crianças por todo o estado de São Paulo. Porém, com um raio de busca tão grande Boris recebia ligações que o levava a cidades muito distantes e impossíveis de se chegar com facilidade. Por conta

²⁸ Vale dizer que a mudança de Alisson, o filho mais novo de Adélia, para outra cidade impediu que a mãe tivesse informações mais abrangentes sobre a nova escola.

do emprego, o pai não podia ausentar-se e teve de recusar inúmeras visitas em diferentes abrigos.

Assim, decidiu reduzir o perímetro de busca para Araraquara e região e logo recebeu o chamado para conhecer o abrigo em uma cidade próxima onde conheceu seu filho que lá residiu desde os cinco até os oito anos- quando foi adotado por Boris. O processo de adoção da Família B poderia ter sido mais rápido que o da família anterior, todavia Boris preferiu começar o contato pouco a pouco. Houve alguns encontros até Bruno pedir espontaneamente para conhecer a casa de Boris, fato este que levou o pai à certeza que era hora de finalizar o processo de adoção do garoto. O entrevistado nos relatou que o cenário da família biológica de Bruno é de seis irmãos que foram todos para a adoção por conta de ser a mãe usuária de drogas e o pai além de usuário, traficante. Notamos que a abordagem do pai sobre a família biológica de seu filho é bem esclarecida, pois sempre que possível ele questiona a vontade do filho de entrar em contato ou não com a família biológica. Bruno demonstrou interesse de voltar ao abrigo para visitar os dois irmãos que também lá residiam até três anos após a adoção. No último Dia das Mães Boris propôs que o filho reencontrasse sua mãe biológica, no entanto relatou que o menino não demonstrou interesse. O pai, por sua vez respeita a decisão de seu filho:

Então sempre que ele pedia, eu levava sem nenhum problema. Só que agora ele não tá pedindo, então eu respeito. Se pediu para ir, eu vou. [...] Faz um tempo que ele não pede e nem toca nessa questão. Ele falou assim: “Não, deixa minha mãe lá. Minha mãe tá feliz lá. Eu tô feliz aqui. Então deixa ela viver a vida dela e eu vou viver a minha vida”.

Notamos que em alguns momentos ao longo da entrevista Boris referiu-se ao seu filho como se ele tivesse alguma necessidade especial e quando indagado sobre isso, informou:

Ele tem um retardo mental leve. É bem leve e é o que acaba confundindo muito as pessoas. Confunde bastante porque é como se ele não tivesse nada. Tanto que ele tem treze anos, mas ele oscila bastante. Às vezes ele tem um comportamento muito maduro e em outras situações ele tem um comportamento muito infantilizado.

No que se refere á escolarização do filho de Boris, Bruno, na época da entrevista ele cursava o 8º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública na cidade de Araraquara.

A Família C mora na cidade do Rio de Janeiro e é composta por César, que é empresário e tem trinta e quatro anos de idade e por seu marido que exerce a mesma profissão. Recentemente o casal contratou os serviços de uma babá que reside com ambos e auxilia no cuidado dos bebês diuturnamente. A Família C se distingue de todos os outros participantes desta pesquisa por terem conseguido seus filhos por intermédio de uma barriga de aluguel. O entrevistado relatou que no ano de 2012, quando ambos iniciaram a procura por filiação, eles não sabiam ao certo qual procedimento seria o correto, barriga de aluguel ou adoção. Ao cabo, os pais decidiram pela inseminação artificial em uma barriga de aluguel e por encontrarem dificuldades burocráticas no Brasil, foram para um país da América do Norte. Assim César relata:

[...] Aí começamos a procurar barriga de aluguel, mas por ser muito novo...ficou um pouco complicado né, e por ser difícil e tal. Mas aí a gente conseguiu e em 2013 foi todo o processo e em 2014 os bebês foram inseminados em janeiro e nasceram em agosto.

Devido o processo de busca por filiação ter sido diferente de todos os outros entrevistados e, também por não ser um procedimento muito usual no Brasil, perguntamos sobre a necessidade de mudança para o outro país durante o processo de inseminação, gravidez e até o parto. César respondeu:

Não, meu marido foi pra lá em junho de 2014 e os bebês nasceram no final de agosto. E aí eu fiquei indo e vindo nesse período né. Até quando os bebês completaram 45 dias, aí a gente voltou com a família toda para o Brasil.

Os filhos de César- Caio e Cássia- ambos com dois anos de idade, estavam matriculados no nível Maternal, ainda na Educação Infantil, em uma escola da rede privada de ensino na cidade do Rio de Janeiro.

* * *

O próximo entrevistado a ser apresentado é Daniel, Família D, um empresário de quarenta e quatro anos que foi casado com uma mulher e desse relacionamento nasceu Diego. Contudo, Daniel se declarou homossexual e informou estar separado da mãe de Diego há vários anos; na época da entrevista se declarou solteiro. Assim, Diego é filho natural de uma relação heteroparental e seu pai, hoje em dia, é homossexual. Foi devido a essa condição que Daniel foi escolhido como sujeito desta pesquisa. Como a família anterior, os componentes dessa família também são residentes na cidade do Rio de Janeiro. Daniel relatou que a dinâmica de sua família é bem movimentada, pois a guarda de Diego é dividida com a ex-companheira. A relação dos pais separados é amistosa e

ambos falam com bastante frequência sobre as questões do estudo bem como sobre outros assuntos referentes ao filho. Nessa direção, quando perguntamos sobre como pai e mãe dividem o tempo e como seriam as visitas com o filho, Daniel informou:

A gente não adotou isso não. Ele vem aqui pra casa, ela também frequenta a minha casa. Então não seguimos essa regra de um final de semana ou a cada quinze dias eu pegá-lo.

Diego, por sua vez, tem 15 anos e frequenta o 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública de ensino.

* * *

A próxima família compõe-se de cinco pessoas: Emílio, seu marido e os três filhos Eric, Elias e Enzo. Emílio com trinta e oito anos de idade tem como grau de escolarização um mestrado e estava desempregado quando nos concedeu entrevista. O representante da Família E é casado há oito anos e ambos, ele e seu marido, adotaram em um único processo os três garotos que são irmãos biológicos. Eric, o mais novo, estava com oito anos; o irmão do meio, Elias, 11 anos e Enzo, o mais velho, 13 anos. Emílio relatou que o processo de chegada dos meninos em seu lar foi rápido, todavia, tal como a Família A, foram as questões burocráticas que retardaram o procedimento como um todo. Vejamos o que ele nos contou sobre essa questão:

O trâmite foi simples, a habilitação foi muito demorada, foi um ano e quatro meses. Mas, que a gente conheceu os meninos até eles virem morar com a gente foi bem rápido. Na verdade a adoção em si foi mais rápida que o processo de habilitação.

Os três irmãos estavam matriculados no 1º e 3º anos do Ensino Fundamental em um colégio da rede particular da capital carioca, onde também residem.

* * *

Diferentemente do último relato, a Família F não passou por processos de adoção para conseguir filiação, pois se trata- como ocorreu com a Família D- de uma família que se iniciou como heteroparental. Nesta pesquisa, quem deu voz a essa família foi Fabiano, um líder de vendas com trinta e oito anos de idade que se declarou homossexual. Ao longo do ano de 2008, Fabiano viveu uma relação rápida com uma mulher e inesperadamente ambos foram pegos de surpresa com a notícia da gravidez. Apesar de o entrevistado enfatizar que seu relacionamento com a moça era recente, ele afirmou que o casal aceitou a parentalidade sem recusas e, assim, assumiram as

despesas e as divisões do cuidado com o bebê que viria. Fabiano separou-se de sua ex-companheira há quatro anos e nos relatou que o convívio com a mãe de seu filho tem sido amistoso desde então. Ambos têm liberdade para mudar as regras da guarda compartilhada a todo tempo: pai e filho se comunicam por telefone e se veem praticamente todo dia, porém é praxe que nos fins de semana a mãe deixe o garoto aos cuidados unicamente do pai. Conversando sobre a relação com sua família, perguntamos se a mãe de seu filho lidava bem com a questão de sua homossexualidade e Fabiano enfatizou que nunca houve problemas em relação a isso:

Ela sabe. Desde o começo de quando nós começamos a namorar ela sabe. Eu contei pra ela de como era minha vida antes, até conhecer ela. Entendeu? Aí foi de boa.

Felipe, seu filho, tem oito anos de idade e é estudante do 3º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública na cidade de Araraquara onde residem.

* * *

Diferente da última família, temos na composição do próximo relato pais homossexuais casados há mais de 11 anos. Quem dá voz à Família G é Gilson, um cabelereiro de quarenta e cinco anos, pai de duas meninas que são irmãs biológicas: Gabriela de seis anos e Giovana de 15. Sobre o processo de procura da filiação Gilson contou que o cadastro para a adoção aconteceu, primeiramente, em seu nome. Todavia por estar em regime de união estável àquela época, seu marido necessitou ser avaliado conjuntamente na dinâmica psicossocial. Assim, a adoção da primeira filha- Giovana- saiu somente em seu nome e posteriormente o marido passou por todos os trâmites legais como requerente à adoção e obteve por intermédio do aval de uma juíza sua paternidade reconhecida. Anteriormente à adoção, as meninas passaram por um período de experiência cujo objetivo é estreitar os vínculos entre adotante e adotado para que se tenha certeza sobre a adoção. Conheçamos brevemente a trajetória da chegada das meninas a partir da voz de Gilson:

A gente adotou a Giovana com quatro anos e quatro meses. Ela veio a conviver já num período de experiência em dezembro. Que dia é hoje, 22? [Isso] Amanhã vai fazer 11 anos! [Bastante tempo já!] Ela veio em dezembro de 2005. A Gabriela, tá com seis anos, dia 17 agora ela fez seis anos e a gente conheceu a Gabriela no abrigo quando ela tinha cinco meses e aí teve uns trâmites de destituição de poder familiar e tal. E Gabriela veio a começar a viver com a gente, num período de experiência, quando ela tinha acho que uns 10 meses para 11 meses assim. Elas são irmãs biológicas por parte de mãe.

As irmãs estudam em um colégio particular em Catanduva, cidade onde moram com os pais. Encontrava-se matriculadas, a mais nova na Pré-Escola, última etapa da Educação Infantil, e a mais velha no último ano do Ensino fundamental.

* * *

A próxima família que vamos conhecer- a Família H- é formada por Hilda, uma estudante universitária de trinta e oito anos que vive com seu filho biológico Hugo, de 14 anos de idade, fruto de um relacionamento heterossexual. Contudo, Hilda está em um relacionamento homossexual há dois anos e desde o início da relação, ela e sua namorada, dividem a casa na cidade do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, a partir do convívio diuturno sua companheira começou a compartilhar da maternagem de Hugo em alguns aspectos. Indagamos à entrevistada se sua cônjuge frequenta a escola de Hugo e obtivemos como resposta que apesar de não ter havido ainda aproximação com o colégio por falta de oportunidade, ela assumiria o papel de madrastra quando fosse necessário. A entrevistada manteve durante o relato grande naturalidade e abertura ao abordar a concepção de seu filho bem como o relacionamento com o ex-companheiro que mora em outro estado brasileiro. Igualmente ao relato encontrado dos pais representantes das Famílias A, D e F, Hilda mantém um diálogo saudável e cotidiano com seu ex-companheiro. Podemos, a partir da fala da participante, identificar o trajeto percorrido pela família por diferentes cidades e também sobre como lida o pai de seu filho com o fato dela viver agora em um relacionamento lésbico:

Eu tive uma relação com o pai dele. Nós ficamos juntos por dois anos e depois, depois disso eu assumi a criação dele sozinha. Nós nos separamos e ele ficou morando em São Paulo [o ex-companheiro], eu voltei a morar em Belém (PA). Agora tô morando no Rio (RJ) e ele sempre comigo [referindo-se ao filho]. [Hilda, seu ex-companheiro sabe que você é lésbica?] Sim, sempre soube. [E nunca teve problemas?] Não, isso nunca foi uma questão.

Sobre a escolarização do garoto, informamos que Hugo estava matriculado no 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública da capital do Rio de Janeiro.

* * *

A penúltima família a ser apresentada, a Família I, é composta por duas pessoas: Inácio, um empresário de trinta e oito anos que vive na cidade do Rio de Janeiro com seu filho Isac de 11 anos. No final do ano de 2012 Inácio decidiu que seria pai e durante todo aquele ano frequentou reuniões em um grupo de apoio para famílias adotivas em

sua cidade. Após um ano com a papelada em análise, Inácio teve seu processo habilitado e pôde começar a procura por filiação. Diferente dos outros pais e mães adotivos por nós entrevistados, a história de Inácio é muito particular, pois ele conheceu seu filho por intermédio de uma reportagem sobre adoção tardia postada no perfil do *Facebook* de uma amiga. O programa havia sido gravado no estado de Pernambuco e Inácio, ao ver o garoto, relatou que foi como se tivesse certeza que deveria ser seu pai:

[...] e quando eu bati o olho no Isac, eu que sempre fui muito cético em relação a essa coisa do amor a primeira vista ou alguma coisa nesse sentido...fato é que ao contrário de todas as expectativas da minha pretensa racionalidade, eu bati o olho no Isac e falei “esse menino é meu filho”! Foi o que eu pensei assistindo o programa de televisão.

Inácio logo entrou em contato com a amiga que havia feito a postagem e ela o incentivou a procurar o garoto. Assim ele fez contato com uma assistente social da capital daquele estado e explicou seu interesse pela história de Isac e que tinha intenção em adotá-lo. Todavia, Inácio não estava habilitado no Cadastro Nacional de Adoção para procurar crianças residentes fora de seu estado natal, também constava em seu registro o interesse limitado por crianças entre quatro e seis anos de idade e Isac, tinha 11 anos. O pai, que já vinha amadurecendo há tempos a ideia de fazer uma adoção tardia- ou seja, adotar crianças mais velhas e com baixa expectativa de adoção- se deparou com a necessidade de uma nova entrevista com a psicóloga em sua cidade. O depoente nos informou que a Vara da Infância carioca costuma ser refratária a ampliações repentinas condizentes ao intervalo etário de crianças a serem adotadas por pais que aguardam por filiação há algum tempo, pois, muitas vezes os candidatos à adoção ampliam a busca por crianças de diferentes faixas etárias não pela real vontade de adotar crianças mais velhas, mas sim porque são envolvidos por sentimentos de angústia e aflição pertinentes ao processo de espera.

Quando Inácio passou pela assistente social lhe foi concedido o aval para abrir busca no estado de Pernambuco, entretanto, isso não aconteceu com a abertura para com a busca por crianças mais velhas. Após uma longa entrevista com a psicóloga Inácio revelou que a vontade de adotar uma criança mais velha surgira havia tempo e visto seu estilo de vida, uma criança com mais autonomia seria mais adequado. Por sua vez, a psicóloga compreendendo as razões que o levaram a Pernambuco e a necessidade de ampliar a busca no Cadastro por crianças mais velhas concedeu a alteração e, imediatamente, sua validação para aquele estado foi dada. Em suma, quando

perguntamos sobre como se deu o desfecho da adoção de Isac, o pai contou que teve sorte:

[...] na verdade, como ele apareceu na televisão, havia 42 famílias interessadas nele que entraram em contato com a Vara da Infância de Recife. Mas o que aconteceu foi que por conta do meu tempo no Cadastro Nacional de Adoção, por estar com a documentação toda em dia, eu era o que estava em primeiro lugar.

Assim, a adoção foi concluída. Na época da entrevista Isac frequentava o 4º ano do Ensino Fundamental em um colégio da rede privada de ensino localizado na mesma cidade, Rio de Janeiro.

* * *

A última família que vamos apresentar é a Família J, composta por três membros: Julia, uma administradora de quarenta e sete anos que vive em uma união estável com outra mulher há quatro anos e Jorge, seu filho adotivo de oito anos de idade. Julia e sua companheira moraram juntas no começo da relação, porém a esposa teve de deixar a cidade em razão de um novo emprego, distanciando-se por um ano e meio da família. Passado esse período, a esposa de Julia voltou para Goiânia (GO) cidade onde continuam a dividir o lar. Nossa entrevistada relatou que a maternidade de Jorge é ativamente dividida com a companheira, ainda que esta não tenha guarda do menino.

No que concerne à adoção de seu filho, Julia relatou que o processo ocorreu quando ele tinha apenas oito meses de vida e que participou do trâmite todo com sua ex-esposa. Passados quatro anos em que Jorge convivia com as mães, elas decidiram se separar e na época a companheira desistiu da adoção e não quis mais assumir o compromisso maternal. Os documentos foram mudados e o sobrenome da ex-companheira foi retirado dos documentos de Jorge. Contudo, ela se arrependeu da atitude e decidiu reivindicar novamente seus direitos à maternidade. As tentativas foram em vão pois apenas Julia é quem tem a guarda do garoto atualmente. A mãe ainda nos relatou que a separação e as atitudes da ex-companheira afetaram a vida dela e do filho, chegando ao ponto de Jorge não querer mais ter contato algum com a ex-mãe. Nesse sentido, a entrevistada se mostrou muito preocupada quando mencionou em seu relato o processo de separação e nos informou que tentou proteger ao máximo o filho:

Eu procurei conduzir isso da maneira que menos prejuízo tivesse para ele. Ele entendendo que não foi responsável por isso, né. Isso foi um problema com ela e que também, assim...dois pontos: que também não se sentisse

culpado e nem se sentisse abandonado. É um pouco complicado isso, mas assim...falando muito de mim que sempre estou ao lado dele. Nesse processo todo eu não citei nada sobre a outra pessoa do meu ex-relacionamento. Mas eu sempre dizia pra ele: “mamãe sempre está do seu lado, eu nunca vou te abandonar”. Sempre dando essa confiança pra ele.

Jorge cursava o 2º ano do Ensino Fundamental em um colégio particular de Goiânia quando se realizou a entrevista.

Concluindo, ao apresentarmos as famílias evidenciamos que a dinâmica particular de cada uma se desdobra em cenários comuns às famílias analisadas por Almeida (2012), Cavadinha (2012) e também Tombolato (2014). Tanto nos processos de adoção como nos processos de separação e/ou adesão a novos relacionamentos, os movimentos relatados pelos nossos entrevistados estão presentes em diferentes famílias da sociedade brasileira, o que não nos deixou pretender que seria diferente por se tratar de famílias homoparentais. Ainda, a composição de cada família participante desta pesquisa não nos parece diferente da trajetória de milhares de famílias brasileiras, com suas tramas e histórias entrelaçadas por diferentes formas de encontros e desencontros entre pares afetivos. Os entrevistados apresentaram composições familiares recompostas, em diferentes estruturas de (re)casamentos; foram apresentados também relatos de famílias de pais solteiros; encontramos igualmente composições familiares que se assemelham aos modelos “nucleares”, ou seja, formados pela união de um casal com intuito de obter filiação. O único destaque a ser feito sobre as diferentes trajetórias de nossos entrevistados é o da Família C, cujo processo de fertilização foi feito em uma barriga de aluguel no exterior e como dito anteriormente esse processo ainda tem entraves jurídicos no Brasil e se torna financeiramente inviável tanto para famílias homo como para as heteroparentais. Nessa direção, independente da tipificação linguística cabível às diferentes famílias, isto é, hetero, homo ou monoparentais, nós encontramos relatos convincentes de pais e mães preocupados com a criação de seus filhos.

Tal como no histórico das famílias D e F, a família H mantém um diálogo aberto de assunção para com seus ex-companheiros (as) e não encontram qualquer forma de resistência ou preconceitos por parte deles. Porém, a realidade da violência homofóbica é outra quando em contato com a sociedade em geral, como apontam Farias e Maia (2009). Por tal razão é que vamos, a seguir, verificar se houve ou não violência nas relações dos pais e dos filhos com a escola.

4.2.2 A comunicação com os funcionários da escola

Neste momento, as informações se referem ao diálogo estabelecido com funcionários de diferentes seções escolares como secretaria, coordenação, direção, etc. Os relatos obtidos exploram, de forma geral, as experiências positivas e/ou negativas que os sujeitos tiveram quando no contato com os funcionários das escolas. Assim, dividiremos a análise de forma que obtenha o leitor primeiramente o relato de seis entrevistados que não vivenciaram experiências negativas devido à condição da homoparentalidade com funcionários. São eles: Boris; Cesar; Daniel; Emílio; Fabiano; Inácio²⁹. Posteriormente, vamos conhecer quais os relatos das quatro famílias que passaram por experiências negativas e/ou preconceituosas com as escolas dos filhos: Adélia; Gilson; Hilda; Júlia.

A) Grupo que afirmou não ter tido problemas com funcionários de escolas devido à homoparentalidade:

Começamos nossa análise a partir do relato de Boris. Segundo ele, quando seu filho ainda estava no abrigo aguardando a adoção, o garoto estudava em uma associação para crianças portadoras de necessidades especiais. Por tal razão, Boris procurou uma escola particular com vistas a possibilitar ao filho uma educação adequada às suas necessidades. Ainda que o menino necessitasse de atividades especiais individuais para acompanhar o desenvolvimento diário, o pai tinha em mente que Bruno acompanharia normalmente a escola regular. O depoente revelou que jamais sofrera preconceito por parte das instituições escolares de seu filho por ser homossexual. Porém, logo após tê-lo adotado, o pai entrou em contato com alguns colégios particulares para matricular seu filho e durante a busca teve a matrícula do filho rejeitada pelo proprietário de um colégio particular, que colocou inúmeros empecilhos para aceitar a matrícula de Bruno, impondo à família um custo mensal exagerado:

Eu senti que teve um pouco de preconceito quando eu o peguei. Eu fui numa escola conversar com o dono de lá. Eu falei que ele tinha um problema e tal. Aí eu senti um certo preconceito, por que eu falei “olha, ele estuda num local especial, e eu tô querendo colocar ele numa escola normal por que eu sei que ele tem condições de acompanhar, desde que o conteúdo seja adaptado ou questões desse tipo”. E aí, eu senti um certo preconceito quando eu falei que ele veio de lá. E aí, ele falou claramente que ele não ia dar conta, precisaria ficar com uma...eu teria que pagar a mais, pra ele ficar em uma sala e ele [o

²⁹ Antecipamos que os participantes Boris e Fabiano não vivenciaram experiências negativas e/ou preconceituosas com funcionários escolares pelo fato de serem homossexuais, mas sim por motivos como preconceito devido a necessidades especiais e, inclusive, *bullying*.

dono] teria que pagar uma outra professora pra tá acompanhando. Uma professora auxiliar. [E isso influenciaria no preço da mensalidade?] Sim, que ia para um valor absurdo. Mas, eu senti um certo preconceito em relação a isso sim.

Ainda que o preconceito não estivesse relacionado à homossexualidade do pai, a atitude do proprietário em colocar barreiras financeiras até que ele desistisse de matricular o filho, mostra-se inconstitucional. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de julho de 2015, é enfático no primeiro parágrafo do artigo 28 ao afirmar que qualquer instituição particular, independente do nível e da modalidade de ensino, não pode cobrar adicional na mensalidade de alunos que sejam portadores de necessidades especiais:

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do **caput** deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações (BRASIL, 2015).

O participante não tinha conhecimento sobre tal Lei à época que procurava escolas para seu filho e tampouco sabia que a atitude do proprietário da escola, além de preconceituosa, seria passível de julgamento jurídico. Apesar da discriminação velada em forma de impedimentos e dificuldades para aceitar Bruno naquela instituição, o pai continuou a buscar até encontrar outra instituição privada que aceitou sem escusas as condições de seu filho. Então, no período em que Bruno permaneceu na escola particular, até o 6º ano do Ensino Fundamental, o depoente relatou ter tido ótima convivência com o corpo de funcionários. Todavia, contrariando o combinado inicial com a escola de manter o filho avançando na seriação com o passar dos anos, em determinado momento a escola começou a segurar demais o menino na mesma série. Essa atitude trouxe a Boris inúmeros impasses, pois ele temia que as atitudes do filho levassem a brigas e problemas com as crianças mais novas com as quais convivia em sala de aula. Assim, Boris o matriculou em outra escola da rede privada na mesma cidade, cujo contato revelou também ser amistoso. Quando Bruno estava a ingressar no 8º ano, o pai optou pela mudança para a rede pública de ensino e desde o primeiro contato com a coordenação e com a direção da atual escola o depoente relatou ter boa e cordial relação.

Devido às necessidades especiais de Bruno, problemas comportamentais são constantes, o que faz com que a proximidade entre família e escola seja cada vez mais

frequente. Nessa direção, o pai elogia a postura da atual escola, pois diz que eles reconhecem a dinâmica de sua rotina e acertam no tratamento necessário para o filho. Os funcionários sempre abordam Bruno de maneira a aconselhá-lo sobre os estudos e sobre sua postura na escola, a fim de evitar brigas e confusões desnecessárias. Por fim, Boris relata que a relação com os funcionários da escola de seu filho tem sido de grande parceria:

Em todas as vezes que fui chamado pela diretoria, a vice-diretora, ela foi super cordial comigo. E, assim, sempre que acontece alguma coisa, antes de chegar ao extremo, eles me chamam. A escola, ela tá sendo muito parceira, por que ela sabe que eu trabalho o dia todo.

* * *

O relato do próximo entrevistado também é positivo no que diz respeito ao contato com os funcionários da escola. Cesar relata que quando chegou com sua família do exterior, ele e o marido contataram unicamente uma escola de Educação Infantil que se localizava em frente a sua casa e cuja dona era conhecida e também cliente do casal³⁰. Devido à confiança no trabalho da escola, bem como pela praticidade e comodidade de sua localização, Cesar e o companheiro optaram por matricular imediatamente os bebês- Caio e Cássia-, naquela instituição sem antes procurar por outras. Entretanto, seus filhos ficaram matriculados somente três meses na creche, pois logo a família se mudou para o Canadá onde permaneceu durante todo um semestre. No primeiro contato com a instituição daquele país, Cesar informou que a família não teve nenhuma experiência negativa; a presença de constrangimentos e/ou preconceitos foi tampouco evidenciada quando no contato com a creche brasileira. Em seu relato podemos perceber a abordagem sobre a escolha pela instituição em que seus filhos estudam, bem como o tratamento dos funcionários da escola canadense e brasileira sobre questão da homoparentalidade:

Eu moro na frente da creche, então quando eu estava procurando creche eu falei “ah, vou olhar essa daqui primeiro”. Porque eu sou muito prático né, então eu gosto das coisas mais fáceis pra resolver, sem muito complicar as coisas. E eu fui nessa creche. Quando eu cheguei lá eu já conhecia a dona. Ela era minha cliente. [...] Então pra mim foi super tranquilo. Ela fez a maior questão dos meus filhos estudarem lá. Só que a gente estava indo morar no Canadá na época, então as crianças só ficaram três meses lá. Logo depois a gente foi morar no Canadá e eu não tive problema nenhum, porque não perguntaram nem se eu e meu marido éramos pais, não perguntaram nada. Foram fazendo normal, como se fosse tudo muito normal. Aí ficamos seis meses no Canadá e nunca tivemos problemas lá...nada! E depois voltamos ao Brasil e voltamos para a mesma creche. E também foi tudo normal.

³⁰ O casal é proprietário de um estabelecimento comercial na cidade do Rio de Janeiro.

* * *

Daniel, por sua vez, expôs que o filho Diego esteve matriculado em uma única escola particular desde a creche. Pelo fato da escola não oferecer o ensino fundamental e também pelo alto custo de manter o filho em uma instituição privada, houve a necessidade de mudá-lo para um colégio da rede pública de ensino. Assim, quando os pais começaram a procurar por novas escolas, Daniel indicou a vontade de matriculá-lo no mesmo colégio que havia estudado quando garoto. Naquela época o colégio era particular, com educação militar voltada unicamente a filhos de militares; atualmente, o colégio adotou as novas regras e tornou-se público, permitindo alunos de toda a sociedade:

Ele ficou no colégio particular até a antiga primeira série e logo depois disso, não havia mais turma pra ele e nós íamos começar a procurar escola. Foi quando eu falei “pode colocar lá no colégio onde eu estudei”. E agora, hoje em dia é público né. Então, estivemos na escola, conversamos. Vimos a possibilidade dele entrar. Ele fez uma prova apenas para se adequar a uma turma, no nível que ele se encontrava. E está lá até hoje. [...] Na minha época, era um colégio de militar e há pouco tempo que houve uma mudança e não é mais considerado colégio militar. E quando abriu essa oportunidade, por eu já ter estudado lá, conversei com ela [a ex mulher] e falei “vamos tentar colocar ele lá”. E conseguimos! Nós não pagamos nada. Hoje em dia ele é considerado uma escola pública, mantida pela aeronáutica, porém, hoje em dia, são aceitas quaisquer crianças, independente do pai ser ou não militar.

* * *

Tal como Daniel, o representante da Família E- Emilio- também relatou não ter tido problema com os funcionários da instituição de seus filhos. Antes de Emilio chegar até a atual escola onde os filhos estudam, ele nos relatou que iria matricular os irmãos em uma instituição particular e que mudou de ideia após ter conhecido um casal de lésbicas cujos filhos lá estudavam e estavam enfrentando muitos problemas devido à composição de sua família. Assim, por intermédio da indicação de um casal amigo, também homoparental, Emilio pediu indicação de instituições para os três filhos. Seguro e certo de que na instituição indicada pelos amigos a família não sofreria preconceito, Emílio matriculou os meninos:

Então, quando a gente ligou pra escola a gente já sabia que a escola lidava bem com o assunto de adoção, de homoparentalidade. E foi assim, eles vieram pra casa numa sexta-feira e eu tive que ligar pra escola: “segunda posso levar eles na escola?”. A escola aceitou, na segunda-feira seguinte eu já levei eles para a escola. A escola foi bem acolhedora e conseguiu lidar com problemas burocráticos que a gente tinha, esclarecendo muita coisa pra gente...apoiou muito a gente. Sempre ajudou os meninos. Eu não tenho nada a me queixar da escola.

Todavia, como afirmam as autoras Farias e Maia (2009), os homossexuais brasileiros ainda sofrem muita discriminação em diversos espaços sociais, não estando a escola longe de preconceitos dessa natureza. No entanto, a escola onde os filhos de Emilio estudam tem em torno de treze crianças matriculadas que também são filhos/as de pessoas LGBTs, o que a torna uma instituição respeitada para o pai. Ainda que a escolha pela instituição tenha sido feita por amigos também homossexuais, o pai relatou que temia por possíveis situações preconceituosas no começo do convívio com o colégio. Vejamos o que ele disse quando perguntamos se sua família já foi ameaçada, excluída ou ofendida por algum funcionário da escola devido à composição homoparental:

Não, e acho que se acontecesse qualquer coisa em relação a isso, qualquer funcionário estava na rua. Eu sou muito sensível em relação a isso. Qualquer coisinha é capaz de mexer comigo. Esse era um medo que eu tinha. Eu tinha muito medo de os meninos sofrerem *bullying* ou deles estarem em uma escola que não soubesse lidar com isso. Só que eu tive uma surpresa agradável com essa escola, nunca tive problema nenhum...me surpreendeu inclusive.

A surpresa a qual se refere o participante diz respeito à conduta positiva em relação à diversidade da população brasileira, incluindo as diferenças étnico-raciais cuja escola não apresenta preconceitos dessa natureza. Emilio relatou que certa vez seu filho Elias, de onze anos, foi vítima de racismo dentro da instituição porque carregava no pescoço uma corrente muito utilizada por cantores da modalidade *Funk*. Um amigo do garoto, também filho de um casal de mulheres homossexuais, ao vê-lo tirar fotos portando o colar pediu para colocar o objeto a fim também de tirar fotos. Ao chegar em casa, o amigo de Elias foi recriminado pela mãe dizendo que somente marginais usavam aquele acessório e impediu o amigo de continuar a amizade com o filho de nosso participante. No dia seguinte, a outra criança recusou-se a brincar com Elias que começou a chorar devido às ofensas repetidas pela criança. Emilio avaliou positivamente a conduta da escola, pois as funcionárias logo identificaram o ato como descabido e solicitaram uma postura da família do outro garoto:

[...] as funcionárias da escola viram e escreveram na agenda do menino que se os responsáveis não aparecessem na escola no dia seguinte o menino não entra. Então chamou a mãe do menino, a madrasta do menino e chamou o pai do menino³¹. Então lá a tolerância é zero em relação à discriminação!

³¹ Não sabemos a composição familiar do amigo de Elias, pois não nos foi dito sobre isso. Emilio disse-nos apenas que o amigo de seu filho era filho de duas mulheres. Não esclarecendo sobre os meandros dessa filiação.

* * *

Na análise do relato de Fabiano, nós identificamos uma boa relação entre a família e os funcionários da instituição de Felipe. O garoto permaneceu em uma creche pública até o final da Educação Infantil e na idade correta seu pai o matriculou em uma escola pública a fim de iniciar o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Fabiano disse que o contato com os funcionários da escola atual é bom e que ele se sente bem tratado quando em contato com a instituição. Apesar da relação com a escola de Felipe ser saudável, o pai enfatizou uma situação desagradável acontecida com a coordenadora pedagógica. Certa vez Felipe chegou em casa perguntando o que significava o termo “X9”, que em linguagem popular é utilizado para identificar alguém que contou algo que não lhe diz respeito ou remete a alguém que revelou informações que não deveria. O menino informou que a funcionária assim o chamava toda vez que o via e isso o incomodava. Perguntamos se a postura da funcionária poderia se referir à condição sexual do entrevistado, que logo nos advertiu que não, mas que o apelido poderia ser devido a uma briga do filho com algum colega.

A conduta da funcionária foi típica de um caso de *bullying*, cuja forma de violência se manifesta, segundo Pessanha e Gomes (2014), ao ridicularizar alguém de forma a insistir e perseguir sobre algo desagradável e/ou vexatório. A situação de uma funcionária apelidar seu filho com um termo que julga inapropriado o deixara muito bravo. A ação discriminatória da funcionária foi recebida pelo pai como algo além dos limites profissionais e respeitosos, pois ele depositava confiança na coordenadora como alguém que poderia ajudar Felipe a se livrar de brigas e confusões. Ao contatar a funcionária, Fabiano demonstrou insatisfação em relação à postura e exigiu resposta sobre os atos da coordenadora que se absteve de desculpas e retratações:

Eu sempre orientei ele a não brigar. A sempre procurar a coordenação e explicar o que está acontecendo até para ele se preservar e não ter nenhum tipo de discussão. Eu sempre fui a favor da conversa antes de qualquer outro tipo de atitude. Então, pra escola, para uma coordenação onde existem vários funcionários ali, eles deviam entreter a criança com alguma atividade no horário do intervalo para não ter briga, pra não ter discussão. Porque criança briga e eu sempre falei com ele, tudo o que acontecer conversa com a coordenadora. Aí eu peguei e fui lá discutir. Briguei com ela. Aí ela falou que não foi intenção dela, que ele deve ter ouvido errado. E eu disse que não, que ele não ouviu errado porque ele não ia tirar isso do nariz. Foi o único fato que aconteceu que eu fui lá discutir na escola.

* * *

Diferente de Fabiano, o representante da Família I não relatou qualquer experiência negativa com os funcionários da instituição de seu filho. Logo após o

processo da adoção de Isac, nosso entrevistado contou que o matriculou em uma escola da rede pública localizada próxima a sua residência. No entanto Inácio reconhecia dificuldades no aprendizado do filho e chegou à conclusão que a criança não conseguiria acompanhar como deveria o 6º ano do Ensino Fundamental no qual estava matriculado. Assim, o pai começou a procurar por escolas particulares que pudessem ajudar o menino com o déficit educacional que trouxera do colégio quando residia em Pernambuco. A fim de avaliar qual a melhor opção, Inácio chegou a marcar entrevistas em diferentes escolas já conhecidas e outras indicadas por amigos. Contudo, após a primeira visita ele desmarcou todas as outras, pois teve certeza que seria naquele local onde seu filho estudaria. Por conhecer as escolas do Rio de Janeiro, devido sua profissão³², o participante revelou que não escolheria de forma alguma um lugar que oferecesse resistência tanto pelo fato de comporem uma família adotiva, tanto por comporem uma família homoparental. Conseqüentemente, o contato com a coordenadora da escola particular que escolhera foi ótimo e após uma prova de nivelamento Isac regrediu dois anos e foi matriculado no 4º ano no novo colégio. O pai demonstrou preocupação com o estresse causado no filho devido às mudanças e sentiu-se acolhido pela coordenadora pedagógica:

Aí a coordenadora virou e falou “olha, mais do que a gente ficar preocupado com o que o Isac sabe e Isac não sabe, eu acho que é mais importante pra gente nesse momento é sim trocar ele do 6º ano, mas o mais importante pra gente é que ele se sintam bem e fique feliz no ambiente da escola”.

B) Grupo que afirmou ter tido problemas com funcionários de escolas devido à homoparentalidade

Adélia, Gilson, Hilda e Júlia identificaram situações preconceituosas por parte de funcionários das atuais, bem como de outras instituições escolares, devido à composição homoparental de suas famílias. A começar, expomos a situação preconceituosa vivida por Adélia e sua ex-esposa na época em que procuravam escola para matricular os filhos recém-chegados do abrigo. Durante a busca, elas souberam de uma escola que estava oferecendo desconto para filhos de professores e como a ex-esposa de Adélia lecionava no Ensino Superior, as mães foram pessoalmente à escola já no intuito de efetivar as matrículas. A depoente enfatizou que ela e a outra mãe sempre tiveram a preocupação de indagar aos funcionários como eles, em nome da escola, se

³² Inácio é empresário no ramo educacional, mas não disse especificamente em que.

posicionavam sobre a homoparentalidade delas e se isso seria um problema. No entanto, quando colocaram o questionamento à funcionária que as atendia, obtiveram resposta negativa:

Daí a mulher virou e falou “Ah, a gente não fala disso aqui com eles e o que os pais pensam em casa é problema deles”. Querendo dizer, eu lavo minhas mãos né. Aí isso deixou a gente um quanto chocadas. Ou seja, não fariam nada caso se os nossos filhos sofressem homofobia lá. Então naquele momento a gente soube que não seria. Não falamos nada demais na hora. Mas enfim, eles demonstraram uma total falta de preparo para lidar com essas questões.

Por mais que a situação exposta não tenha sido ofensiva por meio de palavras grosseiras, é válido lembrar que, segundo Diniz (2011), a omissão da escola face à homofobia pode ser considerada uma forma de violência. A fala da funcionária nos faz refletir sobre como estão lidando algumas instituições escolares com a questão da homoparentalidade por meio de escusas. Aceitar o filho de um homossexual é obrigação, pois não se pode recusar um aluno devido a sua origem ou mesmo a condição sexual de seus pais ou por qualquer outro motivo (FIPE; MEC; INEP, 2009). Contudo, o fato de aceitar uma família homoparental parece pertinente quando se assumem responsabilidades éticas e pedagógicas sobre situações de preconceito que possam ocorrer dentro do ambiente escolar. Nesta direção, a fala da funcionária traduz o preconceito velado que sofre a população LGBT diariamente em um dos países onde mais se mata homossexuais, conforme GGB (2015). Assim, ao utilizar-se do preceito de que nada poderia fazer a favor da família homoparental quando outros pais e mães, por ventura, oferecessem preconceito, assumiu a funcionária uma conduta preconceituosa e contribuinte da violência da escola. Por fim, as mães, obviamente, não matricularam os filhos por compreenderem que o corpo de funcionários, ao se abster de posicionamentos, poderia também ser conivente quando numa eventual situação discriminatória.

Apesar da experiência negativa exposta, Adélia nos contou que a procura por escolas para os filhos também resultou em experiências positivas. Logo após o ocorrido, as mães fizeram contato com uma instituição que ofereceu tratamento tão digno quanto o que receberam na atual escola das crianças. A referida instituição, também particular, demonstrou via telefone muita empatia pela composição da família, porém a matrícula não foi realizada devido à escola localizar-se em uma cidade vizinha. Assim, o casal escolheu um local mais perto que ofereceu toda a liberdade e o respeito que buscavam. Ao se referir à instituição escolhida, a mãe mostrou total satisfação e entusiasmo sobre a

recepção da escola e o tratamento oferecido pela funcionária responsável das matrículas:

E então nós ligamos e quem atendeu foi a gerente de matrículas de lá que é muito legal e muito simpática. E falamos que fazíamos parte de uma família homoafetiva, com duas mães e duas crianças adotivas e perguntamos “como é que vocês receberiam isso? Aí ela deu uma resposta muito bonitinha, ela falou “ah, a gente até incentiva. A gente quer a diversidade aqui mesmo. Nós somos uma escola que prima pela inclusão.

Após a fala da funcionária, a Família A teve certeza de que a instituição seria um local de bom convívio para os filhos e de que não enfrentariam preconceitos por parte dos funcionários. Ademais, Adélia e a ex-companheira preocupavam-se não somente com a questão da homoparentalidade, mas também com o fato de que a instituição não oferecesse preconceito quanto à etnia de seus filhos, uma vez que são afrodescendentes. A escola, logo no primeiro contato, evidenciou que a conduta inclusiva não se restringia apenas à sexualidade dos pais, como também se estendia a pessoas portadoras de necessidades especiais, igualmente às diferenças de classes, etnias e religiosas. Nesse sentido a mãe indicou ânimo e satisfação sobre o assunto:

[...] realmente eles primam pela inclusão, eles dão desconto para quem vem do estado, ganham 15% de desconto. Eles têm autistas, síndrome de *down*, vários alunos especiais espalhados pelas turmas. Eles sempre estão fazendo campanhas de coisas sustentáveis, de responsabilidade social, como “gentileza gera gentileza”. Agora, por exemplo, eles estão fazendo uma para alimentar a honestidade, tipo tem um picolé e você não precisa pagar. Exatamente para ver quem paga e quem não paga, entendeu? Eles estão sempre fazendo ações desse tipo. Na Ação de Graças, por exemplo, eles fizeram um culto ecumênico que não é especificamente cristão. Então, assim, eles são bem inclusivos mesmo. E ela deu essa resposta pra gente e a gente achou muito bonitinho por que ela falou “é, realmente, nós temos alunos negros” e isso foi algo que a gente quis também para que eles não se sentissem né... E realmente eles têm muitos alunos negros, japoneses, de diversas raças.

* * *

Na trajetória da Família G, situações desagradáveis com funcionários também aconteceram. Todavia, diferentemente de Adélia, as relações de preconceito foram oferecidas pela escola atual e não por instituições previamente consultadas. Gilson e seu marido, logo após a adoção da primeira filha, Giovana, levaram-na para conhecer possíveis instituições escolares. O primeiro contato com uma instituição educacional depois de ter saído do abrigo não foi positivo, pois a garota achou que o prédio da escola se parecia muito com aquele onde ela estudava enquanto aguardava pela adoção. Assim, o pai se demonstrou preocupado em escolher uma instituição onde ela tivesse uma experiência diferenciada e positiva, foi então que a matriculou em um local com

bastante natureza, uma espécie de fazenda. Nessa instituição, também particular, Giovana estudou durante dois anos, da pré-escola ao 1º ano do Ensino Fundamental; o depoente não relatou experiências negativas com o corpo de funcionário das duas escolas anteriores e nos informou que os problemas aconteceram quando eles decidiram mudar Giovana para uma instituição diferente e, segundo ele, melhor.

A instituição particular escolhida pelos pais é mantida por freiras, oferecendo ensino católico, onde Giovana permaneceu desde o 2º ano até o 9º ano do Ensino Fundamental. Quando Gabriela, a segunda filha, chegou à vida do casal não foi necessário procurar por outras instituições, pois ela foi matriculada na mesma escola em que a irmã estudava há anos. O entrevistado contou que no começo da relação com a escola ele e seu marido tiveram alguns incômodos pelo fato de serem pais homossexuais. Devido a grande repercussão midiática³³ sobre a adoção de Giovana, o pai relata que naquela época muitos canais televisivos queriam acompanhá-los à escola e mostrar o dia a dia de sua filha. Inicialmente, a escola não permitia que filmagens fossem feitas no interior e se recusava a participar de reportagens e entrevistas, porém, com o passar dos anos e com o reconhecimento positivo da população local sobre a adoção do casal, a instituição foi permitindo que canais televisivos se aproximassem quando necessário. Vejamos como o próprio pai relata a dificuldade da escola em falar sobre o assunto da homoparentalidade e também sobre o avanço dos funcionários em permitir envolvimento da escola em filmagens:

No começo eu lembro que teve muitas situações sim pelo fato da gente ser homossexual. No começo, principalmente, a escola tinha uma certa dificuldade de as vezes falar do assunto. Como nosso caso foi muito polêmico, né, na adoção da Giovana, às vezes acontecia do pessoal querer fazer entrevista, de querer filmar ela na escola, entrevistar professor, tal...nesse assunto a escola não permitia, não deixava. Alguma cena era ali deixando na calçada da escola, ela indo pra escola tal. Mas a escola nunca permitiu nenhum acesso lá dentro. E aí depois, depois de uns cinco anos assim, começaram a ir abrindo espaço até o último programa grande que a gente participou na TV, acho que tem uns três anos e aí a gente conseguiu ir com o programa lá dentro. Eles permitiram entrar e filmar a Gabriela já lá dentro na sala de aula...foi quando falou da adoção da Gabriela. Então assim, foi devagar que as coisas foram acontecendo. Essa parte das entrevistas...a gente viu que teve uma mudança. Agora, o tema é sempre polêmico na escola.

Gilson indicou que apesar da instituição ser conservadora em muitos aspectos, os funcionários (as) se esforçam para que a família não seja muito prejudicada e sinta-se incluída sempre. No entanto, apesar dos esforços os pais se sentem mal em inúmeros

³³ A adoção de que se trata teve grande repercussão à época.

momentos. A cada começo de ano a escola manda para toda família a ficha cadastral a ser reatualizada e durante todos os anos de experiência e convívio diário com a escola, a secretaria não teve o cuidado de mudar o campo de preenchimento “pai e mãe” para “pais” ou “pai e pai”:

Já começa na hora de fazer a ficha, tem uma dificuldade que tá lá: nome do pai e nome da mãe. Faz dez anos que eles mandam a mesma ficha pra mim preenchendo o nome do pai e o nome da mãe, sabe? E aí umas coisas que eu fico brigando assim...gente, tem dó né! Mas eles ficam preocupados, eu percebo que eles têm uma preocupação.

* * *

Já a entrevistada Hilda nos contou que mudou algumas vezes de cidade, mudando Hugo, conseqüentemente, de escolas também. Mãe e filho moraram na cidade de Belém (PA) e, logo após, Hugo precisou residir com a tia na cidade de São Paulo enquanto sua mãe estabelecia-se na capital carioca. Tanto no Pará quanto em São Paulo a mãe não relatou experiências negativas com os funcionários das instituições. Entretanto, a permanência de Hugo na escola pública onde estudou até o 8º ano do E.F., já na cidade do Rio de Janeiro, a mãe declarou que se sentiu excluída algumas vezes por ser homossexual. Ela explica que a escola anterior oferecia um ambiente com alunos violentos e o filho não conseguia se adaptar:

Ele tinha um comportamento muito calmo porque ele não gostava da escola, era uma escola que tinha um histórico dos alunos assim meio violentos. Então, ele não conseguiu se adaptar à escola e não gostava dos colegas também. Então por isso ele preferia sempre ficar na dele, porque ele dizia também que não tinha afinidade com as pessoas da escola.

Porém, a diretora e a pedagoga da escola recusavam as explicações da mãe sobre a insatisfação do garoto para com a escola e os colegas, o que tornava a adaptação ao ambiente difícil. Elas preferiam demonstrar, implicitamente, por meio de expressões faciais e corporais, que a mãe fazia julgamento pouco preciso sobre a realidade do filho. No excerto abaixo podemos compreender a forma de discriminação relatada:

Assim, a pedagoga da escola e a diretora me chamaram umas duas vezes pra falar a respeito dele, falar do comportamento dele, porque elas achavam ele muito quieto, muito tranquilo, muito calminho. Então, elas achavam ele muito introvertido. E aí elas sabiam da minha situação, então elas achavam...elas não falavam isso...mas eu sabia que era isso. Elas achavam que era o fato de eu ser lésbica, mãe solteira e ser assumida. Eu acho que elas pensavam que isso de alguma maneira influenciava de maneira negativa o comportamento dele. E eu sabia que não né, porque eu conheço o meu filho. Enfim... mas a única coisa que eu fazia era ignorar as coisas que elas me diziam e deixar pra lá para não criar confusão também. Então elas confundiam isso, esse comportamento por conta disso, com o fato- como eu

já te falei- dele ter uma mãe lésbica. Mas eu entendia que era total ignorância dos gestores ali, da secretaria, da diretora.

Ainda que a atitude das funcionárias não tenha sido explícita, ou seja, não se tenha falado nitidamente para Hilda que era a condição homoparental que fazia com que seu filho fosse quieto, foram as expressões, entonações e atitudes das funcionárias que validaram a conclusão da mãe. A falta de compreensão para com as explicações da entrevistada levou-a a ignorar a postura das funcionárias, admitir suas limitações e buscar uma instituição onde seu filho se sentisse melhor. Hilda relatou ainda que não tem muito convívio com a escola atual do garoto, pois ele encontra-se em uma fase de amadurecimento na qual busca por autonomia e liberdade, preferindo que a mãe intervenha o mínimo possível. Não obstante ser a relação de Hilda com a atual escola de Hugo melhor que a anterior, a comunicação se mantém por meio de poucas reuniões. Podemos verificar abaixo as percepções da mãe sobre a relação com a escola atual de Hugo:

É uma escola melhor do que a escola anterior. O espaço da escola é melhor, o ambiente da escola é melhor. Esse ano eu tô...eu sempre compareço às reuniões de pais. Mas, como sempre tem muita gente, então eles fazem reunião com todo mundo junto, a gente não cria vínculo...de ter mais proximidade com o professor, com a professora. Mas eu vou na escola só nesses períodos mesmo, até por que ele também prefere. Ele tá numa idade que ele prefere, que ele quer mais autonomia, não quer que eu esteja assim tão por perto. Então eu deixo ele mais à vontade. Sempre que eu preciso de alguma coisa da escola eu peço que ele pergunte, que ele vá na secretaria [sic].

* * *

Júlia, voz representante da Família J, diferentemente dos outros participantes relatou experiências preconceituosas tanto com a instituição escolar anterior como com a atual. Apresentaremos por ora a situação com a mãe ocorrida na escola anterior de seu filho, pois se trata de relações com os funcionários daquela escola. Antes de Júlia matricular o filho na atual escola, cujo tratamento com as funcionárias ela afirma ser muito bom, o menino estudou em um colégio também particular que oferecia ensino somente até a modalidade da Educação Infantil. Quando ele frequentava a Pré-escola chamaram a mãe certa vez para conversar sobre terem encontrado Jorge e outro menino, mais velho, mostrando a genitália um para o outro. A conduta do diálogo das funcionárias que a chamaram à escola fez-se em tom interrogatório e duvidoso no sentido que Jorge estaria explorando sua sexualidade inadequadamente. As funcionárias davam a entender como se fossem as duas mães as culpadas, não levando em

consideração que a outra criança era mais velha e, provavelmente, com maior conhecimento sobre seu corpo. A participante expõe o seguinte sobre o fato ocorrido:

No ano da pré-escola é que foi mais complicado. É...no caso, teve um episódio que chamaram a gente na escola pra conversar sobre o fato de ele ter...ele estava no banheiro com o coleguinha mais velho e estavam mostrando o...a genitália. E aí elas nos chamaram...quer dizer...vamos dizer assim, o menino mais velho não teve problema nenhum. O problema estava no mais novinho por que era filho de duas mães. E aí ficaram perguntando se a gente tomava banho na frente dele, se a gente se beijava na frente dele. Assim, como se ele tivesse alterado. [A companheira passava na sala nesse momento e lembrou Júlia de algo sobre outro fato] Ah, minha companheira tá me lembrando que perguntavam quem é que dava banho nele também.

A descoberta sobre o corpo, suas partes e seu funcionamento é natural no desenvolvimento de crianças pequenas. É comum que a descoberta por meio de indagações sobre os corpos e manipulações aconteça entre crianças de mesma idade, independentemente do sexo, nos diversos ambientes escolares (BORRILLO, 2010). Conhecer o corpo e seus estímulos faz parte do crescimento saudável de qualquer ser humano, porém, as de descobertas sexuais na primeira infância são comuns e saudáveis quando entre pares de mesma idade, o que não aconteceu com Jorge. Assim, a postura das funcionárias mostrou-se desprovida de conhecimentos na área da educação sexual e, conseqüentemente, preconceituosa por não terem relativizado a atitude do garoto mais velho em relação ao filho da participante. Quando indagam à mãe sobre quem está dando banho no garoto, as funcionárias levaram a depoente compreender que alguém estaria abusando do menino e por tal motivo ele estaria reproduzindo a ação com um colega. Nesse sentido, podemos enfatizar que o ocorrido com Júlia na escola anterior de seu filho afirma um dos mitos apresentado pelas autoras Farias e Maia (2009, p. 87-88) quando exprime o senso comum em crenças como que “homossexuais tendem a abusar sexualmente das crianças”. Muitas vezes o preconceito contra pessoas homossexuais se constitui de maneira implícita nas situações cotidianas, ou seja, como no caso de Júlia, não é necessário que se oponha ou se ofenda essas pessoas para lhes imputar situações de preconceito e violência.

Em suma, quando abordados sobre as experiências negativas e positivas com os funcionários das escolas atuais e/ou antigas dos filhos/as, nenhum dos participantes desta pesquisa relatou ter havido agressões físicas de qualquer espécie contra eles e as crianças e adolescentes. Os participantes, Adélia, Gilson, Hilda e Júlia estiveram expostos em situações preconceituosas por parte de funcionários devido à condição da homoparentalidade- o que nos faz refletir sobre o quanto funcionários da esfera

educacional, tanto no domínio público quanto no privado, necessitam de compreensão sobre pessoas homossexuais que agora chegam à escola na posição de pais e mães. Boris e Fabiano, por sua vez, relataram situações desagradáveis com outras questões, como preconceito contra pessoas portadoras de necessidades especiais e bullying, respectivamente. Ainda que os funcionários das escolas por onde passaram não tenham oferecido preconceito por serem esses pais homoafetivos, não tem menos importância os preconceitos sofridos pelos filhos de nossos sujeitos no interior da escola: um por ser portador de necessidades especiais e o outro que recebeu o apelido de “X9” que foi usado recorrentemente pela funcionária. Aqui uma pergunta inquieta-nos: será que se essas duas crianças não fossem filhos de pais homoafetivos receberiam este preconceito? Esta é uma pergunta que temos a obrigação de fazer, pois a violência tem muitas faces e a simbólica é a mais usada e frequente. Mesmo que nenhum pai tenha se referido a isso.

Também é válido esclarecer que a violência da escola (CHARLOT, 2002; SILVA, 2013) assume diferentes variáveis, atingindo inúmeras classes sociais e deve ser combatida em mesmo nível de igualdade que a homofobia. Por fim, os participantes Cesar, Daniel, Emílio e Inácio não expuseram qualquer experiência negativa em relação aos funcionários tanto de escolas anteriores, como nas atuais, de seus filhos/as. Mas, não podemos deixar de invocar o preconceito manifestado entre pais homoparentais devido ao uso de objeto que faz parte de adereços usados pelos grupos *Funk*, que é o caso do cordão de pescoço. Vale dizer que a homoparentalidade não foi suficiente para evitar um preconceito entre duas famílias de composição social semelhante que frequentam a mesma escola. É imprescindível informar que o filho de Emílio, que sofreu o preconceito, é negro. Portanto, neste caso, o preconceito racial não foi evitado pela condição sexual igualitária dos pais das crianças envolvidas no episódio relatado. Sobre a diferença que há na sociedade quando se trata de ser homossexual branco e homossexual negro, temos diferentes e diversas pesquisas. Dentre elas: BRASIL, 2016; GGB, 2015; FPA; RLS, 2009. O grave aqui é que foi um preconceito efetivado por pessoas que também sofrem preconceito na sociedade brasileira. Nesse sentido, o que está em jogo são as diferentes faces do preconceito e como ele se instaura socialmente, objetiva e simbolicamente (BOURDIEU, 2010).

4.2.3 A comunicação com os professores e as expectativas dos pais e mães sobre a escola

Neste núcleo informativo selecionamos as informações necessárias para verificar se existem relações preconceituosas oferecidas unicamente pelos professores dos filhos e filhas dos participantes desta pesquisa. Serão também apresentadas quais as expectativas dos pais sobre a escola de seus filhos/as. A relação professor-aluno constrói-se de maneira muito forte ao longo do ano letivo escolar e essa relação quando não respeitosa pode prejudicar a interação pedagógica e resultar no fracasso da aprendizagem. Conforme aborda Silva (2013) os professores reproduzem a cultura da violência em sala de aula e assumem, em determinados aspectos, ações discriminatórias às quais muitas vezes já foram expostos. Nesta direção, a fim de apreender se a violência da escola, segundo categoria de Charlot (2002), manifesta-se também por intermédio das atitudes dos docentes, perguntamos aos entrevistados como se davam as relações professor-aluno e professor-família. Levando em conta que o preconceito é um tipo de violência, trazemos considerações etimológicas de Chauí (2003, p. 41-42) sobre o termo:

[...] violência vem do latim *vis*, força, e, de acordo com os dicionários, significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUÍ, 2003, p. 41-42).

A) Grupo de participantes expostos à violência de professores

Assim, começamos a exposição das famílias a partir do relato de Gilson que inicialmente demonstrou manter ótima relação com os docentes das filhas. Porém, contrariando a positividade de pronto demonstrada, o pai relatou três experiências frustrantes com professores da escola particular onde as garotas estavam matriculadas à época da entrevista. No primeiro caso o pai contou que quando Giovana tinha oito anos ela levou à escola a foto de sua família e as crianças tiveram muita curiosidade em saber o motivo da colega ter dois pais e não um pai e uma mãe. A atitude da professora, que à

época era amiga do participante, o deixou decepcionado. Vejamos como ele relata a situação:

Aí a professora viu aquela muvuca formada por causa da curiosidade da família da Giovana ser diferente. Aí a professora, amiga minha, virou e falou assim: “gente vamos, vamos sentar nas cadeiras” e ela tipo assim “ai, tive que mudar de assunto por que eles começaram a perguntar pra Giovana por que ela tem dois pais”. Aí eu falei “Por que a senhora não aproveitou a oportunidade e conversou com as crianças?”. [A professora respondeu:] “Ai Gilson, pelo amor de Deus eu não posso fazer isso. Eu não podia falar isso”. Eu: “Você perdeu uma oportunidade!”.

O pai confessou ainda que os amigos da filha se sentiram à vontade e com muito interesse, indagando sem preconceitos sobre sua família. Retornando à conversa que teve com a professora, Gilson expôs:

Ai ela falou assim: “o pior é foi que um dos amigos dela virou e falou assim ‘tia, eu também quero que meus pais sejam gays para mim ter dois pais’” [sic]. Ou seja, a criança aceitou numa boa. Ela queria ter dois pais também e a opção dela ter dois pais era que o pai fosse gay né. Então ela respondeu para a professora falando “tia, também quero ter dois pais, também quero que meu pai vira gay”. E a professora: “senta, todo mundo cala a boca, vamos mudar de assunto”. Então eu falei: “Pô, você perdeu a oportunidade de você abordar o assunto família tal, né”. Então ela falou: “não, eu não posso, já pensou os pais ficam sabendo que eu falei isso na sala de aula?” Então assim, são essas coisas que eu acho que a escola deveria tratar com naturalidade, tentar discutir na sala de aula.

A postura da professora pode ser associada com a postura da funcionária que atendeu Adélia e sua ex-companheira na instituição onde iriam matricular os filhos. Apesar de a docente ser amiga de Gilson, o que a levou dizer com sinceridade o motivo de sua recusa em abordar o tema, sua atitude contribuiu para que a existência da família homoparental do participante fosse deslegitimada dentro do ambiente escolar. Devemos levar em consideração que a escola onde as crianças de Gilson estudam oferece ensino religioso, o que pode ter levado a docente a algum tipo de angústia para com futuras explicações sobre uma temática que lhe custasse explicações aos seus superiores. Ainda que tivesse sido essa a possibilidade para recusar-se a abordar com naturalidade, a violência fez-se duplamente pois a professora lançou mão de um linguajar inapropriado e agressivo para calar as crianças e se livrar da situação. A ação pedagógica aplicada pela docente parece-nos ser de medo e de desconhecimento, levando ao preconceito sobre a família homoparental. Silva (2012, p. 90) ao apontar as relações preconceituosas advindas de seus sujeitos, futuros professores (as), conclui a necessidade de que:

[...] a formação da (o) educadora (or) deve se processar sem a interferência de condutas preconcebidas, assumindo-se posturas e ações formativas, consonantes com a realidade, onde se inclui a homoparentalidade/ famílias

homoafetivas, e que esse segmento da população, efetivamente, está presente nas escolas.

No entanto, contrariando as reflexões da autora citada, os/as docentes das filhas de Gilson não demonstram ações sem interferência de preconceito, pois a segunda situação preconceituosa exposta pelo mesmo entrevistado aconteceu durante a cerimônia de formatura do Ensino Fundamental de Giovana, que ocorreu no dia anterior à entrevista e fora da escola, em um ambiente alugado para tal evento. A cena ocorreu enquanto os professores do colégio tiravam fotos juntos e Gilson, ao vê-los, insistiu para que a filha se dirigisse aos professores para participar da foto, tendo uma bonita recordação:

E eu empurrei ela assim e falei “vai lá e senta!”...porque era uma foto dela e os professores atrás, uma foto linda pra ela guardar pro resto da vida né. Aí ela pegou, foi e sentou e eu fiz a foto, até tem uns professor que ficaram rindo assim. [*sic*] Ai eu peguei e falei pra ela “boba, essa foto você vai guardar pro resto da sua vida!” E assim, meio fervendo assim. Ai teve um professor junto com o outro que eu percebi que eles fizeram alguma piadinha. E eu percebi que eles ficaram meio fazendo uma piadinha comigo por eu ser gay. Até o outro falou “sai fora” quando eu virei assim. Meu marido estava mais atrás de mim, assim no meio, e ele percebeu. Aí ele perguntou depois [em tom de braveza] “quem é aquele professor assim, assim?”. Eu falei “é tal professor”. E ele: “ah ele começou a fazer algumas piadinhas” e eu “eu percebi”. Mas eu não ligo, sabe. Não liguei, não dei bola. Mas eu fiquei pensando, um professor fazendo piada assim, né. Mas deixa pra lá. Tem umas coisas que eu faço de conta que eu nem ligo, sabe, que eu não tô vendo. Se me atinge direto eu não ligo. Agora não mexe com as meninas, que aí o negócio...a porca torce o rabo.

Vale dizer que o fato ocorrido não diz respeito a professores que lecionaram às suas filhas, mas eram professores que estavam representando a escola em uma cerimônia onde famílias e todo o corpo docente tem um contato próximo, inclusive para tirar fotos, trocar palavras amistosas e descontraídas. Ou seja, uma cerimônia que finaliza um ciclo de estudos percorrido e que permanece na memória afetiva tanto dos estudantes como de seus familiares. Note-se que o preconceito homofóbico dos professores não precisou ser assertivo ou exclusivamente direcionado à vítima para atingi-la. O professor agressor utilizou-se de trejeitos imitando o pai de Giovana de forma pejorativa, usando para isso a feminilidade corporal de Gilson. Segundo Borrillo (2010, p. 98):

Ao rejeitar os gay, um grande número de homens heterossexuais menosprezam, na realidade, algo diferente, que está indissociavelmente associado, em suas mentes, à homossexualidade masculina, a saber: a feminilidade.

Entretanto, tal característica de observação sobre a manifestação da feminilidade em homens gays não é exclusiva a homens. Gilson relatou, demonstrando em gestos nítidos durante a entrevista, a forma como viu uma docente mulher falando a seu respeito, movimentando as mãos e imitando-o. O relato aconteceu enquanto o pai abordava a postura indecisa que a escola assume ano após ano sobre como tratá-los na festa de Dia das Mães. Além do relato da professora que o remedou de forma acentuada, é possível observar como o corpo docente relaciona-se com os pais e como as pedagogas agem diante das adversidades de uma família homoparental em um núcleo escolar religioso:

Sempre quando tem dia das mães eles ficam ligando e perguntando pra gente o que tem que fazer para agradar. Ai eu peço uma coisa e eles falam que não pode. [Risos] Não sei pra que ligou. [Risos] Por exemplo, esse ano a Gabriela tinha que escrever um pano de prato assim, uma toalha e escrever “Mãe, Feliz Dia das mães”. Ai a professora me ligou preocupada “O que eu escrevo, o que eu faço?” Ai eu falei “Óh, a Gabriela tem muito a Giovana essa figura feminina”. Então quando a gente fala na educação [se referindo à educação dentro de casa] a gente fala “Gabriela, tem que respeitar a Giovana como se fosse mãe sua”. A gente fala isso, né. Então aí eu pedi para a professora: “escreve Feliz dia da irmãe”. Mandei escrever “irmãe”, uma palavra que não está no contexto da norma correto né, de grafia tal, não sei como explicar... A professora: “tá bom”. Mas quando ela foi falar na diretoria, o pessoal da diretoria falou que não, por que esse termo “irmãe” não existe e a escola não podia ensinar um termo errado. Ai a professora me ligou e eu: “coloca entre aspas essa palavra”. Na língua portuguesa quando a palavra não é em português ou quando a gente tá usando gíria a gente não coloca? Tá. Ai não deu certo...meu marido foi falar, também a professora veio reclamar. Então peguei uma professora fazendo piadinha por detrás, assim conversando com a diretora. Eu cheguei ela tava fazendo “ah um pai veio falar nhe nhe nhe” fazendo assim, sabe? E até que por fim resolveram escrever na toalhinha lá “Papais, Feliz Dia das Mães”.

Neste momento, nos indagamos se recai sobre a fala de Gilson o mito “D”, o qual identifica que a criança perderia a relação de diferença entre os sexos por ser criada por pais homossexuais, bem como o mito “E” que compreende o prejuízo para o desenvolvimento de crianças que tenham contato apenas com os papéis maternos e/ou paternos (FARIAS; MAIA, 2009). Assim, estaria o pai reproduzindo esses mitos ao induzir a figura ou o papel de mãe em sua filha mais velha? Estaria implícito para Gilson que a ausência da figura materna traria prejuízo para o desenvolvimento de suas filhas? Por ora não nos cabe incursões mais complexas, que estariam à alçada teórica, sobretudo, da Psicologia. Todavia, ainda que não tenhamos resposta sobre tal dilema, pois essas questões não foram levantadas ao participante durante a realização da entrevista, não poderíamos aqui nos furtar da pertinente analogia de sua fala aos mitos apresentados na seção 2.2. Ademais, sobre o trecho relatado, observe que a escola

chegou a uma saída para a situação somente depois de ter negado todas as alternativas oferecidas pelo casal e, segundo o depoente, professores e direção cometeram no decorrer dessa situação diversos preconceitos como mostra o excerto acima. Note-se que com a família homoparental reconhecida institucionalmente, a escola não pode mais fazer suas comemorações como se a família brasileira continuasse sendo composta unicamente por pai, mãe e filhos/as. E mais, há famílias brasileiras compostas por avôs/avós, tios/tias, etc. e/ou por pessoas que assumem momentaneamente as obrigações parentais. Gilson demonstrou grande insatisfação e incômodo por ter que lidar com situações que a escola poderia resolver de forma a criar menos repercussão. Observam-se esses sentimentos do participante na forma como ele conclui o assunto:

Mas assim, a escola sempre quando tinha esse tema, por ser uma escola católica, uma particular católica, de freiras e tal. Eles sempre quando tinham uma oportunidade de abordar o assunto de família homoparental eles não abordavam, sabe? Às vezes eu falo: “você podiam parar com essa história de comemorar Dia dos pais e Dia das mães e podiam comemorar o Dia das Famílias”. Então, a escola sempre fala assim: “ai isso é um tema difícil de falar, porque outros pais não vão aceitar”. Pô, só eu tenho que me ferrar né! Os outros pais não podem abordar, abrir mão para discutir um tema...esse assunto acha que vai interferir no filho deles? Então a minha filha pode ser influenciada por uma cultura aí heteronormativa? Então a escola sempre tem essa dificuldade, fica dando desculpa que outros pais às vezes não vão poder compreender, sabe? É isso daí.

A revolta de Gilson é legítima. O fato de ele compor uma família homoparental não pode excluir o restante da comunidade escolar que integra famílias heteroparentais. Porém, a regra deve ser equivalente- o que não acontece. Gilson demonstra frustração devido à falta de abordagem da escola sobre temáticas que envolvam a realidade da família homoparental e que evidenciem naturalidade em relação à constituição da mesma. A escola, como vimos, tenta resolver os impasses com “adaptações” e não com inclusão de fato. Essas adaptações levam a família homoparental à diferença e não à igualdade de convivência no âmbito da escola como um todo. E é exatamente isso que Gilson critica ao fazer suas avaliações finais:

Ah, eu gostaria que melhorasse um pouco nessa questão de abordagem da família e da inclusão de famílias homoparentais. Porque a gente se sente excluído, né. E sempre nas comemorações de pais e de mães a gente sente que tentam incluir a gente. Como se a gente fosse alguma coisa de fora e que tá fora do contexto, então: “como que a gente faz para agradá-los sem ofender os outros? Como que a gente vai incluir eles”, sabe? Então, a gente...eu sinto um pouco. Por mais que a gente perceba que exista uma preocupação de não nos desagradar, eu acho que isso é uma coisa que deveria ser normal, que não deveria haver essa preocupação. Eles deveriam agir com naturalidade mesmo, entendeu? Como se a gente não fosse diferente de outras famílias.

* * *

A participante Julia, por sua vez, descreve que a relação com a atual professora de seu filho é respeitosa e saudável. Ela se mostra interessada perguntando e acompanhando, sempre que possível, pelo desenvolvimento do filho nas atividades diárias e, assim, mantém um bom diálogo com a docente. A representante da família J expõe ainda que a professora atual nunca ofereceu resistência, ameaça ou preconceito pelo fato de sua homoparentalidade:

Então, eu percebo que ela que é uma pessoa que vai super tranquila na cabeça dela isso. Eu tenho uma abertura com a professora muito boa, sempre converso com ela quando eu chego com ele na escola. Converso às vezes dois, três minutinhos e pergunto como é que tá o comportamento dele. Sempre acompanhando pra saber se houve algum probleminha ou se aconteceu qualquer coisa eles já me comunicam, comunicam na agenda. Então eu sempre tô conversando. Quando eu chego na reunião individual não tem quase nada pra conversar porque o acompanhamento é diário.

Parece-nos que o interesse da mãe pela evolução educacional de Jorge contribui para que a relação com a professora seja positiva. Apesar de no momento da entrevista a depoente não ter demonstrado insatisfações, ela relatou que não fora sempre assim. Júlia, que nunca escondeu sua condição sexual e afetiva para as instituições por onde o filho passou, relatou um incidente com a professora do 1º ano do Ensino Fundamental, já na escola atual de Hugo. A mãe enfatiza que a situação a constrange até hoje pelo fato da professora ter questionado sua vida pessoal e sua intimidade afetiva e sexual. Observemos como Julia relata a situação quando indagada sobre se já havia vivido experiências preconceituosas com alguma docente:

Teve nessa escola, quando ele fez o 1º ano, um comentário da professora do 1º ano que eu não gostei né...porque a gente sempre se posicionou. E eu percebi assim, que a professora do 1º ano, ela se incomodava muito com ele. Ela tentava achar defeitos nele. Ela tentava achar nele algo que fosse diferente pela criação, mas não encontrava, porque ele era como as outras crianças. Aí um dia, porque eu sempre ia em reunião que era individual, numa das falas ela fez um comentário...de que ela não concordava com a minha relação com a minha companheira. E assim, eu não fico respondendo, mas deu vontade de falar... ela será que tá feliz por um casamento por causa dos filhos, né?

Essa situação vivenciada por Júlia é bastante particular, ou seja: uma docente assumir objetivamente o preconceito junto da respectiva mãe. A propósito, pesquisas com famílias homoparentais que, de certa maneira, abordaram a relação com a escola, a saber: Hernández (2013); Magalhães (2009), Rodriguez (2012); Silva (2012) e Tombolato (2015), não trouxeram relatos de preconceito sem dissimulação por parte de um docente, como o visto. Como já exposto anteriormente, uma das formas de

preconceito contra homossexuais mais comuns dentro da escola é o preconceito velado, ou seja, aquele que acontece de forma a não ser reconhecido em um primeiro momento, deixando a livre interpretação falar por si. O último dado apresentado aponta para o fato de que a temática preconceito/homossexualidade exige diferentes aportes teórico-metodológicos, uma vez que tem muitas faces. Sobretudo quando se trata da escola, pois a violência dentro dela assume diferenciadas formas (CARDIA, 2012; DINIZ, 2015; SILVA, 2013; SILVA, 2015). Haja vista que Júlia relatou que sofreu durante dois anos ao se lembrar do momento em que a professora recriminou sua condição homoparental assumidamente. Muitas vezes o sentimento de uma pessoa agredida não traz à tona seus direitos enquanto cidadão. É comum que vítimas de preconceito homofóbico tendam a um movimento de enclausuramento emocional e vergonha pela situação ocorrida. Conforme salientou Waiselfisz (2015) na análise de uma pesquisa nacional sobre violência, esses sentimentos podem acontecer por medo de não conseguir sustentar as emoções e mostrar-se frágil, por vergonha da exposição de sua figura ao ter que relatar a violência sofrida ou pelo receio de não serem reconhecidos enquanto vítimas e virem a ter novamente sua condição homossexual ferida por um novo preconceito.

Nesse sentido, indagamos à Júlia se não lhe ocorreu ser necessário levar à diretoria da escola o problema. E ela nos disse que não pensou nisso. Porém, o movimento de relembrar o ocorrido por intermédio da entrevista lhe trouxe maior senso de justiça³⁴:

Não, não. Eu penso até que eu poderia agora que, começando o 3º ano, ir lá e comentar. Isso no passado me incomodou muito.

Júlia, tal como Gilson, ao abordar as expectativas que tem sobre a escola onde seu filho encontra-se matriculado, demonstra o anseio de que o garoto seja tratado com naturalidade e não como uma criança diferente por ser integrante de uma família homoparental. A participante, no relato a seguir, demonstra que seu anseio tem sido atendido até então:

Olha, eu espero que trate o Jorge como qualquer outra crianças e pelo que eu percebo isso tem ocorrido. Ele é inteligente, ele fechou as notas dele do ano com média entre nove e dez em todas as matérias...é que a gente cobra muito também.

³⁴ Sobre o efeito que uma entrevista pode causar no entrevistado no que diz respeito a uma melhor compreensão dos fatos narrados, explica-nos novamente Thompson (1992).

Há de se esclarecer que em nenhum momento Gilson e Júlia, explicitaram que as situações de preconceito/violência foram direcionadas aos filhos, ocorrendo somente com os participantes.

Reitera-se que de nossos sujeitos apenas Gilson e Júlia sofreram violência cometida por professores quando trataram de questões escolares de seus filhos. E o conteúdo da violência diz respeito à família homoparental. A partir dos relatos negativos de Gilson e Júlia, compreendemos que as escolas por onde passaram esses participantes não cumpriram integralmente seu papel constitucional de promover o bem de todos sem preconceitos de origem sexista. Silva e Pozzetti (2013); Barbosa e Guimarães (2015) e Farias (2015) vêm ao nosso encontro no sentido de reconhecer que o respeito à diversidade e a empatia pela individualidade de outrem são primordiais para qualquer relação humana, sobretudo em instituições sociais consagradas pelo dever de ensinar e construir conhecimento. Nas minúcias das ações desses professores encontramos as relações de uma sociedade patriarcal, cuja escola se calca em um sistema educativo que se molda aos interesses da supremacia heteronormativa e machista, tal como igualmente evidenciaram Hernández (2013) e Vieira (2011). A partir dos dados expostos, podemos assim afirmar, que a escola mostrou-se vulnerável e frágil ao preconceito, o que nos leva a crer o quanto no campo educacional, sobretudo no terreno da formação de professores, é necessária a discussão sobre as diferenças sexuais e familiares existentes na sociedade brasileira. Contudo, há que se fazer a ressalva que, nesse grupo de sujeitos, apenas dois deles enfrentou situações indesejáveis advindas de docentes dos filhos/as. O que não deixa de ser um avanço no que se refere à relação entre família homoparental e escola.

B) Grupo de participantes não expostos à violência de professores

Ademais, passemos à análise das famílias cujos relatos foram positivos sobre as relações com os docentes dos filhos/as. A começar por Adélia: a mãe demonstrou que a relação com os professores dos filhos é saudável. No que diz respeito a relações preconceituosas advindas de docentes, a Família A nada tem a revelar. A mãe nos contou que sua filha, Adriana, é uma boa aluna e tira boas notas e, segundo ela, a garota gosta muito de sua professora:

A Adriana é uma boa aluna. Gosta muito da professora dela, a elogia bastante. [Ela tem unicamente uma professora?] Sim, acho que a partir do sexto ano que ela começa a ter uma grade mais mista, com vários professores. Ela tem uma de inglês, uma de artes, mas a de assuntos gerais é

uma só. Ela elogia muito a professora, gosta muito dela. Ela é uma boa aluna, tira notas altas.

A participante não deixou dúvidas de que os docentes têm compreensão sobre sua homossexualidade e que isso não é motivo para impedimentos de relacionamento tanto com os filhos, como com as mães:

Eles nos tratam naturalmente. Nunca senti diferença nenhuma. Sempre muito amistosos e simpáticos. Abraçam. No Dia dos pais, ano passado, fomos as duas e a gente recebeu a homenagem. A relação é respeitosa, mas é a prerrogativa da escola né. A gente teve cuidado de pegar uma escola que tivesse essa prerrogativa.

* * *

Boris, por sua vez, não faz questão que a escola saiba sobre sua sexualidade e tampouco os professores do filho. Quando indagado sobre Bruno já ter relatado em casa alguma situação onde os professores falaram algo negativo sobre a homossexualidade de seu pai, o entrevistado respondeu:

Não, eu acho que até porque ele não conversa...ele não tem nenhuma fala voltada pra isso. Que eu tenho um companheiro, que o pai dele é homossexual. Eu acho que isso ele não tem necessidade de contar. Ele fala que tem um pai. Que ele mora com o pai dele né. Mas acho que em relação à questão da sexualidade, acho que ele nunca...até por que eu acho que não surgiu nenhuma questão voltada pra isso. Senão acho que ele falaria. Até se ele ficasse também irritado com isso, ele ia chegar em casa e já falar.

Para Boris a assunção da homossexualidade não é fator necessário de exposição para a escola, mas também não é assunto que se deva esconder. O participante identifica que a questão de sua sexualidade não é segredo, porém não deve ser porta de entrada para tratamentos desnecessários da parte da escola. Todavia, a relação com os professores do filho é boa. Devido à necessidade especial do garoto o pai relata que o contato é praticamente diário e bem próximo, a fim de acompanhar a evolução no processo de aprendizagem. No excerto abaixo, ao falar das expectativas da atual escola, o pai aborda como se efetiva a relação com os professores:

Minhas expectativas são boas até porque, quando acontece algo eles me comunicam. Eles me ligam. Aconteceu qualquer coisa eles me ligam até conversar comigo. Então assim, eu não tenho expectativas ruins não. Inclusive, a professora de geografia, ela já pediu para a professora mediadora ligar para eu ir lá conversar com ela. A professora de português já pediu pra me ligar, pra eu ir lá conversar pessoalmente que o Bruno tinha forjado um bilhete e ela percebeu e falou “já vamos chamar o pais para que isso não tenha grandes proporções”. Mas assim, até os professores nas reuniões que eu vou, eu percebo que olham pra ele e sabem [se referindo à necessidade especial]. Não é aquela coisa, ah, que tem uma turma grande mas eu nem sei da história. Pelo contrário, falam de forma bem pontual. O professor de ciências chegou pra mim e disse “O Bruno não tirou nota por que ele não

conseguiu entregar o trabalho. Eu vi que ele estava brincando e eu queria conversar com o senhor, para o senhor estar conversando com ele, pra estar estimulando. Para estar colocando pra ele que os trabalhos quando são pedidos em sala de aula têm que ser feitos. E que isso é para ajuda-lo e tal”
 Ai, depois que a gente teve essa conversa com os professores, a gente percebeu uma melhora no rendimento dele. O que ele está percebendo que os professores estão próximos e que eu também estou próximo.

* * *

Assim como Boris, os pais Cesar e Daniel, indicaram que o relacionamento com os professores da escola dos filhos também é bom. Cesar, por ter filhos muito pequenos, ainda na Educação Infantil, indicou que o acompanhamento é detalhado. As fases da vida que separam a paternidade desses depoentes são grandes, pois enquanto Cesar tem filhos no primeiro ciclo da Educação Infantil, Daniel tem um filho prestes a sair do Ensino Fundamental. Nesse sentido, enfatizamos que a relação de proximidade com as escolas é diferente; outro ponto que os separa é o reconhecimento da escola sobre a homossexualidade dos pais: ao passo que a instituição reconhece o casamento homoparental de Cesar, nada se sabe sobre a homossexualidade de Daniel. Vejamos no primeiro excerto, a fala de Cesar a respeito da relação com os professores e, logo em seguida, as expectativas do pai sobre a instituição:

Nosso contato com os professores é só na escola mesmo. Na verdade não são professores né, eles são muito pequeninhos...são as cuidadoras. Eu acho que a dona que é a pedagoga e ela sempre fala das crianças. Mas eles só brincam né, são muito novinhos. Eles nem estudam, eles só brincam. E todo dia tem a caderneta pra ver o que fez e o que não fez no colégio e o desenvolvimento semestral, que a gente recebeu agora. Ai fala se a criança corre atrás da bola, se a criança dança, se alguma criança toma o brinquedo qual a reação que ela tem. Se ela bate, se ela chora, se ela morde, se ela não morde. Tem tudo isso, entendeu?

Eu não sei se foi por nossa causa, eu acredito que possa ter sido...mas a partir do ano que vem vai ter o Dia da família em vez de Dia do pai e Dia da mãe. Eu acho que foi um avanço. Pelo que eu saiba não tem outro casal homoafetivo lá, só a gente. Então, eu acredito que isso tenha dado uma visão melhor para ela, uma abertura para ela fazer isso daí. Então eu acho só ponto positivo. Os meus filhos são muito espertos. Eles são os xodós da creche. Eles são loirinhos o povo fica todo...já viu né! Eles são a alegria de lá...então eu vejo só coisa boa. E eu sou meio chato, se eu visse alguma que me deixasse incomodado eu com certeza falaria.

Por sua vez, Daniel também explicita estar muito satisfeito com o trabalho dos professores do colégio de Diego, sobretudo com a escola. Diferentemente da Educação Infantil, alunos do 2º Ciclo do Ensino Fundamental têm mais de um professor em sua grade curricular, portanto a fala do pai é genérica e se estende à escola como um todo:

É uma relação somente institucional mesmo. Mas é muito boa. Ele é um bom aluno, tira notas boas. O colégio é bom também. Eu não tenho muito o que

dizer não. A minha expectativa com a escola é muito boa. Eu acredito que a escola consiga passar um nível pra ele que ele possa prestar concurso para uma instituição... uma faculdade pública.

Perguntamos ao participante Daniel se ele acredita que a escola ofereceria qualquer tipo de violência caso soubesse por meio de sua voz a respeito de sua homossexualidade. O pai afirma prontamente que não e indica que o filho comentou que existem alunos homossexuais e que isso não é fator de embaraços para a instituição:

[Alguém ligado à instituição já o ofendeu devido à sua homossexualidade?] Não, mesmo por que não sabem né. Mas se soubessem eu acredito que não viria a ter esse problema não. [...] Inclusive, ele estava comentando que tem alunos que são homossexuais e não há problema nenhum.

* * *

Como nos relatos desses dois pais, a experiência com os professores da escola onde estudam os três filhos do participante Emílio é igualmente demonstrada por ele como muito satisfatória. O pai tem contato diário com a instituição e mostra admiração pelo trabalho dos professores:

A relação com os professores é boa. É respeitosa. Eles são super dedicados. Inclusive, quando os meninos têm algum problema de aprendizagem, por exemplo, a professora dos mais velhos, ela manda exercício extra. Os meninos não gostam, claro. [Risos] Mas eu adoro, mostra a dedicação dela. Então ela está mandando só para os meus filhos. Ela está tendo um trabalho extra com os meus filhos.

Quando indagado sobre se os filhos já trouxeram para dentro de casa algum relato maldoso ou humilhante dos professores sobre a homossexualidade dos pais, Emílio rebateu que não e expõe uma situação positiva ocorrida com a professora de um dos garotos. A docente, notando a falta de representatividade homoparental no livro didático da escola, que é padronizado, trouxe material extra para trabalhar com a sala toda:

Não, eles nunca comunicaram nada. Todos os livros são padronizados, é o mesmo que segue vários outros colégios. E no livro do mais novo estava falando sobre família e só tinha família heteronormativa e aí a professora levou material extra. Aí meu filho falou “Ah, mas eu tenho dois pais e eu me sinto muito bem”. Aí a professora falou que o importante é o amor e aí levou o material extra pra dar conta dessa nova realidade, porque o livro não dava.

Ainda que a institucionalização da família homoparental seja recente no Brasil, segundo Farias e Maia (2009) e Tombolato (2014) há algum tempo as discussões saíram do âmbito jurídico e adentraram outros espaços por intermédio de inúmeras mídias sociais. Nesse sentido, a estrutura de livros didáticos que abordam a questão da família

continua a adotar uma visão de sociedade que não mais representa a realidade brasileira como um todo. Como mostramos na primeira seção desta pesquisa, os casamentos entre pessoas LGBTs têm crescido consideravelmente em nosso país e o conceito de família baseado unicamente naquelas cujo modelo parental é heterossexual tem de ser revisto não somente por excluir pais e mães homossexuais, mas também por ausentar a discussão sobre as outras composições familiares vigentes. Portanto, em tempos onde a homofobia tem liderado altíssimos índices de violência no Brasil, como reforça a pesquisa de GGB (2015), é imprescindível uma ação pedagógica que dialogue sobre as diferentes famílias e toque na questão do relacionamento afetivo/sexual entre pessoas homoafetivas para alunos dentro da sala de aula. Todavia, há que se informar de que a atitude da docente aconteceu em uma escola particular de classe média alta, com reconhecido histórico de respeito e igualdade em relação às famílias homoparentais.

Por fim, Emilio demonstrou grande satisfação com os professores de seus filhos e suas expectativas em relação à escola também são as melhores possíveis. O pai deposita na educação oferecida pela instituição muito mais do que a obrigação da educação escolar, ele compreende a educação como uma somatória de fatores que auxiliam positivamente o desenvolvimento de um ser humano e reconhece que a escolaridade que ele e seu marido oferecem para os filhos não é a realidade da sociedade de maneira geral:

Assim, eu quero muito que seja um ambiente acolhedor. Eu acho que o ambiente de escola não é só a experiência escolar, não é só a crianças aprender coisas [sic]. A socialização é muito importante também. Faz parte da experiência escolar. Então eu quero que eles tenham uma experiência enriquecedora e agradável tanto no convívio social quanto em aprender coisas para depois ter um emprego, passar no vestibular. Então essa experiência, para mim, tem que ser completa. E eu sei que essa não é a realidade da educação como um todo, entendeu?

* * *

Com um posicionamento pouco menos abrangente das expectativas sobre a escola onde seu filho estuda, Fabiano indicou de forma mais tímida que a relação com os professores de Felipe é positiva. Vale lembrar-se do ocorrido entre ele e a funcionária, que apelidou seu filho de “X9”. Por tal razão perguntamos se o participante teria tomado conhecimento de alguma situação preconceituosa ocorrida com o garoto tendo como agente agora o professorado. Sua resposta foi imediata e negativa:

Nunca, nunca. Porque assim, eu acho que tem que ter respeito entre eles [professores e alunos] né. De alguma forma tem que ter um certo respeito, ainda mais da parte de um adulto.

Fabiano ainda ressaltou, de forma mais enfática que Boris, que a escola desconhece que ele é um pai homossexual e, a seu ver, ele não tem necessidade de contar sobre essa particularidade de sua vida para ninguém. Então, perguntamos como ele acha que a escola lidaria com sua homossexualidade caso ela ficasse sabendo por conta das redes sociais ou por outras formas:

Às vezes as pessoas falam que eu escondo, mas não é que eu escondo, eu só não fico dando a cara à tapa. Acho que não há necessidade, ninguém precisa saber da minha vida. Ninguém paga minhas contas, eu falo para quem eu quero. Não sei se isso é esconder. Acho que eu fico na minha. [E se caso a escola soubesse, como seriam suas expectativas?] A escola...não sei. Eu entendo que ele vai continuar estudando normal.

Assim, Fabiano compreende que não teria problemas com sua sexualidade caso a escola soubesse que o pai de Felipe é homossexual. A opção por não ter expressado nada sobre sua homossexualidade parte de um sentimento de que as individualidades de uma pessoa pertencem a elas próprias e não necessariamente devam ser oferecidas a todos, mas somente a quem se desejar e, nesse caso, a escola não seria um espaço para tal revelação. Nesse sentido, é válido lembrar que os participantes da pesquisa de Tombolato (2014) encontraram imensos obstáculos para assumirem suas relações homoafetivas no atual cenário social, cujo percurso ainda é espinhoso para muitos cidadãos brasileiros.

* * *

No que diz respeito à participante Hilda, ela nos relatou que nunca teve problemas com os professores das escolas onde Hugo estudou. A mãe nos havia antecipado também que a escola não tinha conhecimento sobre sua homoparentalidade e por se tratar de uma relação na qual o contato com a escola é escasso, pois se dá somente em algumas reuniões de pais e mestres, não há razão para a declaração. Vejamos como a mãe aborda essa questão quando perguntada sobre se existem relações negativas a serem reveladas sobre os professores:

Não, no momento, até agora não. Até por que, como eu te falei eu não tenho essa proximidade ainda com os professores dele. Então eles não sabem a respeito da condição da família. Eu não informei também por que ninguém perguntou se eu era casada, se eu tinha um companheiro ou uma companheira. Porque sempre que alguém pergunta eu afirmo e digo que sim, e falo que é.

Como dito anteriormente Hugo encontra-se numa fase onde busca por autonomia e liberdade, exigindo da mãe um distanciamento dos seus ambientes de

convívio e ela, respeitosamente, compreende os limites do garoto. Assim, Hilda mencionou que os encontros com os docentes se dão somente em reuniões esporádicas, todavia produtivas:

Eu nunca encontro com eles fora da escola. Só nos momentos em que eu vou às reuniões e quando eu tenho que assinar algum documento, boletim, quando eu vou buscar. Eles são muito gentis, eles sempre falam de maneira positiva a respeito do comportamento dele, elogiam as notas, elogiam o interesse dele.

Por mais que a mãe goste da relação com os professores ela dá a entender que não tem muito apreço pela escola onde o filho estuda e anseia colocá-lo em outras instituições que a seu ver são melhores. Hugo nunca levou para casa qualquer reclamação dos professores por ter ouvido algo relacionado à sexualidade da mãe. No entanto, Hilda, ao citar suas expectativas sobre a escola, relata que não pode esperar muito no sentido da compreensão sobre a questão da sexualidade:

Olha, dessa instituição eu sei que eu não posso ter expectativas muito altas em relação à- como é que eu vou te falar- em relação ao saber, ao conhecimento deles a respeito da população LGBT. Eu sei que...por isso também eu quero que ele vá para uma outra escola melhor. Ano que vem, no próximo ano ele vai mudar de escola, vai para uma escola melhor com certeza. Mas em relação a essa escola não tenho expectativas altas. Eu quero só que ele termine de fazer o fundamental e saia de maneira tranquila, normal, sem conflitos.

* * *

Diferentemente de Hilda, que deseja trocar o filho de escola pois percebe que as questões pertinentes à homossexualidade não seriam bem trabalhadas ou aceitas, o participante Inácio tem certeza da boa escolha que fez para seu filho. Todos os professores têm conhecimentos sobre sua homossexualidade e tal fato não tem sido problema para o relacionamento com o corpo docente. O entrevistado revelou que convive em bastante harmonia com a professora de Isac, pois devido ao adiantamento na seriação do garoto, ela e o depoente se tornaram bem próximos e mantiveram uma relação muito respeitosa:

Havia uma questão de desafio pedagógico com o Isac, uma vez que ele estava chegando ao 4º ano já tendo cursado o 4º ano em Recife. Acabou que, ao longo do ano, eu e a professora dele nos aproximamos muito, ela é uma pessoa muito querida minha. Porque foi uma parceria muito importante, ela abraçou esse projeto no sentido de vamos fazer com que ele passe por esse 4º ano bem e aprendendo. Então, a gente tinha muito contato com relação a isso e muita troca. A gente tinha uma parceria muito bacana. Às vezes até problemas que aconteciam ou em casa ou na escola a gente se comunicava no sentido de e aí o que você vai falar, o que eu vou falar? Enfim, a gente teve uma parceria muito boa.

Segundo Nogueira; Nogueira (2004), a boa comunicação entre família e professor é fundamental para que projetos pedagógicos bem delineados sejam assertivos ao longo de um ano letivo. O envolvimento do pai com a professora, bem como a liberdade dela em comunicar-se sem receios com Inácio, possibilitou uma experiência única e saudável. Nesse sentido, a troca de conhecimentos e definições sobre a educação do garoto proporcionou um terreno fértil tanto no para a família como para a docente:

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p. 41-42).

Nesta direção, ao demonstrar sua satisfação com o trabalho pedagógico escolhido para o filho, Inácio demonstrou o mesmo sentimento ao falar de suas expectativas sobre o colégio. Ele também indicou que apesar da homoparentalidade não ser um problema, devido ao ótimo tratamento que recebe tanto dos professores como por parte dos funcionários, indica a falta de temática para lidar com as questões da sexualidade e os preconceitos que a circunda, tal como o participante Gilson:

Na verdade eu acho que o colégio tem abertura para isso, mas eu acho que o que eu espero deles é que hoje, eu percebo que não há questão em relação à sexualidade. Eu nunca vi isso lá ser tematizado. Eu acho que isso pode ser uma coisa interessante. Eu acho inclusive que se eu chegar à coordenadora pedagógica e solicitar, eu teria abertura e teria bons ouvidos pra isso. Eu acho que não basta que haja um acordo tácito em relação a essa questão. Mas que a questão de sexualidade, de gênero e etc. ainda é um tema, como vários outros, que merece ser frontalmente tematizado e não apenas “aqui tudo bem, a gente aceita, não é um problema”. E não é mesmo, eu percebo isso! Mas eu acho que confrontar o que acontece fora mesmo da escola, porque realmente o ambiente da escola é um ambiente muito, muito positivo...muito positivo. Mas eu acho que o mundo não é isso, a vida. E deixar os aspectos também negativos do mundo entrarem na escola e tematizar isso, eu acho que pode ser interessante. Mas, eu tô [*sic*] falando isso como pai de um aluno que está no 4º ano, então tão pouco eu sei o que acontece lá no 7º, 8º, 9º ano do Fundamental II quando os meninos já são adolescentes e essas questões aparecem com mais força.

Destarte, observou-se que ao longo da exposição deste item que há muito mais satisfação (80%) em relação à escola do que insatisfação (20%). Contudo, quatro de nossos sujeitos do grupo específico que não sofreram nenhum preconceito por parte dos professores, são eles Boris, Daniel, Fabiano e Hilda, não se autodeclararam homoparentais para a escola logo de início, deixando essa questão implícita e pela interpretação da escola. E um deles, Hilda, acredita que se a escola soubesse de sua

homossexualidade poderia haver problemas. No que diz respeito às experiências negativas dos sujeitos com docentes, uma deve-se à oposição da professora pela composição homoparental de Julia e, na outra, Gilson relatou situações preconceituosas devido a sua forma de expressar-se como homossexual. Vale dizer que nos dois casos em que os sujeitos sofreram preconceito na relação com a escola, as instituições pertenciam ao setor privado e no caso das demais, que não sofreram, quatro pertencem ao setor público e quatro ao privado. Portanto, nesta pesquisa, a hegemonia quando se tratou de preconceito advindo do professorado é do setor privado. Evidenciou-se que as escolas, dos dois setores, não trabalham a temática Homoparentalidade adequadamente. Quando isso aconteceu foi iniciativa de uma professora e não da escola como um todo. Também é iniciativa de professores quando se trata de resolver problemas com datas festivas sobre a família, sendo em casos assim feito um tipo de adaptação. E essa adaptação não favorece o sentimento de pertencimento.

Nesta direção, ao encontro das conclusões de Silva (2012), enfatizamos igualmente a necessidade de preparo em nível de formação superior para que docentes reconheçam e saibam lidar com a temática Família Homoparental bem como com as situações reais que ocorrem na escola e na sala de aula. O preconceito cometido por professores e professoras contra famílias de pessoas de mesmo sexo, seja ele velado ou explícito, evidencia a fragilidade no processo de formação desses sujeitos. Nesse sentido, tal como Junqueira (2009), colocamos a necessidade de discussão sobre as relações versáteis das famílias contemporâneas e, igualmente, sobre a diversidade sexual nas escolas. Vale-se então dizer que a atuação pedagógica permite refletir, informar e orientar não somente alunos, mas também a toda unidade escolar, incentivando valores éticos imprescindíveis para o convívio humano como o exercício da plena cidadania, logo, do respeito.

4.2.4 A relação dos filhos com os colegas da escola e as avaliações gerais dos pais sobre as instituições que os filhos frequentam

Passamos agora à análise do que relataram os participantes desta pesquisa acerca das relações com os colegas de escola de seus filhos e/ou filhas. Tal como nos itens apresentados anteriormente, dividiremos nossa análise em dois grupos. O primeiro diz respeito a sete participantes que não revelaram situações preconceituosas contra eles e/ou seus filhos. Trata-se de Boris; César; Daniel; Gilson; Hilda; Inácio e Júlia. Em continuação, o segundo grupo será composto pelos depoimentos de pais e mães cujas relações com os amigos de escola são advindas de preconceito, sendo eles: Adélia; Emílio; Fabiano. Aproveitamos ainda para expor as avaliações finais feitas pelos participantes acerca da instituição de ensino onde os filhos encontravam-se matriculados à época da entrevista, tendo em vista que as respectivas avaliações, na entrevista, foram feitas quando se tratou da relação dos filhos com os colegas da escola.

A) Grupo de participantes que não relatou preconceito oriundo de colegas de escola

A começar, o participante Boris desabafou que tem tido bastantes problemas em fazer seu filho, Bruno, fidelizar relações amistosas com as crianças da escola. Ele nos contou que as necessidades especiais de Bruno levam o garoto a oferecer um tratamento muito hostil para com quem se aproxima cotidianamente. Assim, o pai revelou que Bruno faz tratamento psicológico e psiquiátrico com uso de medicamentos estabilizadores de humor para que consiga melhorar o convívio nos ambientes que frequenta. Logo que Boris assumiu a adoção, ele percebeu que o filho mantinha uma relação sádica no tratamento para com as amigadas, o que gerou no pai um sentimento de estranhamento:

Esse é um dos grandes problemas que a gente vem enfrentando com o Bruno. Quando eu falo a gente, eu falo eu, eu falo os lugares que eu levo para tratamento. Porque ele não consegue manter uma relação de amizade. Então, por mais que a gente estimule falando “Bruno, faz amizade pra você ir na casa de um colega, pra você trazer um colega aqui ou até mesmo você dormir na casa de um amigo seu um final de semana”. [sic] Mas ele não consegue manter uma relação de amizade. Porque ele é muito perverso. Perverso mesmo. Então, se ele pegar o teu ponto fraco, ele vai te irritar até você ficar pilhado mesmo. E ninguém consegue ficar próximo a ele. Na outra escola mesmo, ele estudou um período considerado bom com a mesma turma e ele não tem nenhum amigo. Não vejo nenhuma relação de afetividade do tipo “Ah, eu lembro do meu colega tal, da minha colega tal”. Eu não vejo. Tanto que é uma coisa que me assustou bastante. Eu comecei a prestar atenção no comportamento dele e eu vi que não é o comportamento de uma criança

normal. Até porque ele é muito perverso e em alguns momentos que a gente até chega a pensar que ele não demonstra afetividade pelo outro. É uma coisa muito egocêntrica. Muito narcisista.

Bruno tem grandes dificuldades em manter amizades longas, pois acaba sempre brigando com os colegas. No entanto, Boris faz tudo o que pode para que seu filho desenvolva nessas amizades uma relação sadia. O pai revelou que certa vez tentou fazer amizade com uma família que frequentava a mesma escola que o filho. Era uma família de composição parecida com a sua, de uma mãe solteira com um filho único- com idade inferior a dois anos de Bruno. No entanto, a amizade não durou muito devido às atitudes do filho do participante:

Eu desenvolvi uma relação de amizade com uma mãe, que é mãe solteira também. Ela é do Rio e mora aqui na cidade faz tempo. O filho dela estudava acho que duas séries anteriores a do Bruno. Mas sempre no portão a gente conversava e aí a gente acabou desenvolvendo uma amizade a ponto de eu frequentar a casa dela, dela frequentar a minha casa. Mas depois de um certo tempo, em relação às coisas que o Bruno ia desenvolvendo com o filho dela, a gente foi se distanciando um pouco mais pra evitar constrangimentos maiores. Mas ela já dormiu aqui, já viajamos juntos. Ficamos todos no mesmo quarto. Mas aí, quando a gente começou a perceber que o Bruno tava agredindo muito o filho dela, criando situações que o menino não fazia e ele, o Bruno, jurava o menino tinha feito. Aí ela falava “Boris, olha, você vai me desculpar, mas toda criança, todo ser humano mente, mas eu conheço o meu filho. Tenho certeza que o meu filho não fez isso”. E, de fato, depois de um certo tempo a gente constatou que não. Aí, acho que pra evitar a confusão, a gente até...ela frequenta a minha casa, eu frequento a casa dela. Mas a gente não consegue mais deixar os dois sozinhos por que a coisa não... Foi o único que chegou a ter uma amizade mais próxima. Os demais não.

Boris ainda relata que às vezes Bruno conhece novos amigos e tenta se aproximar de outras crianças de sua escola. Todavia, essas relações não se solidificam:

Na escola de portadores de necessidades especiais, há uns três meses ele trouxe dois irmãos aqui perguntando se poderia ir ao cinema com eles. Ai eu falei: “pode, mas eu vou conversar com a mãe pra saber quem é. E se for o caso de ir ao cinema, eu vou deixar, eu vou pegar e entregá-los na casa deles”. E depois a amizade não se perpetuou. Então é aquela coisa muito superficial.

Apesar das relações amistosas de Bruno serem fugazes, o participante informou que nunca houve situações preconceituosas advindas dos colegas do filho devido a homossexualidade de Boris. O representante da Família B ao fazer as avaliações finais sobre a escola do filho trouxe questões que julgou importantes abordar, como a de sua homossexualidade. Como já informado, o participante Boris não relatou à escola do filho, em um primeiro momento, que é homossexual e, nesse sentido, o pai nada tem a reclamar:

O diálogo é saudável. Em nenhum momento eu me senti desrespeitado. Cara, assim, em relação à minha homossexualidade, eu acho que eu sou muito seguro. E se acontecer qualquer situação eu vou saber me colocar de forma adequada. Mas assim, eu não sei te informar em relação à escola, como seria a escola em relação a essas famílias ou a mim se soubesse que eu sou homossexual. Não sei te dizer até por que não vi nenhuma questão relacionada a isso. Nem fiquei sabendo de ninguém que passou por uma situação relacionada a isso.

Em continuidade, Boris posiciona-se de forma incisiva a mostrar que sua homossexualidade não é um fardo, todavia não é algo a se esclarecer de prontidão. Em seu relato sobre as avaliações finais, Boris é enfático ao abordar que não se sentiu exposto a qualquer relação preconceituosa ocasionada pela instituição. E, por fim, relata que a chegada à escola foi por intermédio de um amigo homossexual, demonstrando, nesse sentido, que a condição de sua homossexualidade não seria um problema nem para a escola nem para ele próprio, o que causa segurança em ser quem se é:

Quando perguntaram em relação a eu ser pai solteiro, eu cheguei a falar que ele era adotivo, que eu tinha adotado ele e ponto final. Até porque eu não tenho que ficar abrindo a minha vida. Se perguntou, eu respondo o que perguntou. Se tivesse perguntado algo relacionado a isso, eu teria falado numa boa também, dito numa boa. Mas eu acho que a escola é tranquila, por que o coordenador do Fundamental II era um amigo meu que é homossexual e todo mundo sabe. Ele dava aula numa escola comigo. Agora ele não está mais lá. Mas quando eu fui demonstrar o meu interesse pela vaga, eu fui conversar com meu amigo pra saber como era a escola e tal. E ele me levou até a diretora e a vice-diretora. Então, acho que elas perceberam, não é possível entendeu? Mas em nenhum momento foram invasivas e desrespeitosas, em nenhum momento.

* * *

O participante Cesar nos indicou que a maioria dos pais dos colegas de escola sabe sobre sua família ser homoparental, porém eles não frequentam sua casa e vice-versa. O pai, ao abordar a relação com os amigos da escola dos filhos, revelou que não permite outras crianças frequentarem sua casa por medo do quê as pessoas vão pensar a respeito de seu lar ser composto unicamente por homens. Nessa abordagem, ele também revelou que não deixa seus filhos, por serem ainda pequenos, principalmente sua filha, frequentar a casa de colegas da escola por temer que ela seja abusada sexualmente por algum homem mais velho:

Não, porque eles são muito pequenos. Não sei...essas coisas eu mesmo tenho receio. Por ser homem e tal...eu fico meio...nem sei se eu gostaria, entendeu? [Pelo fato de?] Pelo fato de ser homem. Nem eu gostaria que minha filha ficasse na casa de um homem, com homens...eu não gostaria, entendeu? Acho que eu não vou criar um hábito de uma coisa que eu não vou poder deixar os meus irem. A partir do momento que eu trago os filhos de outras pessoas pra dentro da minha casa, eu vou ter que deixar brincar na casa de

outros, longe da minha vista. Então com homem eu tenho um pouco o pé atrás...medo de abuso e tal.

É legítima a postura do pai de não desejar que sua filha seja abusada sexualmente por outrem e, como forma preventiva, mantê-la distante de pessoas estranhas. Faz-se também legítimo o fato de que o pai referencie esta atitude devido aos filhos serem muito pequenos e não saberem se expressar corretamente caso uma situação dessas viesse a acontecer. Todavia, o pai relata que não deixa que crianças pequenas, amigas de seus filhos, frequentem sua casa pelo fato de serem, ele e seu companheiro, homens. Note-se que por trás do medo de Cesar há uma dura realidade: o aliciamento de menores é, majoritariamente, efetivado por homens na sociedade brasileira (MARTINS; JORGE, 2010). Nesta direção, apesar de não ter expressado o pai exatamente isso, cabe aqui uma pergunta: permanece no imaginário de nosso participante o mito exposto por Farias e Maia (2009, p. 87-88) de que “os homossexuais tendem a abusar sexualmente das crianças”? Ou seja, além do medo de ser visto como abusador pelo fato de ser homem estaria inculcado a possibilidade de agravo de julgamentos pelo fato de ser homossexual? Não podemos responder a estas perguntas, afinal o pai não nos ofereceu respostas nesse sentido. No entanto, Cesar previne-se contra preconceitos que dizem respeito à sua condição de homem e pai antes mesmo de se expor a relações de amizade. Ou seja, o participante se fecha para amizades devido ao medo de ser julgado como abusador.

Entretanto, Cesar relatou que não passou por nenhuma situação vexatória por parte de outros pais que frequentam a mesma escola. Ele conta que, ao contrário de seus medos, os outros pais tratam a composição homoparental de sua família de forma positiva. O pai exprime isso quando relata um caso ocorrido em uma festa da escola:

Até rolou um lance que chegou uma mãe e foi mostrar para meu marido a foto da Cássia, minha filha, abraçando o filho dela. E mostrou para a minha cunhada- minha cunhada é loira e as crianças parecem com ela- achando que fosse a mãe. Ai minha cunhada não é muito simpática, entendeu? Ai depois ela comentou com a dona do colégio “fui mostrar a foto para o pai da Cássia e ele é super simpático, mas a mãe não é muito simpática”. Ai a dona falou “mas não é mãe, é tia. Eles não têm mãe. São dois pais”. E ela “ah, cadê o Cesar?” Tipo assim, ela não fez [interjeições de admiração]. Ela agiu bem!

Ademais, assim como Boris, Cesar ao explicar suas avaliações sobre a escola dos filhos gêmeos abordou que sua homossexualidade é exposta com naturalidade:

Assim, eu não saio falando “oi tudo bem? Meu nome é Cesar, sou casado com um homem e tenho dois filhos” Eu não falo isso. Até por que ninguém fala. Eu fico na minha e se alguém perguntar “ah, e a mãe?”, eu falo “não tem mãe, é outro pai”, eu respondo assim.

A continuação de sua fala nos leva a crer que não houve nenhum problema com a escola e suas avaliações são positivas. O pai antecipa que problemas com a escola não são ainda evidentes, pois seus filhos são muito novos para trazerem a temática da família homoparental em voga. Cesar também revela que, apesar da confiança na escola, atitudes preconceituosas podem ser oferecidas de forma escondida, ou seja, sem serem explicitamente demonstradas aos pais. Apesar de nenhuma situação desta natureza ter acontecido com sua família, o participante desconfia:

Quanto ao colégio a gente até agora não teve nenhum problema, não temos do que reclamar. Claro que meus filhos ainda não estão na fase que dá problema, quando começa com três, quatro aninhos. Ai começam os questionamentos e tudo e aí realmente eu não sei como eles vão reagir. Vamos ver como eles vão reagindo e a dificuldade que a gente vai ter ou não. Às vezes as crianças surpreendem tanto a gente. A gente já fica sofrendo por antecipação, então eu não estou sofrendo por antecipação. Inclusive no início de tudo, meu maior medo era esse. Agora eu estou deixando um dia após o outro e se surgir um problema a gente resolve. Pelo colégio tá tudo bacana. Nós sentimos uma boa ação pelo Dia da família, então tá tudo tranquilo! É muito saudável. E é aquilo que eu estava te falando, na verdade eles são muito pequenos. Não estamos na parte mais difícil né. Por que é aí que a gente vai ver como são as coisas. Agora eles são pequenininhos, eles vão ao colégio, brincam e voltam. Poderia acontecer alguma coisa, mas hoje em dia está tudo muito diferente. Você não pode chegar e ficar falando “o viado”, “a preta”, “a gorda”. Você não pode fazer isso né...pode ser que eles falem por trás, na frente todo mundo tranquilo, assim, cumprimenta, fala normal. Em relação a isso está tudo tranquilo.

* * *

Daniel, por sua vez, conta que os filhos dos amigos frequentam sua casa e a casa da mãe de Diego, onde mora, bem como o garoto frequenta a casa dos colegas. O pai não fez qualquer referência negativa pertinente à relação dos amigos com o filho. Daniel acredita que os colegas de escola de Diego não sabem que ele é homossexual, apesar de que ele mantém notícias sobre o assunto em sua página do *Facebook* sem receio de que alguém o recrimine ou cometa preconceito:

Eu acho que não sabem não. Mas, ao mesmo tempo, eu imagino que mesmo que venham a saber, eu acredito que não tenha nenhum problema não. Eu mantenho na minha página no *Facebook* a ABRAFH³⁵ [Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas]. Eu peço para as pessoas, para os parentes compartilharem o que nós disponibilizamos ali. E eu nunca tive nenhum problema com relação a isso não.

Apesar de nosso entrevistado não ter muito contato com a família dos amigos de seu filho, ele acredita que os outros pais não sabem sobre sua homossexualidade e,

³⁵ O pai nos contou que é associado à ABRAFH.

novamente, afirma que isso não seria um problema para eles. No excerto abaixo Daniel explora como se dão as relações com os colegas de classe:

Olha, não temos muita proximidade não. Agora como ele está numa fase pré-adolescente/adolescente, ele tem saído bastante com os amigos. Mas a gente procura assim, vai com os amigos, mas vai algum pai, vai alguém levá-los, buscá-los. Ai a gente negocia isso de uma certa forma.

Por fim, Daniel, que não indicou à instituição que é homossexual, analisou em suas avaliações finais que a instituição não ofereceria preconceito devido sua homoafetividade. Ele acredita que se caso a escola viesse a saber, continuaria a oferecer a mesma relação de respeito e amizade quem têm oferecido nesses anos de convívio.

* * *

Gilson, como dito anteriormente, tem uma relação bem esclarecida no que toca a assunção de sua homoparentalidade. E, nesse sentido, ele afirma que os amigos de suas filhas sabem que elas têm dois pais e não um pai e uma mãe. Ele ainda revela que tanto os colegas como suas filhas lidam muito bem com isso. O pai relata um pouco de como a filha mais velha, Giovana, lida com essa situação perante os colegas da escola:

Da Giovana sempre soube, os amiguinhos. Todo mundo sabe, nós já fomos a um programa famoso de TV três vezes, não tem como não saber né. [Risos] Oh, é...a Giovana que foi assim, desde o começo, os amigos sempre souberam, sempre falaram. A Giovana levava foto da família, era eu ela e meu marido. Ai os amiguinhos perguntavam e ela falava que a gente é *gay* e tal. Então as crianças sempre souberam e perguntaram por que ela tinha dois pais e ela falava: “ah, por que meus pais são *gays*, eu não tinha família, eles me adotaram”. Ela contava a história normal.

Pelo fato da adoção da primeira filha ter se revelado famosa, Gilson nos contou que nunca houve problema com os amigos dela. Apesar de nenhum membro de sua família ter vivenciado qualquer situação negativa tanto com outros pais como com os colegas, o participante revelou que, por intermédio da exposição de sua adoção, acredita que as discussões sobre a homoparentalidade adentraram os lares das famílias que frequentavam a mesma escola de Giovana à época:

Todos os amigos dela sabem da nossa homossexualidade né, da nossa orientação sexual. Como a Giovana foi muito para a televisão, em todos os programas de televisão, então a gente acabava...essa discussão não saía na escola, mas acabava sendo discutida em casa. Porque viam ela ou a gente na televisão. Então eu acho que os pais acabavam, em casa, discutindo esse assunto com os filhos. E com certeza, a maioria foi sempre positivo, porque a Giovana nunca comentou nada assim de que algum amigo ou alguma coisa deu algum problema.

O depoente comunica que tinha receio de que a filha mais velha tivesse dificuldades em fazer amizades pelo fato de ter dois pais homossexuais. Porém, segundo ele, as festas de aniversário da garota sempre foram um sucesso, pois nunca nenhum amigo deixou de ir, bem como ela nunca deixou de ser convidada devido à composição homoparental de sua família:

No aniversário da Giovana a gente sempre fazia alguma temática ou no salão ou em casa. A gente sempre foi criativo com as festas dela. No começo eu achava que não ia ninguém. Os primeiros aniversários eu falava “ah, acho que ninguém vai mandar os filhos aqui na casa dos viado”, pensava. [sic] Mas vinha todo mundo. Nunca faltava ninguém. Às vezes faltava uma menina ou outra, o pai me ligava justificando porque não foi. Eu nem sei se se justificava pra não achar que a gente achou que não mandou por a gente ser uma família assim ou se realmente foi normal isso: “olha não vai por que tem aniversário da avó” ou então “a gente vai viajar”. Então assim, todas as crianças sempre participavam, entendeu? Nunca ninguém ficou sem vir para o aniversário da Giovana ou também ela nunca ficou sem ir no aniversário de alguém, do tipo não vou chamar a Giovana e tal.

O pai sempre se refere à filha mais velha, pois, como foi a primeira, Gilson e seu marido não sabiam ao certo como seriam as recepções por parte das outras famílias. Assim, perguntamos a ele como se dão as relações com os colegas de escola da filha mais nova, Gabriela, e o relato é tão positivo quanto o que revelou quando abordava sobre a primeira filha:

Então, eu falo muito da Giovana porque a gente já tem mais essa experiência de 10/11 anos né. A Gabriela agora que já fez quatro anos que já tá na escola. Ela fez pré, pré-um, pré-dois e maternal um e dois, né. Então sobre a Giovana tenho mais experiências nessa questão. A Gabriela agora que eles estão discutindo a temática, descobrindo as famílias. Mas ela já falou que a gente é gay, né. Então ela fala “meus pais são gays”. Eu também já falei para os amiguinhos, um ou outro. Um chegou em mim e falou “você tem uma voz diferente, sua voz parece de mulher”. Eu falei: “eu sou gaaaaay”. [Risos] Então assim, eu vou na boa assim, falo sem problemas. [sic]

Finalizando a exposição de Gilson, ao abordar suas avaliações sobre a escola, ele demonstra insatisfações devido ao fato da temática da Família Homoparental não ser abordada. O pai sente que apesar da escola fornecer alguns avanços, o corpo de funcionários tem medo de que outros pais não gostem da escola apoiar abertamente a questão da homoparentalidade. Então, nesse sentido ele demonstra sua frustração:

Eu acho que poderia ser melhor. Eu acho que até já tentaram falar, discutir isso. Eu lembro que a Giovana, uma vez, numa festa de Dia dos pais ou das mães, alguma coisa assim, a diretora da escola, a fundadora da escola, se referindo à diversidade de famílias e tal. Ela citou a gente né. Eu me identifiquei. Mas depois eu nunca mais tive nada, assim, nesse sentido. Então eu acho que na frente eles até mostram uma certa preocupação, tal. Mas eu acho que eles têm medo dos pais por detrás que talvez não gostem da temática ser abordada.

O pai, que também realiza palestras e milita a respeito de famílias compostas por pessoas de mesmo sexo, tem dificuldade em conseguir expor materiais interativos às crianças da comunidade escolar onde as filhas estudam e finaliza seu relato com pesar:

Agora assim, às vezes eu faço palestras, falo sobre a diversidade de gênero. Falo sobre famílias e faço palestra sobre estimular a adoção tardia. E eu vou muito em outras escolas, em universidades. Aqui em Catanduva eu já fui em escolas estaduais. E na escola delas eu nunca consegui ir. Eu nunca consegui ir. A gente faz a semana da diversidade onde a gente pega filmes com temáticas sobre a diversidade humana. Não é só a questão da diversidade sexual, é diversidade humana. A gente fala sobre diversidade sexual, intolerância religiosa, vários outros assuntos...de raça, tal. Na escola das meninas eu nunca consegui ir e fazer uma palestra, levar um vídeo para apresentar, fazer essa apresentação de curtas, tudo...eu nunca consegui. Agora em outras escolas eu tenho total acesso. Eu vou nas escolas, eu falo, eu faço palestras, eu levo vídeo pra passar, eu faço exposição fotográfica. A gente é chamado pra responder, participar de debates. Então na escola dela eu nunca consegui, não sei se é por que é uma escola particular. Eu tenho amigos que tem famílias que também estudam em escolas particulares que as escolas são mais abertas. Eu acho que na escola delas não sei se é por causa de ser uma escola católica.

* * *

Hilda contou que seu filho mantém relação com dois amigos da escola. Os garotos frequentam a casa da participante e, segundo ela, nunca foi oferecida situação de preconceito tanto desses amigos mais próximos, como dos outros alunos de sala e da comunidade escolar como um todo. A mãe comenta que Hugo não frequenta a casa dos amigos, pois todos moram muito longe e como sua residência é próxima do colégio, torna-se um ponto de referência para os colegas. Hilda ainda relata que os amigos de seu filho demonstram interesse em saber como funciona o lar de uma família homoparental. Segundo Almeida (2012) esse interesse é comum, pois as famílias lideradas por pais e mães homossexuais ainda são vistas com olhos de desconhecimento e curiosidade:

Sim, que ele recebe aqui em casa, ele tem uns dois amigos que às vezes vêm aqui em casa e que sim, que entram e assim, eu sinto da parte dos garotos mais uma curiosidade de saber como é que é, como é a mãe do Hugo, entendeu? Eu não sinto um pré julgamento, eu sinto assim mais uma vontade de saber, de conhecer, mais um espanto mesmo.

Ao abordar a curiosidade dos garotos, perguntamos à depoente como seu filho Hugo lida com as questões da homoparentalidade da mãe perante os amigos. Hilda responde que seu filho tem uma personalidade mais reclusa e que não acredita que ele comente sobre isso para todos os colegas de escola, somente para os mais próximos. Nessa direção Hilda relata que reconhece os preconceitos homofóbicos vigentes na sociedade e informa que conversa com o filho a respeito disso:

Isso é curioso. Ele está numa fase bem fechada, ele não tem falado muito. Mas eu sou muito...e sempre pergunto. Eu acredito, assim, ele não sai falando para todo mundo que tem uma mãe lésbica. Até por que ele é um garoto mais tranquilo e reservado. Então ele tem poucos amigos. Nessa escola, eu vejo os dois que vem sempre aqui e ele trata muito bem, é muito tranquilo. Quando ele chamou a primeira vez, a primeira vez que ele trouxe os colegas aqui foi muito tranquilo também. Depois eles voltaram.

Ao contar sobre como Hugo lida com a homoparentalidade, a participante revela que conversa com seu filho sobre os preconceitos que circundam a sociedade a esse respeito. Hilda demonstra medo em que Hugo sofra preconceito em ambiente escolar. O sentimento da mãe é legítimo, afinal, como informa Magalhães (2009), a escola muitas vezes revela-se um espaço favorável a agressões travestidas de brincadeiras contra alunos oriundos de famílias homoparentais. Assim, nossa participante orienta seu filho para que tenha cautela:

Então, eu vejo que ele não tem problema pra assumir para os amigos mais próximos. Agora assim, ele se preserva também. Ele sabe que existe preconceito, eu sempre conversei com ele a respeito disso. Então, infelizmente a gente tem que ter certos cuidados né.

A representante da Família H nos informou ainda que desde que se tornou mãe, teve que conciliar estudo e trabalho para sobreviver. Esse fato a faz sentir culpa por não ter podido frequentar festas com os familiares dos amigos de escola de Hugo:

Olha, eu nunca fui em nenhuma festa com os colegas e os pais dos colegas da escola. [Nem quando o Hugo era mais novo?] Não, nem quando o Hugo era mais novo. Porque assim, eu sempre trabalhei e estudei né. Então o tempo sempre foi muito curto mesmo pra participar. Eu sempre até me sinto bem culpada por isso, mas sempre foi muito curto pra conseguir participar de tudo.

Hilda compreende que a dinâmica de sua vida a impossibilitou de participar de alguns momentos de convívio com o filho e seus amigos. Ademais, isso não foi motivo para que o garoto deixasse de viver suas amizades de forma espontânea. Antes de fazer as avaliações finais sobre a escola de Hugo, a participante confirmou que, até então, não sofrera preconceito de pais e mães da comunidade escolar. Todavia, ela acredita que situações de estranhamento devido sua homossexualidade não ocorreram por falta de proximidade com a escola:

Por enquanto não, mas é por que eu...eu acredito que seja pela ausência mesmo de convívio. Eu acho que em algum momento se eu tivesse mais próxima, em algum momento aconteceria.

Vale lembrar que o participante Cesar também demonstrou o mesmo receio de que a escola pudesse oferecer preconceito de natureza homofóbica em outros momentos

que não no contato face a face com sua família. Ainda que ele não tenha vivenciado experiências negativas dentro ambiente escolar, tal como presenciou Hilda com funcionárias da escola anterior, faz-se imprescindível revelar que a escola, apesar dos avanços jurídicos que legitimam a realidade das famílias homoparentais em nossa sociedade, deixa dúvidas sobre a veracidade dessa legitimação aos referidos participantes. Por fim, a participante faz uma avaliação comparativa entre as escolas que seu filho já estudou. Informa que a escola na qual houve episódio de preconceito é pior no quesito qualidade do que a que seu filho frequenta atualmente. Outro fator que a leva a compreender que a atual escola é melhor, diz respeito à falta recorrente dos professores. Assim, Hilda aponta que Hugo se mostra mais interessado pelos docentes da escola atual, pois eles não faltam tanto como acontecia na escola anterior:

Sim, melhor do que na outra escola, com certeza. [Você fala em quais aspectos?] Bom, ele gosta mais dos professores e ele elogia mais os trabalhos desses professores. Os outros professores ele reclamava muito, da outra escola e da falta que acontecia sempre né...os professores faltavam bastante. Nessa não, nessa é mais tranquilo. [Então, você se sente confortável pra assumir sua homoafetividade nessa escola?] Com certeza, com certeza. Isso não é problema nenhum, ao contrário. [A escola atende às expectativas de legitimidade e naturalização da família homoparental?] Essa pergunta é difícil, porque como eu te falei essa escola atual não sabe. Eu não tenho essa proximidade. Na escola anterior, eles não atendiam, com certeza não. Eram totalmente despreparados.

* * *

O participante Inácio indicou que por morar em uma grande capital como o Rio de Janeiro, frequentar a casa de amigos do filho e/ou os amigos frequentarem sua casa, torna-se uma tarefa complicada. Inácio informa que os colegas de Isac não devem ter conhecimento que seu pai seja homossexual. Assim, perguntamos ao depoente se seu filho faz comentários a esse respeito:

Eu acho que ele não deve ter comentado. Mesmo porque eu acho que...por exemplo, eu chego lá e todos os amigos dele: “Ah, olha o pai do Isac”. O pai do Isac, o pai do Isac...eu sou o pai do Isac. É...então eu não acho que...bom pelo menos pelo que eu vejo dos amigos dele essa não é uma conversa entre eles, entendeu? Isso não é o tema. [sic]

O pai, no entanto, revela que a temática da homoparentalidade, bem como questões relacionadas a diferentes formas de família ainda não estão no domínio de julgamento dos amigos de seu filho. A fim de elucidar a relação do garoto com os colegas, no que diz respeito a essa temática, perguntamos ao pai se Isac já teria trazido para dentro de casa algum comentário preconceituoso por parte de algum colega. O pai

responde de forma negativa e indica que o filho lida bem com as questões de sua homoafetividade:

Não, não. Até agora não. Sei lá, no futuro eu tendo algum companheiro e tendo ido a uma reunião de pais, por exemplo, né...eu e o meu companheiro. Talvez isso seja tematizado, mas enfim. Ele próprio fica me questionando: “Assim que você namorar eu quero conhecer o seu namorado” [Risos] Então assim, é muito tranquilo. A gente construiu nesse ano uma relação muito bacana, inclusive em relação à minha homossexualidade.

Inácio também informa que as relações com pais e mães de outros alunos são muito cordiais quando no ambiente escolar. Ele nunca sofrera qualquer tipo de preconceito ou estranhamento por parte de outras famílias que frequentam o mesmo colégio. Nosso participante indica que os familiares dos amigos de seu filho devem saber sobre sua homossexualidade, pois ele frequenta as reuniões de pais e também festas de aniversários onde encontra com outras famílias. Nessa direção, o pai não se sente incomodado em nenhum momento ao abordar o assunto com essas famílias e afirma que é comum se sensibilizarem pelo fato de sua adoção:

Provavelmente eles devem saber. Mas seja por ter ido com ele a festas de aniversários de amigos, seja em reuniões de escola, o trato é sempre muito cordial. Eu não vejo diferença nenhuma em relação a todos os outros pais. Pelo contrário, às vezes eu sinto até uma simpatia a mais, porque as pessoas tendem a se sensibilizarem com a questão da adoção.

As avaliações de Inácio sobre a escola de seu filho são positivas, pois ele confia no corpo docente, bem como no corpo de funcionários. Se referindo ao diálogo com a instituição afirma:

O diálogo é bom, muito bom. A coordenação pedagógica da escola é excelente, excelente. Todos os momentos aí, não por questões da homossexualidade, mas por questões mesmo de aprendizagem, etc...quer dizer, todas as vezes que eu precisei solicitar reuniões, sempre aconteceu.

O pai ao fazer suas avaliações finais trouxe também as questões de sua sexualidade e como ela foi revelada à instituição. Ele explicou que não fez questão de esclarecer logo de início que se tratava de um pai homossexual, pois havia questões mais importantes para serem abordadas, como a situação da aprendizagem de Isac:

Eu tinha uma questão que era premente, era uma questão de...eu tinha que achar uma escola adequada para a aprendizagem do Isac. O meu foco tava muito nisso. [sic] Em outras situações, em uma outra situação, ou seja, sem que eu tivesse essa questão de frente para resolver, provavelmente eu falaria. Eu tava preocupado com outra coisa, mas eu acho que eu poderia falar quase como uma espécie de “check” mesmo pra entender “bom esse lugar aqui aceita meu filho, me aceita também, aceita a família?”. Acabou que eu também já tinha elementos suficientes e prévios a respeito do colégio pra saber que sim. Mas numa outra situação eu talvez falasse. Tanto é que, como

eu te falei, eu não me sentiria constrangido de no futuro estar com um companheiro e aparecer numa reunião de pais acompanhado com o meu parceiro.

* * *

A última participante pertencente ao grupo de pais que não sofreu preconceito advindo dos colegas de escola é Júlia. Ela nos relatou que alguns dos amigos do filho sabem sobre sua relação homoafetiva com a companheira e nenhum preconceito foi sofrido até então. Quando perguntamos sobre como seu filho aborda essa relação com os colegas, a mãe nos relatou de forma espontânea que ele lida bem com essa questão:

Ele sempre fala: “as minhas mães” e tal né. Não sei por que nessa idade aí é bem tranquilo. Inclusive já aconteceu dele falar para uma menina: “Eu tenho duas mães” e a menina: “Eu tenho quatro” [Risos] Ela querendo ter mais né...competição! [sic]

Julia expôs que poucos amigos frequentam sua casa, pois alguns moram muito longe. Todavia, sempre que possível ela leva o filho para passar o dia na casa de alguns colegas e nenhum problema aconteceu até então. A participante, assim como os outros pais e mães, abordou informações sobre a questão de sua homoparentalidade e, nesse sentido, revelou que nem sempre faz questão de afirmar que é homossexual para os pais dos amigos de Jorge. A depoente revela que na última amizade que o filho fez, ao levá-lo à casa do colega, ela não informou sobre a composição homoparental de sua família:

Nesse amigo que eu levei recentemente, eu nem comentei. Só levei o Jorge e conversei rapidamente. Porque eu acho assim, ninguém fica...pelo menos hoje eu tô agindo assim. Ninguém fica falando “Olha eu tenho um marido” ou eu falar “Olha eu tenho uma companheira”, né. Então, se houver uma pergunta eu vou falar bem natural. Se alguém tiver algum problema, eles que têm que cuidar do problema deles.

A mãe abordou em suas avaliações finais que a escola de Jorge atende às expectativas de legitimação da família homoparental. Isso porque ela se sente à vontade para assumir sua condição de mãe homoafetiva quando necessário. Assim, Júlia contou que o tratamento da escola estabelece-se em nível de respeito e de forma saudável, não tendo ela avaliações e/ou percepções negativas sobre a instituição atual em que o filho estuda. Por fim, Julia reafirmou nas avaliações finais o que havia dito sobre suas expectativas no núcleo informativo anterior, cuja postura das instituições escolares que matriculam filhos de pais e mães homossexuais deve sempre se manifestar de forma respeitosa e igualitária.

B) Grupo de participantes que relatou preconceito oriundo de colegas da escola

Neste momento, apresentamos ao leitor as informações que dizem respeito à mãe Adélia e aos pais Emílio e Fabiano no que toca às situações de preconceito vividas por seus filhos dentro do ambiente escolar. Todavia, é necessário informar que apenas a participante Adélia expôs uma situação de preconceito devido à condição de sua homoparentalidade. Os outros dois pais viveram situações preconceituosas por motivos como racismo e *bullying* homofóbico devido ao sobrenome.

Adélia iniciou seu relato afirmando que as relações estabelecidas com os colegas de seus filhos são positivas. A mãe, que é militante das causas LGBTs, disse-nos que todos da comunidade escolar devem saber que seus filhos são adotados por mães lésbicas. A Família A, que anteriormente relatou uma experiência negativa com os funcionários de uma escola onde pretendia matricular os filhos, apresentou também um relato negativo em relação aos colegas de escola. A participante Adélia informou que certa vez, logo no início do convívio com a escola, alguns amigos de seu filho mais novo, Alisson, fizeram comentários pejorativos sobre a participante e sua ex-companheira:

Já aconteceu de alguns colegas do Alisson fazerem comentários, mas a professora foi e deu bronca. A escola instruiu. A gente reclamou e a escola entrevistou [*sic*].

A mãe enfatizou que por não terem sido todos os colegas que participaram da situação, tratou-se de um caso isolado. O acontecido envolveu apenas algumas crianças que proferiram palavras grosseiras ao garoto, apelidando suas mães de “sapatonas”:

Então, eles disseram que as mães dele eram sapatonas. Coisa de criancinha. Uma coisa mais ou menos assim. Aí ele contou pra gente, a gente contou pra professora e ela explicou que não podia falar assim.

Parece-nos que a mãe não dá a devida atenção à relação de violência cometida pelos amigos de Alisson. Pela ação do xingamento ter sido realizada por crianças pequenas, observe que a entrevistada minimiza a força da palavra “sapatonas”. No entanto, vale dizer que os xingamentos contra pessoas homossexuais são aprendidos ainda na infância por intermédio de pessoas adultas e/ou crianças com mais conhecimento sobre relações entre pessoas de mesmo sexo. Apesar de Adélia não ter dado a devida atenção ao caso, pois o tratou como se fosse algo sem importância, uma pergunta inquieta-nos: estaria a sociedade brasileira, apesar da institucionalização da família homoparental, reproduzindo valores pejorativos sobre pessoas homossexuais a crianças pequenas? Parece-nos que sim. Afinal, as crianças que ofenderam Alisson

carregavam nessa expressão o preconceito contra mulheres homoafetivas. Neste sentido, como aponta Borrillo (2010), torna-se imprescindível dizer que o preconceito também é herdado a partir das transmissões culturais. Nessa direção, no que diz respeito a ofensas e xingamentos contra filhos e filhas de mães lésbicas, Hernández (2013) evidenciou a utilização do mesmo termo quando investigou as relações das filhas de suas participantes.

Como apontam FIPE, MEC e INEP (2009) e Brasil (2013; 2016), a violência oferecida por meio de xingamentos e palavras grosseiras contra homossexuais gera traumas. Este fato nos levou a indagar à mãe se seu filho Alisson teria se sentido traumatizado e/ou ofendido devido às ofensas dos colegas:

Na realidade, eu não sei. O Alisson se sente mais reprimido. Ele é mais retraído. Então talvez ele tenha se sentido sim. Mas eu não sei dizer com exatidão porque ele não se expressa muito bem também. Então ele não contou a coisa com detalhes.

Contudo, Adélia disse que se a situação vivenciada por Alisson tivesse ocorrido com sua filha mais velha, Adriana, a reação da garota teria sido diferente. A mãe afirma que Adriana tem o mesmo ímpeto militante que o seu, pois a menina assume sempre que possível uma postura libertária e favorável à homoparentalidade nas redes sociais. A depoente afirma que sua filha não tem vergonha de afirmar suas origens e expor com orgulho a composição homoparental de sua família:

E também a Adriana gosta muito de contar a história dela, de onde ela veio, o que ela fez, que ela tem duas mães. Então ela fala disso com muito orgulho, sempre falou. [...] A Adriana é muito “empoderada”. Ela, vira e mexe, pega umas brigas pela internet. E como eu falei, ela fala numa boa. Ela gosta de contar a história dela.

Assim, afirma Adélia que sua filha não guarda qualquer ressalva sobre ser componente de uma família homoparental, ao contrário, isto é motivo de orgulho. Então, perguntamos à mãe se assim como no ocorrido com Alisson, a irmã mais velha teria vivenciado alguma experiência dessa natureza igualmente advinda de colegas. A mãe negou:

Lá a gente nunca teve problemas desse tipo não, somente esse que foi bem no começo e foram alunos específicos e a professora passou um sermão neles e ficou por isso mesmo.

É válido informar que após a intervenção da escola, os colegas de ambos os filhos da participante não passaram por situações parecidas dentro da escola. Também nos foi informado que os amigos dos filhos frequentam sua casa e, sempre que possível,

as crianças vão a festas e encontros na casa dos colegas. Adélia apontou que não tem certeza se todos os amigos de Adriana e Alisson sabem sobre sua homoparentalidade. Todavia, segundo a mãe, o fato dos amigos terem conhecimento sobre isso não é problema para nenhum dos membros de sua família. Isso também não é fator impeditivo para amizades com os filhos, pois os colegas tratam os membros da Família A de forma afetuosa:

Eu acho que todos sabem. Eu creio que a maioria saiba. Até mesmo porque tem colegas dela que ela já tem ali faz uns dois anos, desde que ela começou na escola em 2014. [...] Inclusive teve o aniversário dela há um mês atrás e na festinha foram umas dez coleguinhas dela e todas sabiam. Inclusive, nesse dia da festa eu achei bem fofinho, bem amistoso.

Por fim, ao explicar as avaliações finais sobre a escola dos filhos, Adélia afirmou que a instituição atende às expectativas de legitimidade da família homoparental. Afirma a mãe que o diálogo proporcionado pela instituição é sempre saudável e amistoso. Assim, Adélia enfatiza o que havia dito anteriormente- que a instituição proporciona um ambiente dinâmico, atrativo e liberto para com as diferenças sexuais e étnicas presentes em nossa sociedade:

Então, assim, ela é uma escola com uma composição bem misturada e isso foi mostrado pra gente muito bem no começo. Isso logo nos encantou! [...] E a gente tá tendo sucesso, pois eles são completamente desprovidos de qualquer preconceito. Ah, eles estão cumprindo bem o papel deles, que é o de educar.

* * *

Sobre o participante Emílio, é válido retomar, ainda que brevemente, o fato de seu filho Elias, de 11 anos, ter sido vítima de racismo na escola em que estuda³⁶. A situação ocorreu quando um colega revelou a Elias que sua mãe impedira a amizade entre os dois. Esse impedimento se deu devido à mãe do amigo ter visto uma foto de seu filho usando um colar emprestado por Elias. O objeto, segundo o depoente, é muito utilizado por pessoas que gostam do estilo musical *funk*. É necessário ressaltar que a situação exposta por Emílio em nada se relacionou com o fato dele e seu marido serem homossexuais. Inclusive, o pai revelou que o colega de Elias também é componente de uma família homoparental, nesse caso filho de duas mães. Quem mediu esse preconceito foram funcionários da escola, o que Emílio avaliou positivamente à época do ocorrido. Cabe aqui também lembrar que nossas conclusões sobre o caso em

³⁶ O relato de Emílio realizou-se ao abordar as relações com os funcionários da escola de seus filhos. Portanto, a análise a qual nos referimos encontra-se no item 4.2.2.

questão apontaram que o fato de ser uma pessoa homoparental em nada impede que cometa atos preconceitos de diferentes naturezas. Destarte, trata-se de relações que estendem os limites da violência entre pares semelhantes, por diferentes razões. Ou seja, trata-se de um caso de racismo cometido por uma mãe homossexual contra uma criança também pertencente a uma família chefiada por pessoas de mesmo sexo.

Além desse episódio, o pai nos contou que nunca houve problemas no tocante a sua homoparentalidade e de seu marido. Emilio também explanou que não é comum que seus filhos frequentem a casa de amigos e nem estes frequentem sua casa. Segundo o entrevistado, todos da comunidade escolar sabem sobre a composição homoparental de sua família, inclusive os amigos do colégio e seus pais/mães. Perguntamos então como os irmãos abordam a questão da homossexualidade de seus pais na escola, e na resposta o depoente evidenciou que os garotos admitem com naturalidade a questão. Pelo fato da Família E não manter contato com os colegas dos filhos fora da escola, indagamos a Emilio se eles perceberam alguma relação de preconceito advinda de outros pais dentro do ambiente escolar:

Não, não percebi. Tem alguns pais que falam normal com a gente, sabe? Outros pais simplesmente não chegam. Mas também não posso dizer que esteja associado à homofobia ou qualquer coisa. Talvez só não tenham tido oportunidade, entendeu? É que a gente, na realidade, só se encontra mesmo nas reuniões de pais. Então não tem muito contato.

Ao abordar as avaliações finais sobre a instituição dos filhos, Emilio afirma positivamente a conduta da escola. Ele nos conta que sempre há intenção de agradá-los no Dia das mães e dos pais. Diferentemente do participante Gilson, que anseia por um único dia de comemoração para pai e mãe- como o Dia da Família, o participante Emilio não vê problemas nas comemorações em separado e afirma que a conduta da escola diante essas festividades o agrada:

Eu percebo que eles lidam sempre da melhor forma possível. Assim, quando tem dia dos pais, os dois vão e os dois recebem presente. Quando tem dia das mães, os dois também vão e os dois recebem presente. Quando é dia das mães e o diretor está falando no microfone “a todas as mães e pais também”, porque ele sabe que tem lá quatro pais homossexuais. Então, ele sempre toma esse cuidado. E o nosso presente é sempre diferenciado. No das outras crianças, no dia das mães é coisa assim “à mamãe”. No nosso não. No nosso é o nosso nome. Então para a gente foi separado e individualizado para não vir “mamãe”.

Assim, o pai não vê problemas em participar de duas festas separadamente, pois para ele a escola faz um bom trabalho incluindo a família de forma positiva nesses dias de comemoração. Ainda ao abordar essas festividades, Emilio afirma que se sente à

vontade quando no contato com a instituição e que nenhum membro de sua família se sente ou sentiu excluído:

Tem várias escolas que estão fazendo o Dia da Família. Não existe Dia da Família nessa escola. Mas eu estou bem satisfeito com o que eles estão fazendo com o Dia dos Pais e Dia das Mães. Eu estou bem satisfeito com isso. A gente aparece na foto do Dia das Mães. Tem todas as mães lá e a gente. Na foto oficial...de tudo. Então eu acho que eles estão lidando muito bem. Nós não nos sentimos excluídos, entendeu.

* * *

O último relato a ser exposto é o de Fabiano. O pai revela que a relação de Felipe com seus amigos é boa. O garoto frequenta a casa dos colegas, assim como os colegas frequentam a casa da mãe de Felipe, onde ele reside durante a semana. O depoente nos contou que nunca houvera problemas advindos de outras crianças que frequentam a mesma escola do filho devido sua homossexualidade, uma vez que nem os colegas, nem os pais dos colegas têm conhecimento a respeito disso. Todavia, perguntamos a Fabiano se seu filho já havia sofrido preconceito dentro da escola e ele disse que desde a época em que era estudante seu sobrenome é motivo para piadas entre as crianças. Situações dessa natureza estão sendo agora repetidas com Felipe, que herdou o sobrenome do pai e tornou-se alvo de preconceito:

Ele já comentou por conta do nosso sobrenome. Sempre sai alguma piadinha por conta do sobrenome. Mas na minha época também tinha né, mas depois parou. Daí tem aqueles que ficam falando...fica aquelas coisinhas. Aí ele contesta, vem falar alguma coisa, mas aí eu converso com ele e fica numa boa. Eu falo pra ele relevar, que isso é coisa da idade mesmo, brincadeira, enfim. Tento falar da forma mais simples possível pra nem ficar alongando a conversa. [sic]

Os colegas de Felipe associam seu sobrenome³⁷ à feminilidade e por isso caçoam do garoto como se ele fosse homossexual. O pai compreende que a situação é natural para a idade e que isso tende a diminuir conforme as crianças amadureçam. Note-se que o pai não recorre à direção da escola para informar sobre os apelidos colocados pelos amigos, o que impede que ações preventivas sobre a violência sejam tomadas. Assim, faz-se notório que o filho de Fabiano sofre violência homofóbica, ainda que não seja homossexual. Segundo Dinis (2011), o *bullying* homofóbico é designado para nominar a violência cometida, também em ambiente escolar, contra alunos transexuais, travestis, bissexuais, lésbicas e *gays*. Embora a expressão seja destinada especificamente a essas pessoas, a violência em questão não atinge somente

³⁷ Não daremos indicações mais explícitas tendo em vista o anonimato dos sujeitos.

cidadãos LGBTs. Os colegas de Felipe, ao zombarem do sobrenome da Família F associando-o à feminilidade, legitimam também a cultura machista presente na sociedade brasileira. Trata-se de machismo, pois como apontam Borrilo (2010) e Cavadinha (2012), associar o feminino a atitudes pejorativas/ofensivas efetiva-se como violência contra esse gênero. Ademais, trata-se também de um caso de *bullying* homofóbico por se utilizar da homossexualidade como uma condição vexatória.

Além disto, quando perguntamos acerca das avaliações finais sobre a escola, Fabiano trouxe novamente as questões da assunção de sua homoafetividade. O depoente avalia que tem medo que a escola saiba de sua homossexualidade, por não saber se ela emitiria preconceito ou não. Vale ressaltar que essa também é uma forma de proteção cujo pai encontrou para não expor seu filho a situações humilhantes. Porém, faz-se presente no discurso do participante o fato de que ele não é obrigado a revelar sobre sua intimidade à instituição:

Nunca parei pra pensar nisso, quanto à questão deu me expor dessa forma. Nunca parei pra pensar³⁸. Não sei. Tenho medo de como seria a reação, eu tenho um pouco de medo sim. Mas eu procuro deixar isso de lado. Mas também isso não me preocupa em querer me expor, porque eu tô bem do jeito que eu tô. Eu vejo também como proteção e vejo desnecessário porque não tem por que ir lá e me expor. Eu não vejo motivo pra isso. Tá bom do jeito que tá. [*sic*] Não tenho por que me expor dessa forma. É aquele tal negócio, não são eles que pagam as minhas contas. Não vai me acrescentar em nada eles saberem.

Por fim, nosso participante acredita que quando seu filho tiver mais maturidade para compreender as questões da sexualidade humana e, sobretudo, a homossexualidade de Fabiano, poderá então o pai assumir sua homoafetividade para escola de Felipe:

Eu acho que mais pra frente, quando o Felipe for mais velho e puder absorver melhor a ideia, a situação, pode ser que eu até me assumo assim num caso como esse. Mas hoje eu não vejo necessidade. Não vejo necessidade.

Ao finalizar este núcleo informativo, observamos que existem mais relações saudáveis entre filhos/as de pessoas homossexuais e amigos/as de escola (70%) do que relações preconceituosas entre ambos (30%). Lembre-se que sete dos participantes não relataram situações negativas: Boris; Cesar; Daniel; Gilson; Hilda; Inácio e Julia. As relações negativas foram relatadas por Adélia, Emílio e Fabiano. Vale dizer que duas dessas situações estiveram relacionadas a temas como racismo e *bullying* homofóbico e não estavam vinculadas a questões com a homoparentalidade/homossexualidade dos

³⁸ Note-se que a entrevista com Fabiano estimulou uma reflexão que ele afirma nunca ter feito. Nesse sentido, reportamo-nos à Thompson (1992), que afirma que a entrevista tem também a capacidade de estimular reflexões por parte do entrevistado.

pais. Contudo, é preciso informar que nos percentuais apresentados, quem sofreu e quem não sofreu preconceito, há filhos de um sujeito de cada grupo- Daniel e Fabiano- que não sabem da homossexualidade dos mesmos, tal como as instituições, segundo os respectivos pais.

O único relato que apresentou evidências de violência contra a família homoparental foi o de Adélia, cujo filho mais novo ouviu dos amigos que suas mães eram “sapatonas”. Destacamos que as situações preconceituosas encontradas neste item ocorreram em duas instituições privadas e em uma pública. No que concerne ao setor ao qual pertencem as instituições onde ocorreram situações de preconceito, temos: quatro instituições do setor privado e três do setor público. Afirma-se, assim, que há o predomínio de relações negativas entre os filhos de nossos participantes e seus colegas em instituições particulares. Então, não há diferença significativa entre os referidos setores. Isto é: tanto na escola privada como na pública ocorreram situações de preconceito, independentemente das razões serem diretamente voltadas para a homoparentalidade dos participantes.

Os dados ainda permitem avaliar que do total de participantes, cinco afirmaram que o convívio com os colegas dos filhos ultrapassa os muros escolares. Em um relato observamos diferentes tentativas por parte do pai Boris em estabelecer amizades duradouras entre seu filho e outras crianças, o que segundo ele não se efetivava devido às necessidades especiais do garoto. Também se observou que um pai, Cesar, impede que seus filhos frequentem a casa de colegas por medo de sofrerem abusos sexuais. Ainda, três participantes revelaram que o contato frequente de seus filhos com colegas da escola faz-se difícil devido à distância que há entre suas residências. Ademais, diferente do que apresentou Hernández (2013) sobre uma de suas participantes que não levava amigos para sua casa, pois tinha vergonha da relação homoafetiva de suas mães, nossos participantes relataram situações positivas a esse respeito. Vale lembrar o orgulho que Adélia relatou ter sua filha sobre compor uma família homoparental e igualmente a legitimidade das filhas de Gilson ao falarem da composição homoparental de sua família em ambiente escolar. Ainda, em nenhum momento encontramos nos relatos de nossos participantes o preconceito evidenciado por Magalhães (2009), cujos pais heterossexuais pediam aos filhos para que não se misturassem aos colegas de sala que eram filhos de seus participantes homoafetivos. Assim, todos os pais e mães desta pesquisa relataram ter um relacionamento saudável com as famílias que frequentam as mesmas instituições. Inclusive Emilio, cujo caso de racismo foi originado pela mãe de

um colega de seu filho e Boris, cujas amizades do filho são fugazes devido às necessidades especiais do garoto.

Nesse sentido, concluímos que as avaliações realizadas pelos participantes dividiram-se em oito relatos positivos e dois relatos negativos. Sobre os relatos negativos encontramos a insatisfação de Gilson pelo fato da escola de suas filhas não abordar a temática da Família Homoparental, acreditando ele, que isso não é feito porque a escola tem medo de desagradar às famílias heteroparentais. Quanto ao segundo relato negativo nota-se que o medo do preconceito homofóbico ainda é a razão para que pais homossexuais, como Fabiano, não revelem suas condições à escola. No que diz respeito aos relatos positivos, há que se esclarecer que dentre os sujeitos que bem avaliaram as instituições nas quais estudam os filhos, existem relatos contaminados pela desconfiança de que as escolas os tratam bem porque seguem um protocolo legal, e não porque há uma cultura estabelecida na escola sobre a boa convivência com a família homoparental, como relatou Cesar. E, ainda, Hilda aconselha seu filho a ter cautela em assumir que pertence a uma família homoparental a qualquer aluno da escola, temendo por situações preconceituosas. No entanto, de acordo com as oito avaliações positivas, faz-se válido ressaltar que pais e mães homossexuais acreditam que a escola onde os filhos/as estudam atende aos preceitos de igualdade e legitimidade da família homoparental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais serão feitas a partir dos dados que emergiram da análise sobre o perfil e composição das famílias dos sujeitos e, sobretudo, da descrição analítica dos Núcleos Específicos de Informação, de modo a tratar cada um e a relação entre eles. Destarte, é válido ressaltar que participaram desta pesquisa três mães e sete pais, com idades entre 34 e 47 anos com diferentes profissões e níveis de escolarização. Para obter filiação, seis participantes recorreram à adoção, três alcançaram a parentalidade de maneira biológica quando em relações heterossexuais anteriores e um pai recorreu à barriga de aluguel no exterior. Sobre os filhos e filhas dos participantes, eram quatro meninas e 11 meninos com idades entre dois e 15 anos. A maioria, 11, estudava em instituições particulares, ao passo que quatro encontravam-se matriculados em colégios públicos. As crianças e adolescentes frequentavam desde a primeira etapa da Educação Infantil até o último ano do Ensino Fundamental. A partir da descrição do perfil e da composição familiar dos sujeitos participantes pôde-se apreender que eles integravam núcleos homoparentais com diversificadas origens e arranjos.

No que diz respeito ao núcleo que apresenta as relações de pais homoafetivos com funcionários da escola de seus filhos, os dados apresentam que a maioria dos participantes afirma não ter tido nenhum conflito com esse segmento escolar, 60%. Contudo, há nesse grupo dois pais que sofreram outros preconceitos: o primeiro porque o filho era portador de necessidades especiais e o segundo por ter sido vítima de *bullying*. Nesse sentido, acreditamos que os respectivos pais e filhos sofreram violência da escola, objetiva e simbolicamente. Não podemos afirmar que essas violências sofridas também estabelecem relação com a homoafetividade, uma vez que nossos sujeitos não fizeram essa afirmação. Embora, os dois pais não tenham dito propriamente isso, esses participantes podem sim ter sido vítimas da violência em ambiente escolar, tendo em vista a realidade da violência homofóbica em tais ambientes. Assim, os fatos em questão, juntamente com os resultados da revisão bibliográfica, nos levaram a aventar a hipótese de que tais preconceitos tenham também o componente da homofobia. No que se refere aos 40% dos sujeitos que afirmaram ter sofrido preconceito em escolas por meio de seus funcionários, nota-se que não se trata de homofobia explícita e sim de homofobia dissimulada, o que a torna mais eficaz porque se encontra na esfera simbólica.

No núcleo que apreende a relação das famílias entrevistadas com os docentes de seus filhos, revela-se que a maioria, 80%, não vivenciou experiências preconceituosas. Contudo, desse grupo, três pais e uma mãe não se declararam homossexuais às respectivas instituições. Ademais, no que concerne à referida mãe, ela afirmou que poderia haver problemas caso a escola soubesse de sua homoafetividade. Dois pais afirmaram que se caso a escola viesse a ter conhecimento sobre a homoparentalidade, eles não enfrentariam problemas de natureza homofóbica. E um desses pais, e o terceiro pai, afirmaram ainda que não deve ser do conhecimento da escola questões sobre a sexualidade de pais e mães de alunos/as. Observe que tais resultados apontam, como os mencionados anteriormente, que não se sabe se as respectivas escolas reagiriam preconceituosamente, ou não, caso tomassem conhecimento da homoparentalidade dos mencionados pais, mesmo que haja pais que “acreditam” que não enfrentariam nenhum problema caso isso viesse a ocorrer. As escolas às quais os respectivos pais se referem pertencem quatro ao setor público e quatro ao setor privado de ensino. No que diz respeito aos 20% dos sujeitos que apresentaram situações preconceituosas advindas dos professores de seus filhos, temos uma mãe exposta ao julgamento negativo de uma docente que se dizia contra a formação homoparental de sua família; e um pai revelou duas situações de violência homofóbicas cujos professores cometeram devido à expressão de sua homossexualidade, bem como um caso de recusa a abordagem da temática Família Homoparental em sala de aula. Tais escolas pertencem ao setor privado.

Ademais, as expectativas dos sujeitos sobre as escolas de seus filhos/as apontaram, unanimemente, para o fato de que as instituições não se dedicam à temática Homoparentalidade de forma adequada. Quando isso ocorre é por meio de medidas adaptativas, desfavorecendo o sentimento de pertença. As expectativas de dois pais também apontaram a necessidade de que a comunidade escolar compreenda a família homoparental em nível igualitário, sem ressalvas por se tratar de pais e mães homossexuais. Nesse sentido, o preconceito advindo de professores, seja ele de maneira explícita ou dissimulada, revela a necessidade de aprofundamento no campo educacional, sobretudo na seara da formação de professores, para que situações como as vivenciadas por alguns de nossos sujeitos não sejam recorrentes. Assim, é válido reforçar que a conduta pedagógica deve-se nortear pelos princípios constitucionais de respeito e igualdade a todos os cidadãos, sem discriminações.

A partir dos dados derivados do núcleo informativo sobre a relação com os colegas dos filhos e sobre as avaliações finais dos participantes acerca das instituições escolares, concluímos que 70% dos participantes afirmaram não ter sofrido violência advinda de amigos e/ou seus familiares. Quando o contrário, 30% afirmou ter vivido experiências desagradáveis com essas pessoas. Todavia, apenas uma dela foi direcionada à família homoparental por meio do xingamento “sapatonas”. As outras duas situações não estiveram relacionadas diretamente à composição homoparental das famílias, mas sim devido a um caso de racismo e outro relacionado à *bullying* homofóbico devido a um sobrenome. Nesta direção, os dados permitiram também avaliar que a maioria dos relatos negativos ocorreu em escolas do setor privado de ensino. Contudo, há que se considerar o fato de que a maior parcela de nossos sujeitos pertence a setores sociais mais abastados e, sobretudo por tal razão, seus filhos estudam em escolas privadas. Ainda no que concerne à relação dos filhos com os colegas, seis participantes relataram que os filhos mantêm contato com os amigos fora da escola. Dois revelaram que a distância das residências torna-se um problema a esse tipo de convivência e um apresentou tentativas não bem sucedidas devido às necessidades especiais do filho. Ainda um sujeito afirmou que não permite os filhos frequentarem a casa de amigos sozinhos por medo de abuso sexual contra eles.

As avaliações finais dos participantes acerca das instituições escolares nos permite concluir que 80% fizeram avaliações positivas, ao passo que 20% as avaliaram negativamente. Sobre o menor montante, verificam-se insatisfações devido ao não tratamento da temática Família Homoparental em uma instituição e, também, que a não assunção da homossexualidade à escola advém do medo que relações preconceituosas sejam cometidas. A respeito do maior montante, 80%, composto pelos participantes que bem avaliaram as escolas dos filhos/as, os relatos legitimam a boa relação entre instituições escolares e famílias homoparentais. No entanto, do maior percentual, encontra-se em um relato a desconfiança sobre a veracidade do bom tratamento oferecido pela instituição; e em outro existe a cautela em assumir-se mãe homossexual para o corpo discente como um todo, temendo situações preconceituosas dentro da escola.

A despeito de a revisão bibliográfica ter apresentado a dura realidade da violência cometida contra pessoas LGBTs em nosso país e, incluindo a escola brasileira como espaço para essas violências, não podemos deixar de esclarecer que a análise dos dados realizada nesta pesquisa apresentou depoimentos convincentes de que as relações

entre escola e família homoparental não se estabelecem hegemonicamente por meio de relações violentas e/ou preconceituosas. No entanto, não podemos deixar de afirmar que existem tensões de violência contra pessoas homoafetivas que se estendem também ao ambiente escolar. Neste sentido, quem cometeu violência contra as famílias por nós entrevistadas, foram: 40% funcionários; 20% professores e 30% colegas e/ou pais que frequentavam a mesma escola. No que toca os percentuais positivos, obtivemos que 60% dos funcionários escolares não apresentam resistência devido à homoparentalidade de nossos sujeitos; 80% dos docentes não comentem preconceito homofóbico e 70% dos colegas e/ou pais dos filhos de nossos participantes também não apresentaram preconceitos dessa natureza. É válido dizer que as conclusões deste estudo não representam a sociedade brasileira como um todo, pois se valeram estritamente das fontes consultadas: entrevistas semiestruturadas com sete pais e três mães homossexuais.

Ainda que os dados tenham apresentado um montante positivo sobre as relações entre instituições escolares e famílias homoparentais, três pais e uma mãe não revelaram a homoparentalidade aos colégios onde os filhos encontravam-se matriculados à época da entrevista, como dito anteriormente. Note-se que dos quatro sujeitos, apenas a mãe informou ter sido vítima de homofobia com a escola anterior, pois a escola na qual o filho encontrava-se matriculado à época não tinha conhecimento sobre sua homoparentalidade. Nessa direção, torna-se imprescindível a seguinte indagação: se as instituições tivessem conhecimento da homoparentalidade dos sujeitos, teriam eles nos relatado mais situações de preconceito? Tal indagação admite a importância de estudos mais complexos a respeito das relações de violência/preconceito entre família homoparental e escola. Nesta direção, concluímos, a partir das fontes analisadas, que existem tensões entre aceitação e discriminação sobre homoparentalidade na relação entre escola e família homoparental. Ora a aceitação prevalece, ora a discriminação. E, ainda, em vários momentos a aceitação é uma suposição dos sujeitos cuja homoparentalidade era desconhecida pela respectiva escola, e não se tratando, portanto, de constatações mediante fatos. Todavia, para que se compreenda o fenômeno da violência homofóbica na/da escola contra a família homoparental fazem-se necessários aprofundamentos futuros e mais amplos a respeito da temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maurício Ribeiro de. **Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo**: um estudo de caso. 2012. Tese (doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. ADI N. 4.277 - Constitucionalidade e relevância da decisão sobre união homoafetiva: o STF como instituição contramajoritária no reconhecimento de uma concepção plural de família. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 65-92, jun. 2013.

BARBOSA, Tayla Nayara; SOUZA, Fernando Augusto de. Ensaio teórico sobre conceito de famílias na Constituição Federal de 1988 e suas implicações nas famílias LGBT. In: XIII Semana de Ciências Sociais – UFSCAR. São Carlos, p.120-137, 2015. Disponível em: <<http://www.semanasociais.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/06/Anais-Sociais-13º-volume-3.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONI, V.; QUARESMA, Sílvia, J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre (Org.). **A miséria do mundo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Z. Entre questionários e entrevistas. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (orgs.). *Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 171-183.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei. 9.278, de 10 de maio de 1996.** Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** São Paulo: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2002.

BRASIL. Lei 13.146. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília, 2015.

BRASIL. 2013. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil:** ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

BRASIL. 2016. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil:** ano de 2013. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

BRASIL. Lei nº 9.263, de janeiro de 1996. Dispõe sobre planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário oficial da União,** Brasília, DF, 15 jan. 1996. p. 561.

CADETE, Vandernúbia Gomes; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; SILVA, Dayse Bivar da. Os sentidos e os significados produzidos pela escola em relação à família homoparental: Um estudo de caso. **Interação em Psicologia,** Curitiba, v. 16, n. 1, jun. 2012. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/13947/19720>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

CALDERON, I. A.; MOTT, M.; CURVELO-ALVES, A. A.; LIMA, A. C. Novos desafios e demandas à comunidade escolar: a escola e a educação de crianças adotadas por famílias gays. In: Horácio Costa et al. (Org.). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos.** São Paulo: EDUSP, 2010, v. 1, p. 695-704.

CANETTI, E. *Massa e poder.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDIA, Nancy (Coord.). *Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência:* um estudo em 11 capitais de estado. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down264.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CARDIN, Valéria Silva Galdino Galdino; ROSA, Letícia Carla Baptista. Da realização do projeto homoparental em face a vulnerabilidade das crianças envolvidas. **Revista**

Jurídica - UNICURITIBA, Curitiba, v. 1, n. 28, p.1-23, 2012. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/427/332>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

CAVADINHA, Edu Turte. **Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade**. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Materno Infantil) – Faculdade de Saúde pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHARLOT, Bernard. Violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n.8, p.432-443, jul. /dez. 2002.

CHARLOT, Bernard. Prefácio. In: ABRAMOVAY, Miriam. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Ética, Política e violência. In: CAMACHO, Thimoteo (Org.). **Ensaio sobre violência**. Vitória: EDUFES, 2003.

CHAVES, Marianna. União homoafetiva, ADPF 132 e ADI 4277: reflexos no casamento civil. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 3092, 19 dez. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20672>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 001/99**. Brasília, 1999. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 05 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução 2.121/2015**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2015/2121_2015.pdf. Acesso em 05 out. 2017.

COSTA, Giovane Martins da; FOSSATTI, P.; SILVA NETO, J. A. Diversidades familiares e relação entre família e escola no contexto da educação básica. In: ANPED SUL, 2010, Londrina. Anais do VIII - Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul, p. 1-10, 2010. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Basica/Trabalho/09_29_12_DIVERSIDADES_FAMILIARES_E_RELACAO_ENTRE_FAMILIA_E_ESCOLA_NO_CONTEXTO_DA_EDUCACAO_BASICA.PDF. Acesso em: 23 fev. 2017.

CRUZ, Priscila Oliveira da; MALACO, Lais Helena. Escola e homoparentalidade: a relação entre escola e famílias homoafetivas com filhos. In: 14º Congresso Nacional de Iniciação Científica CONIC-SEMESP. São Paulo, v. 2, p.1-11, 2014. Disponível em: <<http://conic-semesp.org.br/anais/anais->

conic.php?ano=2014&idautor=21906397864&act=pesquisar>. Acesso em: 23 fev. 2017.

DIAS, Maria Berenice. Não há obstáculo legal para o casamento gay. Disponível em: <<http://mariaberenice.com.br/pt/berenice-dias—nao-ha-obstaculo-legalpara-o-casamento-gay.cont.htm>>. 2013. Acesso em: 23 fev. 2017.

DIAS, M.B.; REINHEIMER, T.L. A reprodução assistida heteróloga nas uniões homoafetivas. 2012. Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/a_reprodu% E7% E3o_ assistida_ heter% F3loga_ nas_ u_ ni% F5es__ homoafetivas_ _ thiele.pdf. Acesso em: 23 fev. 2017.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, abr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 janeiro 2016.

DINIZ, Julia. Elaine. **Alunos são as maiores vítimas da violência em espaço escolar: pesquisas 2001-2010**. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Curso em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL. Rio de Janeiro: IBGE, v.41, p.1- 82, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2014/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FARIAS, M. O.; MAIA, A. C. B. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica**. Curitiba: Juruá, 2009.

FARIAS, M. O. Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexual e a homoparentalidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(1), p. 104-115, 2010.

_____. Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 2, p.1477-1487, 2015. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8332/5640>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

FIDELES JÚNIOR, Ednildon Ramalho. Homofobia e heterossexismo nas escolas: propostas pedagógicas inclusivas. **Gênero e sexualidade**, Campina Grande, 2015. Disponível em:

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/generoxi/trabalhos/TRABALHO_EV046_M D1_SA2_ID301_29042015004224.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. São Paulo: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, Luiz Ricardo Mesquita de; DIAS, Rosangela Lopes. Discutindo valores na escola: homoparentalidade e novos conceitos de família. **Quipus**, Natal, v. 2, p.101-108, 2012. Semestral. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/154/172>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS; INEP. **Projeto de estudos sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual**: relatório final. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**: intolerância e respeito às diferenças sexuais. 2009. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil-intolerancia-e-respeito-diferencas-sexuais>. Acesso em: 13 jan. 2017.

GATO, Jorge. Homofobia dos dois lados do Atlântico: atitudes negativas face a lésbicas e a gays em Portugal e no Brasil. **Passages de Paris**, Paris, v. 7, p.105-121, 2012. Disponível em: <<http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012/articles.html>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

GATO, Jorge; FONTAINE, Anne Marie. Desconstruindo preconceitos sobre a homoparentalidade. **Les Online**, v. 2, n. 2, p.14-21, 2010. Disponível em: <[http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo&page=article&op=viewArticle&path;\[\]=34](http://www.lespt.org/lesonline/index.php?journal=lo&page=article&op=viewArticle&path;[]=34)>. Acesso em: 16 fev. 2017.

GATO, Jorge; FONTAINE, Anne Marie. Impacto da orientação sexual e do gênero na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 23, 2011. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em : 16 fev. 2017.

GATO, Jorge; FONTAINE, Anne Marie. Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto, v. 26, n. 2, p.312-322, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a08v26n2.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

GRESPLAN, Carla Lisbôa; GOELLNER, Silvana Vilodre. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. **Entreideias: Educação, cultura e sociedade**, Salvador, v. 19, p.103-122, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/5251/4303>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014**. 2015.

HERNÁNDEZ, Jimena de Garay. **Filhas de famílias homoparentais: processos, confrontos e pluralidades**. 195 p. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.

HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; UZIEL, Anna Paula. Famílias homoparentais e escola: entre a vigilância e a transformação. **Momento - Diálogos em Educação**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 9-24, mar. 2015. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/momento/article/view/4934/3109>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. In: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KORNATZKI, L.; RIBEIRO, P. R. C. As relações entre famílias homoparentais ou homoafetivas e escola: uma revisão de literatura. In: III Conferência Internacional Online de Educação Sexual, 2015, Evento online. Anais da III Conferência Internacional Online de Educação Sexual. Florianópolis/SC: Editora da UDESC, p. 81-94, 2015. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/11107248-Anais-da-iii-conferencia-internacional-online-de-educacao-sexual-iii-coes.html>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Epu, 1986.

MAGALHÃES, Selma Reis. **Família e escola no processo educacional de filhos e filhas de pais homossexuais**. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2009.

Disponível em: <http://tede.ucsal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=233>. Acesso em: 23 fev. 2017.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 2, n. 19, p.246-255, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

MARTINS, Edna. A entrevista como instrumento de pesquisa sobre práticas educativas de famílias. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 24, n. 3, p.15-30, 2013.

MARTINS, Priscilla Uchoa. A família homoafetiva e seu legal reconhecimento. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 75, abr 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7336>. Acesso em fev. 2017.

MARTINEZ, Ana Laura Moraes; BARBIERI, Valéria. A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 2, p.175-185, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0103-166x2011000200005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 23 fev. 2017.

MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula. A escola e @s filh@s de lésbicas e gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, Rogério (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p.159-181.

MOSCHETA, M.S.; SANTOS, M.A. Relação conjugal homoafetiva: Revolução ou acomodação? In: M. V. Cunha, S. R. Pasian & G. Romanelli (Orgs.), **Pesquisas em Psicologia: Múltiplas abordagens**. São Paulo: Vetor, p. 129-152. 2009.

MOTT, M.; CALDERÓN; A.; ALVES, A. & LIMA, A. A escola e os novos arranjos familiares. **Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 6. n. 28, p.62-66, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/842/84202807.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

MUGRABI, Elias. Homoafetividade na Escola: A Diferença Emancipatória do Direito. **Intertemas**, Presidente Prudente, v. 14, p.114-138, nov. 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/INTERTEMAS/article/view/2734>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Pensadores e educação, v. 4).

PEREIRA, Marina Eirado. Adoção por casais homossexuais. **Direito UNIFACS - Debate Virtual**, Salvador, v. 128, p.1-26, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1433/1119>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

PESSANHA, Jackelline Fraga; GOMES, Marcelo Sant'anna Vieira. O respeito à diversidade e a formação social do indivíduo: uma análise do bullying sofrido por crianças advindas de famílias homoafetivas. **Opinión Jurídica**, Medellín, v. 13, n. 25, p.51-67, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25302014000100004>. Acesso em: 18 fev. 2017.

POSSAMAI, Paulo César; NUNES, Anderson da Cruz. O tema da homofobia em dissertações e teses. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 10, n. 20, p.273-284, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1341>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

POZZETTI, V. C.; SILVA, U. A. A resolução n. 175 do CNJ e os requisitos para a celebração do casamento. **Scientia Iuris**, Londrina, v.17, n.2, p.107-130, dez. 2013.

REALI, Noeli Gemelli. Homoparentalidade e escola: que conjugação é essa? 2009. In: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5637--Int.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2017.

RODRIGUEZ, Brunella Carla; MERLI, Laura Fernandes; GOMES, Isabel Cristina. Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 751-762, 2015.

RODRIGUEZ, Brunella Carla. **A representação parental de casais homossexuais masculinos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROMANELLI, G. Questões teóricas e metodológicas nas pesquisas sobre família e escola. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 245-264.

ROLKOUSKI, E.; SILVA, Heloisa da. A(s) Voz(es) do Passado - História Oral: Paul Thompson x Philippe Joutard. In: Educação em Múltiplas Perspectivas - História Oral e Educação Matemática, 2003, Curitiba. Educação em Múltiplas Perspectivas, 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

RUBI, Stéphanie; JARLÉGAN, Annette. Violence à l'école élémentaire: une question de genre?. **Recherches&Éducatons**, Paris, v. 8, p.15-32, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://rechercheseducations.revues.org/1561?lang=en>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

SARTI, C. A. Famílias enredadas In: ÂCOSTA, A. R. & VITALE, J. A. F. (Orgs.). *Família. Redes, laços e políticas públicas* (p. 31-48). São Paulo: Cortez Ed./PUC-SP, 2010.

SILVA, Adriele Gonçalves da. **Percepções de professoras e professores sobre a violência na família e no espaço escolar: analisando a violência da escola**. 2015. 176 f. Dissertação (mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015.

SILVA, Carmelite M. Silva. **Relação escola e famílias homoafetivas: visão de discentes de literatura em pedagogia**. 2012. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012. Disponível em: http://tede.ucsal.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=305. Acesso em: 18 fev. 2017.

SILVA, Marilda da. A violência da escola na voz de futuros professores: uma probabilidade da produção da cultura da violência em ambientes escolares?. **Educar em Revista**, v. 49, p. 339-353, 2013.

SILVA, U. A.; POZZETTI, V. C. A resolução n. 175 do CNJ e os requisitos para a celebração do casamento. **Scientia Iuris**, Londrina, v.17, n.2, p.107-130, dez. 2013.

TOMBOLATO, Mário Augusto. **Desvelando a família homoparental: um estudo sobre os relatos de casais homossexuais com filhos**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado) Curso em Psicologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências, Bauru, 2014.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1992.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual de Homoafetividade**: da possibilidade Jurídica do casamento civil, união estável e da adoção por casais homoafetivos. Método: São Paulo, 2013.

VIEIRA, Ricardo de Souza. **Homoparentalidade**: estudo psicanalítico sobre papéis e funções parentais em casais homossexuais com filhos. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) –Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/471333/tde-19072011-084912/>. Acesso em: 18 fev. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: FLACSO, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

WOODS, Peter. **Investigar a arte de ensinar**. 1999. ed. Porto: Porto, 1999. 224 p. Tradução de: Maria I. R. Fernandes de Sá e Maria João A. Martins.

APÊNDICES

Apêndice A – Ficha de Identificação**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO****DADOS PESSOAIS**

Nome Completo: _____

CPF: _____ Data de Nascimento: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Viúvo(a) () Divorciado(a)

() União estável () Separado Judicialmente

Raça/Cor: () Preta () Branca () Amarela () Parda () Indígena

Possui filhos biológicos: _____ Se sim, quantos: _____

Possui filhos adotivos: _____ Se sim, quantos: _____

Nº RG: _____ Órgão Emissor: _____

Nacionalidade: _____

Local de Nascimento: _____ Estado: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone para contato: _____

ESCOLARIZAÇÃO

Escolaridade: () Analfabeto

() Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto

() Ensino Superior Completo () Ensino Superior Incompleto

Especialização Mestrado Doutorado

PROFISSÃO

Profissão: Empregado de Empresa do setor privado

Empregado de organismo internacional ou organização não-governamental

Profissional liberal ou autônomo sem vínculo de emprego

Proprietário de empresa ou de firma individual ou empregador-titular

Membro ou servidor público da administração direta ou indireta

Aposentado

Outros: _____

Faixa Salarial: Até ¼ de salário mínimo De ¼ a ½ salário mínimo

De ½ a 1 de salário mínimo De 1 a 2 salários mínimos

De 2 a 3 salários mínimos De 3 a 5 salários mínimos

De 5 a 10 salários mínimos De 10 a 15 salários mínimos

De 15 a 20 salários mínimos De 20 a 30 salários mínimos

Mais de 30 salários mínimos Sem rendimento

INFORMAÇÕES SOBRE OS FILHOS

Número de filhos: Menino(s) Menina(s)

Idade: _____

Instituição Escolar: Pública Privada

Série/Ano que estão frequentando: _____

DADOS SOBRE A PESQUISA

Título: O que dizem famílias homoparentais sobre as relações estabelecidas com a escola de seus filhos: aceitação ou discriminação?

Pesquisador Responsável: João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri

Cargo/função: Estudante de Mestrado em Educação

Instituição: Instituto de Biociências, UNESP - Campus de Rio Claro

Endereço: Av. 24 A, 1515 – Bela Vista

CEP: 13.506-900 Rio Claro/SP.

Dados para Contato: Fone - E-mail:

Orientadora: Profa. Dra. Marilda da Silva

Instituição: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP Campus de Araraquara e Instituto de Biociências, UNESP Campus de Rio Claro.

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1, 174 Bairro dos Machados, CEP: 14.800-901

Araraquara/SP - Departamento de Didática

Dados para Contato: Fone - E-mail

_____, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Sujeito Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – (TCLE)

De acordo com a Resolução CNS 466/12

Convidando-os/as a participar, como entrevistados/as, da pesquisa intitulada *O que dizem famílias homoparentais sobre as relações estabelecidas com a escola de seus filhos: aceitação ou discriminação?*- que está sob responsabilidade de João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri – RG: XX.XXX.XXX-X, aluno do Programa de Pós Graduação em Educação, nível de Mestrado, do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus Rio Claro. A pesquisa exposta é orientada pela Professora Doutora Marilda da Silva, docente na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Biociências da UNESP de Rio Claro.

Os objetivos desta pesquisa são: a) Aprender o que dizem pais homossexuais-sejam eles solteiros ou que estejam em relações homoafetivas-, sobre os modos por meio dos quais as escolas os recebem em situações de caráter institucional, como: verificar se há vaga para seus filhos; matriculá-los; falar sobre a relação dos filhos com a escola, dialogar com gestores sobre diferentes assuntos e participar de reuniões de pais e mestres, etc.; b) constatar o que os referidos pais dizem sobre a forma por meio da qual o corpo docente dialoga com os mesmos, tendo em vista compreender se há, ou não, manifestação de preconceito por parte dos professores em relação à família homoparental; c) apreender o que os pais dizem sobre a relação de seus filhos com os colegas da escola, tendo em vista verificar se ocorre, ou não, violência contra seus filhos advinda dos colegas e d) verificar se os pais e seus filhos sentiram-se ameaçados/ofendidos/excluídos de alguma forma quando em contato com a escola.

Sua participação como entrevistado é voluntária e sua identificação em hipótese alguma será exposta e reconhecida. Caso aceite, a entrevista será gravada, transcrita e lhe será retornada para sua verificação e possível anuência antes que os dados forem dela extraídos. Caso aceite participar, poderá desistir a qualquer momento sem que lhe seja imputado quaisquer danos. Caso não aceite a gravação da entrevista, o pesquisador anotará suas informações em um caderno de campo, organizará a entrevista em texto e lhe retornará para que possa dar, ou não, sua anuência, extraindo assim os dados das

referidas fontes. Nas duas situações de coleta das entrevistas mencionadas serão retornadas para que, caso queira, possa acrescentar ou retirar informações. Reitera-se que o sigilo dos dados que serão fornecidos é completamente assegurado. Será adotado o critério de pseudônimos para que não haja sua identificação em nenhum momento. As entrevistas ocorrerão em lugar determinado pelo envolvidos, seja pessoalmente ou via internet. O mesmo critério será adotado para a escolha do dia e horário da realização das mesmas, sempre previamente.

Essa pesquisa poderá oferecer pequenos riscos emocionais, tendo em vista que se fará perguntas que inexoravelmente envolvem diferentes emoções. O participante poderá recusar a responder perguntas que lhe causem desconforto e estranhamento e, se assim desejar, a entrevista será interrompida e sua participação encerrada. Reitera-se que a conduta do pesquisador será de total conforto, paciência e compreensão no contexto da entrevista, a fim de garantir e minimizar quaisquer possíveis riscos e constrangimentos do participante. A entrevista se estabelece em condições de sigilo, além de constituir etapa em uma pesquisa de caráter sério e condizente ao rigor científico acadêmico. Como benefício, esperamos poder contribuir através desta pesquisa não só para o meio acadêmico, sobretudo para a população, compreendendo o fenômeno da violência escolar em concomitância ao respeito para com os recentes modelos familiares e alunos oriundos destes no espaço escolar.

Os resultados desta pesquisa serão publicados na Dissertação de Mestrado de João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri, defendido junto ao Programa de Pós Graduação em Educação no Instituto de Biociências da UNESP, campus de Rio Claro-SP. Existe também a previsão na publicação de resultados parciais da referida pesquisa em eventos acadêmicos- Seminários, Simpósios, Encontros, Colóquios e Congressos, entre outros. É válido lembrar que sua participação nesta pesquisa não implicará em gastos. Caso isso aconteça é intuito do pesquisador responsável ressarcir suas despesas. Em caso de desistência por parte do participante, lhe será devolvido a transcrição de sua entrevista, assim como a cópia de seu áudio, caso estes já tenham sido realizados.

Ressaltamos a compreensão pela pesquisa exposta e agradecemos previamente por sua importante colaboração. Vocês receberão uma cópia deste Termo constando telefone e endereço do pesquisador para que seja esclarecida toda e qualquer dúvida a qualquer momento durante sua participação neste processo de contribuição. Se o Sr (a) está esclarecido quanto a sua contribuição e disposto a participar desta pesquisa, os convidamos a assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Dados sobre a Pesquisa:

Título: O que dizem famílias homoparentais sobre as relações estabelecidas com as escolas de seus filhos: aceitação ou discriminação?

Pesquisador Responsável: João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri.

Cargo/função: Estudante de Mestrado em Educação.

Instituição: Instituto de Biociências, UNESP - Campus de Rio Claro.

Endereço: Av. 24 A, 1515 – Bela Vista

CEP: 13.506-900 Rio Claro/SP.

Dados para Contato: Fone - E-mail

Orientadora: Profa. Dra. Marilda da Silva

Instituição: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP Campus de Araraquara e Instituto de Biociências, UNESP Campus de Rio Claro.

Endereço: Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1, 174 Bairro dos Machados, CEP: 14.800-901 Araraquara/SP. Departamento de Didática.

Dados para Contato: Fone - E-mail

Formas de contato com o CEP (Comitê de Ética em Pesquisa)

Endereço: Av. 24 A, 1515 – Bela Vista

CEP: 13.506-900 Rio Claro/SP.

Telefone:

E-mail:

Dados sobre o participante da Pesquisa:

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

E-mail: _____

_____, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Apêndice C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1º Núcleo – Informações sobre a família (Identificação dos sujeitos-complementação da Ficha de Identificação)

Fale sobre sua família. Ela é formada por quantas pessoas, vocês moram juntos ou em casas separadas?

Existem pessoas com as quais você mantém vínculo afetivo que contribuem efetivamente na paternagem/maternagem de seu(s) filho(s)? (Esta questão destina-se a pais e mães solteiros)

Conte sobre a relação com seus filhos. Como vocês os conceberam? Houve processo de adoção?

Vocês são homossexuais assumidos desde quando? Se sim, todos sabem disso? Se não, em quais locais vocês preservam sua condição homoafetiva?

Se vocês são assumidos em alguns âmbitos de sua vida por que a decisão de não expor a condição de sua família para a escola?

Você quando em fase escolar sofreu violência por ser homossexual na e da escola?

2º Núcleo – Comunicação com a escola como um todo (funcionários em geral).

Como foi o primeiro contato (informações básicas, matrícula, etc) com a escola de seu(s) filho(s)?

Por que vocês escolheram esta escola, houve procura anterior em outras instituições?

Você teve alguma experiência negativa com essas outras instituições?

Você viveu alguma experiência negativa com a escola em que seu(s) filho(s) estuda(m) atualmente?

Tanto nas instituições que você procurou anteriormente, quanto na que seus filhos estão matriculados, você explicitou ser homoafetivo logo no início ou não sentiu necessidade em informar?

Quando vocês estão na escola sentem indiferença, ameaça ou exclusão pelo fato de serem homossexuais e constituírem uma família “não convencional/tradicional”?

Alguma vez alguém, ligado à instituição, chegou a ofendê-los pela composição de sua família?

O que seus filhos contam sobre o dia-a-dia na escola. Eles trazem para casa relatos de pessoas (funcionários da escola) que os abordaram de forma maldosa/humilhante sobre a condição de sua família?

Quais as suas expectativas sobre a escola que seu filho estuda?

3º Núcleo – Comunicação com os professores

Gostaríamos de saber como os professores de seus filhos dialogam com vocês. Vocês se encontram somente em festas da escola, em reunião de pais e mestres ou também fora da escola?

A relação que os professores lhes oferecem é de respeito?

Eles sabem que seu(s) filho(s) fazem parte de uma família homoafetiva?

Seus filhos já comentaram em casa se os professores falaram algo sobre a condição de sua família de forma negativa/preconceituosa? As crianças e vocês se sentiram mal por isso?

4º Núcleo – A relação de seus filhos com os colegas

Os amigos das crianças sabem que os pais deles são “gays”?

Como eles abordam essa relação na escola?

Seus filhos contam em casa alguma história sobre os colegas fazendo comentários de origem preconceituosa?

Os colegas de classe frequentam a casa de vocês e vice-versa?

Os pais dos amigos de seus filhos lhes tratam bem?

5º Núcleo – Avaliação e percepções da família sobre a escola

Por fim, como vocês avaliam a relação com a escola. O diálogo é bom e saudável? Vocês se sentem confortáveis para ser quem são e assumirem sua constituição familiar e serem tratados com respeito e igualdade? A escola atende às expectativas de legitimidade e naturalização da família homoafetiva?